

PROSPECTO PRELIMINAR DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA DE AÇÕES
ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA



EMPRESA DE CIMENTOS LIZ S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 33.920.299/0001-51

Av. Portugal, nº 700, CEP 33200-000 – Vespasiano, MG

47.700.000 Ações Ordinárias

Valor da Distribuição: R\$548.550.000,00

Código ISIN das Ações: BRCLIZACNOR8

Código de negociação na BM&FBOVESPA: "CLIZ3"



No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$10,00 e R\$13,00, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado fora dessa faixa indicativa.

A Empresa de Cimentos LIZ S.A. ("Companhia"), em conjunto com o Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA" ou "Coordenador Líder"), o Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan") e o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o J.P. Morgan, os "Coordenadores da Oferta") estão realizando uma oferta pública de distribuição primária de, 47.700.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames de emissão da Companhia ("Ações") nos termos descritos na Oferta.

A Oferta compreenderá a distribuição pública de Ações a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução nº 400 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e será coordenada pelos Coordenadores da Oferta, com a participação da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("XP Investimentos") e do Banco Caixa Geral - Brasil, S.A. ("BCG Brasil"), e, em conjunto com XP Investimentos, "Coordenadores Contratados") e de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro credenciadas junto à BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), bem como a outras instituições financeiras contratadas para participar da Oferta de Varejo, conforme definido neste Prospecto ("Instituições Consorciadas", e em conjunto com os Coordenadores da Oferta e Coordenadores Contratados, "Instituições Participantes da Oferta").

Simultaneamente serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior, para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*) nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A ("Regra 144A") do Securities Act de 1933, conforme alterado ("Securities Act"), e para investidores nos demais países (exceto nos Estados Unidos da América e no Brasil) considerados *non-U.S. persons*, com base no Regulamento S ("Regulamento S") editado ao amparo do Securities Act, que invadem no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Resolução CMN nº 2.689"), da Instrução da CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Instrução CVM 325"), e da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("Lei nº 4.131") ("Investidores Institucionais Estrangeiros"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a United States Securities and Exchange Commission ("SEC"). Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Institucionais Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados em conformidade com o Placement Facilitation Agreement ("Contrato de Colocação Internacional"), a ser celebrado entre a Companhia, Itaú BBA USA Securities, Inc., J.P. Morgan Securities, LLC., BTG Pactual US Capital Corp., Caixa – Banco de Investimento S.A. e Banco Comercial Português S.A. (em conjunto, os "Agentes de Colocação Internacional").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, conforme definido abaixo) poderá ser acrescida de um lote suplementar equivalente a até 15%, ou seja, ate 7.155.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Suplementares"), conforme opção a ser outorgada pela Companhia ao Coordenador Líder, a qual será destinada a atender um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta ("Opção de Ações Suplementares"). O Coordenador Líder terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Empresa de Cimentos LIZ S.A. celebrado entre a Companhia, os Coordenadores da Oferta e, na qualidade de intervinente-anuente, da BM&FBOVESPA ("Contrato de Colocação"), por um período de até 30 (trinta) dias contados do dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Empresa de Cimentos LIZ S.A. ("Anúncio de Início"), de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações no momento em que for fixado o Preço por Ação seja tomada em comum acordo entre o Coordenador Líder e os demais Coordenadores da Oferta.

Adicionalmente, sem prejuízo da Opção de Ações Suplementares, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, conforme definido a seguir) poderá, a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20%, ou seja, em até 9.540.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais").

Na emissão das Ações pela Companhia, haverá exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e tal emissão será realizada dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social.

Não foi e nem será realizado qualquer registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil.

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de emissão por Ação estará situado entre R\$10,00 e R\$13,00, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa ("Preço por Ação"). O Preço por Ação será fixado após (i) a efetivação dos pedidos de reserva de Ações ("Pedidos de Reserva") no Período de Reserva, conforme definido neste Prospecto; e (ii) a aputura do resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais, a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de Bookbuilding"). O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro o preço de mercado verificado para as Ações, considerando as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletada junto a Investidores Institucionais (conforme definido neste Prospecto). A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas será afetado com a realização do Procedimento de Bookbuilding, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas ordens firmes de subscrição das Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, III da Lei das Sociedades por Ações. Os Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto) que efetuarem Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva no âmbito da Oferta de Varejo não participarão do Procedimento de Bookbuilding e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.

	Preço (R\$) ⁽¹⁾	Comissões (R\$) ⁽²⁾	Recursos Líquidos (R\$) ⁽³⁾⁽⁴⁾
Preço por Ação.....	11,50	0,54	10,96
Oferta Total.....	548.550.000,00	25.918.987,50	522.631.012,50
Total	548.550.000,00	25.918.987,50	522.631.012,50

- (1) Com base no Preço por Ação de R\$11,50, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding.
 (2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais.
 (3) Para informações sobre remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 53 deste Prospecto.
 (4) Sem dedução de despesas da Oferta.

A realização da Oferta, bem como seus termos e condições, foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 11 de março de 2011, cuja ata será arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e posteriormente publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal Diário do Comércio de Minas Gerais. A emissão das Ações, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, e o Preço por Ação serão aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia antes da concessão do registro da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente arquivada na JUCEMIG e publicada no jornal Diário do Comércio de Minas Gerais na data de publicação do Anúncio de Início e Diário Oficial do Estado de Minas Gerais no dia útil seguinte.

É admissível o recebimento de reservas para a subscrição das Ações, a partir da data a ser indicada no Aviso ao Mercado (conforme definido neste Prospecto) e neste Prospecto, as quais somente serão confirmadas aos subscritores no início do período de distribuição.

A OFERTA FOI REGISTRADA NA CVM SOB O N.º CVM/SRE/REM/[•]/[•] EM [•] DE [•] DE [•].

"O registro da Oferta não implica, por parte da CVM, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da Companhia emissora, bem como sobre as Ações a serem distribuídas." Este Prospecto Preliminar não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de subscrição e integralização das Ações. Ao decidir subscriver e integralizar as Ações, os potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, das atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – NOSSOS PRINCIPAIS FATORES DE RISCO" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA", A PARTIR DAS PÁGINAS 18 E 62, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO E TAMBÉM OS ITENS "4. FATORES DE RISCO" E "5. RISCOS DE MERCADO", A PARTIR DAS PÁGINAS 94 E 129, RESPECTIVAMENTE, DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANEXO A ESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS EM RELAÇÃO À SUBSCRIÇÃO DAS AÇÕES.



"(A)O presente oferta pública (programa) foi elaborado(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBIMA, não cabendo à ANBIMA qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este não só não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos".

COORDENADOR LÍDER, SOLE GLOBAL COORDINATOR E AGENTE ESTABILIZADOR



COORDENADOR DA OFERTA DE VAREJO

COORDENADORES DA OFERTA

J.P.Morgan

xp investimentos



COORDENADORES CONTRATADOS

Banco Caixa Geral BRASIL

A data deste Prospecto Preliminar é 13 de março de 2011.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	1
DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS POR REFERÊNCIA	
A ESTE PROSPECTO.....	3
DEFINIÇÕES	4
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA.....	11
SUMÁRIO DA COMPANHIA.....	13
Visão Geral	13
Plano de Modernização e Expansão	14
Pontos Fortes	15
Nossa Estratégia.....	17
Principais Fatores de Risco.....	18
IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, AUDITORES E CONSULTORES.....	21
Declarações da Companhia e do Coordenador Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM Nº 400.....	23
APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES DA OFERTA.....	24
Banco Itaú BBA S.A. – Coordenador Líder	24
Banco J.P. Morgan S.A. – Coordenador da Oferta	25
Banco BTG Pactual – Coordenador da Oferta.....	26
APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES CONTRATADOS	28
XP Investimentos CCTVM S.A. – Coordenador Contratado	28
Banco Caixa Geral – Brasil, S.A. – Coordenador Contratado	29
2. INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA	31
SUMÁRIO DA OFERTA	33
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA.....	42
Composição do Capital Social da Companhia.....	42
Características Gerais da Oferta.....	42
Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional.....	51
Contrato de Estabilização	53
Negociação na BM&FBOVESPA	53
Restrição à Negociação das Ações (<i>Lock-up</i>).....	54
Instituição Financeira Responsável pela Escrituração das Ações	54
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta.....	54
Suspensão e Cancelamento da Oferta	55
Inadequação da Oferta	56
Informações Sobre a Companhia	56
Informações Adicionais	56
Instituições Participantes da Oferta	56
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA E ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES CONTRATADOS	58
Relacionamento entre a Companhia e o Itaú BBA - Coordenador Líder.....	58
Relacionamento entre a Companhia e o J.P. Morgan – Coordenador da Oferta.....	58
Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual – Coordenador da Oferta	59
Relacionamento entre a Companhia e a XP Investimentos – Coordenador Contratado	59
Relacionamento entre a Companhia e o Banco Caixa Geral Brasil – Coordenador Contratado.....	60
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS.....	61
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA	62
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO	65
OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA	66
CAPITALIZAÇÃO	67

DILUIÇÃO.....	68
3. ANEXOS	69
Formulário de Referência da Companhia	73
Estatuto Social da Companhia.....	371
Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 11 de março de 2011, aprovando a Oferta.....	393
Minuta da ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada para aprovar o preço de emissão das Ações e o aumento de capital social da Companhia.....	399
Declarações da Companhia e do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400.....	403
4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS DA COMPANHIA	407
Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010 e respectivos pareceres dos auditores independentes	411
Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2009 e respectivos pareceres dos auditores independentes	451

1. INTRODUÇÃO

- Documentos e Informações Incorporados por Referência a este Prospecto
- Definições
- Informações Cadastrais da Companhia
- Sumário da Companhia
- Identificação de Administradores, Auditores e Consultores
- Declarações da Companhia e do Coordenador Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400
- Apresentação dos Coordenadores da Oferta
- Apresentação dos Coordenadores Contratados

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS POR REFERÊNCIA A ESTE PROSPECTO

As informações referentes às seções relativas (i) aos nossos Fatores de Risco e de nosso Mercado de Atuação; (ii) à nossa Situação Financeira; e (iii) a outras informações relativas a nós, tais como Histórico, Atividades, Estrutura Organizacional, Propriedades, Plantas e Equipamentos, Composição do Capital Social, Administração, Pessoal e Contingências Judiciais e Administrativas, nos termos solicitados pelo Anexo III da Instrução CVM nº 400, itens 4 a 7, podem ser encontradas no nosso Formulário de Referência, elaborado nos termos da Instrução CVM nº 480, que se encontra anexo a este Prospecto.

DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto Preliminar, os termos “nós” e “nossos” e verbos na primeira pessoa do plural referem-se à Cimentos Liz, salvo se de outra forma determinado neste Prospecto Preliminar ou se o contexto assim exigir. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos nesta seção, salvo se de outra forma determinado neste Prospecto Preliminar ou se o contexto assim exigir.

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas.
Acionista Controlador	Tração S.A., acionista que exerce o poder de controle da Companhia.
Ações	As ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia, que serão distribuídas na Oferta, excluídas as Ações Suplementares, salvo se de outra forma for mencionado.
Ações Adicionais	Lote adicional de até 20% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), ou seja, de até 9.540.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, que poderão ser subscritas no âmbito da Oferta, a critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº 400.
Ações Suplementares	Lote suplementar de até 15% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), ou seja, de até 7.155.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, que poderá ser distribuído mediante o exercício da Opção de Ações Suplementares, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400.
Agente de Escrituração	Itaú Corretora de Valores S.A., agente responsável pela escrituração de ações de emissão da Companhia.
Agentes de Colocação Internacional	Itau BBA USA Securities, Inc., J.P. Morgan Securities, LLC., BTG Pactual US Capital Corp., Caixa – Banco de Investimento, S.A. e Banco Comercial Português S.A.
ANAMACO	Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Anúncio de Encerramento	Anúncio informando acerca do resultado final da Oferta, a ser publicado imediatamente após a distribuição das Ações, nos termos do artigo 29 e Anexo V da Instrução CVM nº 400.
Anúncio de Início	Anúncio informando acerca do início do Período de Colocação das Ações, a ser publicado em 01 de abril de 2011, nos termos do artigo 52 e Anexo IV da Instrução CVM nº 400.
Auditores Independentes ou BDO	BDO Auditores Independentes.

Aviso ao Mercado	Comunicado a ser publicado em 14 de março de 2011 e republicado em 21 de março de 2011, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo o recebimento de pedidos de reservas, durante o Período de Reserva, em conformidade com o artigo 53 da Instrução CVM nº 400.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
Cimentos Liz ou Companhia	Empresa de Cimentos Liz S.A.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação de Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente.
Conselho de Administração	O conselho de administração da Companhia, conforme previsto no artigo 140 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações.
Contrato de Colocação Internacional	<i>Placement Facilitation Agreement</i> , contrato a ser celebrado entre nós e os Agentes de Colocação Internacional, a fim de regular o esforço de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional.
Contrato de Empréstimo	Contrato de Empréstimo de Valores Mobiliários celebrado nesta data entre a Tração S.A., como concedente, o Coordenador Líder, como tomador e, como interveniente anuente, a Companhia.
Contrato de Estabilização	Contrato a ser celebrado entre a Companhia, o Coordenador Líder e a Corretora, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização do preço das Ações no mercado brasileiro.
Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado celebrado entre a Companhia, os administradores, o Acionista Controlador e a BM&FBOVESPA, em 10 de março de 2011, contendo obrigações relativas à listagem da Companhia no Novo Mercado.
Coordenadores Contratados	XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Banco Caixa Geral – Brasil, S.A.
Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
Coordenadores da Oferta	Coordenador Líder, J.P. Morgan e BTG Pactual, considerados em conjunto.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Liquidação	Data de liquidação física e financeira da Oferta que ocorrerá no 3º (terceiro) dia útil seguinte à data de publicação do Anúncio de Início.

Data de Liquidação das Ações Suplementares	Qualquer data entre a data de exercício da Opção de Ações Suplementares e o 3º (terceiro) dia útil após o exercício da Opção de Ações Suplementares.
Documentos da Oferta	O Contrato de Colocação, o Termo de Adesão dos Coordenadores Contratados, o Termo de Adesão das Instituições Consorciadas, o Contrato de Estabilização, o Contrato de Empréstimo e o Contrato de Colocação Internacional.
Dólar, Dólar norte-americano ou US\$	Moeda corrente dos Estados Unidos.
EBITDA	Medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, que consiste no lucro antes de juros e despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação, amortização e exaustão. O EBITDA não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do lucro líquido ou do lucro operacional, como indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
EBITDA Ajustado	Medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras. No cálculo do EBITDA Ajustado, a Companhia desconsidera do cálculo do EBITDA os efeitos decorrentes de adesão ao REFIS, por serem de exercícios anteriores. O EBITDA Ajustado não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. O EBITDA Ajustado não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do lucro líquido ou do lucro operacional, como indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
Estatuto Social	Estatuto Social da Companhia.
EUA ou Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Formulário de Referência	Formulário de Referência da Companhia elaborado nos termos da Instrução CVM nº 480.
IASB	<i>International Accounting Standards Board.</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i> ou Práticas Contábeis adotadas internacionalmente, conforme editadas pelo IASB.
IGP-M	Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getulio Vargas.
Instituições Consorciadas	Corretoras de títulos e valores mobiliários credenciadas junto à BM&FBOVESPA que foram contratadas para participar da Oferta, por meio da assinatura de Termos de Adesão.

Instituição Financeira Escrituradora ou Corretora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Instituições Participantes da Oferta	Os Coordenadores da Oferta, os Coordenadores Contratados e as Instituições Consorciadas, considerados em conjunto.
Instrução CVM nº 325	Instrução da CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada.
Instrução CVM nº 358	Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Instrução CVM nº 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM nº 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Investidores Institucionais	Investidores Institucionais Locais e Investidores Institucionais Estrangeiros, considerados em conjunto.
Investidores Institucionais Estrangeiros	Investidores institucionais qualificados (<i>qualified institutional buyers</i>) nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A do <i>Securities Act</i> , e nos demais países (exceto nos Estados Unidos e no Brasil) considerados <i>non-U.S. persons</i> , de acordo com o Regulamento S, editado ao amparo do <i>Securities Act</i> , que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos da Resolução CMN nº 2.689, da Instrução CVM nº 325 e da Lei nº 4.131.
Investidores Institucionais Locais	Investidores pessoas físicas, jurídicas e clubes de investimento cujas ordens individuais ou globais de investimento excedam R\$300.000,00 (trezentos mil reais), fundos de investimento, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados na forma da regulamentação da CVM.
Investidores Não Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas, residentes e domiciliados no País, que não sejam considerados Investidores Institucionais, bem como clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, que decidam participar da Oferta de Varejo com pedidos de investimento de, no mínimo, R\$3.000,00 (três mil reais) e, no máximo, R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que preencham o Pedido de Reserva, durante o Período de Reserva, de acordo com os procedimentos previstos para a Oferta de Varejo.
ISO	<i>International Organization for Standardization</i> ou Organização Internacional de Padronização.
J.P. Morgan	Banco J.P. Morgan S.A.
JUCEMG	Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Valores Mobiliários	Lei nº 6.385, de 7 de novembro de 1976, conforme alterada.

Lei nº 4.131	Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada.
Licença Ambiental de Instalação	Licença ambiental que autoriza a instalação do empreendimento ou atividade, nos termos da Resolução do CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA no qual as companhias se comprometem, voluntariamente, a adotar práticas de governança corporativa adicionais em relação às exigidas pela legislação.
NYSE	New York Stock Exchange.
Oferta	Distribuição pública primária de Ações a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM nº 400, e coordenada pelos Coordenadores da Oferta, com a participação dos Coordenadores Contratados e das Instituições Consorciadas, incluindo esforços de colocação das Ações no exterior, para Investidores Institucionais Estrangeiros, esforços estes que serão realizados pelos Agentes de Colocação Internacional.
Oferta de Varejo	Distribuição de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20% da totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais) realizada prioritariamente junto a Investidores Não Institucionais.
Oferta Institucional	Oferta realizada junto a Investidores Institucionais.
Offering Memoranda	O <i>Preliminary Offering Memorandum</i> e o <i>Final Offering Memorandum</i> com seus aditamentos e complementos, se houver, considerados em conjunto.
OHSAS	<i>Occupational Health and Safety Assessment Services</i> ou Serviços de Avaliação de Saúde e Segurança Ocupacional.
Opção de Ações Suplementares	Opção outorgada por nós ao Coordenador Líder, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400, para distribuição das Ações Suplementares, sendo destinadas a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta, a ser exercida pelo Coordenador Líder, no prazo de até 30 dias contados do dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação tenha sido tomada em comum acordo pelos Coordenadores da Oferta.
Pedido de Reserva	Formulário específico celebrado em caráter irrevogável e irretratável, para reserva de Ações no âmbito da Oferta de Varejo, firmado por Investidores Não Institucionais.
Período de Colocação	Prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação do Anúncio de Início, para que os Coordenadores da Oferta efetuem a colocação das Ações.
Período de Distribuição	O período que se iniciará na data de publicação do Anúncio de Início e se encerrará na data de publicação do Anúncio de Encerramento, até o limite de 6 (seis) meses a partir da data de publicação do Anúncio de Início.

Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM nº 400: (i) nossos administradores ou controladores, (ii) administradores ou controladores de quaisquer das Instituições Participantes da Oferta ou de quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional, (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta, ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii) e (iii) anteriores.
PIB	Produto Interno Bruto.
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	As práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei das Sociedades por Ações, nas normas e regulamentos emitidos pela CVM, nos pronunciamentos contábeis, instruções e orientações emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON.
Prazo de Exercício da Opção de Ações Suplementares	O prazo de até 30 dias, a contar do dia útil seguinte à data da publicação do Anúncio de Início, em que o Coordenador Líder poderá exercer a Opção de Ações Suplementares.
Preço por Ação	No contexto da Oferta estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R\$10,00 e R\$13,00. Ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado fora desta faixa indicativa. O Preço por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> .
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	O procedimento de coleta de intenções de investimento conduzido pelos Coordenadores da Oferta junto a Investidores Institucionais, no Brasil, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, em consonância com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, III da Lei das Sociedades por Ações, e com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM nº 400.
Prospecto Definitivo	Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Empresa de Cimentos Liz S.A.
Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Empresa de Cimentos Liz S.A.
Real ou R\$	Moeda corrente do Brasil.
REFIS	Programa de Recuperação Fiscal instituído por meio da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.
Registro da Oferta	Registro a ser concedido pela CVM para a realização da Oferta.
Regra 144A	Rule 144A do <i>Securities Act</i> editada pela SEC.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento de listagem no Novo Mercado, editado pela BM&FBOVESPA.
Regulamento S	Regulation S do <i>Securities Act</i> editada pela SEC.
Resolução CMN nº 2.689	Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada.
SEC	United States Securities and Exchange Commission.

Securities Act	O <i>Securities Act</i> de 1933 dos Estados Unidos emitido pela SEC, conforme alterado.
SNIC	Sindicato Nacional da Indústria do Cimento.
US GAAP	Práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva	O valor mínimo de pedido de investimento de R\$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) por Investidor Não Institucional.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação da Companhia

A Cimentos Liz é constituída sob a forma de sociedade anônima, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.920.299/0001-51, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 31.3.000.4475.1.

Sede Social

Nossa sede social está localizada na Avenida Portugal, nº 700, CEP 33200-000, na cidade de Vespasiano, no Estado de Minas Gerais.

Diretoria de Relações com Investidores / Atendimento aos Acionistas

Nossa Diretoria de Relações com Investidores, a qual realiza atendimento aos acionistas, localiza-se em nossa sede social. O Sr. Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos é o responsável por esta diretoria e pode ser contatado através do telefone (55 31) 2138-2328, fax (55 31) 2138-2202 e endereço de correio eletrônico dri@cimentosliz.com.br.

Auditores Independentes da Companhia

BDO Auditores Independentes.

Novo Mercado

Nossas ações serão listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA e serão negociadas sob o código “CLIZ3”.

Jornais nos quais divulga informações

Nossas informações são divulgadas no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal Diário do Comércio de Minas Gerais. Os avisos e anúncios relativos à Oferta serão também publicados no Valor Econômico.

Site na Internet

Nosso site na Internet está disponível no endereço: www.cimentosliz.com.br.

Informações Adicionais sobre a Oferta

Informações complementares sobre a Oferta poderão ser obtidas junto: (1) à Companhia, em nossa sede social e site na Internet (no website clicar em “Prospecto Preliminar”, na página principal); (2) ao Coordenador Líder, localizado na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 4º andar, CEP 04538-132, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, site: <http://www.itau.com.br/pj/itaubba/prospectos/index.htm>, clicar em “OfertaPública de Ações da CimentosLiz – Prospecto Preliminar”); (3) ao J.P. Morgan localizado na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 13º andar, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, site: www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/brazil/pt/business/prospectos/cimentosliz; (4) ao BTG Pactual, localizado na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º andar, CEP 04538-133, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, site: <https://www.btgpactual.com/home/AreasdeNegocios.aspx/BancodeInvestimento> (no menu à esquerda, clicar em “Mercado de Capitais” e, depois, no menu que aparecerá à direita, clicar em “2011”); (5) à XP Investimentos, na Av. das Américas, nº 3.434, bloco 7, 2º andar, salas 201 a 208, CEP 22640-102, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, site: www.xpi.com.br/ipo.aspx (neste website clicar, abaixo da seção Empresa de Cimentos LIZ, em “Prospecto Preliminar”); (6) ao BCG Brasil, na Av. Rua Joaquim Floriano, nº 960, 17º andar, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, site: <http://www.bcgbrasil.com.br/Divulgacaoinformacoes/Paginas/Divulgação-Informacoes.aspx> (neste website clicar em “Empresa de Cimentos Liz – Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações”); (7) à BM&FBOVESPA, site: www.bmfbovespa.com.br; e (8) à CVM, localizada na Rua 7 de Setembro, nº 111, 5º andar, CEP 20050-901, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, ou na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, site: www.cvm.gov.br. As informações constantes no nosso site não são parte integrante deste Prospecto Preliminar, nem se encontram incorporadas por referência a este Prospecto Preliminar.

Formulário de Referência

Informações detalhadas sobre nós, nossos negócios e nossas operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência, elaborado nos termos da Instrução CVM nº 480, que se encontra anexo a este Prospecto.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

Este sumário contém um resumo das nossas atividades, experiência, estratégia comercial, informações financeiras e operacionais. Esta seção não contém todas as informações sobre nossa Companhia que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento nas Ações. O Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na Seção “Fatores de Risco relacionados à Oferta”, iniciada na página 62 deste Prospecto. Além disso, antes de tomar uma decisão de investimento, o investidor deve analisar as nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, assim como o nosso Formulário de Referência, inclusive suas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado”, nas páginas 94 a 129 deste Prospecto.

Visão Geral

Somos um produtor de cimento regional e independente, focado no mercado dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, os dois maiores pólos consumidores de cimento do Brasil, responsáveis por mais de 1/3 do consumo nacional, tendo neste mercado uma participação de cerca de 8%. Acreditamos que nosso posicionamento estratégico, como um produtor independente dos grandes grupos do setor, sem concreteiras próprias (não verticalizado), com estrutura logística com grande capacidade de distribuição e uma qualidade de produto reconhecida, permite grande fidelização dos nossos clientes. Há 34 anos fornecemos à nossa diversificada base de clientes no Brasil cimento de alta qualidade, produzido em nossa fábrica, localizada a apenas 25 km do centro de Belo Horizonte e situada junto à jazida de calcário e à ferrovia. Cerca de 50% das nossas vendas são dirigidas ao comércio de materiais de construção e 50% ao mercado industrial e consumidor final.

Nossa fábrica é uma das maiores plantas industriais integradas de cimento do Brasil, em termos de produção, o que nos garante economias de escala significativas. Temos capacidade instalada de aproximadamente 2,0 milhões de toneladas de cimento por ano, e pretendemos atingir uma capacidade de produção anual de aproximadamente 4,5 milhões de toneladas no final de 2012 e de 4,9 milhões de toneladas no final de 2013 após a conclusão da expansão cujo início já está em curso.

A fábrica está localizada sobre a jazida e possui acesso, por via expressa, ao centro de Belo Horizonte, e por ferrovia às principais cidades da Região Sudeste do Brasil, inclusive a São Paulo e Rio de Janeiro, onde temos dois grandes terminais rodoviários próprios para atender estes mercados com pontualidade de entrega e de forma competitiva. Adicionalmente, contamos com mais dois grandes centros de distribuição rodoviários alugados, localizados no interior do Estado de São Paulo.

Nossa jazida de excelente qualidade tem reservas suficientes para mais de 100 anos de exploração, ao nível de produção anual que pretendemos alcançar após conclusão da expansão que já está em curso.

Atuamos com a marca **LIZ®**, marca de cimento quase centenária do Grupo Champalimaud. Temos qualidade reconhecida pelo mercado, sendo desde 1990 até hoje, um produtor de cimento brasileiro com todos os seus produtos com qualidade certificada pela ABNT.

Em 2010, vendemos 1,8 milhão de toneladas de cimento, com faturamento bruto de R\$495,1 milhões, líquido de R\$363,1 milhões e EBITDA Ajustado de R\$79,7 milhões. A tabela abaixo apresenta nossas informações financeiras selecionadas nos períodos indicados:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2010	2009	2008
Receita líquida (em R\$ milhões).....	363,1	335,8	307,1
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾ (em R\$ milhões).....	79,7	49,8	12,1
Margem do EBITDA Ajustado ⁽²⁾	22,0%	14,8%	3,9%
Lucro Líquido (em R\$ milhões).....	28,6	3,4	(46,8)
Margem líquida ⁽³⁾	7,9%	1,0%	(15,2%)
Volume de vendas (em mil toneladas/ano)	1,8	1,7	1,7
Endividamento de curto prazo (em R\$ milhões).....	24,9	74,5	56,5
Endividamento de longo prazo (em R\$ milhões)	147,2	159,1	209,6
Endividamento Total (em R\$ milhões)	172,1	233,6	266,1

⁽¹⁾ O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada por nós, conciliada com nossas demonstrações financeiras. O EBITDA Ajustado consiste no lucro antes de juros e despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação, amortização e exaustão, desconsiderando os efeitos decorrentes de adesão ao REFIS, por serem de exercícios anteriores. O EBITDA Ajustado não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. Divulgamos o EBITDA Ajustado porque o utilizamos para medir nosso desempenho. O EBITDA Ajustado não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do lucro líquido ou do lucro operacional, como indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

⁽²⁾ EBITDA Ajustado dividido pela receita operacional líquida.

⁽³⁾ Lucro líquido do exercício dividido pela receita operacional líquida.

Plano de Modernização e Expansão

Entendemos que o momento atual do setor de cimento no Brasil é extraordinariamente favorável para absorver o aumento da nossa capacidade de produção, tendo em vista o crescimento sem precedentes do setor de obras públicas e de construção civil, bem como os projetos governamentais para desenvolvimento de infraestrutura no País, principalmente com foco na Copa do Mundo de 2014 e nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Com nosso plano de modernização e expansão, já em curso, pretendemos aumentar nossa produção e eficiência operacional para aproveitar ainda mais este momento de esperado crescimento no setor.

Nosso plano de modernização e expansão iniciado em 2008 será realizado em duas fases, a saber:

- Primeira Fase (em curso): contempla a instalação da 4^a moagem de cimento, com capacidade de 1,2 milhão de toneladas por ano, que começou em 2006, com conclusão prevista para maio de 2011; e a modificação e modernização do forno atualmente existente, com previsão de conclusão até dezembro de 2011, o que nos proporcionará uma capacidade nominal de produção de 3,2 milhões de toneladas de cimento por ano. Esta fase trará maior eficiência energética e térmica, bem como maior grau de substituição de combustíveis fósseis por outros alternativos, especialmente resíduos e biomassa;
- Segunda Fase: contempla a construção de um segundo forno com capacidade de produção de 1,6 milhão de toneladas de clínquer por ano (instalação licenciada e em negociação com fornecedores de equipamentos); um moinho de cimento com capacidade de 1,2 milhão de toneladas por ano (instalação licenciada e em negociação com fornecedores de equipamentos); e um conjunto de dois fornos de pozolana com capacidade anual de 480 mil toneladas (com pedido de licença ambiental em curso) e um moinho com capacidade de 450 mil toneladas por ano (com pedido de licença ambiental a iniciar), com os quais visamos alcançar uma capacidade de produção de cerca de 4,5 milhões de toneladas de cimento por ano, a partir do final de 2012, e de 4,9 milhões de toneladas no final de 2013; e, ainda, dois conjuntos de cogeração de energia elétrica para aproveitar o gás quente expelido pelas chaminés, gerando 40% da energia consumida por nós, simultaneamente a uma significativa melhoria em sustentabilidade ambiental.

Pretendemos, com a expansão, potencializar o uso da infraestrutura existente, bem como melhorar significativamente a performance dos equipamentos atuais, através da redução de consumos térmicos e de energia elétrica, aumento da atividade de cozineração de resíduos, e utilização de equipamentos de maior desempenho, trazendo-nos ganhos de eficiência e produtividade significativos, com uma produção ambientalmente sustentável.

Acreditamos que a alavancagem da infraestrutura existente permite-nos realizar a expansão referida com um custo de investimento significativamente mais baixo do que um empreendimento novo. Adicionalmente, acreditamos que a rapidez da concretização da expansão – por já termos solicitado a Licença Ambiental para expansão da capacidade de exploração da mina e já possuirmos a Licença Ambiental de Instalação dos equipamentos para a primeira fase e para parte da segunda fase do projeto, assim como pela disponibilidade de entrega dos equipamentos principais no mercado internacional em função de desistências de encomendas devido à crise financeira mundial – nos traz uma oportunidade ímpar de capturar o atual momento favorável do mercado de cimento, com baixo risco do empreendimento.

Acreditamos que os seguintes pontos favorecem o sucesso de nossa expansão:

- Atuação em setor em forte crescimento, com oferta hoje no seu limite;
- Posicionamento mercadológico (centros de distribuição estrategicamente posicionados);
- Qualidade reconhecida;
- Infraestrutura já existente;
- Equipamentos de grande porte, beneficiando de economias de escala;
- Equipamentos de tecnologia de ponta;
- Principais licenças ambientais (para a primeira e parte significativa da segunda fase do projeto) obtidas em 2008 relacionadas à expansão e modernização da fábrica de cimento;
- Estimadas jazidas para mais de 100 anos; e
- Equipe especializada e eficiente.

Pontos Fortes

Acreditamos possuir vários pontos fortes, que agregam valor ao nosso negócio e nos permitem manter nossa posição de destaque no mercado de fabricação e venda de cimento, dentre os quais destacamos:

Atuação em setor importante para os principais vetores de crescimento do Brasil, com demanda em forte expansão e oferta atual no seu limite.

Acreditamos que o setor de cimento no Brasil passa por um momento bastante favorável, em vista das tendências macroeconômicas positivas, da forte demanda e da capacidade de produção atual plenamente ocupada, o que poderá conduzir à escassez do produto e ao aumento nos preços vigentes.

O consumo de cimento no Brasil cresceu aproximadamente 15,2% em 2010 e, entre 2005 e 2010, evoluiu em média 9,6%, de acordo com o SNIC. No entanto, em termos *per capita*, a demanda no Brasil ainda é baixa em comparação com outros mercados. Os últimos números oficiais disponibilizados pelo SNIC apontam que a média mundial de consumo *per capita* em 2008 foi de 422 quilogramas, ao passo que o consumo no Brasil em 2010 só atingiu 272 quilogramas por habitante. Se considerarmos como referência o consumo *per capita* médio mundial de 2008, o Brasil ainda tem uma margem de crescimento de cerca de 34% a atingir de consumo *per capita*.

Além disso, acreditamos que a demanda por cimento tende a continuar em forte expansão no País, por conta de diversos fatores como o aumento do PIB e da renda disponível, a melhor distribuição de renda, a disponibilidade de crédito com custo decrescente, a redução do desemprego, o crescimento sem precedentes do setor imobiliário e de construção civil e os projetos governamentais para o desenvolvimento da infraestrutura no País, com foco na Copa do Mundo de 2014, Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, PAC (Plano de Aceleração de Crescimento), programas “Minha Casa Minha Vida”, trem de alta velocidade ligando as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas, além da necessidade imperiosa de investimento maciço em saneamento básico.

Em relação à oferta, acreditamos que a utilização da capacidade de produção de cimento no Brasil encontra-se plenamente ocupada. Em 2009 o Brasil importou 391 mil toneladas de cimento, de acordo com o SNIC, e estimamos que as importações tenham se elevado para cerca de 1,0 milhão de toneladas de cimento e clínquer em 2010. A construção de novas fábricas, bem como a expansão das atualmente existentes, dependem de licenciamentos ambientais complexos e morosos, razão pela qual não visualizamos um crescimento suficiente na oferta de cimento em um curto espaço de tempo para atender a demanda previsível. Adicionalmente, acreditamos que os projetos de aumento de capacidade já anunciados pelos fabricantes de cimento, em sua grande maioria, ainda não estão licenciados, pelo que o seu prazo de maturação poderá ser longo.

Eficiência industrial e logística.

A grande qualidade e dimensão dos nossos equipamentos e a grande produção concentrada em um único local nos permitem fabricar produtos mais homogêneos, obter maior produtividade, ganhos de escala e diluir custos fixos. Além disso, a matéria-prima da jazida chega à fábrica por uma correia transportadora de 1,8 km, sendo o *layout* da fábrica compacto e em linha, o que nos permite ser eficientes na logística interna quanto à movimentação de matérias-primas e de insumos. Possuímos equipamentos de alta performance com grande fiabilidade e disponibilidade, produzindo com alto padrão de qualidade.

Adicionalmente, estamos estrategicamente localizados próximos a grandes centros consumidores na região Sudeste, que em 2010 representou 46% da demanda por cimento do País, de acordo com informação divulgada pelo SNIC, e a somente 25 km do centro de Belo Horizonte, nosso principal mercado consumidor. Assim, acreditamos que nossa localização nos proporciona grande eficiência logística, fator crítico de competitividade em nosso mercado.

Além disso, possuímos dois grandes terminais de distribuição rodoviários localizados na região metropolitana das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (este último momentaneamente desativado por insuficiência de produção), que são abastecidos pela nossa frota de 98 vagões graneleiros, e mais dois terminais de distribuição rodoviários no interior do Estado de São Paulo. Todos eles estão estrategicamente localizados em regiões de alto consumo, o que, acreditamos, confere competitividade e eficiência na comercialização dos nossos produtos.

Qualidade diferenciada dos nossos produtos e serviços.

Fabricamos cimento de alta qualidade, com regularidade no “tempo de pega” e na “resistência”. A regularidade no “tempo de pega” e na curva da “resistência” gera maior produtividade no uso do cimento, uma vez que confere maior previsibilidade e eficiência para o cliente. A constância destas características permite ao cliente determinar a quantidade de cimento necessária com maior precisão e, assim, não haver desperdício em seu processo produtivo.

Temos produtos com qualidade reconhecida pelo mercado e certificada pela ABNT.

Além da marca de qualidade certificada pela ABNT, este organismo governamental nos certifica, ainda, quanto ao Sistema de Gestão de Qualidade, conferindo-nos Certificado de Qualidade ISO 9001; quanto ao Sistema de Gestão Ambiental, conferindo-nos Certificado de Qualidade ISO 14001; e, ainda, quanto ao Sistema de Gestão da Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho, conferindo-nos o Certificado OHSAS 18001 (aprovado em 2 de fevereiro de 2011).

Somos, ainda, membro do Conselho Mundial de Negócios para o Desenvolvimento Sustentável (*World Business Council for Sustainable Development – WBCSD*), entidade internacional que visa à preservação do meio ambiente e à saúde e segurança dos trabalhadores, fazendo parte dos comitês “Sustentabilidade no Cimento” e “Saúde e Segurança dos Trabalhadores”.

Aliada à elevada qualidade e regularidade dos nossos produtos, objetivamos atingir um alto padrão de qualidade dos serviços e pontualidade da entrega, o que acreditamos nos proporciona maior fidelidade da clientela, por ser um fator altamente valorizado por nossos clientes.

Mix equilibrado de clientes.

Possuímos um mix equilibrado de clientes entre vendas ao comércio de materiais de construção e vendas aos clientes industriais e consumidor final, o que acreditamos que nos traz menor volatilidade no volume de venda e menor dependência quanto a cada um dos clientes. Em 2010, 46% de nossas vendas foram realizadas no segmento industrial e consumidor final, comparado com a média nacional de 30% para este segmento, de acordo com o último levantamento do SNIC em 2009.

Acreditamos que clientes industriais consomem produtos de maior valor agregado, uma vez que a qualidade e regularidade são muito relevantes neste segmento. Tais clientes estão dispostos a pagar mais por produtos de elevada qualidade e regularidade, o que permite a ambos obter maior rentabilidade. Adicionalmente, o custo unitário por tonelada vendida da administração comercial é menor e este segmento apresenta maior nível de fidelização aos fornecedores.

Nossa Estratégia

Nossas principais estratégias são:

Ocupar o mercado face ao previsível desequilíbrio entre oferta e demanda na região natural de nossa atuação.

Acreditamos, com base em informações divulgadas pelo Cimento.org e pelo SNIC (entidades independentes que analisam o setor), que na região sudeste do Brasil ocorrerá, até 2014, um crescimento da demanda de cimento de cerca de 8% ao ano, o que nos permite supor hoje que, em 2014, o mercado da região Sudeste venha a atingir cerca de 37,6 milhões de toneladas, comparado a cerca de 27,3 milhões de toneladas consumidas em 2010. Isto é, segundo nossas estimativas, em 2014 o consumo anual deverá ser 10,3 milhões de toneladas superior àquele observado em 2010. Por sua vez, acreditamos que a nova oferta prevista até 2014, incluindo a nossa, deverá ser insuficiente para satisfazer totalmente este acréscimo da demanda, devendo continuar a haver importação de cimento e/ou escassez de produto.

Nesta expectativa e tendo em vista a excelente capacidade logística subaproveitada que temos, queremos aproveitar esta oportunidade única – de crescimento da demanda no curto prazo – para vir a ocupar uma nova parcela do mercado, em função da previsível insuficiência da oferta em nossa região de atuação, com a produção decorrente da nossa expansão. Inclusive, pretendemos voltar ao mercado do Rio de Janeiro, onde já atuamos durante mais de 30 anos, através da reativação do nosso Terminal rodoviário localizado na Baixada Fluminense, que se encontra fechado há cerca de 1 ano e meio por insuficiência de produção.

Focar em ganhos de eficiência.

Buscaremos continuamente aprimorar nossa estrutura operacional, por meio da utilização de equipamentos de alta tecnologia e desempenho, que permitam a redução dos consumos térmicos e de energia elétrica e o aumento da disponibilidade dos equipamentos, assim como o aumento da confiabilidade operacional.

Neste sentido, pretendemos instalar até 2011 equipamentos de tecnologia alemã, de qualidade reconhecidamente superior, dentre os quais destacamos: (i) um moinho vertical, que é o estado da arte em moagem de cimento, (ii) uma câmara de combustão, que acreditamos ser a primeira a entrar em operação na América do Sul, que permite um aumento significativo no uso de resíduos e de biomassa como fonte de energia térmica em substituição ao uso de combustíveis fósseis, e (iii) um novo resfriador de clínquer. Acreditamos que esta modernização permitirá uma redução de até 20% no custo de energia no processo produtivo, o que, conjuntamente com o aumento da produção, permitirá aumentar nossa eficiência, competitividade e margens.

Aplicar estratégias específicas para cada segmento de mercado.

No segmento industrial, que acreditamos ser um importante vetor de crescimento do consumo de cimento em função da tendência de industrialização da construção civil, pretendemos continuar desenvolvendo produtos customizados para atender a demandas específicas destes clientes. Adicionalmente, pretendemos continuar focando na regularidade da qualidade e da entrega dos nossos produtos, bem como nos manter desvinculados de concreteiras, permitindo-nos manter o foco no nosso negócio principal e evitando sermos concorrentes diretos de nossos clientes.

No segmento do comércio de materiais de construção, pretendemos fortalecer nosso relacionamento com pequenos e médios revendedores, tendo em vista que este canal de distribuição corresponde a 70% das vendas de cimento no Brasil, sendo caracterizado pela grande pulverização dos pontos de venda. Segundo a ANAMACO, em novembro de 2010 existiam aproximadamente 138 mil lojas de materiais de construção no Brasil. Pretendemos também manter uma ampla equipe própria de vendas, com conhecimento técnico, dedicada e focada no desenvolvimento do relacionamento e fidelização de clientes e na comercialização dos nossos produtos e também o monitoramento em tempo real do mercado.

Atuar na prestação de serviço de coprocessamento visando à preservação do meio ambiente.

Além da fabricação de cimento, também atuamos na prestação de serviços de coprocessamento de resíduos. Nossos clientes nos pagam para incinerar seus resíduos industriais, que são incinerados no nosso forno de clínquer, o que nos permite substituir parte do consumo de combustíveis fósseis em nossa fábrica, contribuindo, desta forma, para a preservação do meio ambiente. Esta atividade, quando consistentemente realizada, é uma fonte de receita, e ainda reduz as despesas com o consumo de combustíveis fósseis. Em 2010, cerca de 7% da energia utilizada em nossa matriz calórica foi proveniente do coprocessamento de resíduos e do consumo de biomassa. Nosso plano de modernização e expansão prevê passarmos este percentual de combustíveis alternativos para uma faixa superior a 25%, após realizada a modernização e a construção da segunda linha de produção.

Adicionalmente, planejamos manter a atividade de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, bem como de soluções alternativas de produção, visando à redução de custos de produção, ganho de eficiência, produtos mais adequados a nichos de mercado e menor emissão de CO₂.

Principais Fatores de Risco

Eventual falha ou interrupção no fornecimento de energia elétrica pela CEMIG poderá causar impacto negativo sobre nossos negócios.

Obtemos a energia elétrica necessária para o funcionamento de nossos equipamentos da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, por meio de um contrato de compra e venda de energia elétrica no valor total aproximado de R\$611 milhões e vencimento em 31 de dezembro de 2025. Na hipótese de eventual falha ou interrupção no fornecimento de energia elétrica pela CEMIG, não podemos garantir que teremos acesso a outras fontes de energia elétrica nas condições e preço atualmente contratados com a CEMIG e, considerando que a energia elétrica representa um custo relevante na produção de cimento, poderemos sofrer uma redução em nossas margens de lucro, prejudicando, dessa forma, nossos resultados financeiros.

O setor cimenteiro está sujeito às instabilidades e volatilidades dos preços de insumos, principalmente da energia elétrica, dos combustíveis e do frete marítimo, fato que poderá afetar adversamente as companhias que atuam no setor, inclusive nós.

A produção de cimento utiliza grande quantidade de energia elétrica, de modo que eventual racionamento, interrupção na transmissão ou falta de energia elétrica podem paralisar a produção e inviabilizar projetos que estejam em estágio avançado de desenvolvimento. Em qualquer uma dessas situações, a produção das companhias que atuam no setor, inclusive nós, cairia significativamente, afetando negativamente nossas receitas.

Os preços por nós praticados estão diretamente ligados aos preços da energia elétrica e dos combustíveis (inclusive frete marítimo necessário à sua importação) necessários para a fabricação do cimento e para o seu transporte rodoviário, além de outros insumos como embalagens, carvão mineral, coque de petróleo, escórias e gessos. Caso ocorra aumento nos preços da energia elétrica, inclusive em decorrência de um aumento brusco na tarifa sobre a transmissão de energia elétrica pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, dos combustíveis, do frete marítimo e/ou de outros insumos, os preços praticados no mercado de cimento serão afetados, o que pode gerar uma redução nas margens de lucro das companhias que atuam no setor, prejudicando o seu desempenho e causando efeitos adversos no setor cimenteiro em geral e, consequentemente, em nós.

O setor cimenteiro possui natureza cíclica e variações na oferta e demanda, inclusive reduções decorrentes de eventual diminuição das atividades do setor de construção civil, podem afetar negativamente as companhias que atuam no setor, inclusive nós.

O setor de cimentos possui natureza cíclica, em virtude dos períodos de crescimento e declínio diretamente relacionados aos aumentos e às diminuições da demanda e oferta de cimento, decorrentes das condições econômicas. Historicamente, o aumento ou a manutenção da oferta sem a contrapartida esperada por parte da demanda fez com que os preços do cimento no mercado doméstico caíssem.

Adicionalmente, o setor cimenteiro está intimamente ligado ao setor da construção civil. Diversos fatores – como redução de investimentos, diminuição no poder aquisitivo da população, aumento das taxas de juros, entre outros – podem acarretar uma diminuição das atividades de construção civil e, consequentemente, da demanda por cimento, o que pode causar uma redução do preço do cimento.

Ainda, mesmo que haja forte demanda por cimento, nossos planos de investimento em infraestrutura podem não se concretizar e a expectativa de aumento na produção para atender a essa demanda poderá ser frustrada.

Não há como assegurar que os níveis de demanda e preços do cimento permanecerão nos níveis atuais. Uma eventual redução de preços pode ter efeitos negativos sobre os resultados e operações da indústria cimenteira e, consequentemente, em nós.

As condições políticas e econômicas podem ter impacto direto nos nossos negócios. O governo brasileiro exerce influência significativa na economia brasileira.

O Governo Federal intervém frequentemente na economia do País, na política monetária, fiscal e cambial. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo governo para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. Nossos negócios, resultados e condição financeira podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, incluindo os custos (inclusive de energia elétrica e combustível) e efeitos de iniciativas governamentais para administrar a conjuntura econômica, bem como por:

- flutuações das taxas de câmbio;
- alterações na inflação;
- alterações nas taxas de juros;
- crises energéticas;
- alterações na política fiscal;
- disponibilidade dos mercados de capitais;
- taxas de gastos do consumidor; e
- outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Quaisquer das referidas alterações poderiam prejudicar a demanda de produtos no mercado doméstico ou o custo e a disponibilidade das matérias primas que nós necessitamos, prejudicando, dessa forma, nossos resultados financeiros.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo, podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais doméstico, afetando adversamente nossos negócios, condição financeira e resultados. Caso os cenários político e econômico se deteriorem, poderemos arcar com uma elevação nos nossos custos financeiros.

Ademais, as interrupções nos mercados de crédito e em outros mercados financeiros e a deterioração da conjuntura econômica nacional e mundial poderão, entre outras coisas: (i) ter impacto negativo sobre a demanda, o que poderia acarretar a redução de nossas vendas, lucro operacional e fluxos de caixa; (ii) fazer com que os clientes ou consumidores finais deixem de consumir nossos produtos; (iii) dificultar ou encarecer a obtenção de financiamento para as operações ou investimentos ou refinanciamento da nossa dívida no futuro; (iv) fazer com que os credores modifiquem suas políticas de risco de crédito e dificultem ou encareçam a concessão de qualquer renegociação ou disputa de obrigações de natureza técnica ou de outra natureza nos termos dos contratos de dívida, caso nós venhamos a pleiteá-las no futuro; (v) prejudicar a situação financeira de alguns de nossos clientes ou fornecedores; e (vi) diminuir o valor dos nossos investimentos.

A instabilidade das taxas de juros e índices de inflação pode afetar nossos negócios.

Parte das nossas dívidas, perfazendo o montante de €74,37 milhões e R\$6,45 milhões em 31 de dezembro de 2010, está sujeita a taxas de juros e índices variáveis, tais como TJLP e Euribor, conforme comentado na seção 10.2. “b)” do Formulário de Referência anexo a este Prospecto (página 228). Na hipótese de elevação dessas taxas e/ou índices, os custos e os pagamentos do serviço da nossa dívida sofrerão um acréscimo. Neste caso, nossos negócios, condição financeira e o resultado de nossas operações poderão ser afetados negativamente, em decorrência de maiores despesas financeiras. Para maiores informações sobre o nosso endividamento, ver item 10.1 “f” do Formulário de Referência anexo a este Prospecto (página 207).

IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, AUDITORES E CONSULTORES

Companhia

Empresa de Cimentos Liz S.A.

Avenida Portugal, nº 700

CEP 33200-000 Vespasiano – MG

At.: Sr. Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos

Telefone: (55 31) 2138-2433

Fax: (55 31) 2138-2202

E-mail: paulovasconcelos@cimentosliz.com.br

www.cimentosliz.com.br

Coordenadores da Oferta

Banco Itaú BBA S.A. (Coordenador Líder)

At.: Sr. Adriano Lima Borges

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 4º andar

São Paulo – SP, CEP 04538-132

Telefone: (55 11) 3708-8000

Fax.: (55 11) 3708-8107

E-mail: adriano.borges@itaubba.com.br

www.itaubba.com.br

Banco J.P. Morgan S.A.

At.: Sr. Altamir Silva

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 13º andar

São Paulo – SP, CEP 04538-905

Telefone: (55 11) 3048-3700

Fax: (55 11) 3048-3760

E-mail: altamir.b.silva@jpmorgan.com.br

www.jpmorgan.com.br

Banco BTG Pactual S.A.

At.: Sr. Fabio Nazari

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º andar

São Paulo – SP, CEP 04538-133

Telefone: (55 11) 3383-2000

Fax: (55 11) 3383-2001

E-mail: fabio.nazari@btgpactual.com

www.btgpactual.com.br

Advogados da Companhia no Brasil**Barbosa, Müssnich & Aragão Advogados**

At.: Sr. Atademes Branco Pereira

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, nº 1455, 10º andar

São Paulo – SP, CEP 04543-011

Telefone: (55 11) 2179-4600

Fax: (55 11) 2179 – 4597

E-mail: abp@bmalaw.com.br

Advogados da Companhia no Exterior**Skadden, Arps, Slate, Meagher & Flom LLP**

At.: Sr. Richard S. Aldrich, Jr.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3311, 7º andar

São Paulo – SP, CEP 04538-133

Tel: (11) 3708-1830

Fax: (11) 3708-1845

E-mail: richard.aldrich@skadden.com

Advogados dos Coordenadores no Brasil

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados

At.: Sr. Sergio Spinelli

Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 477

São Paulo – SP, CEP 1403-001

Tel: (11) 3147-7500

Fax: (11) 3147-7770

E-mail: spinelli@mattosfilho.com.br

Advogados dos Coordenadores no Exterior

Davis Polk & Wardwell LLP

At.: Sr. Manuel Garciadiaz

450 Lexington Avenue

Nova Iorque, NY 10017, Estados Unidos

Tel: (01 212) 450-6095

Fax: (01 212) 701-5428

E-mail: manuel.garciadiaz@davispolk.com

Auditores da Companhia

BDO Auditores Independentes

At.: Sr. Antônio de Padua Soares Pelicarpo

Rua Paraíba, nº 1174, 2º andar

Belo Horizonte – MG, CEP 30130-141

Tel: (55 31) 3118-0000

Fax: (55 31) 3118-0013

E-mail: padua@bdobrazil.com.br

Declarações da Companhia e do Coordenador Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400

As declarações da Companhia e do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400, encontram-se anexas ao presente Prospecto Preliminar, nas páginas 403 e 404.

APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES DA OFERTA

Banco Itaú BBA S.A. – Coordenador Líder

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. Com trajetória marcada por associações bem-sucedidas e visão para oferecer os melhores produtos e serviços para empresas, o Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas *corporate* do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 31 de dezembro de 2009, o Itaú BBA apresentou os seguintes resultados: ativos de R\$126,9 bilhões, patrimônio líquido de R\$6,34 bilhões e lucro líquido de R\$1,8 bilhão.

A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo, por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para *underwriting*, *hedge*, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do Banco Central para operar subsidiária em Bahamas e atender demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Finaciadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base sólida de capital e liquidez do Itaú e a especialização e destacadat atuação do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e rapidamente consolidou como um importante *player* de mercado em fusões e aquisições, *equities* e renda fixa local. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o Banco Central aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área *corporate* do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo, tendo como desafio ser o melhor banco de atacado, investimento e tesouraria da América Latina.

Atividade de Investment Banking do Itaú BBA

A área de *investment banking* do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de *Deposit Receipts* (“DRS”), ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais e possui reconhecida e premiada estrutura independente de pesquisa.

Em 2009, o Itaú BBA atuou como coordenador e *bookrunner* de ofertas públicas iniciais e subsequentes que totalizaram R\$14,2 bilhões. No *ranking* da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID (“ANBID”), o banco fechou o ano de 2009 em primeiro lugar em número de ofertas com participação no mercado de 13,7%.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes diversos produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, *commercial papers, fixed* e *floating rate notes*, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e certificados de recebíveis imobiliários (CRI). Em 2009, o Itaú BBA participou de operações de debêntures e notas promissórias que totalizaram R\$18 bilhões e operações de securitização que atingiram R\$1,4 bilhão. De acordo com o *ranking* da ANBID, o Itaú BBA foi classificado em primeiro lugar no *ranking* 2009 de distribuição de operações em renda fixa e securitização. As participações de mercado somaram, respectivamente, 24% e 20%.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções eficientes para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. A área detém acesso amplo e privilegiado a investidores estratégicos e financeiros para assessorar clientes na viabilização de movimentos societários. De acordo com o *ranking* de fusões e aquisições da Thomson Finance, com base no número de operações realizadas em 2009, o Itaú BBA ficou em primeiro lugar, com 28 transações.

Adicionalmente, o Itaú BBA tem sido amplamente reconhecido como um dos melhores bancos de investimento do Brasil por instituições como Global Finance, Latin Finance e Euromoney. Nos últimos três anos, foi considerado o melhor Banco de Investimento no Brasil, pela revista Global Finance, publicação americana especializada em análises sobre empresas e instituições financeiras dos cinco continentes.

Banco J.P. Morgan S.A. – Coordenador da Oferta

O J.P. Morgan está presente no Brasil desde a década de 60. Em setembro de 2000, como resultado da fusão entre o J.P. Morgan e o Banco Chase Manhattan S.A., consolidou-se como um banco de atacado e de investimentos. No começo de 2004, a holding J.P. Morgan Chase & Co. adquiriu o Bank One Corp., o que aumentou a presença da instituição financeira nas regiões do meio-oeste e sudoeste dos Estados Unidos e também fortaleceu a atuação no segmento de cartões de crédito.

No Brasil, o J.P. Morgan atua em diversas áreas. O *investment banking* oferece assessoria em finanças corporativas com relação a fusões e aquisições, reestruturações corporativas, emissão de títulos de dívida no mercado internacional, emissão de ações e gerenciamento de riscos financeiros, entre outros; *Local Markets, Sales & Trading* oferece produtos de tesouraria a clientes corporativos e institucionais; *Equities* disponibiliza serviços de corretora, *market-maker*, subscrições e operações com derivativos e de *american depositary receipts*; *Private Bank* assessoria investimentos a pessoa física de alta renda; *Treasury and Securities Services* oferece serviços de pagamento e recebimento, liquidação e administração de investimentos.

O J.P. Morgan faz parte do J.P. Morgan Chase & Co. (NYSE: JPM), uma instituição financeira com atuação global e ativos de aproximadamente US\$2,0 trilhões em 31 de dezembro de 2009, segundo relatórios financeiros divulgados aos investidores. O J.P. Morgan atua com empresas, investidores institucionais, *funds*, governos e indivíduos afluentes em mais de 100 países, conforme informação disponibilizada no *website* do J.P. Morgan Chase & Co.

Em 2008, foi o primeiro banco na história a consolidar as posições de liderança mundial nos mercados de Fusões e Aquisições, Emissão de Dívida e Emissão de Ações, segundo dados da Dealogic e Thomson. No mercado de Emissão de Ações especificamente, o J.P. Morgan é o líder mundial desde 2007, segundo a Dealogic (*Global Equity* e *Equity Linked*). Essa liderança e a posição do J.P. Morgan estão refletidas nas premiações obtidas, tendo recebido um recorde de 8 prêmios da revista IFR, que resumiu seu artigo mencionando que nunca durante a longa história da premiação um banco foi tão dominante. O J.P. Morgan também foi a única instituição financeira a ser escolhida como uma das empresas mais influentes do mundo pela publicação Business Week.

Por dois anos consecutivos, 2008 e 2009, o J.P. Morgan foi escolhido pela publicação Latin Finance como o “Best Equity House in Latin America”. Essa premiação reflete a posição do J.P. Morgan na liderança da maior parte das mais relevantes transações da região como as ofertas da Visanet, Cemex, Brasil Foods, Natura, Vale, Fleury entre outras. Essa posição de liderança no Brasil e América Latina é respaldada por uma plataforma de produtos completa, incluindo dívida conversível, bem como uma força de vendas mundial que colocou em 2009 US\$303 bilhões em ações em 395 transações, 39% a mais que o segundo colocado.

Em 2009, o J.P. Morgan recebeu o prêmio “Best Investment Bank in Latin America”, enquanto que em 2008, o banco recebeu o prêmio “Best M&A House in Latin America”, ambos concedidos pela Latin Finance. Os constantes investimentos realizados pelo J.P. Morgan em sua equipe de *equity research* renderam à instituição, também em 2009, o prêmio “#1 Equity Research Team in Latin America” concedido pela Institutional Investor. Além destes, nos últimos anos, o J.P. Morgan recebeu os prêmios “Bank of the Year”, “Equity House of the Year”, “Bond House of the Year”, “Derivatives House of the Year”, “Loan House of the Year”, “Securitization House of the Year”, “Leveraged Loan House of the Year”, “Leveraged Finance House of the Year”, “High-Yield Bond House of the Year”, “Financial Bond House of the Year”, “Latin America Bond House of the Year”, concedidos pela International Financing Review.

Banco BTG Pactual – Coordenador da Oferta

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões & aquisições, wealth management, asset management e sales & trading (vendas e negociações).

No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque e Hong Kong. Na área de wealth management, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde asset management a planejamento de corporate finance.

Na área de investment banking, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo empresas, governos, hedge funds, patrocinadores financeiros, empresas de private equity, bancos, corretoras e gestores de ativos.

O BTG Pactual é o líder no ranking de ofertas de ações do Brasil de 2004 a dezembro de 2010 pelo número de operações, participando de um total de mais de 100 operações no período, segundo o Ranking ANBIMA de Originação em Renda Variável, publicado pela ANBIMA. É líder em Equity Capital Markets em 2010, em volume e número de ofertas, segundo a Dealogic. Além disso, ficou em 1º lugar em 2009 em volume de ofertas, de acordo com a ANBIMA. O BTG Pactual é o líder no Ranking de Fusões & Aquisições do Brasil em 2010, segundo Thomson Reuters, tendo sido assessor financeiro exclusivo da Cosan na Joint Venture com a Shell, da Telemar na parceria estratégica com a Portugal Telecom e da Tam em sua Joint Venture com a Lan Airlines.

O BTG Pactual foi eleito, em 2010, *Financial Advisor of the Year (Financial Times / Merger Market)*, *Best Investment Bank* do Brasil (LatinFinance) e *Best Equity House* da América Latina (LatinFinance). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam sete vezes o título de “Best Equity House Latin America” (Euromoney de 2002 a 2005, 2007 a 2008 e 2010). Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010 como o “Brazil’s Equity House of the Year” (Euromoney).

Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de *equity research*, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de “#1 Equity Research Team Latin America” de 2003 a 2007 (Institutional Investor). No entanto, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi reconhecido pela sua atuação nos últimos oito anos, como primeiro colocado no ranking da Institutional Investor de 2003 a 2009 e segundo colocado em 2010, segundo o ranking publicado pela revista Institutional Investor.

O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de Oferta Públcas de Renda Variável, participando das ofertas de *follow-on* do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, EcoRodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de *follow-on* das empresas nas quais participou em sua abertura de capital. Em 2011, já realizou as seguintes ofertas: *follow-on* de Tecnisa, Direcional e Ternium e o IPO de QGEP.

O BTG Pactual também oferece serviços de sales and trading (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Os especialistas em produtos, setores e países oferecem consultoria e execução de fusões e aquisições de primeira linha. Na área de asset management, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes private, empresas e parceiros de distribuição.

APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES CONTRATADOS

XP Investimentos CCTVM S.A. – Coordenador Contratado

Fundada em 2001, a XP proporciona o acesso dos seus clientes a uma gama de produtos e serviços financeiros em um único provedor, por meio das suas principais divisões de negócio: Corretora de Valores, Gestão de Recursos de Terceiros, Corretagem de Seguros, Finanças Corporativas e Educação Financeira.

Até o ano de 2007, a XP criou a XP Educação, que fornece os cursos de investimentos para seus alunos e potenciais clientes, fez a aquisição da AmericaInvest, corretora situada no RJ, e lançou a área institucional da corretora e a XP Corretora.

Em 2008, a XP conquistou o primeiro lugar no Ranking Assessor na Bovespa, e foi a primeira corretora a lançar um fundo de capital protegido. Ademais, a XP se consolidou como a instituição financeira que mais cresceu no mercado brasileiro.

Em 2009, a XP conquistou o 1º lugar no ranking de volume das corretoras independentes e atinge a marca de 100.000 alunos. Neste ano, a XP Finance é criada, braço da XP com o intuito de desenvolver o mercado de renda fixa no Brasil.

A XP sustenta seu crescimento com base na educação financeira, tendo capacitado mais de 200.000 alunos, e no acesso facilitado do investidor ao mercado, por meio de seus 250 escritórios afiliados e mais de 2.500 assessores de investimentos, posicionando-se em 1º lugar no ranking de assessores na Bovespa.

Como resultado de sua estratégia, atualmente, a XP é reconhecida pela presença no varejo, sendo líder nesse segmento (mais de 100.000 clientes) e é líder no ranking geral das corretoras independentes do País em 2010, segundo a BM&FBOVESPA.

A XP está entre as 25 companhias vencedoras do prêmio “As Empresas Mais Inovadoras do Brasil em 2009”, promovido pela revista Época Negócios, em parceria com o Fórum de Inovação da FGV-Eaesp, sendo a única corretora premiada.

A XP, ainda, integra o ranking das 25 melhores empresas para se trabalhar no estado do Rio de Janeiro, segundo pesquisa realizada em 2009 e 2010 pelo Great Place to Work Institute (GTW), em parceria com a Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-RJ).

Em 2010, a XP recebeu um aporte de capital do fundo de *private equity* Actis no valor de R\$100 milhões, destinados à viabilização do crescimento acelerado da corretora como um todo. A Actis não tem nem terá envolvimento algum com a gestão da empresa.

A XP participa ativamente do mercado de renda variável. Entre as últimas ofertas em que atuou como corretora consorciada, destacam-se: Petrobras, Banco do Brasil, CETIP, Direcional, Marfrig, Energias do Brasil, Iguatemi, Cyrela, CCR, Santander, Brookfield e Tivit. Como coordenador contratado: OSX e Renova.

A XP também participa de ofertas públicas na Bovespa e Bovespa Mais como coordenador e coordenador contratado. No ano de 2011, a XP participou da oferta da Autometal S.A. em Fevereiro.

A XP também possui um papel de destaque no mercado secundário, ativando a demanda por meio de operações de derivativos e trading. Vale destacar, também, o Programa XP Empresas, pelo qual atinge investidores institucionais e de varejo, proporcionando a elevação da negociação dos ativos trabalhados pelo Programa no mercado secundário. Hoje, já consta também com um programa de formador de mercado com mais de 6 clientes entre eles: General Shopping, Trisul, Banco Pine, Ecodiesel, MPX e BHG. Atualmente está em 3º lugar no ranking dos formadores de mercado no Brasil.

Banco Caixa Geral – Brasil, S.A. – Coordenador Contratado

O Banco Caixa Geral – Brasil, S.A. (BCG Brasil) é subsidiária da Caixa Geral de Depósitos (CGD), maior grupo financeiro português, que opera em 23 países, na Europa, Ásia, África e América, com particular presença nos Países de Língua Oficial Portuguesa.

A Caixa Geral de Depósitos, matriz e controladora a 100% do BCG Brasil, apresenta importantes indicadores financeiros e ocupa uma posição destacada no contexto financeiro internacional, tais como um total de ativos em dezembro de 2010 de Euro 125,9 bilhões, e um Patrimônio Líquido de Euro 7,9 bilhões, tendo um único acionista detentor de 100% de seu capital, o Estado Português, não sendo uma empresa listada em Bolsa de Valores.

O BCG Brasil é um banco múltiplo que opera com carteiras comercial, de câmbio e de investimento, tendo iniciado suas atividades operacionais em 1º de abril de 2009.

Tendo como estratégia ser um banco de atacado e de investimento, o BCG Brasil procura, servindo-se da rede do Grupo, apoiar as ligações comerciais e de investimento que os seus clientes brasileiros realizam na Europa ou em África e os movimentos dos clientes do grupo no Brasil.

A importância estratégica da presença no Brasil e a dimensão dos movimentos empresariais de e para o Brasil, está expressa no reforço do investimento que o grupo decidiu realizar no país.

O BCG Brasil possui uma oferta integrada de serviços financeiros, a qual abrange financiamentos em moeda local e moeda estrangeira, garantias, derivativos, câmbio e aplicações financeiras e operações de banco de investimento. Como banco de investimento, o BCG Brasil tem focado na assessoria a financiamento de projetos, a fusões e aquisições, a financiamentos estruturados e a operações de mercado de capitais.

O Grupo Caixa Geral de Depósitos formalizou um acordo de parceria com o Grupo Banif que prevê a aquisição de 70% do capital da Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A., um negócio que inclui um importante Home Broker (Corretora online) no Brasil. Esta aquisição, em fase de aprovação perante os Órgãos regulatórios de Portugal e do Brasil, reforçará a capacidade do Grupo Caixa Geral de Depósitos nas atividades de Banco de Investimento, permitindo atuação ampla e consistente no mercado de capitais brasileiro. A corretora será uma importante ferramenta para as suas atividades no Brasil junto a pessoas físicas, empresas e investidores institucionais.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

2. INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

- Sumário da Oferta
- Informações sobre a Oferta
- Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta
- Destinação dos Recursos
- Fatores de Risco Relacionados à Oferta
- Considerações sobre Estimativas e Declarações acerca do Futuro
- Operações Vinculadas à Oferta
- Capitalização
- Diluição

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções “Sumário da Companhia - Nossos Principais Fatores de Risco” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta”, a partir das páginas 18 e 62, respectivamente, bem como nos itens 4 e 5 do Formulário de Referência e nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, páginas 94 a 129 anexos a este Prospecto, para melhor compreensão das nossas atividades e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Segue abaixo um resumo dos termos da Oferta:

Companhia	Empresa de Cimentos Liz S.A.
Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
Agente Estabilizador	Itaú BBA, agindo por intermédio de sua corretora Itaú Corretora de Valores S.A.
J.P. Morgan	Banco J.P. Morgan S.A.
BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
Coordenadores Contratados	XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Banco Caixa Geral – Brasil, S.A.
Coordenadores da Oferta	Coordenador Líder, J.P. Morgan e BTG Pactual, considerados em conjunto.
Instituições Consorciadas	Corretoras de títulos e valores mobiliários credenciadas junto à BM&FBOVESPA que foram contratadas para participar da Oferta, por meio da assinatura de Termos de Adesão.
Agentes de Colocação Internacional	Itau BBA USA Securities, Inc., J.P. Morgan Securities, LLC., BTG Pactual US Capital Corp., Caixa – Banco de Investimento, S.A. e Banco Comercial Português S.A.
Instituições Participantes da Oferta	Os Coordenadores da Oferta, Coordenadores Contratados e as Instituições Consorciadas, quando referidos em conjunto.
Contrato de Colocação	Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações de Emissão da Empresa de Cimentos Liz S.A., a ser celebrado entre nós, os Coordenadores da Oferta e a BM&FBOVESPA, na qualidade de interveniente anuente.
Contrato de Colocação Internacional	<i>Placement Facilitation Agreement</i> , contrato a ser celebrado entre nós e os Agentes de Colocação Internacional, a fim de regular o esforço de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional.
Contrato de Estabilização	Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Empresa de Cimentos Liz S.A., a ser celebrado entre nós, o Coordenador Líder e a Corretora.
Instituição Financeira Escrituradora ou Corretora	Itaú Corretora de Valores S.A.

Oferta	Distribuição pública primária de Ações a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM nº 400, e coordenada pelos Coordenadores da Oferta, com a participação dos Coordenadores Contratados e das Instituições Consorciadas, incluindo esforços de colocação das Ações no exterior, para Investidores Institucionais Estrangeiros, esforços estes que serão realizados pelos Agentes de Colocação Internacional.
Ações	As ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de nossa emissão, que serão distribuídas na Oferta, excluídas as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, salvo se de outra forma for mencionado.
Ações Adicionais	Lote adicional de até 20% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), ou seja, de até 9.540.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, que poderão ser subscritas no âmbito da Oferta, a critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº 400.
Ações Suplementares	Lote suplementar de até 15% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), ou seja, de até 7.155.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, que poderá ser distribuído mediante o exercício da Opção de Ações Suplementares, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400.
Opção de Ações Suplementares	Opção outorgada por nós ao Coordenador Líder, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400, para distribuição das Ações Suplementares, sendo destinadas a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta, a ser exercida pelo Coordenador Líder, no prazo de até 30 dias contados do dia útil seguinte à data de Publicação do Anúncio de Início de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrelocação tenha sido tomada em comum acordo pelos Coordenadores da Oferta.
Preço por Ação	No contexto da Oferta estima-se que o Preço por Ação está situado entre R\$10,00 e R\$13,00, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado fora desta faixa estimativa. O Preço por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> .
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser conduzido pelos Coordenadores da Oferta junto a Investidores Institucionais, no Brasil, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, em consonância com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, III da Lei das Sociedades por Ações e com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM nº 400.
Valor Total da Oferta	R\$548.550.000,00, considerando o preço médio de R\$11,50 por Ação, que é o ponto médio da faixa indicativa de preços apresentada na capa deste Prospecto e a colocação apenas das ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais).

Público Alvo da Oferta	As Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações objeto da Oferta, nos termos da Instrução CVM nº 400 e conforme previsto no Contrato de Colocação, por meio da Oferta de Varejo e da Oferta Institucional, sendo que (i) a Oferta de Varejo será realizada junto a Investidores Não Institucionais; e (ii) a Oferta Institucional será realizada junto a Investidores Institucionais.
Oferta de Varejo	Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, as Ações serão destinadas aos Investidores Institucionais, não sendo admitidas reservas antecipadas e inexistindo valores mínimos ou máximos de investimento para os Investidores Institucionais.
Período de Reserva	Distribuição de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais) realizada prioritariamente junto a Investidores Não Institucionais.
Pedido de Reserva	Prazo para Investidores Não Institucionais efetuarem seus Pedidos de Reserva, de 21 de março de 2011 a 30 de março de 2011, inclusive.
Oferta Institucional	Formulário específico celebrado em caráter irrevogável e irretratável, para reserva de Ações no âmbito da Oferta de Varejo, firmado por Investidores Não Institucionais.
Pessoas Vinculadas	Oferta pública de distribuição das Ações realizada junto a Investidores Institucionais. Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes serão destinadas aos Investidores Institucionais, não sendo admitidas reservas antecipadas e inexistindo para estes investidores valores mínimos ou máximos de investimento e assumindo cada Investidor Institucional a obrigação de verificar se está cumprindo os requisitos acima para participar da Oferta Institucional.
Investidores Não Institucionais	Investidores que sejam, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM nº 400: (i) nossos administradores ou controladores, (ii) administradores ou controladores de quaisquer das Instituições Participantes da Oferta ou de quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional, (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta, ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii) e (iii) anteriores.
Investidores Institucionais Locais	Investidores pessoas físicas e jurídicas, residentes e domiciliados no País, que não sejam considerados Investidores Institucionais (conforme definidos abaixo), bem como clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, que decidam participar da Oferta de Varejo com pedidos de investimento de, no mínimo, R\$3.000,00 (três mil reais) e, no máximo, R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que preencham o Pedido de Reserva, durante o Período de Reserva, de acordo com os procedimentos previstos para a Oferta de Varejo.
Investidores Institucionais	Investidores pessoas físicas, jurídicas e clubes de investimento cujas ordens individuais ou globais de investimento excedam R\$300.000,00 (trezentos mil reais), fundos de investimento, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados na forma da regulamentação da CVM.

Investidores Institucionais Estrangeiros	Investidores institucionais qualificados (<i>qualified institutional buyers</i>) nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A, e nos demais países (exceto nos Estados Unidos e no Brasil) considerados <i>non-U.S. persons</i> , de acordo com o Regulamento S, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos da Resolução CMN 2.689, da Instrução CVM nº 325 e da Lei nº 4.131.
Investidores Institucionais Locais e Investidores Institucionais Estrangeiros	Investidores Institucionais Locais e Investidores Institucionais Estrangeiros, considerados em conjunto.
Período de Colocação	Prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação do Anúncio de Início, para que os Coordenadores da Oferta efetuem a colocação das Ações.
Prazo de Distribuição	Prazo para distribuição das Ações, incluindo as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, que terá início na data de publicação do Anúncio de Início e será encerrado na data da publicação do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de 6 (seis) meses contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM nº 400.
Regime de Colocação	Nos termos do Contrato de Colocação, as Ações objeto da Oferta serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta em regime de garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta de forma não solidária. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto aos Investidores Institucionais Estrangeiros serão integralmente colocadas no Brasil pelas Instituições Participantes da Oferta e obrigatoriamente subscritas, integralizadas e liquidadas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Lei do Mercado de Valores Mobiliários. A garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta consiste na obrigação não solidária de liquidação, pelos Coordenadores da Oferta, na Data de Liquidação das Ações (sem considerar as Ações Suplementares), uma vez que subscritas por investidores no mercado, não forem liquidadas por tais investidores, na proporção e até o limite individual da garantia firme prestada nos termos do Contrato de Colocação. Tal garantia firme de liquidação é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , assinado o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional e deferido o registro da Oferta pela CVM. Caso as Ações (sem considerar as Ações Suplementares) subscritas por investidores não sejam totalmente integralizadas e liquidadas pelos investidores que as subscreveram até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta liquidará, pelo Preço por Ação, na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual da garantia firme prestada nos termos do Contrato de Colocação, a totalidade do saldo resultante da diferença entre o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação por ele prestada e o número de Ações efetivamente subscritas, integralizadas e liquidadas por investidores no mercado durante a Oferta. O preço de revenda de tal saldo de Ações junto ao público, pelos Coordenadores da Oferta, durante o Prazo de Distribuição, será o preço de mercado limitado ao Preço por Ação, ficando ressaltado que as atividades de estabilização, em algumas circunstâncias, não estarão sujeitas a tais limites.

**Listagem na
BM&FBOVESPA**

As ações ordinárias de nossa emissão são listadas na BM&FBOVESPA, sob o código de negociação “CLIZ3”. Em 10 de março de 2011, nós, os membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria, o Acionista Controlador e a BM&FBOVESPA celebramos o Contrato de Participação no Novo Mercado, o qual entrará em vigor na data de publicação do Anúncio de Início. Não foi e nem será realizado qualquer registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil.

Atividade de Estabilização

O Coordenador Líder, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar atividades de estabilização de preço das Ações, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início, por meio de operações de compra e venda de ações, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi submetido à análise prévia e aprovação da BM&FBOVESPA e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º da Instrução CVM nº 400.

**Direitos, vantagens e
restrições das Ações**

As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos conferidos aos titulares de ações ordinárias de nossa emissão, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e legislação aplicável e do Regulamento do Novo Mercado, a partir da Data de Liquidação. Para mais informações, ver item 18.1 “Direitos das Ações” na página 345 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Resolução de Conflitos

Conforme estabelecido no nosso Estatuto Social, nós, nossos acionistas, administradores e membros do conselho fiscal obrigamo-nos a resolver por meio de arbitragem toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre nós, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Regulamento do Novo Mercado, no Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, a qual deve ser conduzida junto à Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, em conformidade com o regulamento da referida câmara, podendo as partes, nos termos do Capítulo 12 do mesmo regulamento, escolher de comum acordo outra Câmara ou centro de arbitragem para resolver seus litígios e também aqueles decorrentes do Contrato de Participação no Novo Mercado.

**Direito de Venda Conjunta
(*tag along rights*)**

Conforme estabelecido no nosso Estatuto Social, a contratação da alienação de nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o subscritor se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos nossos outros acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurá-los tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador alienante. Para maiores informações, ver item 18.1 “Direito das Ações” na página 345 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Restrição à Venda de Ações (*Lock-up*)

Nós, os membros da nossa administração e o Acionista Controlador celebraremos o acordo de restrição à venda de ações ordinárias de nossa emissão, por meio do qual concordaremos, sujeitos a algumas exceções, a não emitir, oferecer, vender, contratar a venda, empenhar ou de outra forma alienar, direta ou indiretamente, dentro de até 180 (noventa) dias contados da data da publicação do Anúncio de Início (“Período de *Lock-up*”), qualquer ação ou valor mobiliário conversível em, ou que represente um direito de receber nossas ações, realizar operações que tenham os mesmos efeitos ou qualquer operação de *swap*, de derivativos ou outra operação que transfira a terceiros, no todo ou em parte, qualquer das consequências econômicas da titularidade das ações, independentemente se tal operação seja realizada pela entrega das ações ou qualquer valor mobiliário, dinheiro ou outra forma, ou anunciar publicamente intenção de emitir, oferecer, vender, contratar a venda, empenhar ou de outra forma alienar, ou realizar qualquer operação de *swap*, de derivativos ou outras operações, sem o consentimento prévio e por escrito dos Coordenadores da Oferta.

Adicionalmente, durante o Período de *Lock-up*, nós, os membros da nossa administração e o Acionista Controlador concordaremos em não exigir ou exercer qualquer direito em relação ao registro de quaisquer ações ou valores mobiliários conversíveis em ou passível de permuta pelas ações de nossa emissão.

Quaisquer ações recebidas em razão do exercício das opções de compra outorgadas aos membros da nossa administração estarão também sujeitas às referidas restrições. Não obstante, as operações vedadas durante o Período de *Lock-up*, os membros da nossa administração poderão vender, empenhar, ou de outra forma alienar, direta ou indiretamente, as nossas ações: (i) para quaisquer de suas subsidiárias ou afiliadas; e (ii) para quaisquer familiares, instituições de caridade; organizações e *trusts* sem fins lucrativos, desde que, em ambos os casos, antes da referida transferência o cessionário concorde por escrito em estar vinculado às restrições de transferência de ações aqui mencionadas e que referida transferência não envolva qualquer valor em contrapartida.

Tal vedação não se aplicará nas hipóteses de (i) cessão ou empréstimo de ações que vise ao desempenho da atividade de formador de mercado credenciado pela BM&FBOVESPA; e (ii) empréstimo de ações pelo Acionista Controlador ao Coordenador Líder, para a realização das atividades de estabilização do preço das ações ordinárias de nossa emissão.

Ainda, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, os acionistas controladores da Companhia e seus administradores não poderão, nos seis meses subsequentes à data da publicação do Anúncio de Início, vender e/ou ofertar à venda quaisquer das ações de emissão da Companhia e derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a Oferta e, após esse período, os acionistas controladores e os administradores da Companhia não poderão, por mais seis meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% das ações de emissão da Companhia e derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a Oferta.

Capital Social	Nosso capital social encontra-se atualmente dividido em 128.000.000 ações ordinárias. Após a conclusão da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, nosso capital passará a ser representado por 175.700.000 ações ordinárias e, considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, 192.395.000 ações ordinárias.
Destinação dos Recursos	Pretendemos utilizar os recursos líquidos a serem auferidos por nós em decorrência da Oferta para a expansão e modernização de nossa fábrica. Para informações adicionais, ver seção “Destinação dos Recursos” na página 61 deste Prospecto.
Dividendos	O nosso Estatuto Social estabelece o pagamento de dividendo obrigatório, em cada exercício social, aos nossos acionistas, não inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, a não ser que o nosso Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com a nossa condição financeira. Nesse caso, a distribuição do dividendo obrigatório será suspensa. Para informações adicionais, ver item 3.4 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto (página 88).
Fatores de Risco	Os investidores devem ler as seções “Sumário da Companhia – Nossos Principais Fatores de Risco” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta”, a partir das páginas 18 e 62 deste Prospecto, bem como os Fatores de Risco descritos nos itens 4 e 5 nas páginas 94 e 129 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de investir em nossas Ações.
Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas	Qualquer Pedido de Reserva recebido de Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá ser cancelado pela Instituição Participante da Oferta, caso haja excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM nº 400.
Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas	Serão aceitas intenções de investimento de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> até o limite de 20% das Ações inicialmente ofertadas. Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), será vedada a colocação de Ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo suas intenções de investimento automaticamente canceladas. Nesta hipótese, os potenciais investidores devem estar cientes de que, em função da participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas durante o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , existe o risco de má formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Pessoas Vinculadas poderá provocar redução da liquidez das Ações no mercado secundário. Assim, o Preço por Ação não é indicativo de preços que prevalecerão no mercado após a Oferta. Para mais informações sobre os riscos da participação de Pessoas Vinculadas no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , ver seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta” na página 62 deste Prospecto.

Inadequação da Oferta

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, a nós, ao setor em que atuamos, aos nossos acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais ou relativos à liquidez. Ainda assim, não há nenhuma classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscriver as Ações ou, com relação à qual o investimento nas Ações seria, em nosso entendimento, inadequado.

Aprovações Societárias

A realização da Oferta, bem como seus termos e condições foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 11 de março de 2011, cuja ata será arquivada na JUCEMG e posteriormente publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal Diário do Comércio de Minas Gerais. A emissão das Ações, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, e o Preço por Ação serão aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia antes da concessão do registro da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente arquivada na JUCEMG e publicada no jornal Diário do Comércio de Minas Gerais na data de publicação do Anúncio de Início e no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais no dia útil seguinte.

Ações em Circulação no Mercado após a Oferta (Free Float)

Antes da realização da Oferta não existiam ações da Companhia em circulação no mercado. Após a realização da Oferta, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais, 47.700.000 ações ordinárias de nossa emissão, representativas de aproximadamente 27,15% de nosso capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais, um montante de até 64.395.000 ações ordinárias de nossa emissão, representativas de aproximadamente 33,47% de nosso capital social, estarão em circulação no mercado.

Cronograma da Oferta

Ver seção “Informações Sobre a Oferta – Cronograma da Oferta” na página 51 deste Prospecto.

Admissão à negociação das Ações objeto da Oferta

A negociação das Ações objeto da Oferta terá início no dia útil seguinte à publicação do Anúncio de Início.

Poder de Controle da Companhia

Antes da realização da Oferta, o Acionista Controlador possuia aproximadamente 100% das nossas ações ordinárias. Após a Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, o Acionista Controlador possuirá 72,85% de nossas ações ordinárias e, considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, ele possuirá 66,53% de nossas ações ordinárias. Portanto, ele continuará a nos controlar após a realização da Oferta. Para mais informações, os investidores devem ler o item 15. “Controle” na página 299 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

**Mecanismos de Garantia à
Dispersão Acionária**

Nosso Estatuto Social contém, em seu artigo 33, mecanismo que exige que qualquer acionista que já detiver ações ordinárias e venha, por meio de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, a adquirir o poder de controle da Companhia, e, se for o caso, tome as medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% de ações em circulação, do total do capital social da Companhia, dentro dos 6 (seis) meses subsequentes à aquisição do poder de controle da Companhia. Para maiores informações, ver item 18.2 na página 346 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Informações Adicionais

Nos termos da Instrução CVM nº 400, nós e o Coordenador Líder solicitamos o registro da Oferta perante a CVM, estando, portanto, a presente Oferta sujeita à prévia aprovação da CVM. Adicionalmente, nós solicitamos nosso registro de companhia aberta perante a CVM, o qual se encontra em análise.

Informações adicionais sobre a Oferta poderão ser obtidas perante as Instituições Participantes da Oferta nos endereços indicados na seção “Informações sobre a Oferta” na página 42 deste Prospecto.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do Capital Social da Companhia

Capital Social Subscrito e Integralizado

Na data deste Prospecto, nosso capital social é de R\$121.964.453,59, totalmente subscrito e integralizado, representado por 128.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Nosso capital social poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária, até o limite de mais 127.000.000 ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de ações ordinárias a serem emitidas e as demais condições de subscrição e integralização das ações dentro do capital autorizado.

Os quadros abaixo apresentam a quantidade de ações detidas por acionistas titulares de 5% ou mais das ações ordinárias de emissão da Companhia e por nossos conselheiros, bem como as ações mantidas em tesouraria, na data deste Prospecto e após a conclusão da Oferta, assumindo a colocação total das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais, e na hipótese de colocação total das Ações, incluindo o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta			
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias ⁽¹⁾	%	Ações Ordinárias ⁽²⁾	%
Tração S.A. ⁽³⁾	127.999.995	100	127.999.995	72,85	127.999.995	66,53
Luis de Mello Champalimaud	1	0	1	0	1	0
Outros Conselheiros	4	0	4	0	4	0
Tesouraria	0	0	0	0	0	0
Ações em circulação	0	0	47.700.000	27,15	64.395.000	33,47
Total	128.000.000	100	175.700.000	100	192.395.000	100

⁽¹⁾ Considerando a colocação total das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais.

⁽²⁾ Considerando a colocação total das Ações, incluindo o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais.

⁽³⁾ Para maiores informações sobre o capital social da Tração S.A, ver itens 15.1 e 15.2 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto (página 299).

Na hipótese de colocação total das Ações, incluindo o exercício da Opção de Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais, e na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e incluindo as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta			
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias ⁽¹⁾	%	Ações Ordinárias ⁽²⁾	%
Tração S.A. ⁽³⁾	127.999.995	100	127.999.995	70,00	127.999.995	69,10
Luis de Mello Champalimaud	1	0	1	0	1	0
Outros Conselheiros	4	0	4	0	4	0
Tesouraria	0	0	0	0	0	0
Ações em circulação	0	0	54.855.000	30,00	57.240.000	30,90
Total	128.000.000	100	182.855.000	100	185.240.000	100

⁽¹⁾ Considerando a colocação total das Ações, incluindo o exercício da Opção de Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais.

⁽²⁾ Considerando a colocação total das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e incluindo as Ações Adicionais.

⁽³⁾ Para maiores informações sobre o capital social da Tração S.A, ver itens 15.1 e 15.2 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto (página 299).

Características Gerais da Oferta

Descrição da Oferta

A Oferta consistirá na distribuição pública primária de Ações no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM nº 400 e será coordenada pelos Coordenadores da Oferta, com a participação dos Coordenadores Contratados e das Instituições Consorciadas.

Simultaneamente, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior, para Investidores Institucionais Estrangeiros, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução CMN nº 2.689, da Instrução CVM nº 325 e da Lei nº 4.131, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Institucionais Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados em conformidade com o Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado entre nós e os Agentes de Colocação Internacional.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais) poderá ser acrescida em até 15%, ou seja, até 7.155.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações (“Ações Suplementares”), conforme opção a ser outorgada pela Companhia ao Coordenador Líder, a qual será destinada a atender um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta (“Opção de Ações Suplementares”). O Coordenador Líder terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, e por um período de até 30 (trinta) dias contados do dia útil seguinte à data de publicação do Anúncio de Início, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações no momento em que for fixado o Preço por Ação seja tomada em comum acordo entre o Coordenador Líder e os demais Coordenadores da Oferta.

Adicionalmente, sem prejuízo da Opção de Ações Suplementares, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais) poderá, a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20%, ou seja, até 9.540.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações (“Ações Adicionais”).

Na emissão das Ações pela Companhia, haverá exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações, e tal emissão será realizada dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social.

A Oferta será registrada no Brasil junto à CVM, em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM nº 400. Não será realizado qualquer registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto no Brasil, junto à CVM. As Ações não poderão ser ofertadas ou subscritas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*. A Companhia e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos.

As Ações (sem considerar as Ações Suplementares) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta em regime de garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, de forma não solidária. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto aos Investidores Institucionais Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas, integralizadas e liquidadas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Lei do Mercado de Valores Mobiliários.

Montante da Oferta

O montante da Oferta é de R\$548.550.000,00, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, com base no Preço por Ação de R\$11,50, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Reserva de Capital

Dos recursos captados por meio da Oferta, 9,8% serão destinados à conta de capital social e 90,2% à reserva de capital, na forma do disposto no artigo 182, §1º, alínea “a”, da Lei das Sociedades por Ações. Para informações adicionais sobre a destinação dos recursos da Oferta, ver seção “Destinação dos Recursos” na página 61 deste Prospecto.

Quantidade, Montante e Recursos Líquidos

Os quadros abaixo indicam a quantidade de Ações, o Preço por Ação, o valor total das comissões pagas por nós aos Coordenadores da Oferta, bem como dos recursos líquidos da Oferta a ser recebidos por nós.

Sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação (R\$)⁽¹⁾	Comissões Por Ação	Recursos líquidos de Comissões (R\$)⁽²⁾
Oferta Primária.....	47.700.000	11,50	0,54	522.631.012,50
Total	47.700.000	11,50	0,54	522.631.012,50

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$11,50, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

⁽²⁾ Sem dedução de despesas da Oferta.

Levando em consideração o exercício da Opção de Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação (R\$)⁽¹⁾	Comissões Por Ação	Recursos líquidos de Comissões (R\$)⁽²⁾
Oferta Primária.....	54.855.000	11,50	0,54	601.025.664,38
Total	54.855.000	11,50	0,54	601.025.664,38

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$11,50, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

⁽²⁾ Sem dedução de despesas da Oferta.

Levando em consideração o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação (R\$)⁽¹⁾	Comissões Por Ação	Recursos líquidos de Comissões (R\$)⁽²⁾
Oferta Primária.....	64.395.000	11,50	0,54	705.551.866,88
Total	64.395.000	11,50	0,54	705.551.866,88

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$11,50, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

⁽²⁾ Sem dedução de despesas da Oferta.

Sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e levando em consideração as Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação (R\$)⁽¹⁾	Comissões Por Ação	Recursos líquidos de Comissões (R\$)⁽²⁾
Oferta Primária.....	57.240.000	11,50	0,54	627.157.215,00
Total	57.240.000	11,50	0,54	627.157.215,00

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$11,50, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

⁽²⁾ Sem dedução de despesas da Oferta.

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações

As Ações garantem aos seus titulares todos os direitos assegurados aos titulares de ações ordinárias de nossa emissão, nos termos previstos no nosso Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, dentre os quais se destacam os seguintes:

- a) direito de voto nas nossas assembleias gerais, sendo que cada ação ordinária corresponde a um voto;
- b) direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- c) no caso de nossa liquidação, direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do nosso capital social, na proporção da sua participação no nosso capital social;
- d) direito de preferência na subscrição de novas ações emitidas por nós, conforme conferido pela Lei das Sociedades por Ações, exceto no caso de emissão de ações e de debêntures conversíveis em ações, ou de bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, no qual o direito de preferência para os antigos acionistas poderá ser excluído ou ser reduzido o prazo para seu exercício;
- e) direito de alienar as ações ordinárias, nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas (*tag along*);
- f) direito de alienar as ações ordinárias em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada por nós ou pelo nosso Acionista Controlador, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações no Novo Mercado, por, no mínimo, seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e independente e indicada nos termos do Regulamento do Novo Mercado; e
- g) direito ao recebimento de dividendos integrais e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias que vierem a ser por nós declarados a partir da data de publicação do Anúncio de Início e todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações ordinárias pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo nosso Estatuto Social.

Instituições Participantes da Oferta

Os Coordenadores da Oferta convidaram os Coordenadores Contratados e as Instituições Consorciadas para participar da colocação das Ações objeto da Oferta.

Aprovações Societárias

A realização da Oferta, bem como seus termos e condições, foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 11 de março de 2011, cuja ata será arquivada na JUCEMG e posteriormente publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal Diário do Comércio de Minas Gerais. A emissão das Ações, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, e o Preço por Ação serão aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia antes da concessão do registro da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente arquivada na JUCEMG e publicada no jornal Diário do Comércio de Minas Gerais na data de publicação do Anúncio de Início e no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais no dia útil seguinte.

Procedimento da Oferta

Após o encerramento do Período de Reserva, a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, a concessão do registro da Oferta pela CVM, a assinatura do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações, em regime de garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, de forma não solidária, nos termos da Instrução CVM nº 400, por meio de duas ofertas distintas, quais sejam, a Oferta de Varejo e a Oferta Institucional, conforme descrito abaixo, observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado.

Poderá ser aceita a participação de Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM nº 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta e pelos Coordenadores Contratados, de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das Ações no mercado secundário.

As Instituições Participantes da Oferta, e/ou suas afiliadas, poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, inclusive aquelas com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações de *total return swap*). Os investimentos realizados pelas Instituições Participantes da Oferta, e/ou suas afiliadas, para proteção (*hedge*) de operações com derivativos, incluindo operações de *total return swap* não serão considerados investimentos por Pessoas Vinculadas para fins da Oferta.

Os Coordenadores da Oferta, com a expressa anuência da Companhia, elaborarão plano de distribuição das Ações, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM nº 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual leva em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta e da Companhia, observado que os Coordenadores da Oferta assegurarão (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, bem como (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores; e (iii) que as Instituições Participantes da Oferta recebam previamente exemplar deste Prospecto Preliminar para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas junto aos Coordenadores da Oferta.

Oferta de Varejo

A Oferta de Varejo será realizada exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais que realizem solicitação de reserva antecipada mediante o preenchimento do Pedido de Reserva durante o Período de Reserva, destinados à subscrição de Ações no âmbito da Oferta, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva.

No contexto da Oferta de Varejo, o montante de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20% do total das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais) será destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais.

Na eventualidade da totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais ser superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, haverá rateio, conforme disposto no item (h) abaixo.

Os Pedidos de Reserva deverão ser efetuados pelos Investidores Não Institucionais de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos itens (b), (c), (e), (i), (j) e (k) abaixo, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

- a) os Investidores Não Institucionais interessados deverão realizar reservas de Ações junto a uma única Instituição Consorciada, nas dependências da referida Instituição Consorciada, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos itens (b), (c), (e), (i), (j) e (k) abaixo, observado os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva por Investidor Não Institucional. O Investidor Não Institucional que seja Pessoa Vinculada deverá indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, sua qualidade de Pessoa Vinculada, sob pena de ter seu Pedido de Reserva cancelado pela respectiva Instituição Consorciada;
- b) caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais) não será permitida a colocação, pelas Instituições Consorciadas, de Ações junto a Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por tais investidores automaticamente cancelados;
- c) cada Investidor Não Institucional poderá estipular, no respectivo Pedido de Reserva, o preço máximo por Ação como condição de eficácia do seu Pedido de Reserva, nos termos do parágrafo 3º do artigo 45 da Instrução CVM nº 400. Caso o Investidor Não Institucional opte por estipular um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva e o Preço por Ação seja fixado em valor superior ao preço máximo por Ação estipulado por tal investidor, o respectivo Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela Instituição Consorciada que o tenha recebido;
- d) após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas e o respectivo valor do investimento dos Investidores Não Institucionais serão informados a cada um deles até as 12:00 horas do dia útil posterior à data de publicação do Anúncio de Início, pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de rateio prevista no item (h) abaixo;
- e) cada Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor indicado no item (d) acima junto à Instituição Consorciada onde houver efetuado o respectivo Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, até as 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada na qual tal reserva tenha sido realizada irá efetuar a liquidação do valor referente à reserva do Investidor Não Institucional, e o Pedido de Reserva realizado por tal Investidor Não Institucional será automaticamente cancelado pela Instituição que o tenha recebido;
- f) até as 16:00 horas da Data de Liquidação, a BM&FBOVESPA, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor Não Institucional, o número de Ações correspondente à relação entre o valor pago nos termos do item (e) acima, ressalvadas a possibilidade de desistência prevista no item (i) abaixo, as possibilidades de cancelamento previstas nos itens (b), (c) e (e) acima e (j) e (k) abaixo e a possibilidade de rateio prevista no item (h) abaixo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações;
- g) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados pelos Investidores Não Institucionais seja igual ou inferior ao montante de 10% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais) não haverá rateio, sendo todos os Investidores Não Institucionais integralmente atendidos em todas as suas reservas, e eventuais sobras no lote ofertado aos Investidores Não Institucionais serão destinadas a Investidores Institucionais;

- h) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados pelos Investidores Não Institucionais seja superior ao montante de 10% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais) será realizado o rateio de tais Ações entre todos os Investidores Não Institucionais. O critério de rateio para os Investidores Não Institucionais será a divisão igualitária e sucessiva das Ações destinadas aos Investidores Não Institucionais, entre todos os Investidores Não Institucionais, limitada ao valor individual de cada Pedido de Reserva, até que se esgote a quantidade de Ações destinada prioritariamente à colocação junto aos Investidores Não Institucionais. Opcionalmente, a critério dos Coordenadores da Oferta, a quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo poderá ser aumentada até o montante máximo de 20% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais) para que os pedidos excedentes dos Investidores Não Institucionais possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o critério de rateio aqui previsto;
- i) na hipótese de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e as informações constantes do Prospecto Definitivo, que altere substancialmente o risco assumido pelo Investidor Não Institucional, ou a sua decisão de investimento, poderá referido Investidor Não Institucional desistir do seu Pedido de Reserva após o início do Período de Colocação. Nesta hipótese, o Investidor Não Institucional deverá informar, por escrito, sua decisão de desistência do Pedido de Reserva à Instituição Consorciada que houver recebido o seu Pedido de Reserva (por meio de mensagem eletrônica, fax ou correspondência enviada ao endereço da Instituição Consorciada, conforme dados abaixo), em conformidade com os termos e no prazo estipulado no respectivo Pedido de Reserva, o qual será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada, devendo ser restituídos integralmente a tal investidor os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de 3 (três) dias úteis da data da comunicação da desistência, sem qualquer remuneração ou correção monetária e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes;
- j) na hipótese de não haver a conclusão da Oferta, ou na hipótese de resilição do Contrato de Colocação, todos os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados e cada uma das Instituições Consorciadas comunicará o cancelamento da Oferta, inclusive por meio de publicação de aviso ao mercado, aos Investidores Não Institucionais que houverem efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de 3 (três) dias úteis da data de divulgação do cancelamento da Oferta, sem qualquer remuneração ou correção monetária e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes; e
- k) na hipótese de haver descumprimento, por qualquer das Instituições Consorciadas, de quaisquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, aquelas previstas na Instrução CVM nº 400, especialmente as normas de silêncio, de emissão de relatórios e de marketing da Oferta, tal Instituição Consorciada deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, pelo que serão cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido, devendo ser restituídos integralmente aos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo de 3 (três) dias úteis da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração ou correção monetária e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes. A Instituição Consorciada a que se refere este item (k) deverá informar imediatamente aos Investidores Não Institucionais que com ela tenham feito reserva sobre o referido cancelamento.

As Instituições Consorciadas somente atenderão aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais titulares de conta-corrente bancária ou de conta de investimento nelas aberta ou mantida pelo respectivo investidor. Os Investidores Não Institucionais interessados na realização do Pedido de Reserva deverão ler cuidadosamente os termos e condições estipulados nos respectivos Pedidos de Reserva, bem como as informações constantes do Prospecto Preliminar.

A revogação, suspensão ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação. Em caso de modificação da Oferta, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente o Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada e, caso o Investidor Não Institucional não informe por escrito a Instituição Consorciada de sua desistência do Pedido de Reserva no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, será presumido que tal Investidor Não Institucional manteve o seu Pedido de Reserva e, portanto, tal investidor deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previsto no respectivo Pedido de Reserva.

Em qualquer hipótese, a revogação ou cancelamento tornam ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de 3 (três) dias úteis da data de divulgação da revogação, sem qualquer remuneração ou correção monetária, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM nº 400 e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes.

Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada junto a Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Coordenadores Contratados, não sendo admitidas reservas antecipadas para Investidores Institucionais e inexistindo valores mínimos ou máximos de investimento, assumindo cada Investidor Institucional a obrigação de verificar se está cumprindo os requisitos acima para participar da Oferta Institucional.

Caso o número de Ações objeto de ordens recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding* exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva dos Investidores Não Institucionais, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas ordens os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, e levando em consideração o disposto no plano de distribuição descrito acima, melhor atendam ao objetivo desta Oferta de criar uma base diversificada de acionistas formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação, ao longo do tempo, sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Os Investidores Institucionais deverão realizar a subscrição das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição das Ações. Os Investidores Institucionais Estrangeiros deverão realizar a subscrição das Ações por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN nº 2.689, da Instrução CVM nº 325 e da Lei nº 4.131.

Prazos da Oferta e Data de Liquidação

O prazo para a distribuição das Ações objeto da Oferta terá início na data de publicação do Anúncio de Início e se encerrará na data de publicação do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de até 6 (seis) meses, contados a partir da data da publicação do Anúncio de Início (“Prazo de Distribuição”).

Os Coordenadores da Oferta terão o prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início, para efetuar a colocação de Ações (“Período de Colocação”). A liquidação física e financeira da Oferta está prevista para ser realizada no último dia do Período de Colocação (“Data de Liquidação”). A data de início da Oferta será divulgada mediante a publicação do Anúncio de Início, em conformidade com o previsto no parágrafo único do artigo 52 da Instrução CVM nº 400.

O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante a publicação do Anúncio de Encerramento, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM nº 400.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de emissão por Ação estará situado entre R\$10,00 e R\$13,00, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa. O Preço por Ação será fixado após (i) a efetivação dos Pedidos de Reserva no Período de Reserva e (ii) a apuração do resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser conduzido pelos Coordenadores da Oferta junto a Investidores Institucionais no Brasil e pelos Agentes de Colocação Internacional no exterior, em consonância com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, III, da Lei das Sociedades por Ações e com o disposto no artigo 44 da Instrução nº CVM 400 (“Procedimento de Bookbuilding”).

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro o preço de mercado verificado para as Ações, considerando as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletada junto a Investidores Institucionais. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas será aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas ordens firmes de subscrição das Ações no contexto da Oferta, e, portanto, não haverá diluição injustificada dos nossos atuais acionistas, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, III, da Lei das Sociedades por Ações. Os Investidores Não Institucionais que efetuarem Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva no âmbito da Oferta de Varejo não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% do valor da Oferta. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM nº 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta ou pelos Coordenadores Contratados, de Ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas. A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações de nossa emissão no mercado secundário.

As Instituições Participantes da Oferta, e/ou suas afiliadas, poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, inclusive aquelas com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações de *total return swap*). Os investimentos realizados em decorrência de operações de *total return swap* não serão considerados investimentos por Pessoas Vinculadas para fins da Oferta. As Instituições Participantes da Oferta, e/ou suas afiliadas, poderão subscrever Ações como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e o preço das Ações, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

Público Alvo

A Oferta será direcionada, na Oferta de Varejo, aos Investidores Não Institucionais, e, na Oferta Institucional, aos Investidores Institucionais.

Cronograma da Oferta

Segue abaixo um cronograma das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir do protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta:

Ordem dos Eventos	Eventos	Datas previstas ⁽¹⁾
1.	Protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta	01 de fevereiro de 2011
2.	Publicação do Aviso ao Mercado (sem o logotipo das Instituições Consorciadas)	14 de março de 2011
3.	Disponibilização do Prospecto Preliminar	14 de março de 2011
4.	Início das Apresentações de <i>Roadshow</i>	14 de março de 2011
5.	Início do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	14 de março de 2011
6.	Repúblicação do Aviso ao Mercado (com o logotipo das Instituições Consorciadas)	21 de março de 2011
7.	Início do Período de Reserva	21 de março de 2011
8.	Encerramento do Período de Reserva	30 de março de 2011
9.	Encerramento das Apresentações de <i>Roadshow</i>	31 de março de 2011
10.	Encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	31 de março de 2011
11.	Fixação do Preço por Ação	31 de março de 2011
12.	Assinatura do Contrato de Colocação, do Contrato de Colocação Internacional e de outros contratos relacionados à Oferta	31 de março de 2011
13.	Início do Prazo de Exercício da Opção de Ações Suplementares	31 de março de 2011
14.	Registro da Oferta pela CVM	01 de abril de 2011
15.	Publicação do Anúncio de Início	01 de abril de 2011
16.	Disponibilização do Prospecto Definitivo	01 de abril de 2011
17.	Início da negociação das Ações da Oferta na BM&FBOVESPA	04 de abril de 2011
18.	Data de Liquidação	06 de abril de 2011
19.	Encerramento do Prazo de Exercício da Opção de Ações Suplementares	04 de maio de 2011
20.	Data Máxima de Liquidação das Ações Suplementares	09 de maio de 2011
21.	Data Máxima para Publicação do Anúncio de Encerramento	01 de outubro de 2011

⁽¹⁾ Todas as datas previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões ou prorrogações a nosso critério e dos Coordenadores da Oferta.

Nós e os Coordenadores da Oferta realizaremos apresentações aos investidores (*roadshow*), no período compreendido entre a data em que o Prospecto Preliminar for divulgado e a data em que for determinado o Preço por Ação.

Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional

O Contrato de Colocação será celebrado entre nós e os Coordenadores da Oferta, tendo como interveniente anuente a BM&FBOVESPA. Contratamos cada um dos Coordenadores da Oferta, sujeito aos termos e às condições do Contrato de Colocação, para realizar a Oferta das Ações, diretamente ou por meio dos Coordenadores Contratados e das Instituições Consorciadas, em conformidade com as disposições da Instrução CVM nº 400 e observados os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado.

Os Coordenadores da Oferta prestarão garantia firme de liquidação conforme explicado na seção “Informações sobre a Oferta – Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação”, na página 52 deste Prospecto.

Nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado entre nós e os Agentes de Colocação Internacional, na mesma data de celebração do Contrato de Colocação, os Agentes de Colocação Internacional realizarão os esforços de colocação das Ações no exterior.

O Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem o pagamento pelas Ações está sujeita a determinadas condições, como a ausência de eventos adversos relevantes a nós e aos nossos negócios, a execução de certos procedimentos pelos nossos auditores independentes, entrega de opiniões legais pelos nossos assessores jurídicos e dos Coordenadores da Oferta, bem como a assinatura de termos de restrição à negociação de Ações por nós, pelo Acionista Controlador e pelos membros de nossa administração.

De acordo com o Contrato de Colocação e com o Contrato de Colocação Internacional, assumimos a obrigação de indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

O Contrato de Colocação Internacional nos abriga a indenizar o Agentes de Colocação Internacional caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra nós e nossos administradores no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Se eventualmente formos condenados em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, tal condenação poderá ocasionar um impacto significativo e adverso para nós. Para mais informações sobre os riscos de potenciais procedimentos judiciais por parte de investidores em relação aos *Offering Memoranda*, ver seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta” na página 62 deste Prospecto.

A cópia do Contrato de Colocação está disponível para consulta ou cópia nos endereços dos Coordenadores da Oferta indicados na seção “Informações sobre a Oferta – Informações Adicionais” que se encontra na página 56 deste Prospecto.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação da Oferta

A garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta consiste na obrigação não solidária de liquidação das Ações, pelos Coordenadores da Oferta, na Data de Liquidação, uma vez que subscritas por investidores no mercado, não forem integralizadas e liquidadas por tais investidores, na proporção e até o limite individual da garantia firme prestada nos termos do Contrato de Colocação. Tal garantia firme de liquidação é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Colocação e deferido o registro da Oferta pela CVM.

Caso as Ações (exceto as Ações Suplementares) que tenham sido subscritas não sejam totalmente integralizadas e liquidadas pelos investidores que as subscreveram até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta liquidará, pelo Preço por Ação, na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Colocação, a totalidade do saldo resultante da diferença entre o número de Ações (exceto as Ações Suplementares) objeto da garantia firme de liquidação por ele prestada e o número de Ações efetivamente subscritas por investidores no mercado, mas não integralizadas e liquidadas por tais investidores. O preço de revenda de tal saldo de Ações junto ao público, pelos Coordenadores da Oferta, durante o Prazo de Distribuição, será limitado ao Preço por Ação, ficando ressaltado que as atividades de estabilização descritas abaixo, em algumas circunstâncias, não estarão sujeitas a tais limites.

Segue abaixo relação das Ações objeto de garantia firme prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares e Ações Adicionais:

Coordenador da Oferta	Quantidade de Ações	Percentual do Valor Total
Coordenador Líder	22.966.666	48,148148
J.P. Morgan	12.366.667	25,925926
BTG Pactual	12.366.667	25,925926
Total	47.700.000	100

A proporção prevista acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

Custos de Distribuição

As taxas de registro na CVM relativas à Oferta, as despesas com auditores, com advogados, comissões, impostos, taxas e outras retenções sobre comissões, bem como outras despesas descritas abaixo serão arcadas por nós. Segue, abaixo, descrição dos custos da Oferta sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e Ações Adicionais:

Comissões e Despesas	Valor (R\$) ⁽¹⁾	% em Relação ao Valor Total da Oferta ⁽¹⁾	Valor por Ação (R\$) ⁽¹⁾	% em Relação ao Preço por Ação ⁽¹⁾
Comissão de Coordenação	2.962.170,00	0,54	0,06	0,54
Comissão de Colocação	8.886.510,00	1,62	0,19	1,62
Comissão de Garantia Firme de Liquidação.....	2.962.170,00	0,54	0,06	0,54
Comissão de Incentivo	11.108.137,50	2,03	0,23	2,03
Total de Comissões.....	25.918.987,50	4,73	0,54	4,73
Tributos (Impostos, Taxas e Outros).....	2.768.325,73	0,50	0,06	0,50
Taxa de Registro na CVM.....	82.870,00	0,02	0,00	0,02
Taxa de Registro na BM&FBOVESPA	51.000,00	0,01	0,00	0,01
Despesas Provenientes da Oferta	2.902.195,73	0,53	0,06	0,53
Despesas com Auditores	320.000,00	0,06	0,01	0,06
Despesas com Advogados e Consultores	1.665.000,00	0,30	0,03	0,30
Outras Despesas	1.200.000,00	0,22	0,03	0,22
Total de Despesas	6.087.195,73	1,11	0,13	1,11
Total de Comissões e Despesas.....	32.006.183,23	5,83	0,67	5,83

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$11,50, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Contrato de Estabilização

O Coordenador Líder, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, conduzir atividades de estabilização do preço das Ações no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, inclusive. As atividades de estabilização consistirão em operação de compra e venda em bolsa de nossas ações e serão regidas pelas disposições legais aplicáveis e pelo Contrato de Estabilização, o qual será aprovado previamente pela BM&FBOVESPA e pela CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º da Instrução CVM nº 400 e do item II da Deliberação CVM nº476, de 25 de janeiro de 2005, antes da publicação do Anúncio de Início.

O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Coordenador Líder e à CVM, nos endereços indicados na seção “Informações sobre a Oferta – Informações Adicionais” na página 56 deste Prospecto.

Negociação na BM&FBOVESPA

Em 10 de março de 2011, celebramos o Contrato de Participação no Novo Mercado, o qual entrará em vigor na data da publicação do Anúncio de Início. As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código de negociação “CLIZ3”, a partir do 1º dia útil após a publicação do Anúncio de Início.

Restrição à Negociação das Ações (*Lock-up*)

Nós, os membros da nossa administração e o Acionista Controlador celebraremos acordos de restrição à venda de nossas ações, por meio dos quais concordamos, pelo prazo de 180 dias, contados da data de publicação do Anúncio de Início, sujeitos a algumas exceções, em não emitir, oferecer, vender, contratar a venda, empenhar ou de outra forma alienar, direta ou indiretamente, dentro do Período de *Lock-up*, qualquer ação ou valor mobiliário conversível em, ou que represente um direito de receber nossas ações, realizar operações que tenham os mesmos efeitos ou qualquer operação de *swap*, de derivativos ou outra operação que transfira a terceiros, no todo ou em parte, quaisquer das consequências econômicas da titularidade das ações, independentemente se tal operação seja realizada pela entrega das ações ou qualquer valor mobiliário, dinheiro ou outra forma, ou anunciar publicamente intenção de emitir, oferecer, vender, contratar a venda, empenhar ou de outra forma alienar, ou realizar qualquer operação de *swap*, de derivativos ou outra operações, sem o consentimento prévio e por escrito dos Coordenadores da Oferta.

Adicionalmente, durante o Período de *Lock-up*, nós, os membros da nossa administração e o Acionista Controlador concordamos em não exigir ou exercer qualquer direito em relação ao registro de quaisquer ações ou valores mobiliários conversíveis em ou passível de permuta pelas ações de nossa emissão.

Quaisquer ações recebidas em razão do exercício das opções de compra outorgadas aos membros da nossa Administração estarão também sujeitas às referidas restrições. Não obstante as operações vedadas durante o Período de *Lock-up*, os membros da nossa administração poderão vender, empenhar, ou de outra forma alienar, direta ou indiretamente, as nossas ações: (i) para quaisquer de suas subsidiárias ou afiliadas; e (ii) para quaisquer familiares, instituições de caridade, organizações e *trusts* sem fins lucrativos, desde que, em ambos os casos, antes da referida transferência o cessionário concorde por escrito em estar vinculado às restrições de transferência de ações aqui mencionadas e que referida transferência não envolva qualquer valor em contrapartida.

Tal vedação não se aplicará nas hipóteses de (i) cessão ou empréstimo de ações que vise ao desempenho da atividade de formador de mercado credenciado pela BM&FBOVESPA; e (ii) empréstimo de ações pelo Acionista Controlador ao Coordenador Líder, para a realização das atividades de estabilização do preço das ações ordinárias de nossa emissão.

Ainda, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, nossos acionistas controladores e administradores não poderão, nos seis meses subsequentes à data de publicação do Anúncio de Início, vender e/ou ofertar à venda quaisquer das ações de emissão da Companhia e derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a Oferta e, após esse período, nossos acionistas controladores e administradores não poderão, por mais seis meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% das ações de emissão da Companhia e derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a Oferta.

Instituição Financeira Responsável pela Escrituração das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação dos serviços de escrituração das ações ordinárias de nossa emissão é a Itaú Corretora de Valores S.A.

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta

Nós e os Coordenadores da Oferta poderemos requerer que a CVM autorize a modificação ou cancelamento da Oferta, caso ocorram alterações posteriores, relevantes e inesperadas nas circunstâncias inerentes à Oferta, existentes na data do pedido de registro de distribuição, que resultem em um aumento relevante nos riscos por nós assumidos. Adicionalmente, nós e os Coordenadores da Oferta poderemos modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 25 da Instrução CVM nº 400. Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da Oferta poderá ser adiado em até 90 dias. Se a Oferta for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes.

A revogação, suspensão ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio do Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, dos jornais Diário do Comércio de Minas Gerais e do Valor Econômico, veículos também utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM nº 400, por meio de anúncio de retificação (“Anúncio de Retificação”). Após a publicação do Anúncio de Retificação, os Coordenadores da Oferta só aceitarão ordens no Procedimento de *Bookbuilding* e as Instituições Consorciadas só aceitarão Pedidos de Reserva daqueles investidores que estejam cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados cinco dias úteis do recebimento da comunicação, não revogarem expressamente suas ordens no Procedimento de *Bookbuilding* ou seus Pedidos de Reserva. Nesta hipótese, os Coordenadores da Oferta e/ou as Instituições Consorciadas presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

Em caso de modificação da Oferta, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que os investidores estão cientes de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente o Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada. Nessa hipótese, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM nº 400. Caso o investidor não informe por escrito à Instituição Participante da Oferta sua desistência da ordem no Procedimento de *Bookbuilding* ou do Pedido de Reserva, conforme o caso, no prazo acima estipulado, será presumido que tal investidor manteve sua ordem no Procedimento de *Bookbuilding* ou seu Pedido de Reserva e, portanto, tal investidor deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previstos no Pedido de Reserva ou no boletim de subscrição, conforme o caso.

Em qualquer hipótese, a revogação ou cancelamento torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de 3 (três) dias úteis da data de divulgação da revogação, sem qualquer remuneração ou correção monetária, e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM nº 400.

Suspensão e Cancelamento da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM nº 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM nº 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o quinto dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM nº 400, no prazo de 3 (três) dias úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes.

Inadequação da Oferta

O investimento em ações representa um investimento de risco, posto que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, a nós, ao setor em que atuamos, aos nossos acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência anexo a este Prospecto, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais ou relativos à liquidez. Ainda assim, não há nenhuma classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever as Ações ou, com relação à qual o investimento nas Ações seria, no nosso entendimento e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

Informações Sobre a Companhia

Nosso objeto social compreende a exploração e o aproveitamento de jazidas minerais, o exercício da indústria e comércio de materiais de construção, importação, exportação, transporte de cargas em geral, coprocessamento e/ou queima de resíduos industriais, a participação em outras sociedades no Brasil ou no exterior, bem como a prática de todos os atos e o exercício de todas as atividades vinculadas àqueles objetos e quaisquer outras atividades cuja exploração seja resolvida pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

Informações Adicionais

Recomenda-se aos potenciais investidores que leiam este Prospecto antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações. A leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência anexo a este Prospecto possibilita uma análise detalhada dos termos e condições da Oferta, dos fatores de risco e demais riscos a ela inerentes.

Adicionalmente, recomenda-se aos Investidores Não Institucionais que entrem em contato com a sua respectiva Instituição Participante da Oferta a fim de que obtenham informações mais detalhadas acerca dos prazos estabelecidos por esta para realização dos Pedidos de Reserva, ou se for o caso, para a realização do cadastro na referida Instituição Participante da Oferta, obedecendo aos procedimentos operacionais adotados por esta.

Os investidores que desejarem obter exemplar deste Prospecto e do Formulário de Referência anexo a este Prospecto ou informações adicionais sobre a Oferta ou, ainda, a realização de Pedidos de Reserva, deverão dirigir-se, a partir da data de publicação do Aviso ao Mercado, aos seguintes endereços e páginas da rede mundial de computadores dos Coordenadores da Oferta e/ou dos Coordenadores Contratados e/ou das Instituições Participantes da Oferta e/ou da CVM.

Instituições Participantes da Oferta

Coordenador Líder

Banco Itaú BBA S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 4º andar
04538-132, São Paulo – SP
At.: Sr. Adriano Lima Borges
Fone: (11) 3708-8000
Fax: (11) 3708-8107
www.itaubba.com.br

Banco J.P. Morgan S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 13º andar
04538-905, São Paulo – SP
At.: Sr. Altamir Silva
Fone: (11) 3048-3700
Fax: (11) 3048-3760
www.jpmorgan.com.br

Banco BTG Pactual S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º andar
04538-133, São Paulo – SP
Fone: (11) 3383-2000
Fax: (11) 3383-2001
At.: Sr. Fabio Nazari
www.btgpactual.com.br

Coordenadores Contratados

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Av. das Américas 3.434, bloco 7, 2º andar, salas 201 a 208, CEP 22640-102.
Cidade e Estado do Rio de Janeiro
Fone: (11) 3526-1300
Fax.: (11) 3526-1350
At.: Sr. Henrique Loyola R. Alves
www.xpi.com.br

Banco Caixa Geral – Brasil, S.A.

Rua Joaquim Floriano, nº 960, 17º andar, Itaim Bibi
04534-004, São Paulo – SP
Fone: (11) 3509-9300
Fax: (11) 3509-4446
At.: Sr. Miguel Granado
www.bcgbrasil.com.br

Instituições Consorciadas

Informações das Instituições Consorciadas participantes da Oferta, conforme indicadas no Aviso ao Mercado. Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas poderão ser obtidas no *website* da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br).

Adicionalmente, este Prospecto poderá ser encontrado no nosso endereço eletrônico que segue: www.cimentosliz.com.br (neste *website* clicar em “Prospecto Preliminar”, na página principal).

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA E ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES CONTRATADOS

Relacionamento entre a Companhia e o Itaú BBA – Coordenador Líder

Além do relacionamento decorrente da presente Oferta, na data deste Prospecto, mantemos com o Itaú BBA e sociedades pertencentes ao seu conglomerado econômico relacionamento comercial que inclui, principalmente, a prestação de serviços bancários, descritas com maiores detalhes abaixo:

Seguros

Possuímos, nesta data, uma apólice de seguros contra acidentes pessoais contratada com sociedade integrante do conglomerado econômico do Itaú BBA, com prêmio mensal de R\$14 mil. Este contrato foi assinado inicialmente em 01 de junho de 2007, com renovações anuais, tendo atualmente vencimento previsto para 31 de maio de 2011. O valor da apólice é de R\$100 mil por sinistro.

Câmbio

Realizamos periodicamente operações de câmbio pronto com o Itaú BBA, de acordo com as nossas necessidades. No entanto o volume médio mensal de tais operações em 2010 foi nulo. Tais operações de câmbio são firmadas para viabilizar os pagamentos de importações de matérias-primas e/ou compras de equipamentos do exterior, necessários para nossas atividades. A remuneração cobrada pelo Itaú BBA para o fechamento de câmbio varia de acordo com o volume financeiro das operações e as taxas de câmbio na ocasião.

Exceto pelo disposto acima, não possuímos qualquer outro relacionamento relevante com o conglomerado econômico do Itaú BBA e, além dos eventuais ganhos decorrentes da atividade de estabilização das Ações e da remuneração prevista na seção “Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 53 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Coordenador Líder, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Entendemos que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da nossa Oferta.

O Coordenador Líder e/ou suas afiliadas poderão (i) celebrar acordos, em condições a serem acertadas oportunamente entre as partes, para assessorar a Companhia na realização de investimentos, na colocação de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução das atividades da Companhia e sociedades do seu grupo econômico; (ii) celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações de total return swap); e (iii) adquirir Ações como forma de proteção para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e o preço das Ações sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

Relacionamento entre a Companhia e o J.P. Morgan – Coordenador da Oferta

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia não mantém relações comerciais com o J.P. Morgan ou sociedades de seu conglomerado econômico. Não obstante, a Companhia poderá, no futuro, contratar o J.P. Morgan para assessorá-la na realização de investimentos, na colocação de valores mobiliários ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução das atividades da Companhia.

J.P. Morgan Securities, Inc., ou qualquer outra sociedade do conglomerado econômico J.P. Morgan, do qual o J.P. Morgan faz parte, poderão celebrar, no exterior, agindo por conta e ordem de seus clientes, operações com derivativos, tendo Ações como ativo de referência, se comprometendo, desta forma, a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações da Companhia, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações de total return swap). J.P. Morgan Securities, Inc., ou qualquer outra sociedade do conglomerado econômico J.P. Morgan, poderá adquirir Ações como forma de proteção para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e o Preço por Ação, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

Além da remuneração prevista na seção “Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 53 deste Prospecto, no Contrato de Distribuição não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao J.P. Morgan. Entendemos que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do J.P. Morgan como instituição intermediária da nossa Oferta.

Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual – Coordenador da Oferta

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia não mantém relações comerciais com o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. Não obstante, a Companhia poderá, no futuro, contratar o BTG Pactual para assessorá-la na realização de operações comerciais usuais, incluindo, entre outras, assessoria em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de nossas atividades.

O BTG Pactual Banking Limited e/ou suas afiliadas poderão celebrar, no exterior, agindo por conta e ordem de seus clientes, operações com derivativos, tendo Ações como ativo de referência, se comprometendo, desta forma, a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações da Companhia, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações de *total return swap*). O BTG Pactual Banking Limited e/ou suas afiliadas poderão adquirir Ações como forma de proteção para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e o Preço por Ação, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

Além da remuneração prevista na seção “Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 53 deste Prospecto, no Contrato de Distribuição não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao BTG Pactual.

Entendemos que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da nossa Oferta.

Relacionamento entre a Companhia e a XP Investimentos – Coordenador Contratado

Além das relações decorrentes da presente Oferta, a XP Investimentos e as sociedades do seu grupo econômico não possuem relacionamento comercial com a Companhia e demais sociedades do seu grupo econômico.

A XP Investimentos e as sociedades do seu grupo econômico poderão, no futuro, ser contratados pela Companhia e as sociedades do seu grupo econômico, de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro, para assessorar a Companhia e as sociedades do seu grupo econômico, inclusive, na realização de investimentos, na colocação de valores mobiliários ou em quaisquer outras operações necessárias para condução das atividades da Companhia e as sociedades do seu grupo econômico, pelos quais a XP Investimentos pretende ser remunerada.

A XP Investimentos e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não adquiriram e/ou venderam valores mobiliários de emissão da Companhia e de suas controladas nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

A XP Investimentos e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia e de suas controladas nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração prevista na seção “Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 53 deste Prospecto, não há qualquer outra a ser paga pela Companhia à XP Investimentos cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação da XP Investimentos como instituição intermediária da Oferta.

Relacionamento entre a Companhia e o BCG Brasil – Coordenador Contratado

Além do relacionamento referente à Oferta, mantemos relacionamento comercial com o Banco Caixa Geral Brasil e outras sociedades do seu conglomerado econômico, incluindo operações financeiras dentre as quais se destacam, na presente data, as seguintes operações:

- Aplicações em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) de emissão do Banco Caixa Geral Brasil, realizados entre Dezembro de 2010 e Fevereiro de 2011, cujo valor total é de aproximadamente R\$3,0 milhões. Tais CDBs são atualmente remunerados em 100% do CDI; e
- Emissão de Cartas de Crédito de Importação pela Sucursal Financeira Exterior da Caixa Geral de Depósitos, inicialmente em 3 de Fevereiro de 2008 e renovadas em 28 de Fevereiro de 2011, com vencimento para 30 de Junho de 2011 no montante total de aproximadamente EUR 1.607 mil. A comissão devida em decorrência da emissão de tais Cartas de Crédito ascende a 1,20% sobre o valor total da operação.

O Banco Caixa Geral Brasil e demais sociedades do seu grupo econômico, no futuro poderão ser contratados por nós e/ou nossas controladas para a realização de operações financeiras usuais, em termos e condições de mercado satisfatórios para as partes, nomeadamente para prestar serviços de banco de investimento, consultoria financeira, emissões e colocações de valores mobiliários, realização de investimentos, crédito e outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Banco Caixa Geral Brasil e demais sociedades do seu grupo econômico podem celebrar, no exterior, operações de derivativos de Ações com clientes e poderão adquirir Ações na Oferta como forma de proteção para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e o preço das Ações ou outros termos da Oferta. Exceto pelas comissões a serem recebidas no âmbito da Oferta, não há qualquer remuneração a ser paga, por nós, ao Banco Caixa Geral Brasil cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Entendemos que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação da Caixa como instituição intermediária da nossa Oferta.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

A Companhia estima que os recursos líquidos da Oferta serão de aproximadamente R\$516.543.816,77 milhões, considerando o Preço por Ação de R\$11,50, que é o ponto médio da faixa indicativa de preço constante da capa deste Prospecto, após a dedução das comissões e das despesas decorrentes ou relacionadas à Oferta, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais.

Pretendemos utilizar os recursos líquidos a serem auferidos por nós em decorrência da Oferta para a expansão e modernização de nossa fábrica com o objetivo de aumentar a nossa atual capacidade produtiva de 2 milhões de toneladas ano para 4,9 milhões de toneladas ao ano, no final de 2013. Ver seção “Sumário da Companhia – Plano de Modernização e Expansão” na página 14 deste Prospecto.

Estimamos utilizar os recursos líquidos auferidos com a Oferta conforme a tabela, sendo que os efetivos montantes poderão variar de acordo com as condições de mercado, eventuais alterações nos planos de engenharia e/ou cronograma da expansão, disponibilidade de fornecedores e eventos que não estão sob controle da Companhia, inclusive fatores descritos na seção “Considerações sobre Estimativas e Declarações acerca do Futuro” na página 65 deste Prospecto.

Destinação	% Estimado dos Recursos ⁽¹⁾
Instalação da 4ª moagem de cimento.....	11%
Instalação de um novo forno de clínquer	31%
Expansão do forno de clínquer existente	12%
Instalação de dois fornos de pozolana	11%
Investimentos em produção e logística.....	35%
Total	100%

⁽¹⁾ Recursos líquidos da Oferta, considerando o Preço por Ação de R\$11,50, após a dedução das comissões e das despesas decorrentes ou relacionadas à Oferta, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais.

Um aumento (redução) de R\$1,00 no Preço por Ação de R\$11,50, que é o ponto médio da faixa de preços indicada na capa deste Prospecto, causaria impacto no montante de aproximadamente R\$45,2 milhões sobre o valor dos recursos líquidos de comissões e despesas a serem por nós recebidos na Oferta.

Além dos recursos advindos dos resultados operacionais, a Companhia também poderá utilizar outras fontes de recursos como empréstimos bancários e outros tipos de financiamentos, preferencialmente com instituições de primeira linha, para a consecução dos objetivos acima detalhados. Vide o Fator de Risco “A Companhia poderá celebrar contratos financeiros que contenham obrigações de manutenção de índices financeiros que podem restringir sua capacidade de endividamento, bem como contemplar hipóteses de vencimento antecipado”, no item 4.1(a) do Formulário de Referência na página 94 deste Prospecto.

Para informações acerca das comissões de distribuição e estimativa de despesas, ver seção “Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 53 deste Prospecto e sobre o impacto dos recursos líquidos auferidos por nós em decorrência da Oferta em nossa situação patrimonial, ver seção “Capitalização” na página 67 deste Prospecto.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA

Antes de tomar uma decisão acerca da aquisição das nossas Ações, os potenciais investidores devem considerar cuidadosa e atentamente todas as informações contidas neste Prospecto Preliminar e, em especial, os riscos mencionados abaixo. Nossos negócios, nossa situação financeira e os resultados de nossas operações podem ser adversa e materialmente afetados por quaisquer desses riscos. O preço de mercado das Ações pode cair devido a quaisquer destes riscos, sendo que há possibilidade de perda de parte ou de todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo são os que temos conhecimento e acreditamos que, de alguma maneira, possam nos afetar. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos por nós, ou que atualmente consideramos irrelevantes, também podem prejudicar nossas atividades, nossa situação financeira e os resultados de nossas operações de maneira significativa.

Informações sobre os Fatores de Risco relativos ao Brasil, ao setor cimenteiro e à Companhia encontram-se no Formulário de Referência, exigido pela Instrução CVM nº 480. Ver seções “Fatores de Risco” e “Riscos de Mercado” do Formulário de Referência, que se encontra anexo a este Prospecto (páginas 94 e 129).

Riscos Relacionados à Oferta

Um mercado ativo e líquido para as nossas ações poderá não se desenvolver. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Ações pelo preço e na ocasião que desejarem.

Não existe, na data deste Proscpeto, um mercado ativo ou líquido para as nossas ações, não sendo possível prever em que medida o interesse dos nossos investidores ocasionarão o desenvolvimento de um mercado para a negociação das suas ações na BM&FBOVESPA, e o quão líquido poderá vir a ser este mercado.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais, como os Estados Unidos. Em 31 de dezembro de 2010, a capitalização de mercado da BM&FBOVESPA era de aproximadamente R\$2,6 trilhões, com um volume médio diário de R\$6,48 bilhões durante o período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010. O mercado de capitais brasileiro é significativamente concentrado. As 5 principais ações negociadas na BM&FBOVESPA foram responsáveis por 36,0% do volume total de ações negociadas nessa bolsa em 2010.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Ações pelo preço e ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no preço das Ações.

A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das nossas ações, inclusive pelo nosso Acionista Controlador, após a conclusão da Oferta, poderão afetar negativamente o preço de mercado de nossas ações ou a percepção dos investidores sobre nossa Companhia.

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, nos primeiros seis meses subsequentes à Oferta, após a assinatura do Contrato de Participação no Novo Mercado, nosso Acionistas Controlador e os membros da nossa administração não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das ações de nossa emissão e derivativos destas de que eram titulares, imediatamente após a efetivação da Oferta. Após esse período inicial de seis meses, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, nosso Acionista Controlador e nossos administradores não poderão, por mais seis meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% das ações de nossa emissão e derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a efetivação da Oferta. Se decidirmos emitir novas ações ou se nosso Acionista Controlador decidir vender suas ações ou, ainda, se o mercado perceber que nosso Acionista Controlador pretende alienar ações, isso poderá afetar adversamente o valor de mercado de nossas ações.

Adicionalmente, nós, os membros de nossa administração e nosso Acionista Controlador, celebraram acordos de restrição à venda das ações de nossa emissão (*lock-up*) por meio dos quais se comprometeram a, sujeitos tão somente às exceções previstas em referidos acordos, durante o período de 180 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações de sua titularidade após a liquidação da Oferta, sujeito a determinadas exceções.

Poderemos vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá afetar o preço das nossas ações e resultar em uma diluição da participação do investidor.

Poderemos vir a ter que captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas. Qualquer captação de recursos por meio da distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas pode resultar em alteração no preço de mercado das nossas ações e na diluição da participação do investidor em nosso capital social.

A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá promover a má formação de preço ou a redução de liquidez das nossas ações.

O Preço por Ação será definido com base no Procedimento de *Bookbuilding*, no qual poderão ser aceitas intenções de investimento de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas até o limite de 20% do valor da Oferta, caso a demanda verificada na Oferta seja inferior a 1/3 (um terço) à quantidade de ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM nº 400. A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá promover a má formação de preço ou a redução da liquidez esperada das ações de nossa emissão no mercado secundário, em razão do investimento realizado por tais investidores em ações de nossa emissão.

Estamos realizando uma oferta pública de distribuição de Ações, o que poderá nos deixar expostos a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreende a oferta pública de distribuição primária das nossas Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das nossas Ações no exterior, (a) nos Estados Unidos, para investidores institucionais qualificados, definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A, e (b) nos demais países (que não os Estados Unidos e Brasil), para non-U.S. Persons, com base no Regulamento S e a legislação do país de domicílio de cada investidor, em ambos os casos, que invistam no Brasil, em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução CMN nº 2.689 e da Instrução CVM nº 325 ou Lei nº 4.131, esforços esses que serão realizados pelos Agentes de Colocação Internacional. Os esforços de colocação das nossas Ações no exterior nos expõem a normas relacionadas à proteção desses investidores institucionais estrangeiros por incorreções relevantes nos *Offering Memoranda*.

Adicionalmente, somos parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que nós indenizemos tais Agentes de Colocação Internacional, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes no nos *Offering Memoranda*.

Nós também fazemos diversas declarações e garantias relacionadas ao nosso negócio e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra nós no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos, mesmo que fique provado que nenhuma incorreção foi cometida. Nossa eventual condenação em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, poderá nos afetar adversamente.

Continuaremos a ser controlados pelo atual Acionista Controlador, cujos interesses poderão diferir daqueles dos investidores.

Nosso Acionista Controlador tem o poder de nos controlar, inclusive com poderes para: (i) eleger e destituir a maioria dos membros de nosso Conselho de Administração, estabelecer a nossa política administrativa e exercer o controle geral sobre a nossa administração e de nossas controladas; (ii) vender ou de alguma forma transferir ações que representem o nosso controle por ele detidas, nos termos do nosso Estatuto Social; e (iii) determinar o resultado de qualquer deliberação de nossos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições e alienações de ativos, submetidos à aprovação dos acionistas, incluindo a venda de todos ou substancialmente todos os ativos, ou a retirada das nossas ações do Novo Mercado, assim como determinar a época de distribuição e o pagamento de quaisquer dividendos futuros.

Após a conclusão da Oferta, o Acionista Controlador será titular de ações representando mais de 50% de nosso capital social, mesmo considerando o exercício da Opção de Ações Suplementares e o acréscimo das Ações Adicionais. Enquanto o Acionista Controlador continuar a deter ou a controlar bloco significativo de direitos de voto, continuará a nos controlar. O interesse do Acionista Controlador poderá não coincidir com os interesses dos demais acionistas.

A deterioração das condições econômicas e de mercado em outros países, principalmente nos emergentes ou nos Estados Unidos, pode afetar negativamente a economia brasileira e os nossos negócios.

O mercado de títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras é influenciado, em vários graus, pela economia global e condições do mercado, e especialmente pelos Estados Unidos, pela União Européia e pelos mercados emergentes. A crise financeira iniciada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 criou uma recessão global. Mudanças nos preços de ações ordinárias de companhias abertas, ausência de disponibilidade de crédito, reduções nos gastos, desaceleração da economia global, instabilidade de taxa de câmbio e pressão inflacionária podem adversamente afetar, direta ou indiretamente, a economia e o mercado de capitais brasileiros. Crises nos Estados Unidos, na União Européia e nos mercados emergentes podem reduzir a demanda do investidor por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos por nós.

Além disso, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na BM&FBOVESPA, por exemplo, são altamente afetadas pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

Não podemos assegurar que o mercado de capitais brasileiro continuará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis as companhias brasileiras. Crises econômicas em mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos por nós. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das ações, bem como poderá afetar nosso futuro acesso ao mercado de capitais brasileiros e à financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado de nossas Ações.

Haverá diluição imediata do valor econômico de seu investimento.

Esperamos que o Preço por Ação exceda o valor patrimonial de nossas ações após a Oferta. Consequentemente, os investidores que adquirirem nossas Ações na Oferta irão sofrer imediata redução e substancial diluição do valor contábil de seu investimento. Para mais informações sobre a diluição da realização da Oferta, consulte a seção “Diluição”, na página 68 deste Prospecto.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto Preliminar inclui estimativas e declarações acerca do futuro, inclusive nas seções “Fatores de Risco Relacionados à Oferta” e “Sumário da Companhia” indicadas nas páginas 62 e 13, respectivamente.

Nossas estimativas e declarações futuras têm embasamento, em grande parte, nas expectativas atuais, estimativas das projeções futuras e tendências que afetam ou podem potencialmente vir a afetar os nossos negócios, a nossa situação financeira e os resultados de nossas operações. Embora acreditemos que estas estimativas e declarações futuras encontram-se baseadas em premissas razoáveis, estas estimativas e declarações estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições e são feitas com base nas informações de que atualmente dispomos.

Nossas estimativas e declarações futuras podem ser influenciadas por diversos fatores, incluindo, exemplificativamente:

- conjuntura econômica, política e de negócios no Brasil e, em especial, nos mercados geográficos em que atuamos;
- alterações na demanda de cimento por consumidores;
- a disponibilidade, os termos, as condições e a oportunidade para se obter autorizações, licenças e concessões governamentais;
- inflação, variação cambial e flutuações na taxa de juros;
- capacidade de dirigirmos com êxito nossos negócios no futuro, em especial a implantação do nosso plano de modernização e expansão cujo início já está em curso;
- não obtenção ou perda de licenças ambientais ou outras necessárias;
- eventos de força maior;
- a disponibilidade e os custos para captação de recursos;
- alterações nas leis, nos regulamentos, tributação e políticas governamentais que regulam as nossas atividades;
- procedimentos administrativos ou processos judiciais em que estejamos envolvidos;
- a disponibilidade de funcionários experientes;
- intervenções do governo que poderão resultar em mudanças no ambiente econômico, tributário, tarifário ou regulador no Brasil;
- a concorrência do setor de cimentos brasileiro; e
- outros fatores de risco apresentados na seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta” na página 62 deste Prospecto.

As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que não podemos assegurar que atualizaremos ou revisaremos quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não consistem em qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras, constantes neste Prospecto Preliminar. Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto Preliminar podem não vir a ocorrer e, ainda, nossos resultados futuros e nosso desempenho podem diferir substancialmente daqueles previstos em nossas estimativas em razão, inclusive, dos fatores mencionados acima. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento.

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

Não existem operações vinculadas à Oferta celebradas entre os Coordenadores da Oferta e nós, nossos acionistas ou nossos administradores. Para mais informações sobre operações envolvendo nós e os Coordenadores da Oferta, ver seção “Informações Sobre a Oferta – Relacionamento entre a Companhia e as Instituições Participantes da Oferta” na página 58 deste Prospecto.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela abaixo apresenta o nosso endividamento de curto e longo prazo, derivados das nossas demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2010, em bases efetivas e conforme ajustado para refletir o recebimento de recursos líquidos provenientes da emissão das Ações estimados em aproximadamente R\$516,5 milhões, após a dedução das comissões e despesas da Oferta a serem pagas por nós e sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares. Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, ver seção “Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 53 deste Prospecto.

	Em 31 de dezembro de 2010 – (em R\$ mil) ⁽¹⁾		
	Efetivo	% do Total	Ajustado
Disponibilidades	20.816	2,5	537.360
Empréstimos e financiamentos Circulante.....	24.952	3,0	24.952
Empréstimos e financiamentos Não Circulante.....	147.193	17,6	147.193
Capital Social	121.964	14,5	175.700
Reserva de Capital	2.556	0,3	497.371
Reserva Legal.....	4.098	0,5	4.098
Reserva de Reavaliação.....	430.028	51,3	430.028
Reserva de Lucros	107.909	12,9	107.910
Patrimônio Líquido.....	666.555	79,5	1.215.105
Capitalização Total	838.700	100,0	1.387.250

⁽¹⁾ Ajustado para refletir o recebimento de recursos provenientes da Oferta de aproximadamente R\$549 milhões, considerando o Preço por Ação de R\$11,50, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais. O ajuste nas disponibilidades considera recursos líquidos de comissões e despesas de R\$516,5 milhões.

Um aumento (redução) de R\$1,00 no Preço por Ação de R\$11,50, que é o ponto médio da faixa indicativa de preço constante da capa deste Prospecto, acarretaria em um impacto do nosso patrimônio líquido em aproximadamente R\$47,7 milhões. O valor do nosso patrimônio líquido após a conclusão da Oferta e ajustes decorrentes está sujeito, ainda, a alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

DILUIÇÃO

Em 31 de dezembro de 2010, o valor do nosso patrimônio líquido era de R\$666.555.269 e o valor patrimonial por ação correspondia, na mesma data, a R\$5,2075 por ação. O valor patrimonial representa o valor contábil total dos nossos ativos menos o valor contábil total dos nossos passivos, dividido pelo número total de nossas ações em 31 de dezembro de 2010.

Considerando a emissão das Ações no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, ofertadas pelo Preço por Ação de R\$11,50, que é o ponto médio da faixa indicativa de preço constante da capa deste Prospecto, o valor de nosso patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2010 ajustado pela Oferta, seria de aproximadamente R\$1,2 bilhão, representando aproximadamente R\$6,92 por ação.

Considerando o preço de R\$11,50 por Ação, e após a dedução das comissões e despesas da Oferta, mas sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, a realização da Oferta representaria um aumento imediato do valor patrimonial contábil por ação correspondente a aproximadamente R\$1,71 para os atuais acionistas, representando uma diluição imediata para os novos acionistas de 39,86%. Esta diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores e o valor patrimonial contábil por Ação imediatamente após a conclusão da Oferta.

O quadro a seguir ilustra a diluição por Ação, com base em nosso patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2010.

Ações	na data da Oferta (em R\$, exceto %)
Preço por Ação ⁽¹⁾	11,50
Valor Patrimonial Contábil por ação em 31 de dezembro 2010 antes da Oferta	5,21
Valor Patrimonial Contábil por ação em 31 de dezembro de 2010, ajustado após a Oferta	6,92
Diluição do Valor Patrimonial Contábil por Ação para Novos Acionistas	4,58
Percentual de Diluição para Novos Acionistas ⁽²⁾	39,86%

⁽¹⁾ Consiste no preço médio da faixa indicativa de preços constante na capa deste prospecto.

⁽²⁾ Calculado por meio de divisão entre a diluição por ação para novos acionistas e o Preço por Ação.

O Preço por Ação não guarda relação com o valor patrimonial e foi fixado com base no Procedimento de *Bookbuilding*.

Na Oferta, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, nossos atuais acionistas que optarem por não subscrever o montante proporcional de Ações necessário à manutenção da respectiva participação no nosso capital social sofrerão uma diluição acionária imediata, passando de, aproximadamente, 100% de participação no nosso capital total para 72,85% de participação.

Em comparação ao Preço por Ação de R\$11,50, que é o ponto médio da faixa indicativa de preço constante da capa deste Prospecto, informamos que os preços pagos em subscrição/aquisição de ações de nossa emissão, nos últimos cinco anos, pelo nosso Acionista Controlador e administradores foram de: (i) R\$0,54 por ação, considerando a subscrição de 132.830.554 novas ações pelo nosso Acionista Controlador no aumento de capital realizado por conversão de dívida aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2010, no valor total de R\$70.045.167,95, sendo R\$12.316.048,98 para capital social e o remanescente para reservas de capital; (ii) R\$1,00, considerando as aquisições, pelos Conselheiros, de duas ações em março de 2006 e quatro ações em março de 2007; e (iii) R\$1,00, considerando a aquisição, por membros de nosso Conselho de Administração, de quatro ações em janeiro de 2011. Cumpre mencionar que, quando da ocorrência da subscrição/aquisições mencionadas nos itens (i) e (ii), nosso capital social era representado por 1.247.658.367 ações, tendo havido, em 15 de dezembro de 2010, após o aumento de capital, grupamento de ações de 1.380.488.921 para 128.000.000. No período, não houve outras aquisições de ações de nossa emissão.

Esclarecemos que a Companhia não pretende implementar plano de opção de compra de ações para administradores tão logo a Oferta seja concretizada.

3. ANEXOS

- Formulário de Referência da Companhia
- Estatuto Social da Companhia
- Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 11 de março de 2011, aprovando a Oferta
- Minuta da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada para aprovar o preço de emissão das Ações e o aumento de capital social da Companhia
- Declarações da Companhia e do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Formulário de Referência da Companhia

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	79
---	----

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	80
2.3 - Outras informações relevantes	82

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	83
3.2 - Medição não contábeis	84
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	87
3.4 - Política de destinação dos resultados	88
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	89
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	90
3.7 - Nível de endividamento	91
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	92
3.9 - Outras informações relevantes	93

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	94
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	105
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	107
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	124
4.5 - Processos sigilosos relevantes	125
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	126
4.7 - Outras contingências relevantes	127
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	128

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	129
--	-----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	131
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	132
5.4 - Outras informações relevantes	133

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	134
6.3 - Breve histórico	135
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	136
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	138
6.7 - Outras informações relevantes	139

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	140
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	147
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	148
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	173
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	174
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	177
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	178
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	179
7.9 - Outras informações relevantes	180

8. Grupo econômico

8.1 - Descrição do Grupo Econômico	181
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	182
8.3 - Operações de reestruturação	183
8.4 - Outras informações relevantes	187

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	188
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	189

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	190
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	203
9.2 - Outras informações relevantes	204

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	206
10.2 - Resultado operacional e financeiro	228
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	229
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	230
10.5 - Políticas contábeis críticas	233
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	236
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	239
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	240
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	241
10.10 - Plano de negócios	242
10.11 - Outros fatores com influência relevante	244

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	245
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	246

12. Assembléia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	247
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	253
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	255
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	256
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	257
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	258
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	261
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladoras	262

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	263
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	267
12.12 - Outras informações relevantes	268

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	270
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	274
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	276
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	279
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	280
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	281
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	282
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	283
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	284
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	285
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	286
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	287
13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	288
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	289
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	290
13.16 - Outras informações relevantes	291

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	293
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	295
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	296

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	298
--	-----

15. Controle

15.1 / 15.2 - Posição acionária	299
15.3 - Distribuição de capital	306
15.4 - Organograma dos acionistas	307
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	308
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	309
15.7 - Outras informações relevantes	310

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	311
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	312
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	339

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social	340
17.2 - Aumentos do capital social	341
17.3 - Desdobramentos, Grupamentos e Bonificações	342
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	343
17.5 - Outras informações relevantes	344

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações	345
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	346
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	347
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	348
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	349
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	350
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	351

Índice

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor 352

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros 353

18.10 - Outras informações relevantes 354

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor 355

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria 356

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social 357

19.4 - Outras informações relevantes 358

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários 359

20.2 - Outras informações relevantes 360

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações 361

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 362

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações 363

21.4 - Outras informações relevantes 364

22. Negócios extraordinários

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor 365

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor 366

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais 367

22.4 - Outras informações relevantes 368

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos

Cargo do responsável

Diretor Presidente/Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

- a. reviram o formulário de referência
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	Sim
Código CVM	210-0
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	BDO Auditores Independentes
CPF/CNPJ	52.803.244/0024-00
Período de prestação de serviço	07/09/2009
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, bem como revisão contábil dos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2009. Auditoria das demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, bem como revisão contábil dos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2010.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total da BDO Auditores Independentes pelos serviços de auditoria prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 99.847,34.
Justificativa da substituição	Além dos serviços acima mencionados, a remuneração da BDO Auditores Independentes referente a serviços adicionais de revisão de demonstrações financeiras da Companhia foi de R\$ 11.400,00.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Competitividade da proposta.
Nome responsável técnico	Antônio de Pádua Soares Pelicarpo
Período de prestação de serviço	07/09/2009
CPF	293.142.676-87
Endereço	Rua Paraíba, 1174, 2º andar, Funcionários, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30130-141, Telefone (31) 31180000, Fax (31) 31180013, e-mail: padua@bdothailand.com.br

Possui auditor?	Sim
Código CVM	635-1
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Terco Grant Thornton Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	00.3226.016/0001-99
Período de prestação de serviço	12/11/2008 a 06/09/2009
Descrição do serviço contratado	Auditória das demonstrações contábeis para a Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, bem como revisão contábil dos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2008.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 78.000,00
Justificativa da substituição	Preparar a Companhia para a abertura de capital.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não há.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Luis Guilherme Villela Alves	12/11/2008 a 06/09/2009	713.730.986-00	Avenida Bernardino de Campos, 98, 14º andar, Paraiso, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04004-040, Telefone (11) 38864800, Fax (11) 38874800, e-mail: grantthornton@br.gt.com

2.3 - Outras informações relevantes

Para a preparação da oferta pública inicial de ações da Empresa de Cimentos Liz S.A. (“Companhia”), foram contratados, em janeiro de 2011, os auditores BDO Auditores Independentes, para análise das demonstrações financeiras em formato *International Accounting Reporting Standards - IFRS* referentes aos exercícios sociais de 2008 a 2010 com emissão da respectiva opinião, bem como revisão dos documentos da oferta e demais requisitos exigíveis pela legislação em vigor ao auditor independente. Esses serviços foram contratados pelo valor total de R\$ 320 mil.

3.1 - Informações Financeiras

	(Reais)	Últ. Inf. Contábil (02/01/2011)	Exercício social (31/12/2010)	Exercício social (31/12/2009)	Exercício social (31/12/2008)
Patrimônio Líquido	666.555.270,00	666.555.270,00	635.935.931,00	632.531.241,00	
Ativo Total	1.153.372.571,00	1.153.372.571,00	1.156.532.388,00	1.121.771.064,00	
Rec. Liq./Rec. Interméd. Fin./Prem. Seg. Ganhos	363.116.489,00	363.116.489,00	335.829.617,00	307.069.351,00	
Resultado Bruto	79.638.694,00	79.638.694,00	67.417.072,00	38.817.415,00	
Resultado Líquido	28.567.378,00	28.567.378,00	3.404.690,00	-46.757.603,00	
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	128.000.000	128.000.000	1.247.658.367	1.247.658.367	
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	5,207463	5,207463	0,509703	0,506975	

3.2 - Mediçãoes não contábeis

a) Valor

(-) débitos (+) créditos (valores em milhares de reais)

EBITDA e EBITDA Ajustado

	(R\$ milhares)	2010	2009	2008
Lucro Líquido	28.569	3.405	(46.758)	
(+) Resultado financeiro	(79.315)	(62.011)	45.640	
(+) IR / CSLL	14.070	(36.605)	(33.805)	
(+) Depreciação e Amortização	51.459	49.805	47.030	
 EBITDA	14.783	(45.406)	12.107	
(+) Efeito Refis	64.913	95.211	—	
EBITDA Ajustado (sem Refis)	79.696	49.805	12.107	

A adesão à Lei n.º 11.941/09 (Refis) gerou um impacto negativo de R\$64.913 mil e de R\$95.211 mil no EBITDA da Companhia, nos anos de 2010 e 2009, respectivamente. Sem este efeito, o EBITDA desses exercícios teria sido de R\$79.696 mil e R\$49.805 mil (EBITDA ajustado), respectivamente.

Além dos empréstimos com empresas do grupo e instituições financeiras, em razão da adesão ao parcelamento de dívidas fiscais, conforme Lei 11.941/09 (Refis), a Companhia registra no seu passivo uma dívida de R\$ 53,7 milhões a pagar em prestações mensais e iguais com vencimento em 2025.

Endividamento Líquido

	(R\$ milhares)	2010	2009	2008
Endividamento de Curto Prazo				
(+) Instituições Financeiras	288	-	-	
(+) Empresas do Grupo	24.664	74.504	56.546	
 Endividamento de Longo Prazo				
(+) Instituições Financeiras	6.161	-		
(+) Empresas do Grupo	141.032	159.113	209.612	
 Endividamento Total	172.145	233.617	266.158	
 (-) Caixa e Bancos	4	38	539	
(-) Investimentos Temporários	20.812	26.457	20.156	
 Endividamento líquido	151.329	207.122	245.463	

3.2 - Medições não contábeis

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

EBITDA

O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, que consiste no lucro antes de juros e despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação, amortização e exaustão. O EBITDA não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do lucro líquido ou do lucro operacional, como indicadores de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

EBITDA Ajustado

O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras. No cálculo do EBITDA Ajustado, a Companhia desconsidera do cálculo do EBITDA os efeitos decorrentes de adesão ao REFIS, por serem de exercícios anteriores. O EBITDA Ajustado não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP e não possui um significado padrão podendo não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. O EBITDA Ajustado não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do lucro líquido ou do lucro operacional, como indicadores de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

c) Motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

O EBITDA é um indicador financeiro utilizado para avaliar o resultado das empresas antes da influência da sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa.

O EBITDA é uma informação adicional às demonstrações contábeis da Companhia e não deve ser utilizado em substituição às informações das demonstrações contábeis auditadas.

A Companhia entende que a utilização do EBITDA como medida de desempenho pode ser mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado das suas operações, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam efetuar cálculo de maneira distinta.

A Companhia acredita que o EBITDA retrata seu desempenho sem a influência de fatores ligados, dentre outras coisas, (i) à sua estrutura de capital, como despesas com juros de endividamento e de parcelamento de tributos aderidos ao REFIS (Programa de Recuperação Fiscal), flutuações de taxas de juro e outros resultados financeiros, (ii) a sua estrutura tributária, como o imposto de renda e a contribuição social e (iii) a suas despesas com depreciações e amortizações. Estas características, no entendimento da Companhia, tornam o EBITDA uma medida mais prática e mais apropriada do seu desempenho, pois afere de forma mais precisa o resultado advindo exclusivamente do desenvolvimento da sua atividade.

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa a outros indicadores financeiros, como seus fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. A Companhia entende, no entanto, que o EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua

3.2 - Medições não contábeis

utilização como medida de lucratividade da Companhia, em razão de não considerar determinados fatores que poderiam afetar, de maneira significativa, o lucro líquido da Companhia.

Endividamento Líquido

O endividamento líquido corresponde a empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, subtraído do caixa e equivalentes de caixa. O endividamento líquido não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou Brazilian GAAP, e, tampouco deve ser considerado isoladamente, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o endividamento líquido de maneira diferente da Companhia. A Companhia acredita que o endividamento líquido funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

A Companhia, atualmente, negocia a contratação de linha de financiamento junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (“BDMG”) no valor de até R\$ 130 milhões. Esse financiamento será destinado à expansão das atividades da Companhia e vencerá em 2021.

Dentre essas negociações, a Companhia está em fase de contratação de uma linha de financiamento referente ao FINAME-PSI, junto ao BDMG, para a aquisição de máquinas e equipamentos para melhorias de forno, conforme condições a seguir:

BDMG - FINAME	Unidade: Reais, exceto se indicado de outra
FINAME – PSI	
VALOR FINANCIAMENTO	R\$12.156.221,85
TAXA DE JURO FIXA (a.a.)	5,50%
PRAZO	120 meses
CARENCIA (Amortização)	24 meses
GARANTIAS (a.a.)	Alienação fiduciária de máquinas Aval do Sr. Luis de Mello Champalimaud e da Tração S.A.

Para outras informações sobre o relacionamento da Companhia com o BDMG, vide item 7.8 deste Formulário de Referência.

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2008	2009	2010
a) Regras sobre a retenção de lucros			Os lucros apurados no exercício tiveram a destinação determinada pela Assembleia Geral Ordinária, obedecidos os limites da lei e sem nenhuma disposição especial no Estatuto Social.
b) Regras sobre a distribuição de dividendos			A distribuição de dividendos da Companhia se dava de acordo com o artigo 202, I, da Lei 6.404/76, ou seja, metade do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido da importância destinada a constituição da reserva legal e da importância destinada à formação da reserva de contingências e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores, deveria ser distribuído aos acionistas. Como política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais, a Companhia, conforme disposto no § 1º do art.193 da Lei 6.404/76, destinou 5% do lucro líquido do exercício, quando aplicável, à constituição de Reserva Legal. O saldo remanescente do lucro líquido da Companhia, quando aplicável, foi destinado à Reserva de Lucros ou a dividendos.
c) Periodicidade das distribuições de dividendos			O Estatuto Social da Companhia prevê a possibilidade de declaração de dividendos anuais ou dividendos intermediários, observadas as disposições legais. Nos exercícios sociais de 2008 e 2009 não houve distribuição de dividendos. A Diretoria propôs e contabilizou como aplicação do resultado do exercício de 2010 dividendos no valor de R\$6.784.752,32, os quais foram aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 3 de março de 2011 e pagos no dia 4 de março de 2011.
d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais			O Estatuto Social da Companhia, em conformidade com o disposto no inciso I, § 1º do artigo 29 da Lei 6.404/76, prevê que 5% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no § 1º do art. 193 da Lei 6.404/76.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Rеais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 31/12/2010	Exercício social 31/12/2009	Exercício social 31/12/2008
Lucro líquido ajustado	0,00	28.567.378,15	3.404.690,06	-46.757.602,89
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	0,000000	23.750000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	0,000000	4,285823	0,535383	-7,392141
Dividendo distribuído total	0,00	6.784.752,32	0,00	0,00
Lucro líquido retido	0,00	21.782.625,83	3.404.690,06	-46.757.602,89
Data da aprovação da retenção	03/03/2011	03/03/2011	18/03/2010	30/04/2009

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório	0,00			0,00			0,00	
Ordinária			6.784.752,32		04/03/2011			

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não houve dividendos declarados à conta de lucros retidos. As reservas legais constituídas em exercícios sociais anteriores somam R\$2.669 mil. Adicionalmente, houve a constituição de reserva legal para o exercício encerrado em 2010 no valor de R\$1.429 mil.

No entanto, a Companhia em Assembleia Geral Ordinária realizada em 3 de março de 2011 declarou dividendos aos seus acionistas no valor total de R\$6.784.752,32, efetivamente pagos em 4 de março de 2011.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2010	486.817.301,00	Índice de Endividamento	0,73030000	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2010)		Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Tipo de dívida	Inferior a um ano				
Garantia Real	287.670,00	1.717.216,00	1.717.216,00	2.726.511,00	6.448.613,00
Garantia Flutuante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quirografárias	24.664.260,00	102.710.800,00	19.160.800,00	19.160.800,00	165.696.660,00
Total	24.951.930,00	104.428.016,00	20.878.016,00	21.887.311,00	172.145.273,00
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

A Zimba, BV, controladora indireta da Companhia, emitiu fiança no valor de R\$ 8 milhões a favor de terceiros, garantindo contratos da Companhia. Decorrente desse contrato, a Companhia pagará à Zimba, BV 1% sobre o valor afiançado, a título de comissão por garantia emitida.

A Companhia poderá obter financiamento junto ao BDMG no valor de até R\$130 milhões para novos investimentos. Para maiores informações sobre esse contrato, *vide* o item 7.8 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Investir em valores mobiliários envolve riscos. O potencial investidor deve avaliar cuidadosamente todas as informações constantes deste Formulário de Referência, inclusive os riscos mencionados abaixo, bem como as demonstrações financeiras da Companhia e suas respectivas notas explicativas, antes de decidir investir nos valores mobiliários da Companhia. Caso quaisquer dos fatores mencionados abaixo venham a ocorrer, as atividades, condição financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, projeções e perspectivas e/ou os negócios da Companhia poderão ser significativa e adversamente afetados. Consequentemente, o preço dos valores mobiliários poderá diminuir e o investidor poderá perder todo ou parte substancial de seu investimento nestes valores mobiliários. Riscos adicionais não previstos neste Formulário de Referência atualmente desconhecidos ou considerados irrelevantes pela Companhia também poderão prejudicar o negócio, o resultado operacional e financeiro, o fluxo de caixa e impactar o preço dos valores mobiliários da Companhia.

4.1. Fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia:

4.1. a) com relação à Companhia

A Companhia está sujeita a variações de preço de insumos e equipamentos, inclusive em decorrência da inflação e de variações cambiais.

Além dos insumos provenientes de jazidas, os principais insumos utilizados pela Companhia são energia elétrica, embalagens, carvão mineral, coque de petróleo, escórias e gessos, que representaram, em conjunto, aproximadamente, 58% do custo variável de produção da Companhia em 2010. Não há garantia de que os preços desses insumos e/ou dos equipamentos necessários para a fabricação de cimento, não sofrerão aumentos no futuro, inclusive em decorrência de eventual aumento da inflação. O preço e a disponibilidade de energia estão sujeitos a fatores políticos, econômicos e de mercado que estão fora do controle da Companhia. Ademais, a Companhia importa parte de seus equipamentos e combustíveis necessários para a fabricação de cimento, bem como utiliza outros insumos que, apesar de não serem importados, têm seu preço vinculado a moedas estrangeiras, de modo que uma desvalorização do Real frente a outras moedas, principalmente o Dólar e o Euro, pode resultar em incremento do preço destes equipamentos, combustíveis e outros insumos em Reais. Nesse caso, as margens de lucro, os resultados e a condição financeira da Companhia podem ser afetados negativamente.

As atividades da Companhia sujeitam-se a uma série de riscos operacionais, os quais podem gerar danos à Companhia e afetá-la adversamente.

Os negócios da Companhia estão sujeitos a vários riscos operacionais, incluindo acidentes e falhas de equipamentos. Essas ocorrências podem resultar em danos a propriedades, instalações de produção, instalação de transportes e equipamentos, podendo, ainda, resultar em lesões corporais ou morte dos empregados da Companhia e terceiros envolvidos no processo produtivo, danos ambientais, perda de recursos ou produtos intermediários, atraso ou interrupção nas atividades de produção e perdas monetárias (inclusive em virtude de obrigações indenizatórias), bem como danos à reputação da Companhia. Os seguros contratados pela Companhia podem não ser suficientes para suportar os prejuízos decorrentes dessas ocorrências, que podem afetar a Companhia de forma adversa.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O cimento caracteriza-se por ser um produto perecível. A não observância de determinados cuidados com sua armazenagem e distribuição podem causar perdas para a Companhia.

Por ser um produto perecível, o cimento deve ser acondicionado e transportado de forma cuidadosa e dentro de parâmetros específicos, uma vez que a umidade na estocagem pode inviabilizar sua utilização, além de necessitar de um processo de distribuição eficiente, realizado dentro de seu prazo de validade. Qualquer falha ou atraso no processo de armazenamento e distribuição pode causar uma perda de produtos com consequentes efeitos adversos nos resultados da Companhia.

As atividades da Companhia estão sujeitas a penalidades decorrentes de infrações a ordem econômica

Diversas empresas brasileiras atuantes no setor de cimento estão sendo investigadas no âmbito administrativo pelas autoridades de defesa da concorrência, inclusive a Companhia, por suposta formação de cartel no mercado de cimento e concreto brasileiro. Em caso de condenação, a Companhia poderá ser alvo de ações coletivas e individuais de reparação de danos acarretados pela suposta violação à ordem econômica. Adicionalmente, tais empresas poderão vir a sofrer, entre outras, as seguintes penalidades: (i) uma multa de até 30% do valor do faturamento bruto auferido em determinado exercício social, (ii) a proibição de participar em licitações públicas promovidas por qualquer ente da Administração Pública por um período de até cinco anos; e (iii) as autoridades de defesa da concorrência podem recomendar às autoridades fiscais que não concedam benefícios tributários à empresa condenada. Para informações sobre os processos administrativos movidos pelo Conselho de Administração e Defesa Econômica nos quais a Companhia é parte, ver item 4.3 (iv) deste Formulário de Referência.

Caso a Companhia não consiga, no todo ou em parte, implementar seu plano de modernização e expansão atualmente em curso como planejado, o negócio, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente.

A Companhia planeja ampliar seus negócios por meio, entre outras medidas de uma expansão de sua fábrica, fazendo face ao potencial de crescimento do ramo cimenteiro brasileiro. Este plano inclui, dentre outros, a conclusão de uma nova moagem de cimento, a melhoria do forno existente e a construção de uma segunda linha de produção. Caso não seja possível implementar o plano de modernização e expansão em curso, no todo ou em parte, da forma como planejado, poderá haver um aumento nos custos de produção e/ou uma redução nas receitas, em relação ao previsto no referido plano de modernização e expansão em curso, e, consequentemente, o negócio, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente.

Além disso, a Companhia pode necessitar de financiamento adicional para implementar seu plano de expansão em curso e/ou futuras expansões, sendo que poderá não ter acesso aos recursos necessários para tal, ou talvez esses não estarão disponíveis em termos aceitáveis ou vantajosos para a Companhia, o que poderá afetar adversamente seus negócios.

A Companhia vende seus produtos exclusivamente ao mercado doméstico com significativa concentração na região Sudeste.

O volume físico de vendas da Companhia é destinado, em sua totalidade, para o mercado doméstico, sendo que 96,6% foram destinados à região Sudeste em 2010. Pelo fato de as atividades da Companhia estarem concentradas em uma única macro região, a Companhia está naturalmente sujeita a oscilações na atividade econômica nessa região. Uma eventual redução na atividade econômica da região Sudeste poderá impactar os resultados do setor de cimento na região e a Companhia poderá sofrer perdas em suas receitas.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia possui endividamento financeiro e poderá buscar celebrar novos contratos financeiros, caso entenda oportuno ou necessário. Endividamento financeiro da Companhia pode restringir sua capacidade de obter novos endividamentos, impor restrições e obrigações á Companhia, como a manutenção de índices financeiros e contemplar hipóteses de vencimento antecipado.

Em 31 de dezembro de 2010, o endividamento financeiro de curto prazo da Companhia somava cerca de R\$ 24,9 milhões e o endividamento de longo prazo somava aproximadamente R\$ 147,2 milhões. Vide itens 3.2(a) e 10.1 (b) do Formulário de Referência para mais informações sobre o endividamento da Companhia. No curso ordinário de seus negócios, a Companhia buscar celebrar contratos para a captação de novos recursos. Não há garantias de que tais recursos estarão disponíveis em termos e condições satisfatórios à Companhia. Além disso, instrumentos de crédito podem conter a cláusulas e condições que imponham obrigações de manutenção de índices financeiros, sob pena de vencimento antecipado, o que pode restringir sua autonomia e capacidade de contrair novos empréstimos, prejudicando assim sua capacidade de novos investimentos além dos atualmente previstos e, consequentemente, o desempenho da Companhia no futuro. Ademais, a existência de limitações ao endividamento da Companhia poderá afetar sua capacidade de captar novos recursos necessários caso pretenda realizar investimentos adicionais. Os referidos instrumentos de financiamento poderão vir a estabelecer, dentre as hipóteses de vencimento antecipado, pedido de concordata ou falência da Companhia, vencimento antecipado de outros contratos celebrados pela Companhia ou descumprimento de outras obrigações da Companhia, protestos legítimos e reiterados de títulos; e a alteração do controle acionário da Companhia.

Caso seja declarado o vencimento antecipado das obrigações assumidas, a Companhia pode não dispor de recursos suficientes em caixa para pagar o saldo devedor destas obrigações.

Os seguros contratados pela Companhia podem ser insuficientes para cobrir os danos decorrentes de um eventual sinistro.

A Companhia está sujeita a diversos riscos, tais como riscos decorrentes de acidentes industriais, disputas trabalhistas, danos ao meio ambiente e fenômenos da natureza, entre outros. Os seguros que a Companhia mantém, além de possuírem franquias, podem não cobrir completamente os prejuízos diretos causados pela ocorrência de um sinistro. A ocorrência de eventos que não estejam cobertos por seguro ou que excedam os limites assegurados poderá acarretar custos relevantes para recomposição ou reforma de instalações e equipamentos, danos a terceiros, bem como significativas perdas não previstas, impactando de forma negativa os resultados da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia não mantém, em suas apólices de seguro, cobertura para lucros cessantes de forma que, eventual interrupção, total ou parcial, nas atividades da Companhia em decorrência de um sinistro poderá causar uma diminuição relevante no processo de produção da Companhia, afetando negativamente os seus resultados e a sua condição financeira.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados a disputas judiciais e administrativas.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia era parte em processos administrativos e judiciais de natureza tributária e trabalhista, em processos judiciais de natureza cível e em processos administrativos de outras naturezas, principalmente, de ordem econômica, inclusive perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, decorrentes do curso regular de seus negócios, sendo que as provisões da Companhia relativas a esses processos totalizavam, na referida data, aproximadamente R\$ 15.075 mil. Esses processos estão provisionados em função da probabilidade de ganho/perda de causa, após análise dos relatórios dos advogados externos contratados pela Companhia, cabendo a decisão final aos administradores da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Existem casos cujo valor, em razão do seu estágio, não pode ser mensurado. Não há garantia de que a Companhia venha a obter resultados favoráveis em seus questionamentos ou que eventuais processos administrativos ou judiciais propostos contra a Companhia venham ser julgados improcedentes. Caso o valor total das provisões feitas pela Companhia com relação a estas contingências não seja suficiente para fazer frente às contingências que se tornem exigíveis, a Companhia incorrerá em custos maiores do que o previsto, os quais, caso sejam significativos, poderão afetar negativamente os seus resultados e sua condição financeira.

A Companhia pode não conseguir executar integralmente sua estratégia de negócios e manter a estabilidade dos resultados operacionais e das taxas de crescimento.

A capacidade da Companhia de implementar uma estratégia de negócio e manter a estabilidade dos resultados operacionais e da taxa de crescimento depende de uma série de fatores, incluindo a habilidade de:

- aumentar a capacidade de atuação em mercados existentes e expandir para novos mercados;
- completar expansões projetadas;
- manter clientes atuais e atrair novos clientes;
- manter e/ou reduzir custos operacionais;
- contratar e reter mão-de-obra capacitada;
- superar dificuldades técnicas; e
- promover inovação nos produtos/serviços oferecidos.

A perda, mesmo que temporária, de quaisquer dessas habilidades, seja originada por dificuldades competitivas ou fatores de custos, e a eventual incapacidade para equacionar riscos, incertezas e problemas, pode limitar a capacidade de executar integralmente a estratégia de negócio e afetar a capacidade de concorrer efetivamente no mercado, impactando negativamente nos resultados.

As estratégias da Companhia baseiam-se em projeções e premissas que podem se mostrar incorretas.

As estratégias da Companhia de negócio são baseadas em suas atuais previsões e expectativas sobre eventos e tendências futuros, particularmente no que tange à modernização e expansão de sua fábrica de cimento. Essas previsões estão sujeitas a incertezas de cunho econômico, regulatório e operacional e de competitividade, dentre outros fatores que estão fora do seu controle, e a da Companhia não pode garantir que suas projeções, estimativas e previsões estão corretas. Por exemplo, sua estratégia está baseada na premissa de que uma parte significativa de suas operações será conduzida por meio da expansão de sua fábrica, que já está prevista e licenciada, mas que ainda está em fase de negociação com fornecedores de equipamentos. Apesar da Companhia ter implementado sua estratégia em sua fábrica atual, pode ser incapaz de reproduzir tal sucesso na sua expansão. Consequentemente, o investimento em suas ações pode ser altamente especulativo, na medida em que a Companhia pode ser incapaz de alcançar nessa expansão o mesmo histórico de sucesso que já conseguiu obter na fábrica atual.

A Companhia não pode assegurar que as estimativas feitas para respaldar o desenvolvimento de sua estratégia de negócios, e discutidas ao longo deste documento, estão corretas e que será capaz de concretizar suas projeções com sucesso. Os custos, despesas, receitas, fluxos de caixa, margens de lucro e nível de risco operacional verificados na prática podem ser significativamente diferentes daqueles nos quais suas estratégias estão baseadas.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

As estimativas do volume e qualidade de suas reservas minerais podem estar incorretas, e a Companhia pode não ser capaz de recompor suas reservas.

As reservas de matérias-primas necessárias para a produção do cimento referidas neste documento, incluindo o calcário de sua jazida, corresponde a estimativas da Companhia baseadas em métodos de avaliação padrão geralmente utilizados pela indústria, e também em previsões com respeito a custos de produção e preços de mercado. Há inúmeras incertezas inerentes ao processo de estimar quantidades de reservas e projetar taxas futuras de produção mineral, incluindo diversos fatores alheios ao controle da Companhia. A engenharia de minas envolve realizar a estimativa dos depósitos minerais que não podem ser medidos de maneira precisa, e a precisão de qualquer estimativa de reserva é uma função da qualidade dos dados disponíveis e da interpretação e julgamento de engenheiros e geólogos. Como resultado, não se pode assegurar que as quantidades de minerais indicadas serão extraídas, ou que serão extraídas às taxas que a Companhia preve. Estimativas feitas por diferentes engenheiros podem variar, e os resultados de mineração e produção da Companhia subsequente à data de uma estimativa podem levar à revisão das estimativas. As estimativas de reservas e da vida útil das minas podem necessitar de revisão, à luz de dados reais de produção e outros fatores. Por exemplo, flutuações no preço de mercado de minerais, taxas reduzidas de recuperação, custos operacionais e de capital elevados por conta da inflação, taxas de câmbio ou outros fatores podem transformar minas cuja viabilidade econômica da exploração era tida como certa em reservas não-exploráveis do ponto de vista econômico, o que pode conduzir, em última instância, a uma reavaliação das suas reservas. Se as reservas minerais da Companhia forem menores que suas estimativas, isso poderá ter um efeito material adverso sobre a Companhia, particularmente se for obrigada a comprar esses minerais de fornecedores externos. Além disso, atuamos no setor de exploração mineral, que por sua natureza é altamente especulativo, envolve muitos riscos e frequentemente depara-se com áreas não-produtivas. Os programas de exploração da Companhia podem não resultar na expansão ou substituição das reservas exauridas pelo nível atual de produção da Companhia. Se a Companhia não desenvolver novas reservas, não será capaz de sustentar seus níveis atuais de produção para além do tempo de vida remanescente de suas reservas atualmente existentes.

4.1. b) com relação ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Os interesses do acionista controlador da Companhia podem ser conflitantes com os interesses de investidores da Companhia.

O Acionista Controlador da Companhia tem poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. O Acionista Controlador poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem ser conflitantes com os interesses dos investidores da Companhia e causar um efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

4.1. c) com relação aos seus acionistas

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro, optando por acessar o mercado por meio da emissão de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor em seu capital social.

É possível que a Companhia tenha interesse em captar recursos adicionais no mercado de capitais por meio de emissão de ações e/ou colocação pública ou privada de títulos conversíveis

4.1 - Descrição dos fatores de risco

em ações para financiar sua estratégia de crescimento. A captação de recursos adicionais por meio da emissão pública de ações e/ou colocação pública ou privada de títulos conversíveis em ações, que pode não prever direito de preferência aos acionistas da Companhia, poderá acarretar alteração no preço de mercado das ações e diluição da participação acionária dos investidores no capital social da Companhia.

A Companhia pode não pagar dividendos aos acionistas titulares de suas ações.

De acordo com seu estatuto social, a Companhia deve pagar aos seus acionistas 25% do seu lucro líquido anual ajustado sob a forma de dividendo obrigatório. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. A Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social se os administradores manifestarem, e se a assembleia geral de acionistas da Companhia assim aprovar, ser tal pagamento desaconselhável diante da situação financeira da Companhia.

Um mercado ativo e líquido para as ações da Companhia poderá não se desenvolver. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

Não existe, na data deste Formulário de Referência, um mercado ativo ou líquido para as ações de emissão da Companhia, não sendo possível prever em que medida o interesse de investidores pela Companhia ocasionará o desenvolvimento de um mercado para a negociação das suas ações na BM&FBOVESPA S.A., e o quanto líquido poderá vir a ser este mercado.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais, como os Estados Unidos. Em 31 de dezembro de 2010, a capitalização de mercado da BM&FBOVESPA S.A. era de aproximadamente R\$2,6 trilhões, com um volume médio diário de R\$ 6,48 bilhões durante o período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010. O mercado de capitais brasileiro é significativamente concentrado. As 5 principais ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. foram responsáveis por 36% do volume total de ações negociadas nessa bolsa em 2010.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações da Companhia pelo preço e ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no preço das ações.

4.1. d) com relação à suas controladas e coligadas

A Companhia não possui companhias controladas e/ou coligadas.

4.1. e) com relação a seus fornecedores

O atraso na entrega ou a entrega dos equipamentos necessários para o plano de modernização e expansão em curso em condições inapropriadas poderá ter impacto negativo sobre os negócios da Companhia.

Caso a Companhia não receba os equipamentos necessários para o pleno desenvolvimento do plano de modernização e expansão em curso, na data programada, ou os receba em condições inapropriadas, poderá haver atrasos na implementação do plano de modernização e expansão em

4.1 - Descrição dos fatores de risco

curso, o que reduzirá a receita esperada, prejudicando os resultados financeiros e, consequentemente, o preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Eventual falha ou interrupção no fornecimento de energia elétrica pela CEMIG poderá causar impacto negativo sobre os negócios da Companhia.

A Companhia obtém a energia elétrica necessária para o funcionamento de seus equipamentos da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, por meio de um contrato de compra e venda de energia elétrica no valor total aproximado de R\$ 611 milhões e vencimento em 31 de dezembro de 2025. Na hipótese de eventual falha ou interrupção no fornecimento de energia elétrica pela CEMIG, a Companhia não pode garantir que terá acesso a outras fontes de energia elétrica nas condições e preço atualmente contratados com a CEMIG e, considerando que a energia elétrica representa um custo relevante na produção de cimento, a Companhia poderá sofrer uma redução em suas margens de lucro, prejudicando, dessa forma, os seus resultados financeiros.

4.1. f) com relação a seus clientes

A Companhia não visualiza nenhum risco quanto à sua relação com seus clientes, por força da diversificação e dispersão existentes.

4.1. g) com relação aos setores de atuação

O setor cimenteiro está sujeito às instabilidades e volatilidades dos preços de insumos, principalmente da energia elétrica, dos combustíveis e do frete marítimo, fato que poderá afetar adversamente as companhias que atuam no setor, inclusive a Companhia.

A produção de cimento utiliza grande quantidade de energia elétrica, de modo que eventual racionamento, interrupção na transmissão ou falta de energia elétrica podem paralisar a produção e inviabilizar projetos que estejam em estágio avançado de desenvolvimento. Em qualquer uma dessas situações, a produção das companhias que atuam no setor, inclusive a Companhia, cairia significativamente, afetando negativamente as suas receitas.

Os preços praticados pela Companhia estão diretamente ligados aos preços da energia elétrica e dos combustíveis (inclusive frete marítimo necessário à sua importação) necessários para a fabricação do cimento e para o seu transporte rodoviário, além de outros insumos como embalagens, carvão mineral, coque de petróleo, escórias e gessos. Caso ocorra aumento nos preços da energia elétrica, inclusive em decorrência de um aumento brusco na tarifa sobre a transmissão de energia elétrica pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, dos combustíveis, do frete marítimo e/ou de outros insumos, os preços praticados no mercado de cimento serão afetados, o que pode gerar uma redução nas margens de lucro das companhias que atuam no setor, prejudicando o seu desempenho e causando efeitos adversos no setor cimenteiro em geral e, consequentemente, na Companhia e a terceiros afetados.

O setor cimenteiro possui natureza cíclica e variações na oferta e demanda, inclusive reduções decorrentes de eventual diminuição das atividades do setor de construção civil, podem afetar negativamente as companhias que atuam no setor, inclusive a Companhia.

O setor de cimentos possui natureza cíclica, em virtude dos períodos de crescimento e declínio diretamente relacionados aos aumentos e às diminuições da demanda e oferta de cimento, decorrentes das condições econômicas. Historicamente, o aumento ou a manutenção da oferta sem a contrapartida esperada por parte da demanda fez com que os preços do cimento no mercado doméstico caíssem.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, o setor cimenteiro está intimamente ligado ao setor da construção civil. Diversos fatores – como redução de investimentos, diminuição no poder aquisitivo da população, aumento das taxas de juros, entre outros – podem acarretar uma diminuição das atividades de construção civil e, consequentemente, da demanda por cimento, o que pode causar uma redução do preço do cimento.

Ainda, mesmo que haja forte demanda por cimento, os planos de investimento da Companhia em infraestrutura podem não se concretizar e a expectativa de aumento na produção para atender a essa demanda poderá ser frustrada.

Não há como assegurar que os níveis de demanda e preços do cimento permanecerão nos níveis atuais. Uma eventual redução de preços pode ter efeitos negativos sobre os resultados e operações da indústria cimenteira e, consequentemente, da Companhia.

A Companhia atua em ambiente altamente competitivo, estando, inclusive, sujeita à eventual entrada de novos competidores nacionais e/ou internacionais, o que pode afetar adversamente sua rentabilidade.

O mercado cimenteiro brasileiro é altamente competitivo, sendo liderado por 10 grupos empresariais que, em 2010, foram responsáveis por mais de 90% da produção total de cimento do Brasil, correspondente a aproximadamente 58 milhões de toneladas. Especificamente nos Estados de Minas Gerais e São Paulo, onde a Companhia concentra suas atividades, 4 grupos empresariais foram responsáveis por aproximadamente 80,0% da produção total de cimento de janeiro a agosto de 2010. Esses grupos conferem forte competitividade ao setor, devido a sua significativa especialização, tanto tecnológica quanto técnica. A Companhia sofre concorrência de companhias de diferentes portes, alguns dos quais com maiores recursos financeiros do que a Companhia, estando sujeita, ainda, à entrada de novos competidores no mercado, inclusive internacionais. Desse modo, não há como garantir que a Companhia será capaz de aumentar ou manter sua participação de mercado, o que poderá ter efeito adverso relevante sobre o crescimento e a lucratividade da Companhia.

A entrada de produtos substitutos ao cimento no mercado e o desenvolvimento de novas técnicas de construção podem afetar negativamente o setor de cimentos e, mais diretamente, os negócios da Companhia.

Nos últimos anos, novas técnicas de construção, bem como produtos substitutivos vêm sendo desenvolvidos. Materiais como plástico, alumínio, cerâmica, vidro, madeira e aço podem ser utilizados nas construções como substitutos ao cimento. Além disso, pesquisas visando o desenvolvimento de novas técnicas de construção e materiais mais modernos podem introduzir novos produtos no mercado de forma a reduzir o consumo e a demanda de cimento. À medida que tais técnicas e materiais sejam utilizados em substituição ao cimento, a demanda por cimento poderá sofrer uma redução significativa, afetando adversamente o mercado de cimentos e, consequentemente, os negócios da Companhia.

4.1. h) com relação à regulação do setor de atuação

O atendimento de exigências ambientais poderá resultar em custos significativos adicionais e o descumprimento da legislação ambiental poderá resultar em condenações por perdas e danos, bem como sanções criminais e administrativas, o que poderá afetar adversamente a Companhia.

Os processos produtivos adotados pelas produtoras de cimento, incluindo a Companhia, envolvem atividades de extração mineral, bem como uso, manuseio e descarga de materiais que podem gerar danos ao meio ambiente, inclusive a contaminação de águas subterrâneas e do solo e a emissão de gases poluentes. Dessa forma, a atividade cimenteira se sujeita à rígida legislação

4.1 - Descrição dos fatores de risco

ambiental federal, estadual e municipal, bem como a diversas exigências de funcionamento, relacionadas à proteção da saúde e do meio ambiente. De acordo com a legislação em vigor, as companhias, incluindo a Companhia, podem ser responsabilizadas por danos causados ou que venham a ser causados ao meio ambiente e a terceiros afetados.

A Companhia efetuou, e continua a efetuar, investimentos significativos para atender a essas disposições legais. Ademais, uma vez que a legislação ambiental e sua aplicação poderão se tornar ainda mais rigorosas, em decorrência de acordos internacionais ou mudanças nas leis ambientais no Brasil e/ou em Minas Gerais, os investimentos e despesas da Companhia com o cumprimento da legislação ambiental poderão aumentar no futuro. Assim, investimentos necessários ao atendimento de regulamentação ambiental poderão acarretar reduções em outros investimentos planejados, o que pode prejudicar os resultados e a condição financeira da Companhia. Adicionalmente, quaisquer custos e responsabilidades ambientais relevantes não previstos poderão ter um efeito material adverso sobre o desempenho financeiro futuro da Companhia.

A inobservância das leis e regulamentos ambientais pode implicar, além da obrigação de reparação de danos que eventualmente sejam causados e dos danos à reputação da Companhia, a aplicação de sanções de natureza penal, cível e administrativa. Em geral, as penas aplicadas podem ser de multa, restrição de direitos, prestação de serviços à comunidade e indenizações. As sanções administrativas podem variar desde a imposição de advertências e multas, até a suspensão parcial ou total de atividades, podendo também incluir a perda ou restrição de incentivos fiscais, a obrigação de reparar as áreas afetadas e o cancelamento ou suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, bem como a proibição de contratar com o poder público. A imposição dessas sanções ou de obrigações de reparação por violação da legislação ambiental à Companhia pode afetar negativamente seu fluxo de caixa, seus resultados e sua condição financeira.

Acordos internacionais relativos à mudança climática podem gerar aumento de custos para a Companhia e ter efeitos negativos sobre as suas atividades.

A Companhia é membro do WBCSD, um organismo internacional em que a questão de sustentabilidade do negócio de cimento é analisada por diversos prismas, inclusive no que se refere a mudanças climáticas e emissões de gases de efeito estufa. Nesse contexto, em linha com os ditames da WBCSD, a Companhia realiza inventários internos anuais, utilizando padrões internacionais de contabilização. Além disso, a Companhia monitora a qualidade das emissões atmosféricas e de resíduos sólidos praticados a fim de garantir o atendimento à legislação ambiental de segurança operacional. Na hipótese de alterações das normas ambientais, a Companhia pode ficar sujeita a custos adicionais ou, no caso de violação de normas, a sanções que poderiam impactar seus negócios e resultados.

A Organização das Nações Unidas (inclusive por meio da Organização Mundial Meteorológica (OMM), organismo da ONU que monitora o clima e a água) e outras organizações internacionais, preocupadas com as possíveis mudanças climáticas da Terra, têm se mobilizado contra atividades que possam aumentar as concentrações atmosféricas de gases de efeito estufa.

Nesse sentido, medidas regulatórias, como o Protocolo de Kioto, destinadas a tratar das emissões de gases de efeito estufa e alterações climáticas, estão em fases diversas de implementação ou discussão, internacionalmente. Tais medidas, caso implementadas no Brasil, poderão resultar em um aumento, para a Companhia, de custos para (i) instalação de novos controles para a redução das emissões de gases de efeito estufa, (ii) compra de créditos ou licenças de emissões atmosféricas, e/ou (iii) monitoramento e registro das emissões de gases de efeito estufa nas operações da Companhia. Esses fatores poderão afetar adversamente os resultados da Companhia. Além disso, caso a Companhia descumpra medidas regulatórias

4.1 - Descrição dos fatores de risco

internacionais, poderá sofrer efeitos adversos à sua imagem e impactos negativos nos preços de negociação das suas ações.

As atividades de exploração mineral dependem de autorizações e licenças de agências reguladoras do setor e dos órgãos ambientais. A revogação das autorizações e licenças detidas pela Companhia, bem como mudanças nas leis e regulamentos aplicáveis à matéria, podem afetar o setor de cimentos e as atividades da Companhia.

As atividades de mineração exercidas pela Companhia dependem de autorizações e licenças outorgadas por órgãos da Administração Pública, bem como licenças ambientais emitidas pelos órgãos estaduais competentes, inclusive para o caso de ampliação e expansão. Tais autorizações e licenças podem ser revogadas por mudanças nas leis e regulamentos que tratam de direitos minerários, assim como podem não ser concedidas. Dessa forma, eventual perda dos direitos de exploração da mina em que a Companhia desenvolve suas atividades de mineração, bem como eventual impossibilidade de renovação das autorizações e licenças detidas pela Companhia, pode afetar negativamente a condução de seus negócios.

As licenças ambientais são válidas desde que suas condicionantes sejam cumpridas, e os custos para cumprir esses requisitos podem ser significativos. Além disso, a falha no cumprimento desses requisitos ou na obtenção e cumprimento das licenças e autorizações necessárias podem resultar em sanções de cunho administrativo ou criminal, assim como em pedidos de indenização por eventuais danos ou na revogação de licenças ou restrições às nossas operações.

Adicionalmente, as atividades de exploração de calcário e de outros materiais, bem como o processamento desses materiais são regidos por leis e regulamentos sujeitos a alterações. Caso venham a ocorrer tais alterações, o processo de exploração mineral e produtivo desenvolvido pela Companhia deverão necessariamente ser alterados para adequação ao novo modelo regulatório. Neste caso, é possível que a Companhia não consiga adaptar-se às novas exigências legais e regulamentares, o que poderia impossibilitar a continuidade de suas atividades na forma como atualmente desenvolvidas, o que pode afetar negativamente seus resultados. Tal adaptação poderá implicar novos investimentos e aumento de custos, afetando a condição financeira da Companhia e suas margens de lucro.

Alterações na legislação fiscal ou trabalhista, ou na interpretação de tal legislação, podem resultar em aumento de certos tributos diretos e indiretos e outros custos, o que poderia reduzir a margem líquida e afetar negativamente o desempenho financeiro da Companhia.

O governo brasileiro implementa, de tempos em tempos, modificações nos regimes fiscais que podem aumentar a carga tributária da Companhia e de seus clientes. Tais modificações incluem alteração na incidência e edição de tributos temporários, cujos recursos seriam destinados a específicos fins governamentais. A Companhia não pode prever as mudanças na legislação fiscal brasileira que podem ser propostas ou editadas.

Futuras modificações na legislação fiscal ou na sua interpretação podem resultar em aumento na carga tributária da Companhia, o que poderia reduzir a margem líquida da Companhia e afetar negativamente seu desempenho financeiro.

Além disso, pode haver modificações na legislação trabalhista ou na interpretação da atual legislação trabalhista que alterem os custos trabalhistas e encargos relacionadas a que estamos sujeitos. A Companhia não pode prever as mudanças na legislação trabalhista brasileira ou na sua interpretação e não pode garantir que eventuais reformas ou alterações na interpretação das leis não acarretarão aumento dos seus custos e encargos relacionados, com consequente efeito adverso para seus negócios.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1. i) com relação aos países estrangeiros

A Companhia não realiza atividades operacionais fora do território brasileiro.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

4.2. Em relação a cada um dos riscos acima mencionados, caso relevantes, comentar sobre eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, sua situação financeira e os resultados de suas operações de forma adversa. A Companhia está constantemente monitorando mudanças no cenário macro-econômico e setorial que possam influenciar suas atividades, através do acompanhamento dos principais indicadores de performance. A Companhia busca desenvolver e manter um estreito relacionamento com seus fornecedores e clientes, visando a evitar qualquer tipo de efeito adverso em suas atividades. A Companhia adota política de foco contínuo na disciplina financeira e na gestão conservadora de caixa.

Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados no Item 4.1.

Não obstante o acima exposto, no que se refere ao item 4.1(a) vale notar que a Companhia está sujeita a (a) riscos relacionados à variação de preço de insumos e equipamentos, os quais podem ser incrementados na hipótese de aumento de inflação e variação cambial, (b) riscos operacionais que podem ser aumentados por acidentes não vislumbrados pela Companhia, (c) riscos relacionados à perecibilidade do cimento que podem ser aumentados ou reduzidos de acordo as condições de armazenagem e distribuição do produto, (d) riscos relacionados a não implementação do plano de expansão da Companhia, os quais podem ser aumentados na hipótese de falhas de fornecedores, construção, dentre outras, (e) riscos referentes à concentração regional, os quais podem ser reduzidos ou aumentados de acordo com o foco de vendas da Companhia, (f) riscos relacionados à restrição de capacidade de endividamento, os quais podem ser aumentados ou reduzidos de acordo com o cenário econômico; (f) riscos relacionados ao plano de negócio da Companhia, os quais podem ser reduzidos ou aumentados de acordo com a estratégia da Companhia perante adversidades futuras.

No que se refere ao item 4.1(b), vale notar que este risco pode ser aumentado caso, eventualmente, nossos acionistas controladores venham a adotar estratégias de negócios diversas daquelas históricas ou ora conhecidas.

Relativamente ao item 4.1(c), frisamos que o risco de aumento de capital que cause diluição dos atuais acionistas está intrinsecamente ligado à necessidade de capital adicional pela Companhia no futuro e às condições dos mercados de capitais, podendo ser aumentado de acordo com tais necessidades e condições, as quais a Companhia não pode ora prever. Além disso, o risco de falta de liquidez das ações pode ser incrementado na hipótese de uma deterioração do mercado de capitais brasileiro.

Com relação ao item 4.1(e), frisamos que este risco pode ser decrescido ou incrementado de acordo com as condições operacionais da CEMIG. Na hipótese de deterioração ou interrupção dos serviços prestados pela CEMIG, a Companhia será diretamente afetada.

No que se refere ao item 4.1(g), vale notar que a Companhia está exposta a riscos cíclicos, inclusive relacionados ao setor de construção civil. O aumento ou redução da demanda deste setor poderá impactar a Companhia.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

Relativamente ao item 4.1(h), deve-se notar que a Companhia está sujeita a riscos decorrentes de atividades legislativas. A mudança nas legislações aplicáveis à Companhia, principalmente ambientais e minerarias, poderá onerar a Companhia além dos níveis atuais.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e procedimentos administrativos trabalhistas, tributários, cíveis e ambientais.

i. Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia figurava como ré em aproximadamente 100 processos judiciais de natureza trabalhista, dos quais aproximadamente 38% têm como objeto o pagamento de horas extraordinárias, sendo esta a principal contingência da Companhia. Os valores envolvidos nas reclamações trabalhistas em curso contra a Companhia nessa data somavam, aproximadamente, R\$ 6 milhões, sendo que a Companhia mantinha uma provisão para questões relativas às suas pendências judiciais trabalhistas no montante aproximado de R\$ 3,8 milhões.

Entre os objetos das ações trabalhistas movidas contra a Companhia, entende-se como relevantes os que dizem respeito à Saúde e Segurança do Trabalho, já que, em 11% das ações, os Reclamantes pleiteiam indenização por acidente de trabalho.

Em 2010, houve o encerramento de 48 processos trabalhistas, sendo 32 ajuizadas por empregados terceirizados e 16 por empregados diretos. O valor das 32 ações ajuizadas por empregados terceirizados era de aproximadamente R\$1,3 milhão e a Companhia despendeu aproximadamente R\$168 mil nesses processos, 13% do valor ajuizado. O valor das 16 ações ajuizadas por empregados diretos era de aproximadamente R\$ 1,1 milhão e a Companhia despendeu aproximadamente R\$ 0,8 milhão nesses processos, 70% do valor ajuizado.

Em 12 de setembro de 2007, a Companhia assinou Termo de Ajustamento de Conduta (“TAC”) com a Procuradoria Regional do Trabalho da 3^a Região, e se comprometeu a (i) não prorrogar a jornada de trabalho dos seus empregados além das 2 horas diárias; (ii) conceder a todos os empregados intervalo mínimo de 11 horas entre as jornadas de trabalho e (iii) conceder a todos os empregados descanso semanal remunerado não inferior a 24 horas consecutivas, sob pena de pagamento de multa no montante de R\$ 120.000,00.

Em 11 de novembro de 2008, foi assinado Termo Aditivo ao TAC, em que a Companhia se comprometeu a reforçar e melhorar os seus procedimentos relativos à prevenção de acidentes e segurança do trabalho, tendo concluído em 2010 as medidas estabelecidas, conforme previstas no cronograma.

A pena para o descumprimento dessas medidas é o pagamento de multa, no valor de R\$ 60 mil, e, ainda, de multa adicional de R\$ 1 mil por obrigação descumprida e por trabalhador encontrado em situação irregular.

A Companhia acredita que não há ações trabalhistas que sejam individualmente relevantes para seus negócios.

Dentre as ações trabalhistas em que a Companhia figura no pólo passivo ou ativo, aquelas consideradas, pela Companhia, como mais relevantes com base nos valores envolvidos, de acordo com o pedido dos respectivos autores, que não estão sob sigilo, encontram-se abaixo descritas:

Reclamação trabalhista Nº 0002209-40.2010.5.03.0144	
a. Juízo	Vara do Trabalho de Matozinhos/MG
b. Instância	1 ^a instância
c. Data da Instauração	03/08/2010
d. Partes no Processo	Reclamante: Cláudia Aparecida Xavier da Rocha e Outros (herdeiros de José Aparecido Xavier da Rocha) Reclamadas: Companhia e Zurick Brasil Seguros

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

e. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 511.311,14
f. Principais Fatos	Acidente de trabalho
g. Chance de Perda	Provável
h. Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo	Pagamento dos valores aos autores.
i. Valor provisionado se houver Previsão	R\$ 30.679,00

Reclamação trabalhista 01064-2006-005-03-00-7	
a. Juízo	5ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG
b. Instância	3ª instância (TST) – Execução Provisória 1ª instância
c. Data da Instauração	10/10/2006
d. Partes no Processo	Reclamante: Túlio Márcio Melo Vieira Reclamada: Portugal Transportes e Logística Ltda. e Companhia
e. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 563.470,88
f. Principais Fatos	O autor pleiteia reconhecimento de vínculo de emprego, retificação da CTPS, pagamento de aviso prévio e projeção, saldo de salário, 13º salário, diferenças de 13º salários; férias vencidas e proporcionais, horas extras, multa normativa e a prevista no artigo 477 da CLT; responsabilidade solidária e subsidiária da Companhia, FGTS + 40%. Ação julgada parcialmente procedente condenando as reclamadas solidariamente e a Companhia subsidiariamente. As reclamadas apresentaram recurso ordinário ao TRT, sentença mantida. Companhia interpôs Recurso de Revista que teve negado seguimento e Agravo de Instrumento que também foi negado provimento no TST. Já foi iniciada a execução, não tendo havido êxito na tentativa de citação para pagamento pela Portugal Transportes e Logística Ltda., tendo sido a Companhia intimada a pagar ou garantir o juízo em fevereiro de 2011. A Companhia já nomeou bens à penhora.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo	Pagamento dos valores ao autor. Apesar da condenação subsidiária da Companhia, a 1ª Reclamada está insolvente, pelo que o valor da condenação deverá ser suportado pela Companhia.
i. Valor provisionado se houver provisão	R\$ 577.515,00

Reclamação Trabalhista 0474-2007-092-03-00-6	
a. Juízo	Vara do Trabalho de Matozinhos/MG
b. Instância	1ª instância
c. Data da Instauração	29/10/2002
d. Partes no Processo	Márcio José Pena de Oliveira x Monastec Ltda. e Companhia
e. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 400.000,00
f. Principais Fatos	O autor pleiteia o pagamento de indenização por danos morais e materiais, em virtude de acidente de trabalho.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo	Pagamento dos valores ao autor.
i. Valor provisionado se houver provisão	Não há.

Reclamação Trabalhista 01947/2007	
a. Juízo	59ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP
b. Instância	1ª instância
c. Data da Instauração	20/09/2007
d. Partes no Processo	Gelson Belo da Silva x Companhia
e. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 500.000,00
f. Principais Fatos	O autor pleiteia o pagamento de indenização por danos morais, parcelas previdenciárias, reparação da redução da capacidade laborativa e assistência médica.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo	Pagamento dos valores ao autor.
i. Valor provisionado se houver provisão	Não há.

Reclamação Trabalhista 01093-2008-018-03-00-7	
a. Juízo	18ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG
b. Instância	1ª instância
c. Data da Instauração	27/08/2008
d. Partes no Processo	Custódio Moreira da Silva x Companhia

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

e. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 705.589,35
f. Principais Fatos	O autor pleiteia o pagamento de diferenças salariais decorrentes de equiparação salarial, horas extras, adicional noturno e indenização por danos morais e materiais.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo	Pagamento dos valores ao autor.
i. Valor provisionado se houver provisão	R\$ 105.003,00

Reclamação Trabalhista 01085-2008-007-03-00-7	
a. Juízo	7ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG
b. Instância	1ª instância
c. Data da Instauração	28/08/2008
d. Partes no Processo	Eduardo Bruno Purificação x Companhia
e. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 800.000,00
f. Principais Fatos	O autor pleiteia a incorporação das diárias de viagens ao seu salário e o pagamento de adicional de insalubridade, horas extras, adicional noturno e indenização por danos morais e materiais.
g. Chance de Perda	Provável
h. Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo	Pagamento dos valores ao autor.
i. Valor provisionado se houver provisão	R\$ 63.002,00

Reclamação Trabalhista 00680-2007-013-01-00-7	
a. Juízo	13ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
b. Instância	1ª instância
c. Data da Instauração	13/09/2007
d. Partes no Processo	Mariluce Castor Aragão x Companhia
e. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 100.000,00
f. Principais Fatos	O autor pleiteia horas extras superior à 4ª diária, indenização por danos morais e reintegração ao serviço. A ação foi julgada parcialmente procedente, condenando a reclamada ao pagamento de horas extras além da 4ª diária e de 30 minutos de intervalo não gozado. As partes interpuseram recurso ordinário para o TRT. A sentença foi mantida no tribunal e transitou em julgado. Foi iniciada a liquidação com apresentação de cálculos pelas partes.
g. Chance de Perda	Provável
h. Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo	Pagamento dos valores à autora.
i. Valor provisionado se houver provisão	R\$ 608.000,00.

Reclamação Trabalhista 00122-2010-137-03-00-4	
a. Juízo	37ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte
b. Instância	1ª instância
c. Data da Instauração	03/02/2010
d. Partes no Processo	Elias Barbosa Neves x Portugal Transportes e Logística Ltda. e Companhia
e. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 23.938,98
f. Principais Fatos	O autor pleiteia o pagamento de verbas rescisórias e horas extras, além da responsabilidade subsidiária da Companhia.
g. Chance de Perda	Provável
h. Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo	Pagamento dos valores ao autor.
i. Valor provisionado se houver provisão	R\$ 23.938,98

Reclamação trabalhista 0002785-33.2010.5.03.0144	
a. Juízo	Vara Trabalho de Matozinhos/MG
b. Instância	1ª instância
c. Data da Instauração	16/09/2010
d. Partes no Processo	Theyllor Rodrigues Lopes Militão - n/p de Maria Irlandia Rodrigues x Steel Andaimes Locação e Montagens Ltda., Companhia e Read Inspeções Ltda.
e. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 255.000,00
f. Principais Fatos	Autor reclama por acidente sofrido pelo pai enquanto prestador de serviços em empresa fornecedora da Companhia. Foi designada perícia, sendo o laudo inconclusivo.
g. Chance de Perda	Provável

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

h. Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo	Pagamento dos valores ao autor. Apesar da condenação subsidiária da Companhia, a 1 ^a Reclamada está insolvente, pelo que o valor da condenação deverá ser suportado pela Companhia.
i. Valor Provisionado, se houver Previsão	R\$12.750,00

Reclamação trabalhista 02060-2009-092-03-00-5	
j. Juízo	Vara do Trabalho de Pedro Leopoldo/MG
k. Instância	1 ^a instância
l. Data da Instauração	09/11/2009
m. Partes no Processo	Eder Jairo Alves de Souza X Portugal Transportes e Logística Ltda. e Companhia
n. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 446.982,00
o. Principais Fatos	Autor reclama por hora extra, adicional de periculosidade e verbas rescisórias
p. Chance de Perda	Provável
q. Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo	Pagamento dos valores ao autor. Apesar da condenação subsidiária da ECL, a 1 ^a Reclamada está insolvente, pelo que o valor da condenação deverá ser suportado pela ECL.
r. Valor Provisionado, se houver Previsão	R\$ 157.504,01

ii. Tributários

A Companhia é parte em 118 processos de natureza tributária, figurando como autora em 21 deles. Dos passivos, 58 processos foram objeto do programa de parcelamento instituído pela Lei n.º 11.941/2009 (“REFIS IV”), cujo pedido de desistência já se encontra protocolado, aguardando tão somente a sua análise. Os demais 39 processos envolvem um valor total de contingência passiva estimado em aproximadamente R\$64,9 milhões, em 31 de dezembro de 2010. Na mesma data, a Companhia havia constituído provisão para suportar eventuais perdas decorrentes de referidos processos no valor de R\$7,5 milhões e realizado depósitos judiciais no âmbito de alguns desses processos no valor total de R\$2,2 milhões além do oferecimento de garantias. Os valores estão atualizados e consideram os processos em que a Companhia está envolvida em, 31 de dezembro de 2010. Dentre os processos tributários e procedimentos administrativos em que a Companhia figura no pólo passivo ou ativo, os relevantes para os negócios da Companhia e que não estão sob sigilo encontram-se abaixo descritos.

Proc. Adm. 13609.000758/2007-25	
a. Juízo	• Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
b. Instância	• 2 ^a Instância Administrativa
c. Data da Instauração	• 25/09/2007
d. Partes no Processo	• Receita Federal do Brasil (RFB – Ex -Secretaria da Receita Federal – SRF) (Autor) • Companhia (Réu)
e. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	• IRPJ: R\$24.326.552,42 • CSLL: R\$ 9.866.242,63
f. Principais Fatos	• A Secretaria da Receita Federal de Sete Lagoas lavrou auto de infração contra a Companhia alegando que esta deixou de considerar como liquidadas as operações de empréstimos externos, cujos contratos teriam sido liquidados em decorrência de cisão realizada em 15/12/2005. O fisco federal entendeu que a cisão deu origem ao fato gerador da obrigação tributária (Imposto de Renda de Pessoal Jurídica - IRPJ e Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL- sobre as variações monetárias contabilizadas em função dos referidos empréstimos no exercício de 2005). <u>A Companhia defende que a cisão não resultou na liquidação das operações, na forma em que determina o art. 30 da Medida Provisória nº 2.158-35/01.</u> • Após o protocolo de defesa em 26.10.2007, -houve decisão em 08.02.2008 indeferindo a perícia pleiteada pelo Contribuinte e mantendo os débitos relativos ao IRPJ e CSLL. A empresa apresentou Recurso em 11.03.2008, que aguarda julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF (Ex- Conselho de Contribuintes - CC;) •
g. Chance de Perda	• Remota
h. Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo	• Na eventualidade de uma perda na instância administrativa, o ônus do valor cobrado - tributo mais acréscimos legais - e se sequenciada uma ação no âmbito judicial a esta perda deverá se acrescida a succumbência.
i. Valor Provisionado se Houver	• Não há provisão.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Previsão	
•	
Proc. Adm. 01.0001.59051-18	
a. Juízo	• Conselho de Contribuintes de Minas Gerais– Assessoria Técnica
b. Instância	• 1 ^a Instância Administrativa
c. Data da Instauração	• 26/11/2008
d. Partes no Processo	• Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais (Autor) • Companhia (Réu)
e. Valores, Bens ou Direitos Envoltos	• ICMS - R\$7.202.736,41
f. Principais Fatos	<ul style="list-style-type: none"> • O Fisco do Estado do Minas Gerais lavrou auto de infração glosando créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços -ICMS pagos em faturas de energia elétrica utilizada no (i) eletrofiltro, (ii) estação de tratamento de água, (iii) oficina mecânica, (iv) tratamento de resíduos e (v) moagem de coque, sob a alegação de não fazerem parte do processo produtivo. • • Após o protocolo da defesa, a Assessoria Técnica do Conselho de Contribuintes de Minas Gerais solicitou a realização de perícia, cujo laudo foi objeto de manifestação da Companhia. Atualmente, aguarda-se decisão deste Conselho. •
g. Chance de Perda	• Remota
h. Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo	• Na eventualidade de uma perda na instância administrativa, o ônus do valor cobrado - tributo mais acréscimos legais - e se seqüenciada uma ação no âmbito judicial a esta perda deverá ser acrescida da sucumbência.
i. Valor Provisionado se Houver Previsão	• Não há provisão
•	
Proc. Adm. E-04/177.007/98 – RJ	
a. Juízo	• Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro
b. Instância	• 2 ^a Instância Administrativa
c. Data da Instauração	• 04/06/2008
d. Partes no Processo	• Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro (Autor) • Companhia (Réu)
e. Valores, Bens ou Direitos Envoltos	• ICMS - R\$ 5.976.477,95
f. Principais Fatos	<ul style="list-style-type: none"> • O Fisco do Estado do Rio de Janeiro lavrou auto de infração contra a Filial Marítima, localizada na cidade do Rio de Janeiro (filial já baixada), sob o argumento de que o preço de transferência do cimento praticado pela Companhia (de Minas Gerais para o Rio de Janeiro) era superior ao que a legislação previa (Preço de Custo), gerando, portanto, crédito a maior no Estado do Rio de Janeiro. Durante o período de março de 1991 a julho de 1998, a Companhia, por imposição do Fisco de Minas Gerais, adotava o valor denominado de pauta (que era superior ao custo), por ofício enviado pelo Estado de Minas Gerais, nestas transferências. • • Após o protocolo de defesa, que resultou em decisão desfavorável à Companhia, esta apresentou Recurso que aguarda julgamento do Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro
g. Chance de Perda	• Possível
h. Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo	• Na eventualidade de uma perda na instância administrativa, o ônus do valor cobrado - tributo mais acréscimos legais - e se seqüenciada uma ação no âmbito judicial a esta perda deverá acrescida da sucumbência.
i. Valor Provisionado se Houver Previsão	R\$ 2.988.238,98
•	
Proc. Adm. 01.000154830-35 - AAN 0290.08.058583-6	
Execução Fiscal – 0290.08.058.745-1	
a. Juízo	• Comarca de Vespasiano/MG
b. Instância	• 1 ^a Instância
c. Data da Instauração	• 27/12/2006
d. Partes no Processo	• Fazenda Pública Estadual (Autor) • Companhia (Réu)
e. Valores, Bens ou Direitos Envoltos	• ICMS/ST- R\$ 4.341.211,18
f. Principais Fatos	<ul style="list-style-type: none"> • A Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais lavrou auto de infração contra a Companhia cobrando a diferença da base de cálculo do ICMS Substituição Tributária – ICMS-ST, por entender que o valor praticado pela Companhia seria menor que o valor praticado pelos atacadistas, sendo o segundo a base de cálculo do imposto. • • Após decisão contrária à Companhia, o débito foi inscrito em dívida, sob o número 290.008.058.583-6, que culminou no inicio da Execução Fiscal sob o nº 0290.08.058.745-1, cuja defesa protocolada pela companhia encontra-se aguardando julgamento. • • Nessa execução, foram oferecidos em garantia um terreno rural 36 hectáreas.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	Fazenda Olhos d'água no valor de R\$ 1.578.581,72 e 20% da Fazenda Pombal no valor de R\$ 13.231.824,00
g. Chance de Perda	• Possível
h. Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo	• Na eventualidade de uma perda o ônus do valor cobrado - tributo mais acréscimos legais - acrescido da sucumbência.
i. Valor Provisionado se Houver Previsão	R\$ 2.170.605,59

Proc. Adm. 01.000151819-93 - 029007/051.472-1 /0290.08.058468-0	
a. Juízo	• Comarca de Vespasiano/MG
b. Instância	• 1 ^a Instância
c. Data da Instauração	• 27/12/2005
d. Partes no Processo	• Fazenda Pública Estadual (Autor) Companhia (Réu)
e. Valores, Bens ou Direitos Envoltos	• ICMS/ST - R\$ 3.689.245,82
f. Principais Fatos	<ul style="list-style-type: none"> • A Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais lavrou auto de infração contra a Companhia para cobrar a diferença da base de cálculo do ICMS Substituição Tributária ("ICMS/ST") durante o período de 2002 a 2004, por entender que a Companhia teria recolhido ICMS/ST a menor já que o valor praticado pela Companhia seria menor que o valor praticado pelos atacadistas, sendo o segundo a base de cálculo do imposto, • Após decisão contrária à Companhia, houve inscrição do débito em dívida ativa sob o nº. 029007/051.472-1, que resultou no início da Execução Fiscal, cuja defesa protocolada pela Companhia aguarda julgamento. • Nesta execução foram oferecidos em garantia, um terreno rural, Faz. Januária / Cainana, no valor de R\$ 3.296.191,23 e uma área de terra Ribeirão da Mata em Lagoa Santa, no valor de R\$ 394.570,44, cujo total foi de R\$ 3.690.761,60. • Paralelamente, em 24.04.2008, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais protocolou denúncia em face dos sócios/diretores, em decorrência deste processo tributário, tendo recebido o número 56.590-3/2008.
g. Chance de Perda	• Possível
h. Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo	• Na eventualidade de uma perda o ônus do valor cobrado - tributo mais acréscimos legais - acrescido da sucumbência. Poderá, ainda, resultar em continuidade da ação penal e eventual condenação dos sócios/diretores.
i. Valor Provisionado se Houver Previsão	R\$ 1.844.622,91

Proc. Adm. 01.0001.59293-94	
a. Juízo	• Conselho de Contribuintes de Minas Gerais
b. Instância	• 1 ^a Instância Administrativa
c. Data da Instauração	• 07/10/2008
d. Partes no Processo	• Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais (Autor) Companhia (Réu)
e. Valores, Bens ou Direitos Envoltos	• ICMS - R\$ 2.889.550,51
f. Principais Fatos	<ul style="list-style-type: none"> • O Fisco do Estado de Minas Gerais lavrou auto de infração glosando créditos do ICMS na aquisição de equipamentos para o ativo imobilizado utilizadas no (i) eletrofiltro, (ii) estação de tratamento de água, (iii) oficina mecânica, (iv) tratamento de resíduos e (v) moagem de coque, sob a alegação de não fazerem parte do processo produtivo. • Após o protocolo de defesa, a Assessoria Técnica do Conselho de Contribuintes de Minas Gerais solicitou a realização de perícia, cujo laudo foi objeto de manifestação da Companhia. Atualmente, aguarda-se decisão deste Conselho.
g. Chance de Perda	• Remota
h. Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo	• Na eventualidade de uma perda na instância administrativa, o ônus do valor cobrado - tributo mais acréscimos legais - e se seqüenciada uma ação no âmbito judicial a esta perda deverá acrescida da sucumbência.
i. Valor Provisionado se Houver Previsão	• Não há provisão.

Proc. Adm. AI 357241916 - PTA 10680.009798/2007-81 MPF	
a. Juízo	• Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF
b. Instância	• Não informado
c. Data da Instauração	• 27/07/2005
d. Partes no Processo	• Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS (Autor) Companhia (Réu)

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

e. Valores, Bens ou Direitos Envoltos	<ul style="list-style-type: none"> Multa - R\$1.783.029,24
f. Principais Fatos	<ul style="list-style-type: none"> Auto de infração cobrando multa por prestação de informações inexatas na GFIP (não foram informadas as contratações de carreteiros autônomos no período de 2000 a 2004). Após decisão favorável à Companhia cancelando a multa aplicada, aguarda-se a decisão do Recurso de Ofício apresentado pelo INSS ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF (Ex- Conselho de Contribuintes - DF).
g. Chance de Perda	<ul style="list-style-type: none"> Remota
h. Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo	<ul style="list-style-type: none"> Na eventualidade de uma perda na instância administrativa, o ônus do valor cobrado - tributo mais acréscimos legais - e se seqüenciada uma ação no âmbito judicial a esta perda deverá ser acrescida da sucumbência.
i. Valor Provisionado se Houver Previsão	<ul style="list-style-type: none"> Não há provisão
•	
Proc. Adm. AI 3.138.255.1 – SP	
a. Juízo	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. Instância	<ul style="list-style-type: none"> 1^a Instância Administrativa
c. Data da Instauração	<ul style="list-style-type: none"> 29/11/2010
d. Partes no Processo	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (Autor) Companhia (Réu)
e. Valores, Bens ou Direitos Envoltos	<ul style="list-style-type: none"> ICMS - R\$ 1.015.244,51
f. Principais Fatos	<ul style="list-style-type: none"> A Companhia sofreu glosa de crédito de ICMS sobre frete na transferência e notas fiscais de transportes ferroviários cujo destinatário do serviço teria sido a fábrica ao invés da filial de São Paulo e por falta de documentos suportes. Em decorrência, o fisco entendeu tratar-se de venda a varejista e, portanto, a Companhia teria deixado de recolher o ICMS-ST incidente na operação. Em 28.12.2010 foi protocolada defesa que se encontra aguardando decisão.
g. Chance de Perda	<ul style="list-style-type: none"> Possível
h. Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo	<ul style="list-style-type: none"> Na eventualidade de uma perda na instância administrativa, o ônus do valor cobrado - tributo mais acréscimos legais - e se seqüenciada uma ação no âmbito judicial a esta perda deverá ser acrescida da sucumbência.
i. Valor Provisionado se Houver Previsão	<ul style="list-style-type: none"> Não há provisão
•	

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

iii. Cíveis

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia figurava como autora em 127 ações cíveis, cujos valores envolvidos totalizavam o montante aproximado de R\$ 36 milhões a receber. Desse total, a quantia aproximada de R\$ 1,3 milhão representava contingência passiva para a Companhia, pois era correspondente ao valor envolvido em ação ordinária (processo n.º 0148.06.04.2543-3, descrito nos quadros abaixo) que, caso julgada procedente, pode ocasionar a perda desse valor em favor dos réus, tendo em vista tratar-se de ação em que a Companhia pretende realizar avaliação judicial de áreas utilizadas pela pedreira localizada na Fazenda Lapa Vermelha (através da instituição de servidão e arrendamento), a fim de indenizar proprietários das áreas pelo seu uso. Com relação à chance de perda, 44 são classificadas como remota, 40 como possível e 37 como provável, cujos valores envolvidos correspondem, respectivamente, ao valor aproximado de R\$ 14 milhões, R\$ 21 milhões e R\$ 480 mil. Em 6 casos a chance de perda não é aplicável, por se tratar de processos cujos valores pleiteados já foram recebidos. Outrossim, importante ressaltar que, em caso de perda nos processos ajuizados pela Companhia, ela poderá incorrer no pagamento de custas processuais e honorários advocatícios sucumbenciais fixados pelo órgão julgador da causa.

Na mesma data, a Companhia figurava no pólo passivo de 44 ações cíveis, perfazendo o valor total envolvido de aproximadamente R\$ 13 milhões. Com relação à chance de perda, 24 são classificadas como remota, 12 como possível e 6 como provável, cujos valores envolvidos correspondem, respectivamente, aos valores aproximados de R\$ 6,0 milhões, R\$ 4,5 milhões e R\$ 0,8 milhão. Em duas ações de desapropriação movidas pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica em face da Companhia (processo n.º 127/78 – 053.78.013384-9 (Execução nº 4009/08) e Processo nº 072/78 – 053.78.939095-6 (Execução nº 23.411/05) descritos nos quadros abaixo), a chance de perda não é aplicável, pois a desapropriação já foi decretada, estando pendente de discussão apenas os valores devidos a título de indenização, que juntos somam a quantia aproximada de R\$ 1,5 milhão.

A Companhia não é parte de qualquer procedimento arbitral.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia mantinha provisão para ações cíveis, honorários advocatícios e outras provisões relacionadas no valor total de R\$ 3.734 mil, do qual, aproximadamente, R\$ 688 mil consistiam em provisão para pendências judiciais cíveis.

Dentre as ações cíveis em que a Companhia figura no pólo passivo ou ativo, aquelas consideradas, pela Companhia, como mais relevantes com base nos valores envolvidos e que não estão sob sigilo encontram-se abaixo descritas:

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Ordinária de Repetição de Indébito nº 024.98.007336-5	
a. juízo	1ª Vara de Fazenda de Pública de Belo Horizonte/MG
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	23/01/1998
d. partes no processo	Autor: Companhia Réu: Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 670.549,08
f. principais fatos	A Companhia pleiteia a restituição de valores cobrados a maior, a título de energia elétrica, no período de janeiro/78 a outubro/82, tendo em vista a inaplicabilidade da Portaria Ministerial que autorizou o aumento das tarifas de energia elétrica. A ação foi julgada procedente em primeira instância, o que ensejou a interposição de recurso de apelação pela CEMIG. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais negou provimento à apelação. A CEMIG, então, interpôs embargos infringentes, os quais foram providos para reformar a sentença de procedência dos pedidos pleiteados na ação. A Companhia interpôs Recurso Especial e Extraordinário em face do acórdão que deu provimento aos embargos infringentes. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais desproveu ambos os recursos. Contra essa decisão a Companhia interpôs agravo regimental, o qual foi negado, tendo a Companhia oposto embargos de declaração, que aguardam julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Não recebimento dos valores pleiteados.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Ordinária de Repetição de Indébito nº 024.02.822986-0	
a. juízo	1ª Vara de Fazenda de Pública de Belo Horizonte/MG
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	09/12/2002
d. partes no processo	Autor: Companhia Réu: Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.645.624,92
f. principais fatos	A Companhia pleiteia a restituição de valores cobrados a maior, a título de reajuste de tarifa de energia elétrica, no período de março/86 a novembro/86, tendo em vista o congelamento de preços determinado pelo Plano Cruzado. Em setembro de 2005, a ação foi julgada procedente, tendo a Companhia iniciado a execução de cumprimento de sentença. Após citada em execução, a CEMIG indicou à penhora imóveis de sua propriedade. A Companhia não concordou com os bens indicados à penhora pela CEMIG e requereu penhora sobre a renda da ré, o que foi deferido. A CEMIG apresentou embargos à execução, os quais foram acolhidos para excluir da execução os valores pagos à título de restituição de empréstimo compulsório e taxa de iluminação, reduzindo, por consequência, o montante da execução em R\$ 366.029,67, bem como, condenando a Companhia ao pagamento de honorários advocatícios de 10% sobre o valor da execução. Em face da referida sentença, a Companhia apresentou recurso de apelação, ao qual foi dado parcial provimento para determinar que o percentual de honorários incida sobre o valor dos embargos à execução. Os autos baixaram à vara de origem, e a Companhia realizou o levantamento do valor incontrovertido. Com relação ao valor controvérsio, a Companhia requereu seu levantamento, porém, o pedido foi negado pelo juiz de primeira instância. Contra essa decisão, a Companhia interpôs recurso de agravo de instrumento, o qual aguarda julgamento no Tribunal.
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Não recebimento do valor pleiteado.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Ação de Rescisão Contratual nº 0148.06.04.0125-1	
a. juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Lagoa Santa/MG
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	24/05/2006
d. partes no processo	Autor: Maria do Carmo Salomão, Geraldo Magela Matos Salomão, Francisco Pedro Salomão Matos, Alexandre Salomão Matos

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 120.561,60. Imóvel rural denominado "Sítio Cafundó", com área de aproximadamente 4,6 hectares, registrado no Cartório de Imóveis da Comarca de Santa Luzia/MG, sob o nº AV-2-4154, inscrição no INCRA sob o nº 426.91.003.204, onde a Companhia possui Portaria de Lavra.
f. principais fatos	Os autores pretendem a rescisão do contrato de arrendamento do imóvel rural denominado "Sítio Cafundó", com área de aproximadamente 4,6 hectares (registrado no Cartório de Imóveis da Comarca de Santa Luzia/MG, sob o nº AV-2-4154, inscrição no INCRA sob o nº 426.91.003.204), localizado em zona rural do Município de Lagoa Santa/MG, firmado com a Companhia, tendo em vista o não pagamento do novo valor ajustado para o aluguel desde janeiro 2006, ou, alternativamente, a fixação de novo valor de aluguel para o imóvel arrendado. Atualmente o feito encontra-se em fase instrutória, estando em vigor liminar que determinou o pagamento do aluguel no valor antigo de R\$ 8.002,41, reajustável na forma do 8º termo de aditamento contratual celebrado entre as partes, desde julho de 2010, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00. A Companhia está efetuando corretamente o pagamento em conta corrente vinculada ao Juízo da 1ª Vara Cível de Lagoa Santa.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso julgado procedente o pedido de rescisão do contrato de arrendamento, a Companhia terá que mudar a localização do portão de entrada da mina; caso acolhido o pedido alternativo de fixação de novo valor de aluguel, a Companhia terá que pagar aos autores os valores fixados pelo órgão julgador.
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 330.000,00

Ação Ordinária de Cancelamento de Servidão Mineral nº 0148.06.04.0127-7	
a. juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Lagoa Santa/MG
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	24/05/2006
d. partes no processo	Autor: Maria do Carmo Salomão, Geraldo Magela Matos Salomão, Francisco Pedro Salomão Matos, Alexandre Salomão Matos Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 828.861,00. Servidões instituídas em favor da Companhia para realização da atividade de mineração na Fazenda Lapa Vermelha, localizada nos Municípios de Vespasiano/Lagoa Santa, MG (Escritura Pública de 14.01.74, livro 75, fls. 24v/29 do Cartório de Notas de Lagoa Santa/MG), onde a Companhia possui Portaria de Lavra.
f. principais fatos	Os autores pretendem o cancelamento das servidões instituídas em favor da Companhia (Escritura Pública de 14.01.74, livro 75, fls. 24v/29 do Cartório de Notas de Lagoa Santa/MG – áreas A1, A2, A3, A4 e A5), a fim de serem instalados transportadores, construídas áreas destinadas a bota-fora e via de acesso à pedreira localizada na Fazenda Lapa Vermelha (servidões essas concedidas em substituição à servidão de passagem de linha ferroviária, instituída na Escritura Pública de Compra e Venda da Fazenda Lapa Vermelha, datada de 08.07.69, lavrada no livro 1.355, fl. 85, do 23º Ofício de Notas da Capital do Estado do Rio de Janeiro), sob a alegação de que a Companhia não teria cumprido com a obrigação de ceder em comodato área de 324.000m ² ao Sr. Geraldo Alexandre de Matos – esposo e pai dos requerentes. Além disso, os autores pretendem obter indenização pela utilização de servidão correspondente à área A2, que está em servidão para passagem das correias transportadoras da Companhia. Atualmente o feito encontra-se em fase instrutória.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento dos valores arbitrados a título de indenização pela utilização das servidões instituídas em favor da Companhia.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento, mas, no processo nº. 0148.06.042.543-3, a Companhia efetuou depósito no valor correspondente à avaliação do imóvel.

Avaliação Judicial de Preço para Servidão Mineral de Superfície Processo nº. 0148.06.042.543-3	
a. juízo	2ª Vara Cível da Comarca de Lagoa Santa/MG
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	20/07/06
d. partes no processo	Autor: Companhia Réu: Maria do Carmo Salomão, Francisco Pedro Salomão, Geraldo Magela Matos Salomão, Alexandre Salomão Matos e Cafundó Placas Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	A ação versa sobre os direitos de exploração para fins de mineração das áreas de 18,0025ha e de 4,62ha, de acordo com a servidão mineral instituída em favor da Companhia. Os valores discutidos na ação equivalem ao valor da indenização em razão da exploração destas áreas, cuja avaliação se pretende realizar. Houve depósito judicial no valor R\$ 1.328.585,62, como forma de garantir antecipadamente o pagamento da indenização a ser apurada.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	<p>Trata-se de ação ordinária em que se requer a avaliação das áreas de 18,0025ha e de 4,62ha, as quais são exploradas pela Companhia por conta de sua atividade de mineração. Pretende a Companhia a avaliação destas áreas para o fim de se apurar o valor da indenização pela utilização da superfície da área de 18,0025ha, bem como o valor da renda pela utilização da área de 4,6ha, requerendo, além da avaliação pretendida, o depósito da quantia de R\$ 1.328.585,62, assim como a expedição de mandado judicial para permitir o acesso da Companhia nas áreas de servidão a serem avaliadas.</p> <p>Houve a concessão de tutela antecipada para autorizar o depósito da quantia de R\$ 1.328.585,62, bem como para autorizar o acesso da Companhia às áreas exploradas.</p> <p>Após a concessão da tutela, os Réus apresentaram manifestação requerendo a sua revogação, esclarecendo a existência de conexão entre esta ação e a Ação Declaratória de Obrigaçõa ajuizada pelos Réus em face da Companhia, processo nº. 0148.06.040127-7, em trâmite perante a 1ª Vara da Comarca de Lagoa Santa, seguindo-se, posteriormente, o oferecimento de contestação.</p> <p>Em 10 de agosto de 2006, foi proferido despacho determinando o envio dos autos ao Juízo da 1ª Vara a fim de que esta ação seja julgada juntamente com o processo nº. 0148.06.040127-7.</p> <p>Diante desta decisão, a Companhia interpôs agravo de instrumento, ao qual fora negado provimento. Desde 22.12.10, os autos permanecem conclusos junto ao Juízo da 1ª Vara Cível.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a ação seja julgada procedente, o valor de avaliação dos imóveis, já depositado em conta judicial pela Companhia, será levantado em favor dos réus como pagamento de indenização pelo uso das áreas exploradas.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Ação Popular nº 67.00.00058-0

a. juízo	22ª Vara Federal de Belo Horizonte/MG
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	13/05/1975
d. partes no processo	Autor: Ministério Públíco Federal Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Indenização decorrente da lavra/extracção de calcário da Gruta Lapa Vermelha a ser fixada entre os valores de R\$ 100.000,00 e R\$ 2.000.000,00.
f. principais fatos	<p>O Ministério Públíco Federal pretende impedir a lavra/extracção de calcário na Gruta da Lapa Vermelha, sob o argumento de que tal atividade representa ato lesivo ao patrimônio histórico. No entanto, tendo em vista que a Gruta da Lapa Vermelha não mais existe, o Ministério Públíco Federal pleiteia apenas o pagamento de indenização. Os pedidos formulados pelo Ministério Públíco Federal foram julgados improcedentes, o que ensejou a interposição de recurso de apelação, o qual foi desprovido, em razão da destruição da Gruta da Lapa Vermelha. Em face do referido acórdão, o Ministério Públíco Federal opôs embargos de declaração, os quais foram desprovidos pelo Tribunal Regional Federal. Os advogados responsáveis pelo caso entendem não ser viável, nesse caso, o manejo de Recurso Especial ou Extraordinário pelo Ministério Públíco Federal, uma vez que seria necessário o reexame das provas produzidas nos autos, o que é vedado pelo Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.</p>
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento de indenização decorrente da lavra/extracção de calcário na Gruta da Lapa Vermelha. Por se tratar de Ação Popular, em caso de condenação e não pagamento pela Companhia, o Ministério Públíco Federal poderá requerer a responsabilização do acionista controlador pela condenação inadimplida.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Ação Civil Pública nº 6099-09.2010.4.01.3803

a. juízo	2ª Vara Federal de Belo Horizonte/MG
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	01/06/2010
d. partes no processo	Autor: Ministério Públíco Federal Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Embarcação e transporte de cargas em veículos. Indenização de R\$ 500.000,00. Valor total envolvido inestimável.
f. principais fatos	A ação civil pública tem como causa de pedir condutas reiteradas da Companhia, consistentes em embarcar e transportar carga em veículos, sob sua responsabilidade, cujo peso bruto total excederia os limites legalmente fixados, o que contribuiria para o estrago das rodovias e aumentaria o risco de

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	acidentes. Diante disso, o Ministério Público Federal requer a condenação da Companhia no pagamento de indecisão (i) por danos morais coletivos, no valor de R\$ 500.000,00, e (ii) danos materiais causados ao pavimento das rodovias federais em montante a ser arbitrado pelo órgão julgador, levando-se em conta o valor de R\$ 5.000,00 para cada operação com excesso de peso realizado nos últimos cinco anos. Liminarmente, o Ministério Público Federal requereu que a Companhia se abstenha de promover a saída de veículos de carga de seus estabelecimentos comerciais, ou de estabelecimentos de terceiros contratados, com excesso de peso e em desacordo com a legislação de trânsito, sob pena de multa de R\$ 5.000,00 para cada hipótese de descumprimento. O pedido liminar foi deferido em 21/06/2010. Após a apresentação da defesa pela Companhia, em 18/10/2010, os efeitos da liminar foram suspensos até nova manifestação do Ministério Público Federal em relação aos fatos narrados na contestação. Atualmente, aguarda-se o exame pelo juiz da impugnação à contestação apresentada pelo Ministério Público Federal em 04/11/2010.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento de indenização pelos estragos causados ao pavimento das rodovias federais, bem como pelos danos morais causados à coletividade.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Crédito em Pedido de Autofalência nº 583.00.2005.065208-3	
a. juízo	2ª Vara de Falência e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	17/06/2005
d. partes no processo	Autor: Banco Santos S.A. (em liquidação) Credor: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Crédito pleiteado em face do falido no valor de R\$ 8.730.823,26 (data base: 09/2005 – data da quebra).
f. principais fatos	Em 26.10.2005, foi publicado o edital contendo o rol de credores do falido, tendo sido reconhecido o crédito em favor da Companhia no valor de R\$ 8.730.823,26, na classe dos quirografários. Autorizado judicialmente o pagamento do primeiro rateio aos credores quirografários no percentual de 10% sobre o valor do crédito habilitado, a Companhia recebeu a quantia de R\$ 873.082,33. Em 17/12/2010, foi autorizado judicialmente o pagamento do segundo rateio aos credores quirografários. A Massa Falida apresentou proposta para que o rateio seja realizado observando-se o percentual de 15% dos créditos habilitados, descontando-se os valores já recebidos no primeiro rateio. No momento aguarda-se a definição do percentual em que será realizado o segundo rateio aos credores quirografários, bem como os respectivos pagamentos.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Não recebimento do valor total do crédito pleiteado em face do falido.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Ação de Obrigação de Fazer nº 0062329-68.2010.8.13.0290	
a. juízo	2ª Vara Cível da Comarca de Vespasiano/MG
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	10/06/2010
d. partes no processo	Autor: Companhia Réu: JB Logística Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.372.527,23
f. principais fatos	Trata-se de ação de obrigação de fazer em que a Companhia pleiteia a condenação do réu na obrigação de entregar 2.123,36 toneladas de coque verde de petróleo. Em garantia da obrigação de fazer, a JB Logística Ltda. constituiu em favor da Companhia hipoteca sobre imóvel, que, na impossibilidade de entrega das toneladas de coque verde de petróleo, será executado para a devolução do valor pago. Aguarda-se a citação do réu.
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Não recebimento das 2.123,36 toneladas de coque verde de petróleo.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Ação Anulatória c/c Repetição de Indébito nº 91.0002302-7	
a. juízo	6ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte/MG
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	06/03/1991

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

d. partes no processo	Autor: Companhia Réu: Superintendência Nacional de Abastecimento - SUNAB
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.574.873,81
f. principais fatos	A Companhia pleiteia a nulidade do auto de infração e a devolução do valor pago a título de multa em razão da majoração de preço de cimento em março de 1990. Os pedidos formulados pela Companhia foram julgados improcedentes em primeira instância, o que ensejou a interposição de recurso de apelação. No momento, aguarda-se o julgamento do recurso de apelação (AC nº 1997.01.00.019474-0)
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Não devolução do valor da multa pago à SUNAB.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Ação de Cobrança c/c Indenizatória nº 290.09.067.961-1	
a. juízo	2ª Vara Cível da Comarca de Vespasiano/MG
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	31/03/2009
d. partes no processo	Autor: Emon Service Ltda. Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.637.759,16
f. principais fatos	A autora pretende o recebimento de indenização por danos morais e materiais decorrentes do encerramento fora do prazo de contrato celebrado entre as partes. A Companhia foi citada por edital, tendo apresentado contestação em 05/06/2009. Em 18/05/2010 foi realizada audiência de conciliação. Em 12/01/2011, foi proferida decisão em que o órgão julgador se declarou incompetente para o julgamento da demanda em favor da 1ª Vara Cível de Vespasiano/MG, por entender que o objeto desta demanda é conexo ao processo nº 290.08.063.940-1 (em curso perante o Juízo da 1ª Vara Cível), em que a Companhia requer a declaração de inexistência de débito a pagar quando da rescisão contratual com a Emon Service Ltda., tendo em vista que esta não cumpriu com os termos do contrato, tendo atrasado a realização da obra, trazendo prejuízos à Companhia.
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento dos valores pleiteados pela Emon Service Ltda. a título de indenização por danos morais e materiais.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Execução por quantia certa nº 394.97.001.426-9	
a. juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Manhuaçu/MG
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	19/09/1997
d. partes no processo	Autor: Companhia Réus: Baseforte Comércio de Cimento Ltda., Mauro Lúcio Prata, Sandra Maria Petronilho Prata, Geraldo Antônio Prata, Arlete Geraldo Gomes Prata, Mozart de Assis Prata e Delmira Maria da Silva Prata
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.910.949,57 (valor remanescente após a arrematação dos três imóveis oferecidos em garantia hipotecária)
f. principais fatos	Execução de duplicatas não pagas, confissão de dívida e garantia hipotecária representada por três imóveis (um oferecido em hipoteca de primeiro grau e dois em hipoteca de segundo grau). Os três imóveis objeto da garantia hipotecária foram executados, tendo a Companhia arrematado todos com o crédito da presente execução. Atualmente discute-se a regularidade da arrematação dos dois imóveis oferecidos em hipoteca de segundo grau à Companhia, e, em primeiro grau, respectivamente, à Eternit S.A. e ao Banco BEMGE (atualmente Banco Itaú).
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Não recebimento do valor executado.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Execução por quantia nº 028.03.001.358-6	
a. juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Iúna/ES
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	28/02/2000
d. partes no processo	Autor: Companhia Réu: Baseforte Comércio de Cimento Ltda.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.900.000,00
f. principais fatos	Trata-se de execução oriunda de duplicatas não pagas. Os embargos à execução foram julgados improcedentes, tendo já transitado em julgado. Atualmente, foi requerida a expedição de carta precatória para a cidade de Manhuaçu/MG para avaliação dos imóveis penhorados. Aguarda-se o cumprimento da precatória.
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Não recebimento do valor executado.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Ação de Cobrança n.º 0290.10.006831-8	
a. juízo	1ª Vara Cível de Vespasiano/MG
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	07/07/2010
d. partes no processo	Autor: Tecnologia em Mecânica Industrial Ltda. Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 834.585,00.
f. principais fatos	A autora pleiteia cobrança dos valores que entende devidos, decorrentes do contrato firmado com a Companhia, além de indenização por danos materiais e morais. A Companhia apresentou reconvenção pleiteando o recebimento em dobro do valor de R\$ 350.000,00, uma vez que, apesar de já ter sido devidamente pago à Tecnologia em Mecânica Industrial Ltda. pelos serviços realmente prestados, está sendo novamente cobrado pela autora nesta ação.
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento dos valores pleiteados pela Tecnologia em Mecânica Industrial Ltda..
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Ação Indenizatória n.º 0024.07.514.577-1	
a. juízo	12ª Vara Cível de Belo Horizonte/MG
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	16/05/2007
d. partes no processo	Autor: Sara da Silva Lino e Outros Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.800.000,00
f. principais fatos	Ação de indenização movida em decorrência de acidente de trabalho resultante em morte. Atualmente, encontra-se em fase de especificação de provas.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento da indenização pleiteada, caso, eventualmente, o seguro de responsabilidade civil por acidente de trabalho mantido pela Companhia não efetue o pagamento.
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 262.507,00.

Ação de Desapropriação n.º 127/78 – 053.78.013384-9 Execução n.º 4009/08	
a. juízo	3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo/SP
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	15/02/1978
d. partes no processo	Autor: Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 957.548,74 Valor a ser recebido pela Companhia - R\$ 431.950,23
f. principais fatos	A desapropriação (que envolve imóveis de diversos proprietários) foi realizada através do Decreto Expropriatório nº. 7868, de 30/04/1976, com propósito das áreas serem recuperadas e beneficiadas com a retificação e implantação de Parque Ecológico. Atualmente o processo encontra-se em fase de execução referente ao saldo da indenização apurado pelo Departamento de Precatórios - DEPRE no valor de R\$ 957.548,74. O autor ofereceu embargos à execução, em que apresentou um cálculo no valor de R\$ 524.399,94. Em 07/10/2004, os embargos foram julgados improcedentes, sendo o autor condenado em honorários advocatícios fixados em 5% sobre valor dado à causa (R\$ 524.399,94). Foi expedido ofício requisitório EP 796/05, no valor de R\$ 957.548,74, de ordem cronológica 10/06 (aguardando pagamento). O DAEE recorreu da decisão e interponde Recurso de Apelação, ao qual, em 29/10/2007, foi negado provimento (acórdão transitado em julgado). O ofício requisitório de ordem cronológica 10/06 está aguardando pagamento. Ocorre que,

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	<p>em razão da quebra da ordem cronológica do respectivo precatório, foi ajuizado sequestro de rendas perante o Tribunal de Justiça de São Paulo.</p> <p>Sequestro de Rendas: Ajuizado em agosto de 2008 perante o Tribunal de Justiça de São Paulo tendo em vista a quebra da ordem cronológica de pagamento. Em 21/07/2010, foi publicada decisão que extinguiu o pedido de sequestro, com base na EC 62/09. Em setembro de 2010, foi impetrado Mandado de Segurança, contra ato do Presidente do Tribunal de Justiça que extinguiu o pedido de sequestro. Em 16/12/2010, foi publicado despacho requisitando informações e determinando a citação do DAEE para, querendo, responder na qualidade de litisconsorte passivo necessário. Após, os autos seguirão à Procuradoria Geral de Justiça.</p> <p>Proporção cabível a cada expropriado: Companhia – 45,11% Alberto Suru e sua esposa – 54,89 %</p>
g. chance de perda	Não se aplica.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Não se aplica.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Ação de Desapropriação nº. 072/78 – 053.78.939095-6 Execução nº. 23411/05	
a. juízo	5ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	23/11/1978
d. partes no processo	Autor: Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.237.285,64 Valor a ser recebido pela Companhia - R\$ 1.053.631,83
f. principais fatos	A desapropriação (que envolve imóveis de diversos proprietários) foi realizada através do Decreto Expropriatório nº. 7868, de 30/04/1976, com propósito de recuperação e beneficiamento de áreas com a retificação e implantação de Parque Ecológico. Atualmente, o feito encontra-se em fase de execução referente ao saldo da indenização apurado, inicialmente, pelo Departamento de Precatórios DEPRE no valor de R\$ 1.237.285,64. O autor ofereceu embargos à execução e apresentou cálculo no valor de R\$ 780.177,4. Em 08/05/2008, o DEPRE apresentou novo cálculo no valor de R\$ 1.053.631,83, com o qual concordou a Companhia. O autor, no entanto, não concordou com os cálculos apurados pela DEPRE, sendo os autos encaminhados novamente àquela contadaria judicial. Ante a impugnação do autor, a contadaria judicial ratificou os cálculos no valor R\$ 1.053.631,83. Em 14/08/2009, os embargos à execução foram julgados improcedentes, determinando-se o prosseguimento da execução pelo valor total de R\$ 1.053.631,63. Em 18/03/2010, houve a publicação da sentença. Seguiu-se o oferecimento de petição juntando peças para expedição de novo ofício requisitório no valor de R\$ 1.053.631,83. Até o momento não foi expedido ofício requisitório.
g. chance de perda	Não se aplica.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Não se aplica.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há.

iv. Processos Administrativos relacionados à Lei de Defesa da Concorrência (Lei nº 8.884/1994)

A Companhia é parte do pólo passivo de duas investigações conduzidas pelas autoridades brasileiras de defesa da concorrência a respeito da suposta existência de prática de cartel no mercado de cimento e concreto no Brasil. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia entendia ser desnecessária a constituição de provisão para eventuais perdas relativas a essas duas investigações, abaixo detalhadas.

Processo Administrativo nº 08012.011142/2006-79	
a. juízo	Conselho Administrativo de Defesa Econômica, autarquia vinculada ao Ministério da Justiça, e Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça.
b. instância	
c. data de instauração	08/03/2007

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo Administrativo nº 08012.011142/2006-79	
d. partes no processo	Representante: Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça <i>ex officio</i> . Representados (investigados): Socicom S.A. – Sociedade de Empreendimentos Industriais, Comerciais e Mineração (antiga denominação social da Companhia); Votorantim Cimentos Ltda.; Camargo Corrêa Cimentos S.A.; Lafarge Brasil S.A.; Cia. de Cimentos do Brasil – Cimpor; Holcim Brasil S.A.; Itabira Agro Industrial S.A. (Grupo Nassau); Companhia de Cimentos Itambé; Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Concretagem - ABESC; Associação Brasileira de Cimento Portland - ABCP; Sindicato Nacional da Indústria do Cimento - SNIC; e seis pessoas físicas não relacionadas à Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Nos termos do art. 23 da Lei nº 8.884/1994 c/c o art. 11 da Lei nº 9.021/1995, a Companhia está sujeita a multa de 1% a 30% do valor do faturamento bruto da Companhia, excluídos os impostos, no ano de 2006. Em valores de 2006, esse montante varia entre aproximadamente R\$2,5 milhões e R\$74 milhões.
f. principais fatos	Este Processo Administrativo investiga a existência de um suposto cartel nos mercados de cimento e concreto no Brasil, por meio de alegadas fixação de preços e alocação de regiões e clientes entre os concorrentes, e iniciou-se em virtude de denúncia realizada por um ex-funcionário de uma das concorrentes da Companhia. O Processo Administrativo está atualmente sob a análise da Secretaria de Direito Econômico, do Ministério da Justiça (SDE/MJ), a qual emitirá parecer sem caráter decisório. Após referido parecer, o Processo Administrativo será analisado e julgado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).
g. chance de perda	Possível
h. impacto em caso de perda do processo	Pagamento da multa mencionada no item “e” acima.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há.

Processo Administrativo nº 08012.008855/2003-11	
a. juízo	Conselho Administrativo de Defesa Econômica, autarquia vinculada ao Ministério da Justiça, e Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça.
b. instância	
c. data de instauração	22/12/2003
d. partes no processo	Representante: Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda <i>ex officio</i> . Representados (investigados): Socicom S.A. – Sociedade de Empreendimentos Industriais, Comerciais e Mineração (antiga denominação social da Companhia); Camargo Corrêa Cimentos S.A.; Cia. de Cimento Itambé; Cia. de Cimentos do Brasil - Cimpor; Ciplan – Cimento Planalto S.A.; CP Cimento e Participações S.A.; Grupo Nassau; Holcim Brasil S.A.; Lafarge Brasil S.A.; e Votorantim Cimentos S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Nos termos do art. 23 da Lei nº 8.884/1994 c/c o art. 11 da Lei nº 9.021/1995, a Companhia está sujeita a multa de 1% a 30% do valor do faturamento bruto da Companhia, excluídos os impostos, no ano de 2002. Em valores de 2002, esse montante varia entre aproximadamente R\$1,9 milhão e R\$59 milhões.
f. principais fatos	Este Processo Administrativo investiga a existência de um suposto cartel no mercado de cimento no Brasil, por meio da alegada prática de recusa concertada de venda dos cimentos tipo CPII e CPV para promover a venda do cimento tipo CPIII para concreteiras, especialmente no estado de São Paulo, e iniciou-se em virtude de representação formulada pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda. O Processo Administrativo está atualmente sob a análise da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, a qual emitirá parecer sem caráter decisório. Após referido parecer, o Processo Administrativo será analisado e julgado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
g. chance de perda	Possível.
h. impacto em caso de perda do processo	Pagamento da multa mencionada no item “e” acima.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há.

v. Ambientais

Não há processos judiciais, administrativos e arbitrais ambientais relevantes em que a Companhia seja parte.

vi. Propriedade Intelectual

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia era parte de um Procedimento Administrativo de Nulidade, instaurado por Engemix S.A. (CNPJ No. 60.405.446/0001-28) perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, contra o Registro de Marca No. 828.797.900,

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

referente à marca CONCRETO LIZ, registrada na classe 19 (materiais de construção, concreto), em 15 de junho de 2010. Na data deste Formulário de Referência, tal procedimento administrativo permanecia sob a análise do INPI, aguardando julgamento.

Os procedimentos administrativos dessa natureza não envolvem valores.

Não há como analisar a possibilidade de êxito nesse caso. No entanto, ressalta-se que, na hipótese de acolhimento desse procedimento administrativo, a Companhia perderá seus direitos sobre o referido registro de marca.

A Companhia entende que a perda dos direitos sobre o registro de marca No. 828.797.900 terá impacto significativo, caso a Companhia passe a desenvolver a atividade de produção de concretos.

**4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias
sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou
investidores**

Reclamação trabalhista 0001400-50.2010.5.03.0144 (01400-2010-144)	
(redistribuição do processo 1766/08 da Vara de Pedro Leopoldo)	
a. Juízo	Vara Trabalho de Matozinhos/MG
b. Instância	1 ^a instância
c. Data da Instauração	09/06/2010
d. Partes no Processo	Reclamante: Michel Cristian de Freitas Reclamada: Companhia
e. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 200.000,00
f. Principais Fatos	O autor, ex-membro do conselho de administração e ex-diretor, pleiteia vínculo empregatício e recebimento de parcelas rescisórias. A audiência de instrução encontra-se marcada para o dia 17/03/2011.
g. Chance de Perda	Provável
h. Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo	Pagamento de indenização trabalhista
i. Valor Provisionado se Houver Previsão	R\$ 80.000,00

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não há processos sigilosos relevantes em que a Companhia seja parte.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Não há.

4.7 - Outras contingências relevantes

i. Tributário

REFIS

Em 30 de novembro de 2009, a Companhia aderiu ao pagamento e parcelamento de débitos junto à Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos da Lei nº 11.941/09. A Companhia optou pelo pagamento de débitos fiscais no montante de R\$ 137 milhões, em 180 parcelas, sendo R\$ 54 milhões através de desembolso de caixa e R\$ 83 milhões pela utilização de prejuízo fiscal. Os valores do parcelamento ainda encontram-se pendentes de homologação por parte da Receita Federal do Brasil. Até 31 de dezembro de 2010, a Companhia havia efetuado o pagamento de 14 parcelas pelo valor mínimo de recolhimento. O valor total do débito, antes das reduções da lei, representava R\$ 208 milhões. A legislação permitiu a redução de R\$ 71 milhões referente a multa e juros, obtendo o valor acima descrito. Dos processos que foram objeto de adesão ao REFIS e que possuíam depósito judicial, até 31 de dezembro de 2010, não houve levantamento.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável. A Companhia não é emissora estrangeira.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Os riscos de mercado aos quais a Companhia está sujeita estão intimamente relacionados aos riscos presentes no curso normal da atividade da construção civil no Brasil, tendo em vista que a Companhia não realiza atividades operacionais no exterior e nem exporta os seus produtos. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2010, existiam financiamentos no valor de 74,37 milhões de Euros, que estão sujeitos a flutuação cambial.

Os riscos cambiais afetam indiretamente a Companhia, na medida em que esta importa parte de seus equipamentos e combustíveis, bem como utiliza outros insumos que, apesar de não serem importados, têm seu preço vinculado a moedas estrangeiras.

Ademais, a Companhia está exposta a riscos de crédito, riscos de variações nas taxas de juros e riscos das variações dos preços.

Abaixo, encontram-se detalhados os riscos de mercado que podem afetar as atividades da Companhia:

As condições políticas e econômicas podem ter impacto direto nos negócios da Companhia. O governo brasileiro exerce influência significativa na economia brasileira.

O Governo Federal intervém frequentemente na economia do País, na política monetária, fiscal e cambial. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo governo para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados da Companhia podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, incluindo os custos (inclusive de energia elétrica e combustível) e efeitos de iniciativas governamentais para administrar a conjuntura econômica, bem como por:

- flutuações das taxas de câmbio;
- alterações na inflação;
- alterações nas taxas de juros;
- crises energéticas;
- alterações na política fiscal;
- disponibilidade dos mercados de capitais;
- taxas de gastos do consumidor; e
- outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Quaisquer das referidas alterações poderiam prejudicar a demanda de produtos no mercado doméstico ou o custo e a disponibilidade das matérias primas que a Companhia necessita, prejudicando, dessa forma, os resultados financeiros da Companhia.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo, podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais doméstico, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados da Companhia. Caso os cenários político e econômico se deteriorem, a Companhia poderá arcar com uma elevação nos seus custos financeiros.

Ademais, as interrupções nos mercados de crédito e em outros mercados financeiros e a deterioração da conjuntura econômica nacional e mundial poderão, entre outras coisas: (i) ter impacto negativo sobre a demanda, o que poderia acarretar a redução de vendas, lucro operacional e fluxos de caixa; (ii) fazer com que os clientes ou consumidores finais deixem de consumir os produtos da Companhia; (iii) dificultar ou encarecer a obtenção de financiamento para as operações ou investimentos ou refinanciamento da dívida da Companhia no futuro; (iv) fazer com que os credores modifiquem suas políticas de risco de crédito e dificultem ou

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

encareçam a concessão de qualquer renegociação ou disputa de obrigações de natureza técnica ou de outra natureza nos termos dos contratos de dívida, caso a Companhia venha a pleiteá-las no futuro; (v) prejudicar a situação financeira de alguns clientes ou fornecedores da Companhia; e (vi) diminuir o valor dos investimentos da Companhia.

O efeito da inflação e das medidas governamentais destinadas a combatê-la podem afetar negativamente a economia brasileira em geral e a Companhia.

Historicamente, o Brasil registrou altas taxas de inflação e, consequentemente, adotou políticas monetárias que resultaram em uma das maiores taxas reais de juros do mundo. De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, as taxas de inflação de preços no Brasil foram de 4,45% em 2007, 5,90% em 2008 e 4,31% em 2009. No mesmo sentido, entre os anos de 2005 e 2010, a taxa SELIC variou entre 19,75% e 8,25% ao ano e, em 31 de dezembro de 2010, era de 10,75%.

As medidas do Governo Federal para controlar a inflação, principalmente por meio do Banco Central do Brasil, incluíam, com frequência, a manutenção de uma política monetária rigorosa com altas taxas de juros, restringindo, desta forma, a disponibilidade de crédito e o crescimento econômico do Brasil.

Acontecimentos internacionais, como as crises nos mercados emergentes e desenvolvidos, os atentados terroristas nos Estados Unidos e conflitos militares recentes, causaram e podem causar novamente desestabilizações nos mercados internacionais, com reflexos para a economia brasileira, tais como a valorização do Dólar e o aumento no preço do petróleo, o que poderá causar aumento da inflação.

Os períodos de inflação mais alta poderão desacelerar a taxa de crescimento da economia brasileira, o que poderá levar a uma redução da demanda pelos produtos da Companhia no Brasil e a reduções de suas vendas.

Adicionalmente, as medidas a serem adotadas pelo Governo Federal para se adequar às metas de inflação já estabelecidas, ou que venham a ser definidas futuramente, poderão afetar a economia brasileira e, consequentemente, a Companhia.

Caso as taxas de inflação venham a aumentar consideravelmente, os negócios, a condição financeira e os resultados da Companhia poderão ser afetados negativamente. Adicionalmente, a elevação dos índices inflacionários poderá não ser repassada integralmente aos preços finais dos produtos vendidos pela Companhia. Caso esse repasse não seja possível e os custos e despesas operacionais e financeiras da Companhia aumentem em razão de uma elevação dos índices inflacionários, os fluxos de caixa, a condição financeira e os resultados da Companhia serão negativamente afetados.

A instabilidade das taxas de juros e índices de inflação pode afetar os negócios da Companhia.

Parte das dívidas da Companhia, perfazendo o montante de € 74,37 milhões e R\$ 6,45 milhões em 31 de dezembro de 2010, está sujeita a taxas de juros e índices variáveis, tais como TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e Euribor, conforme comentado no item 10.2. “b” deste Formulário de Referência. Na hipótese de elevação dessas taxas e/ou índices, os custos e os pagamentos do serviço da dívida da Companhia sofrerão um acréscimo. Neste caso, os negócios da Companhia, sua condição financeira e o resultado de suas operações poderão ser afetados negativamente, em decorrência de maiores despesas financeiras. Para maiores informações sobre o endividamento da Companhia, ver item 10.1 “f” deste Formulário de Referência.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

- a) riscos para os quais se busca proteção, b) estratégia de proteção patrimonial (hedge) e c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)**

A Companhia tem como política não efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos ou qualquer tipo de operação com perfil semelhante.

- d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

A Companhia busca gerir seu fluxo de caixa estabelecendo critérios de posições de caixa mínimo, evitando assim desconfortos futuros ou eventos inesperados referentes a compromissos assumidos. Como os riscos relacionados à variação de preços dos insumos para a produção dos produtos acabados da Companhia podem influenciar diretamente os custos de produção, a Companhia busca estabelecer contratos com os principais fornecedores por prazos mais prolongados de maneira que os eventuais aumentos de preços não impactem os custos de curto prazo da Companhia.

Os riscos de crédito aos quais a Companhia está sujeita referentes aos recebíveis decorrentes de contratos com seus clientes estão minimizados pelos seguintes mecanismos: (i) diversificação da base de clientes; (ii) análise criteriosa de crédito; e (iii) constante acompanhamento e cobrança dos recebíveis. Além disso, a Companhia possui política de garantia das suas operações, por meio da qual são exigidas garantias reais de seus clientes para assegurar o adimplemento dos limites de créditos assumidos pelos clientes frente à Companhia.

- e) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos**

De acordo com nossas políticas de tesouraria, a Companhia não opera com instrumentos financeiros para proteção patrimonial (hedge) ou qualquer outro objetivo.

- f) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos e g) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Companhia monitora os seus riscos através de uma estrutura organizacional multidisciplinar, na qual a Diretoria avalia se as ações praticadas estão sendo feitas de maneira a seguir as políticas adotadas para gerenciamento de riscos.

A execução das atividades de controle é de responsabilidade de todos os colaboradores da Companhia com base nas políticas corporativas e padrões (i.e. procedimentos para operacionalizar as atividades e rotinas de controle que, por sua vez, estão alinhadas com as políticas corporativas) aprovados e amplamente divulgadas dentro da Companhia.

A Companhia estabeleceu as seguintes políticas, entre outras: Política de Qualidade, Meio Ambiente, Segurança e Saúde, Política de Relacionamento com Investidores, Política de Tecnologia da Informação, Política de Compras (Suprimentos), Política de Vendas, Política de Contas a Pagar e Política de Contas a Receber, Política de Gerenciamento de Resíduos.

A Companhia também possui um Departamento de Auditoria Interna que tem como atividade, dentre outras, verificar a correta execução e cumprimento das normas e procedimentos da Companhia.

Um dos principais aspectos do gerenciamento de risco de mercado refere-se à grande pulverização das vendas da Companhia que busca sempre vender para clientes de médio e pequeno porte.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

Não houve alterações significativas nos riscos de mercado no período recente, bem como nenhuma alteração no monitoramento de mudanças.

5.4 - Outras informações relevantes

Não há, além das já apresentadas, nenhuma outra informação relevante.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	10/03/1969
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por quotas de responsabilidade limitada
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve histórico

Em 1918, Henrique Araújo de Sommer criou em Portugal a Empresa de Cimentos de Leiria, que em pouco tempo se tornou a líder no mercado de cimentos em Portugal, ingressando no Brasil através da exportação de seus produtos.

Como decorrência da expansão internacional da Empresa de Cimentos de Leiria, em 1969 foi criada a Companhia sob a denominação de SOEICOM – Sociedade de Empreendimentos Industriais, Comerciais e Mineração Ltda., na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Nessa época, iniciou-se a construção da fábrica de cimento nos municípios de Lagoa Santa e Vespasiano, no Estado de Minas Gerais, inaugurada em 1976 e local de sua atual sede.

A Companhia recentemente associou-se ao Conselho Mundial de Negócios para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD), integrando os grupos de trabalho “Iniciativa de Sustentabilidade no Cimento” e “Saúde e Segurança dos Trabalhadores”, possuindo todos os seus produtos certificados pela ABNT.

Em 2005, a Companhia iniciou seu plano de expansão de negócios para atender a alta demanda do mercado brasileiro de construção civil, atuando desde então sob sua atual denominação social.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Abaixo, encontram-se os principais eventos societários dos quais a Companhia foi parte.

(i)

Evento:	Venda pela Companhia da participação na Sagres S.A.
Principais condições do negócio:	Valor total de R\$ 57 milhões. O pagamento das parcelas se estenderá de julho de 2010 a abril de 2013, incidindo juros trimestrais, tendo por garantia fiança bancária contratada junto ao Banco Bradesco S.A.
Sociedades envolvidas:	Companhia, Tração S.A., Planova Planejamento e Construções S.A., Vialco Construções e Participações Ltda., CCI Bioenergia S.A., N.F. Motta Construções e Comércio Ltda., Telar Engenharia e Comércio Ltda., Jotagê Engenharia, Comércio e Incorporações Ltda., SN Participações Ltda., CBR Construtora Ltda., Engepart Consultoria e Participações Ltda., Cartellone do Brasil Ltda., Codi do Brasil Ltda., Goetze Lobato Engenharia Ltda., Bioenergética Vale do Paracatu Ltda. e Três Rios Empreendimentos e Participações S.A.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores:	<p>Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.</p> <p>A Companhia e a Tração retiraram-se do quadro acionário da Sagres S.A.</p>
Quadro societário antes e depois:	A Companhia e a Tração S.A., sua controladora, detinham a totalidade das ações emitidas pela Sagres S.A., à proporção de 94,17% e 5,83% respectivamente, ambas retirando-se totalmente do quadro acionário após a conclusão da operação.

(ii)

Evento:	Cisão parcial da Companhia seguida de incorporação da parcela cindida pela Tração S.A.
Principais condições do negócio:	Redução das reservas de capital da Companhia de R\$ 57.729.118,97 para R\$ 2.556.210,22. Portanto, uma redução de R\$ 55.172.908,75. Faziam parte do acervo cindido os recebíveis referentes à venda da Sagres S.A.
Sociedades envolvidas:	Companhia e Tração S.A.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores:	A operação não afetou o quadro acionário da Companhia.
Quadro societário antes e depois:	Não houve mudanças no quadro societário da Companhia.

(iii)

Evento:	Cisão parcial da Companhia seguida de incorporação da parcela cindida pela Tração S.A.
Principais condições do negócio:	Redução do capital social da Companhia de R\$ 128.000.000,00 para R\$ 121.964.453,59. Portanto, uma redução de R\$ 6.035.546,41. Integraram a parcela cindida (i) créditos da década de 1990 ou anteriores em discussão judicial; e (ii) veículos não imprescindíveis às atividades da Companhia.
Sociedades envolvidas:	Companhia e Tração S.A.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos	A operação não afetou o quadro acionário da Companhia.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

administradores:	
Quadro societário antes e depois:	Não houve mudanças no quadro societário da Companhia.

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não há.

6.7 - Outras informações relevantes

Não há.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Visão Geral

A Companhia é um produtor de cimento regional e independente, focado no mercado dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, os dois maiores pólos consumidores de cimento do Brasil, responsáveis por mais de 1/3 do consumo nacional, tendo neste mercado uma participação de cerca de 8%. A Companhia acredita que seu posicionamento estratégico, como um produtor independente dos grandes grupos do setor, sem concreteiras próprias (não verticalizado), com estrutura logística com grande capacidade de distribuição e uma qualidade de produto reconhecida, permite grande fidelização dos seus clientes. Há 34 anos a Companhia fornece à sua diversificada base de clientes no Brasil cimento de alta qualidade, produzido em sua fábrica, localizada a apenas 25 km do centro de Belo Horizonte e situada junto à jazida de calcário e à ferrovia. Cerca de 50% das suas vendas são dirigidas ao comércio de materiais de construção e 50% ao mercado industrial e consumidor final.

A fábrica da Companhia é uma das maiores plantas industriais integradas de cimento do Brasil, em termos de produção, o que lhe garante economias de escala significativas. A Companhia tem capacidade instalada de aproximadamente 2,0 milhões de toneladas de cimento por ano, e pretende atingir uma capacidade de produção anual de aproximadamente 4,5 milhões de toneladas no final de 2012, e de 4,9 milhões de toneladas no final de 2013, após a conclusão da expansão cujo início já está em curso.

A fábrica está localizada sobre a jazida e possui acesso, por via expressa, ao centro de Belo Horizonte, e por ferrovia às principais cidades da Região Sudeste do Brasil, inclusive São Paulo e Rio de Janeiro, onde a Companhia possui dois grandes terminais rodoviários próprios, para atender estes mercados com pontualidade de entrega e de forma competitiva. Adicionalmente, a Companhia conta com mais dois grandes centros de distribuição rodoviários alugados localizados no interior do Estado de São Paulo.

A jazida da Companhia, de excelente qualidade, tem reservas suficientes para mais de 100 anos de exploração, ao nível de produção anual que pretendemos alcançar após a conclusão da expansão que já está em curso.

A Companhia atua com a marca **LIZ®**, marca de cimento quase centenária do Grupo Champalimaud. Tem qualidade reconhecida pelo mercado, sendo desde 1990 até hoje, um produtor de cimento brasileiro com todos os seus produtos com qualidade certificada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (“ABNT”).

Em 2010, a Companhia vendeu 1,8 milhão de toneladas de cimento, com faturamento bruto de R\$ 495,1 milhões, líquido de R\$ 363,1 milhões e EBITDA Ajustado de R\$ 79,7 milhões. A tabela abaixo apresenta as informações financeiras selecionadas da Companhia nos períodos indicados:

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2010	2009	2008
Receita líquida (em R\$ milhões).....	363,1	335,8	307,1
EBITDA ajustado ⁽¹⁾ (em R\$ milhões).....	79,7	49,8	12,1
Margem do EBITDA ajustado ⁽²⁾	22%	14,8%	3,9%
Lucro Líquido (em R\$ milhões)	28,6	3,4	(46,8)
Margem líquida ⁽³⁾	7,9%	1,0%	(15,2%)
Volume de vendas (em mil toneladas/ano).....	1,8	1,7	1,7
Endividamento de curto prazo (em R\$ milhões)	24,9	74,5	56,5
Endividamento de longo prazo (em R\$ milhões)....	147,2	159,1	209,6
Endividamento total (em R\$ milhões)	172,1	233,6	266,1

⁽¹⁾ O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras. O EBITDA Ajustado consiste no lucro antes de juros e despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação, amortização e exaustão, desconsiderando os efeitos decorrentes de adesão ao REFIS, por serem de exercícios anteriores. O EBITDA Ajustado não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. A Companhia divulga o EBITDA Ajustado porque o utiliza para medir o seu desempenho. O EBITDA Ajustado não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do lucro líquido ou do lucro operacional, como indicadores de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

⁽²⁾ EBITDA Ajustado dividido pela receita operacional líquida.

⁽³⁾ Lucro líquido do exercício dividido pela receita operacional líquida.

Plano de Modernização e Expansão

A Companhia entende que o momento atual do setor de cimento no Brasil é extraordinariamente favorável para absorver o aumento da sua capacidade de produção, tendo em vista o crescimento sem precedentes do setor de obras públicas e de construção civil, bem como os projetos governamentais para desenvolvimento de infraestrutura no País, principalmente com foco na Copa do Mundo de 2014 e nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Com seu plano de modernização e expansão, já em curso, a Companhia pretende aumentar sua produção e eficiência operacional para aproveitar ainda mais este momento de esperado crescimento no setor.

O plano de modernização e expansão da Companhia iniciado em 2008 será realizado em duas fases, a saber:

- Primeira Fase (em curso): contempla a instalação da 4^a moagem de cimento, com capacidade de 1,2 milhão de toneladas por ano, que começou em 2006 e com conclusão prevista para maio de 2011; e a modificação e modernização do forno atualmente existente, com previsão de conclusão até dezembro de 2011, o que proporcionará à Companhia uma capacidade nominal de produção de 3,2 milhões de toneladas de cimento por ano. Esta fase trará maior eficiência energética e térmica, bem como maior grau de substituição de combustíveis fósseis por outros alternativos, especialmente resíduos e biomassa;
- Segunda Fase: contempla a construção de um segundo forno com capacidade de produção de 1,6 milhão de toneladas de clínquer por ano (instalação licenciada e em

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

negociação com fornecedores de equipamentos); um moinho de cimento com capacidade de 1,2 milhão de toneladas por ano (instalação licenciada e em negociação com fornecedores de equipamentos); e um conjunto de dois fornos de pozolana com capacidade anual de 480 mil toneladas (com pedido de licença ambiental em curso) e um moinho com capacidade de 450 mil toneladas por ano (com pedido de licença ambiental a iniciar), com os quais a Companhia visa alcançar uma capacidade de produção de cerca de 4,5 milhões de toneladas de cimento por ano, a partir do final de 2012, e 4,9 milhões de toneladas no final de 2013, e ainda dois conjuntos de cogeração de energia elétrica para aproveitar o gás quente expelido pelas chaminés, gerando 40% da energia consumida pela Companhia, simultaneamente a uma significativa melhoria em sustentabilidade ambiental.

A Companhia pretende, com a expansão, potencializar o uso da infraestrutura existente, bem como melhorar significativamente a performance dos equipamentos atuais, através da redução de consumos térmicos e de energia elétrica, aumento da atividade de coincineração de resíduos, e utilização de equipamentos de maior desempenho, trazendo-lhe ganhos de eficiência e produtividade significativos, com uma produção ambientalmente sustentável.

A Companhia acredita que a alavancagem da infraestrutura existente permite-lhe realizar a expansão referida com um custo de investimento significativamente mais baixo do que um empreendimento novo. Adicionalmente, acredita que a rapidez da concretização da expansão – por já termos solicitado a Licença Ambiental para expansão da capacidade de exploração da mina e já possuirmos a Licença Ambiental de Instalação dos equipamentos para a primeira fase e para parte significativa da segunda fase do projeto, assim como pela disponibilidade de entrega dos equipamentos principais no mercado internacional em função de desistências de encomendas devido à crise financeira mundial – lhe traz uma oportunidade ímpar de capturar o atual momento favorável do mercado de cimento, com baixo risco do empreendimento.

Acreditamos que os seguintes pontos favorecem o sucesso da nossa expansão:

- Atuação em setor em forte crescimento, com oferta hoje no seu limite;
- Posicionamento mercadológico (centros de distribuição estrategicamente posicionados);
- Qualidade reconhecida;
- Infraestrutura já existente;
- Equipamentos de grande porte, beneficiando de economias de escala;
- Equipamentos de tecnologia de ponta;
- Principais licenças ambientais (para a primeira e parte significativa da segunda fase do projeto) obtidas em 2008 relacionadas à expansão e modernização da fábrica de cimento;
- Jazidas para mais de 100 anos; e
- Equipe especializada e eficiente.

Pontos Fortes

A Companhia acredita possuir vários pontos fortes, que agregam valor ao seu negócio e lhe permitem manter sua posição de destaque no mercado de fabricação e venda de cimento, dentre os quais destaca:

Atuação em setor importante para os principais vetores de crescimento do Brasil, com demanda em forte expansão e oferta atual no seu limite.

A Companhia acredita que o setor de cimento no Brasil passa por um momento bastante favorável, em vista das tendências macroeconômicas positivas, da forte demanda e da capacidade de produção atual plenamente ocupada, o que poderá conduzir à escassez do produto e ao aumento nos preços vigentes.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

O consumo de cimento no Brasil cresceu aproximadamente 15,2% em 2010 e, entre 2005 e 2010, evoluiu em média 9,6%, de acordo com o Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (“SNIC”). No entanto, em termos *per capita*, a demanda no Brasil ainda é baixa em comparação com outros mercados. Os últimos números oficiais disponibilizados pelo SNIC apontam que a média mundial de consumo *per capita* em 2008 foi de 422 quilogramas, ao passo que o consumo no Brasil em 2010 só atingiu 272 quilogramas por habitante. Considerando-se como referência o consumo *per capita* médio mundial de 2008, o Brasil ainda tem uma margem de crescimento de cerca de 34% a atingir de consumo *per capita*.

Além disso, a Companhia acredita que a demanda por cimento tende a continuar em forte expansão no País, por conta de diversos fatores como o aumento do PIB e da renda disponível, a melhor distribuição de renda, a disponibilidade de crédito com custo decrescente, a redução do desemprego, o crescimento sem precedentes do setor imobiliário e de construção civil e os projetos governamentais para o desenvolvimento da infraestrutura no País, com foco na Copa do Mundo de 2014, Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, PAC (Plano de Aceleração de Crescimento), programas “Minha Casa Minha Vida”, trem de alta velocidade ligando as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas, além da necessidade imperiosa de investimento maciço em saneamento básico.

Em relação à oferta, a Companhia acredita que a utilização da capacidade de produção de cimento no Brasil encontra-se plenamente ocupada. Em 2009 o Brasil importou 391 mil toneladas de cimento, de acordo com o SNIC, e a Companhia estima que as importações tenham se elevado para cerca de 1,0 milhão de toneladas de cimento e clínquer em 2010. A construção de novas fábricas, bem como a expansão das atualmente existentes, dependem de licenciamentos ambientais complexos e morosos, razão pela qual a Companhia não visualiza um crescimento suficiente na oferta de cimento em um curto espaço de tempo para atender a demanda previsível. Adicionalmente, a Companhia acredita que os projetos de aumento de capacidade já anunciados pelos fabricantes de cimento, em sua grande maioria, ainda não estão licenciados, pelo que o seu prazo de maturação poderá ser longo.

Eficiência industrial e logística.

A grande qualidade e dimensão dos equipamentos da Companhia e a grande produção concentrada em um único local permitem-lhe fabricar produtos mais homogêneos, obter maior produtividade, ganhos de escala e diluir custos fixos. Além disso, a matéria-prima da jazida chega à fábrica por uma correia transportadora de 1,8 km, sendo o *layout* da fábrica compacto e em linha, o que lhe permite ser eficiente na logística interna quanto à movimentação de matérias-primas e de insumos. A Companhia possui equipamentos de alta performance com grande fiabilidade e disponibilidade, produzindo com alto padrão de qualidade.

Adicionalmente, a Companhia está estrategicamente localizada próximo a grandes centros consumidores, na região Sudeste, que em 2010 representou 46% da demanda por cimento do País, de acordo com informação divulgada pelo SNIC, e a somente 25 km do centro de Belo Horizonte, seu principal mercado consumidor. Assim, a Companhia acredita que sua localização lhe proporciona grande eficiência logística, fator crítico de competitividade em seu mercado.

Além disso, a Companhia possui dois grandes terminais de distribuição rodoviários próprios localizados na região metropolitana das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (este último momentaneamente desativado por insuficiência de produção), que são abastecidos pela sua frota de 98 vagões graneleiros, e mais dois terminais de distribuição rodoviários alugados no interior do Estado de São Paulo. Todos eles estão estrategicamente localizados em regiões de alto consumo, o que, a Companhia acredita, confere competitividade e eficiência na comercialização dos seus produtos.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Qualidade diferenciada dos seus produtos e serviços.

A Companhia fabrica cimento de alta qualidade, com regularidade no “tempo de pega” e na “resistência”. A regularidade no “tempo de pega” e na curva da “resistência” gera maior produtividade no uso do cimento, uma vez que confere maior previsibilidade e eficiência para o cliente. A constância destas características permite ao cliente determinar a quantidade de cimento necessária com maior precisão e, assim, não haver desperdício em seu processo produtivo.

A Companhia tem produtos com qualidade reconhecida pelo mercado e certificada pela ABNT.

Além da marca de qualidade certificada pela ABNT, este organismo governamental certifica a Companhia, ainda, quanto ao Sistema de Gestão de Qualidade, conferindo-lhe Certificado de Qualidade ISO 9001; quanto ao Sistema de Gestão Ambiental, conferindo-lhe Certificado de Qualidade ISO 14001; e, ainda, quanto ao Sistema de Gestão da Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho, conferindo-lhe o Certificado OHSAS 18001 (aprovado em 2 de fevereiro de 2011).

A Companhia é, ainda, membro do Conselho Mundial de Negócios para o Desenvolvimento Sustentável (*World Business Council for Sustainable Development – WBCSD*), entidade internacional que visa à preservação do meio ambiente e à saúde e segurança dos trabalhadores, fazendo parte dos comitês “Sustentabilidade no Cimento” e “Saúde e Segurança dos Trabalhadores”.

Aliada à elevada qualidade e regularidade dos seus produtos, a Companhia objetiva atingir um alto padrão de qualidade dos serviços e pontualidade da entrega, o que acredita que lhe proporciona maior fidelidade da clientela, por ser um fator altamente valorizado por seus clientes.

Mix equilibrado de clientes.

A Companhia possui um *mix* equilibrado de clientes entre vendas ao comércio de materiais de construção e vendas aos clientes industriais e consumidor final, o que acredita que lhe traz menor volatilidade no volume de venda e menor dependência quanto a cada um dos clientes. Em 2010, 46% de suas vendas foram realizadas no segmento industrial e consumidor final, comparado com a média nacional de 30% para este segmento, de acordo com o último levantamento do SNIC em 2009.

A Companhia acredita que clientes industriais consomem produtos de maior valor agregado, uma vez que a qualidade e regularidade são muito relevantes neste segmento. Tais clientes estão dispostos a pagar mais por produtos de elevada qualidade e regularidade, o que permite a ambos obter maior rentabilidade. Adicionalmente, o custo unitário por tonelada vendida da administração comercial é menor e este segmento apresenta maior nível de fidelização.

Estratégia da Companhia

As principais estratégias da Companhia são:

Ocupar o mercado face ao previstível desequilíbrio entre oferta e demanda na região natural de sua atuação.

A Companhia acredita, com base em informações divulgadas pelo Cimento.org e pelo SNIC (entidades independentes que analisam o setor), que na região Sudeste do Brasil ocorrerá, até 2014, um crescimento da demanda de cimento de cerca de 8% ao ano, o que lhe permite supor hoje que, em 2014, o mercado da região Sudeste venha a atingir cerca de 37,6 milhões de toneladas, comparado a cerca de 27,3 milhões de toneladas consumidas em 2010. Isto é, segundo suas estimativas, em 2014 o consumo anual deverá ser 10,3 milhões de toneladas superior àquele observado em 2010. Por sua vez, a Companhia acredita que a nova oferta

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

prevista até 2014, incluindo a sua, deverá ser insuficiente para satisfazer totalmente este acréscimo da demanda, devendo continuar a haver importação de cimento e/ou escassez de produto.

Nesta expectativa e tendo em vista a excelente capacidade logística subaproveitada que tem, a Companhia quer aproveitar esta oportunidade única – de crescimento da demanda no curto prazo – para vir a ocupar uma nova parcela do mercado, em função da previsível insuficiência da oferta em sua região de atuação, com a produção decorrente da sua expansão. Inclusive, a Companhia pretende voltar ao mercado do Rio de Janeiro, aonde já atuou durante mais de 30 anos, através da reativação do seu Terminal rodoviário localizado na Baixada Fluminense, que se encontra fechado há cerca de 1 ano e meio por insuficiência de produção.

Focar em ganhos de eficiência.

A Companhia buscará continuamente aprimorar sua estrutura operacional, por meio da utilização de equipamentos de alta tecnologia e desempenho, que permitam a redução dos consumos térmicos e de energia elétrica e o aumento da disponibilidade dos equipamentos, assim como o aumento da confiabilidade operacional.

Neste sentido, a Companhia pretende instalar até 2011 equipamentos de tecnologia alemã, de qualidade reconhecidamente superior, dentre os quais destaca: (i) um moinho vertical, que é o estado da arte em moagem de cimento, (ii) uma câmara de combustão, que acredita ser a primeira a entrar em operação na América do Sul, que permite um aumento significativo no uso de resíduos e de biomassa como fonte de energia térmica em substituição ao uso de combustíveis fósseis, e (iii) um novo resfriador de clínquer. Esta modernização permitirá uma redução de até 20% no custo de energia no processo produtivo, o que, conjuntamente com o aumento da produção, permitirá aumentar a eficiência, competitividade e margens da Companhia.

Aplicar estratégias específicas para cada segmento de mercado.

No segmento industrial, que a Companhia acredita ser um importante vetor de crescimento do consumo de cimento em função da tendência de industrialização da construção civil, a Companhia pretende continuar desenvolvendo produtos customizados para atender a demandas específicas destes clientes. Adicionalmente, a Companhia pretende continuar focando na regularidade da qualidade e da entrega dos seus produtos, bem como se manter desvinculada de concreteiras, permitindo-lhe manter o foco no seu negócio principal e evitando ser concorrente direta de seus clientes.

No segmento do comércio de materiais de construção, a Companhia pretende fortalecer seu relacionamento com pequenos e médios revendedores, tendo em vista que este canal de distribuição corresponde a 70% das vendas de cimento no Brasil, sendo caracterizado pela grande pulverização dos pontos de venda. Segundo a Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (“ANAMACO”), em novembro de 2010 existiam aproximadamente 138 mil lojas de materiais de construção no Brasil. A Companhia pretende também manter uma ampla equipe própria de vendas, com conhecimento técnico, dedicada e focada no desenvolvimento do relacionamento e fidelização de clientes e na comercialização dos seus produtos e também o monitoramento em tempo real do mercado.

Atuar na prestação de serviço de coprocessamento visando à preservação do meio ambiente.

Além da fabricação de cimento, a Companhia também atua na prestação de serviços de coprocessamento de resíduos. Os clientes da Companhia pagam para que ela incinere seus resíduos industriais no seu forno de clínquer, o que lhe permite substituir parte do consumo de combustíveis fósseis na fábrica contribuindo, desta forma, para a preservação do meio ambiente. Esta atividade, quando consistentemente realizada, é uma fonte de receita, e ainda reduz as despesas com o consumo de combustíveis fósseis. Em 2010, cerca de 7% da energia utilizada na

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

matriz calórica da Companhia foi proveniente do coprocessamento de resíduos e do consumo de biomassa. O plano de modernização e expansão da Companhia prevê passar este percentual de combustíveis alternativos para uma faixa superior a 25%, após realizada a modernização e a construção da segunda linha de produção.

Adicionalmente, a Companhia planeja manter a atividade de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, bem como de soluções alternativas de produção, visando à redução de custos de produção, ganho de eficiência, produtos mais adequados a nichos de mercado e menor emissão de CO₂.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a) produtos e serviços comercializados

A Companhia produz e comercializa cimento, desenvolvendo, acessoriamente à fabricação de cimento, a atividade de coprocessamento de resíduos como forma alternativa de combustível.

Atualmente, a Companhia produz e comercializa quatro tipos de cimento, com composições distintas, para atender as necessidades do mercado. Os tipos (composição) dos cimentos produzidos pela Companhia podem variar para acompanhar a demanda regional.

b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

O principal segmento operacional da Companhia é a produção e comercialização de cimento, que representa quase a totalidade da receita da Companhia. A atividade acessória de coprocessamento de resíduos gerou, em 31 de dezembro de 2010, o faturamento de aproximadamente R\$ 1,9 milhão, correspondente a 0,39% do faturamento total da Companhia.

c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Do total de R\$ 28,6 milhões do lucro líquido da Companhia no exercício de 2010, aproximadamente R\$ 27,5 milhões foram provenientes do segmento cimenteiro e aproximadamente R\$ 1 milhão foi proveniente do coprocessamento de resíduos.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a) características do processo de produção;

O processo produtivo do cimento nas instalações da Companhia tem início com a extração de calcário e argila de uma jazida própria localizada no município de Lagoa Santa – MG. A matéria prima extraída é, então, transferida para a planta industrial com o fim de produzir o cimento. O processo completo de produção é composto das seguintes etapas:

Mineração:

O processo tem início na mina Lapa Vermelha, de propriedade da Companhia, localizada no município de Lagoa Santa-MG.

A rocha calcária é extraída das jazidas com auxílio de explosivos. As argilas por sua vez são retiradas por máquinas escavadeiras.

O material extraído da mina (calcário e argila) é conduzido a um britador primário para redução de tamanho, transformando-se no material denominado argical, o qual é analisado por um moderno sistema de raios gama e transportado para a fábrica, localizada nos limites dos municípios de Lagoa Santa e Vespasiano, por um sistema de correias transportadoras.

Pré-homogeneização:

Chegando à fábrica, o calcário e a argila (argical) passam pela etapa de pré-homogeneização, em que são misturados e dispostos em pilhas de aproximadamente 20 mil toneladas cada uma sob um galpão coberto. O equipamento que realiza esse processo denomina-se Stacker, o qual movimenta-se sobre trilhos em sentido paralelo ao galpão e dispõe o material em finas camadas até a formação completa da pilha.

Moagem de Cru:

O argical é retomado do galpão de pré-homogeneização por um equipamento denominado Reclaimer, que extraí o material da pilha em sentido transversal e o conduz através de correia transportadora até a moagem de cru, para ser moído.

Para melhorar a qualidade da farinha do cimento, o argical recebe algumas correções complementares de:

Arenito/Quartzito (material arenoso): este colabora com SiO₂.

Finos de Minério de Ferro: este colabora com Fe₂O₃.

Calcário Puro: este colabora com CaO.

Esse conjunto de materiais é enviado para moagem em um britador de martelos e em seguida para um moinho de bolas, em proporções pré determinadas, onde se processa o início da mistura, secagem e a homogeneização necessária, formando-se a farinha crua. A dosagem dos materiais é controlada por um software de controle automático.

Clinquerização

A farinha crua moída é calcinada até fusão incipiente, a uma temperatura de 1450°C em um forno rotativo, onde então se obtém o clínquer.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A sílica, alumina, ferro e cal reagem no interior do forno, dando origem ao clínquer, cujos compostos principais são os seguintes:

01)- $3\text{CaO} \cdot \text{SiO}_2$	Silicato tricálcico	= (CaSi) 18 a 65% no cimento
02)- $2\text{CaO} \cdot \text{SiO}_4$	Silicato dicálcico	= (Ca_2Si) 11 a 53% no cimento
03)- $3\text{CaO} \cdot \text{Al}_2\text{O}_5$	Alumínato tricálcico	= (Ca_3Al) 05 a 20% no cimento
04)- $4\text{CaO} \cdot \text{Fe}_2\text{O}_3 \cdot \text{Al}_2\text{O}_5$	Ferro alumínato tetracálcico = (Ca_4AlFe) 04 a 14% no cimento	

Após sair do forno, o clínquer é resfriado em um equipamento de grelhas até uma temperatura de aproximadamente 200°C e é estocado em um galpão coberto com capacidade aproximada de 40 mil toneladas.

Moagem do Combustível Sólido:

A Companhia utiliza, no processo de queima no maçarico, combustíveis tais como coque de petróleo, moinha de carvão vegetal, carvão mineral, biomassas e resíduos (coprocessamento).

Os combustíveis sólidos são retirados do galpão e do pátio de estocagem e conduzidos por correia transportadora até a unidade de moagem, a qual consiste num moinho de rolos. O material moído passa por um separador para adequação da granulometria e é conduzido aos silos de estocagem para serem adicionados ao processo de queima no forno e pré-calcinador.

Moagem de Cimento:

Para a obtenção do cimento Portland, faz-se a moagem do clínquer em moinhos de bolas com diversas adições, como o gesso (até 5%), calcário, material pozolanico e escórias, onde se assegura ao produto a finura e homogeneidade convenientes, de acordo com as normas da Companhia, respeitando sempre as normas da ABNT.

O processo de moagem do clínquer e de suas adições é um fator importante, pois irá influenciar algumas características do produto, tais como a hidratação e as resistências inicial e final do cimento.

Funções das adições

Gesso

A gipsita ou sulfato de cálcio, é comumente chamada de gesso. É adicionada na moagem final do cimento, com a finalidade de regular o tempo de pega, permitindo que o cimento permaneça trabalhável, conforme as normas da ABNT.

Fíller calcário

A adição de calcário finamente moído é efetuada para diminuir a percentagem de vazios, melhorar a trabalhabilidade, o acabamento e pode até elevar a resistência inicial do cimento.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Escória de Alto-Forno

A escória de alto-forno é subproduto da produção de ferro em alto-forno, obtida sob forma granulada por resfriamento brusco. A adição de escória propicia ao cimento maior resistência nas idades finais.

Materiais Pozolanicos

Materiais provenientes de tratamento térmico ou subprodutos industriais com atividade pozolânica podem ser adicionados ao cimento.

A adição de pozolana propicia ao cimento maior resistência a meios agressivos como esgotos, água do mar, solos sulfurosos e a agregados reativos. Além disso, diminui o calor de hidratação, permeabilidade, segregação de agregados e proporciona maior trabalhabilidade e estabilidade de volume, tornando o cimento pozolânico adequado a aplicações que exijam baixo calor de hidratação, como concretagens de grandes volumes.

Os diferentes tipos e teores de adições utilizados na moagem do clínquer permitem que se obtenham cimentos de características diversas, possibilitando ao construtor conseguir sempre um cimento mais adequado ao concreto e argamassa a que se destina.

Ensacamento, Carregamento e Expedição de Cimento:

Após a confecção nos moinhos de bolas, o cimento é conduzido através de correias transportadoras e armazenado em silos de concreto para preservar a qualidade do produto até ser distribuído. O cimento pode ser ensacado ou vendido a granel.

O cimento ensacado é distribuído em embalagens de 40 kg ou 50 kg e destina-se a clientes de menor consumo ou que não possuam silo de armazenagem. As embalagens são confeccionadas em papel kraft, que permitem a garantia da qualidade do cimento. Na embalagem são estampadas diversas informações como: composição do produto, cuidados com o manuseio, data de fabricação e validade, indicação para melhor utilização e dicas de armazenagem.

As sacarias do cimento LIZ são diferenciadas por cores que facilitam a identificação dos diversos tipos de cimento. Uma vez ensacado, o cimento é enviado à seção de paletização, para carregamento nos caminhões por empilhadeiras.

Por sua vez, o cimento a granel destina-se aos consumidores de grande porte, normalmente consumidores industriais e concreteiras, cujas instalações são dotadas de silos de armazenagem. O cimento é entregue ao cliente em caminhões, usualmente conhecidos como “cebolaão”.

O cimento também transportado através de *big bags* (sacos com capacidade para 1.800 kg) para envio aos terminais da Companhia no interior da cidade de São Paulo.

Coprocessamento

A Companhia possui um pré-calcinador junto à torre 1 de sua fábrica, que possibilita a queima de líquidos, especialmente borra ácida, sem a necessidade de tratamento deste resíduo para torná-lo sólido, evitando ter de queimá-lo na caixa de fumaça. Além disso, a Companhia possui um galpão para estoque de resíduos sólidos, os quais são triturados,

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

colocados em tremoras dosadoras e depois, através de correias transportadoras, são levados à caixa de fumaça, onde são queimados pelo calor do forno.

A Companhia exige uma declaração para a entrada de resíduos dos seus futuros clientes quanto às características químicas, classificação quanto à NBR 10004, passivo e volume gerado. De posse dessas informações, amostras de resíduos são encaminhadas para a Companhia para análise e determinação da destinação. O resíduo deve ser classificado como substituinte de matéria-prima ou combustível. Como substituto de matéria-prima, a Deliberação Normativa 154 expedida pelo Conselho de Proteção Ambiental - COPAM, determina que o resíduo deve possuir traços dos componentes do clínquer, como cálcio, ferro e alumínio. Como combustível, o poder calorífico inferior ("PCI") deve ser maior do que 2000 kcal/kg. Normalmente, os resíduos de maior PCI são considerados melhores pela Companhia devido à economia de coque.

Os sólidos, normalmente, apresentam maior quantidade de contaminantes, o que dificulta seu consumo no forno de clínquer. Quanto mais difíceis de serem utilizados ou acondicionados, devido às contaminantes a forma bruta, mais altos se tornam os preços cobrados pela Companhia por tonelada deste resíduo.

O preço é estabelecido após reunião com a presença dos diretores da Companhia, seus gerentes de produção, de coprocessamento e de meio-ambiente, assim como a definição da destinação do resíduo. Aceitando o valor, o cliente autoriza a Companhia a começar o processo de licenciamento.

Somente depois de obtida a devida licença, a Companhia pode contabilizar os resíduos. Usualmente, as licenças possuem, anexas, condicionantes que devem ser atendidas pela Companhia.

Para garantir a alta produtividade, a Companhia utiliza na produção de cimento os seguintes equipamentos.

- Britador de Martelos (primário) capacidade instalada de 1000 t/h.
- Stacker.
- Reclaimer.
- Britador de Martelos (secundário) capacidade instalada de 320 t/h.
- Moinho de Bolas (moagem de farinha) capacidade instalada de 320 t/h.
- Balanças dosadoras do forno.
- Torre de ciclones.
- Forno Rotativo (clinquerização) capacidade instalada atual de 4000 t/dia.
- Resfriador de grelhas.
- Moinho de Rolos (combustível).
- Moinhos de Bolas (moagem de cimento) capacidade de 100 t/h.
- Separador dinâmico dos moinhos de cimento.
- Ensacadeiras rotativas.
- Paletizadoras de cimento.
- Máquina automática de carregamento Autopac.
- Misturador para cimento.

b) Características do processo de distribuição;

A comercialização dos produtos é realizada pela equipe de vendas da Companhia, assim como pelos seus atacadistas. A equipe de vendas mantém forte presença junto dos clientes, mediante a realização de visitas periódicas e contatos telefônicos, contando com o suporte de um *call center* especializado.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Visando a otimização na distribuição dos seus produtos, a Companhia desenvolveu dois programas de vendas. O Programa de Excelência consiste na atuação baseada em rotinas das equipes de vendas estabelecendo padrões às atividades essenciais no ponto de venda. O Programa Revenda Feliz, voltado para *trade marketing*, consiste em padronizar a forma como a marca LIZ é vista no ponto de venda. Tais programas permitem à Companhia atuar de forma padronizada, permitindo avaliar a performance e os resultados das vendas. O foco das vendas da Companhia são os pequenos e médios clientes. A distribuição é feita diretamente pela Companhia ou por atacadistas.

Como decisão estratégica, a Companhia não tem nenhuma participação em concreteiras. Aliada à alta qualidade e regularidade de seus produtos, bem como à estratégica localização da sua fábrica e de seus terminais, a Companhia representa uma excelente alternativa de fornecimento ao mercado de concreteiros independentes.

Sendo o cimento um produto de baixo valor agregado, destaca-se o custo de transporte como um dos fatores mais importantes na formação do preço de venda. Assim, a Companhia atua com foco nos mercados mais próximos da sua unidade fabril. A produção é voltada na sua totalidade para o mercado interno e é destinada para os Estados de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás.

A localização estratégica da planta industrial e dos terminais de distribuição da Companhia favorece tanto a transferência da matéria prima extraída da mina, quanto a entrega do produto final aos clientes, a qual é feita por transporte ferroviário e rodoviário.

c) Características dos mercados de atuação, em especial:

Descrição do setor de cimentos

O Cimento

Tecnicamente conhecido como “cimento Portland”, o cimento é um pó obtido pela moagem de clínquer Portland com adição de gesso e de outros aditivos como filler, pozolana e escória. A Associação Brasileira de Cimento Portland (“ABCP”) define o cimento como “um pó fino, com propriedades aglomerantes, aglutinantes ou ligantes, que endurece sob a ação de água”. Na forma de concreto, o cimento se torna uma pedra artificial, podendo ganhar formas e volumes de acordo com as necessidades de cada obra. Por essas características, segundo a ABCP, o concreto é o segundo material mais consumido pela humanidade, superado apenas pela água.

Processo de produção

Para informações sobre o processo de produção do cimento, vide item 7.3 (a) deste Formulário de Referência.

Fatores Críticos à Indústria de Cimentos

A viabilidade de uma fábrica de cimento está ligada à proximidade de mercado consumidor e recursos minerais.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A perecibilidade e o baixo preço em relação a seu peso e volume, reduzem a viabilidade de transporte do produto em longas distâncias, o que reduz significativamente a competitividade de produtos importados e garante diferenciais competitivos a produtores que se encontram próximos a jazidas minerais e grandes centros consumidores.

A principal matéria prima para a fabricação de cimentos, o calcário, está disponível em relativa abundância no Brasil. No entanto, fatores como a proximidade da jazida em relação à planta industrial e a concentração do minério são fundamentais para garantir competitividade ao produtor.

A tecnologia de produção cimenteira é amplamente difundida, tendo avançado consideravelmente até os anos 80, segundo pesquisa Valor Análise Setorial – Cimento de 2008.

Tipos de cimento

Segundo a ABCP, o mercado brasileiro oferece 8 opções de tipos de cimento que atendem diversos tipos de obras. O cimento Portland comum (CP I) é considerado referência, por suas características e propriedades, existem 11 tipos e subtipos de cimento Portland disponíveis no mercado nacional, quais sejam:

1. Cimento Portland Comum (CP I).
 - a. CP I – Cimento Portland Comum.
 - b. CP I-S – Cimento Portland Comum com Adição.
2. Cimento Portland Composto (CP II).
 - a. CP II-E – Cimento Portland Composto com Escória.
 - b. CP II-Z – Cimento Portland Composto com Pozolana.
 - c. CP II-F – Cimento Portland Composto com Fíber
3. Cimento Portland de Alto-Forno (CP III)
4. Cimento Portland Pozolânico (CP IV)
5. Cimento Portland de Alta Resistência Inicial (CP V-ARI)
6. Cimento Portland Resistente a Sulfatos (RS).
7. Cimento Portland de Baixo Calor de Hidratação (BC).
8. Cimento Portland Branco (CPB).

Ainda segundo a ABCP, os tipos de cimento se diferenciam tanto por sua composição, em termos de proporção de clínquer e sulfatos de cálcio, material carbonático e de adições, tais como escórias, pozolanas e calcário, como pela resistência à compressão.

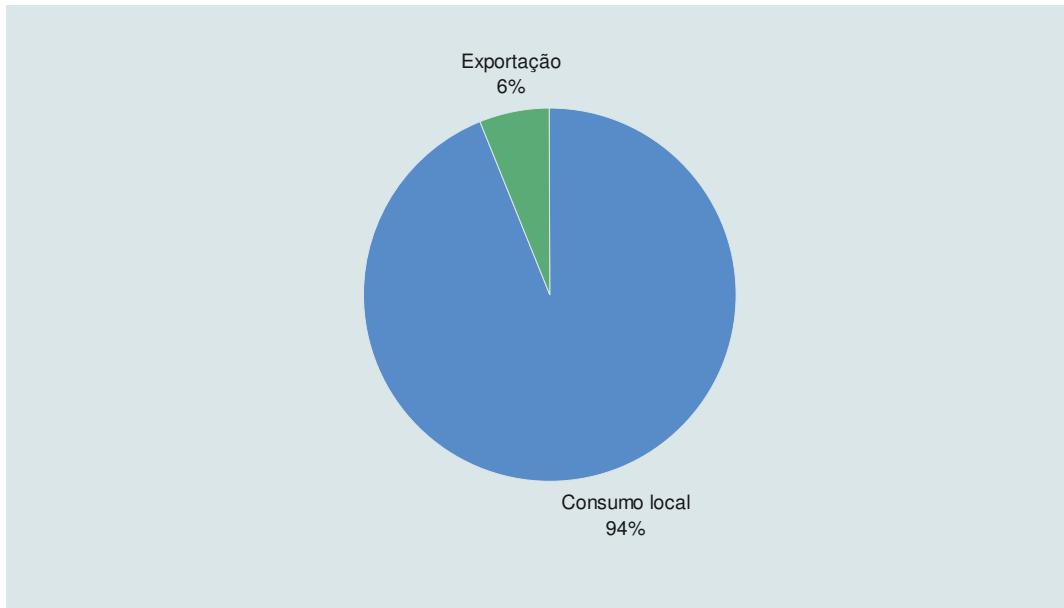
O cimento é uma commodity de baixa substitutibilidade. Por esse motivo, é utilizado em todas as fases dos mais diversos tipos de obras, desde construções residenciais simples até obras de infraestrutura. Apesar de sua variedade de usos, o cimento é um produto razoavelmente homogêneo, com baixa variedade de tipos e processos de fabricação relativamente semelhantes no mundo. Adicionalmente, é o componente básico do concreto.

Mercado mundial

O mercado de cimento é considerado bem desenvolvido e consolidado mundialmente. Segundo dados da 8ª edição do Global Cement Report, a produção dos seis maiores grupos industriais de cimento no mundo correspondeu a cerca de 20% do consumo mundial em 2008.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

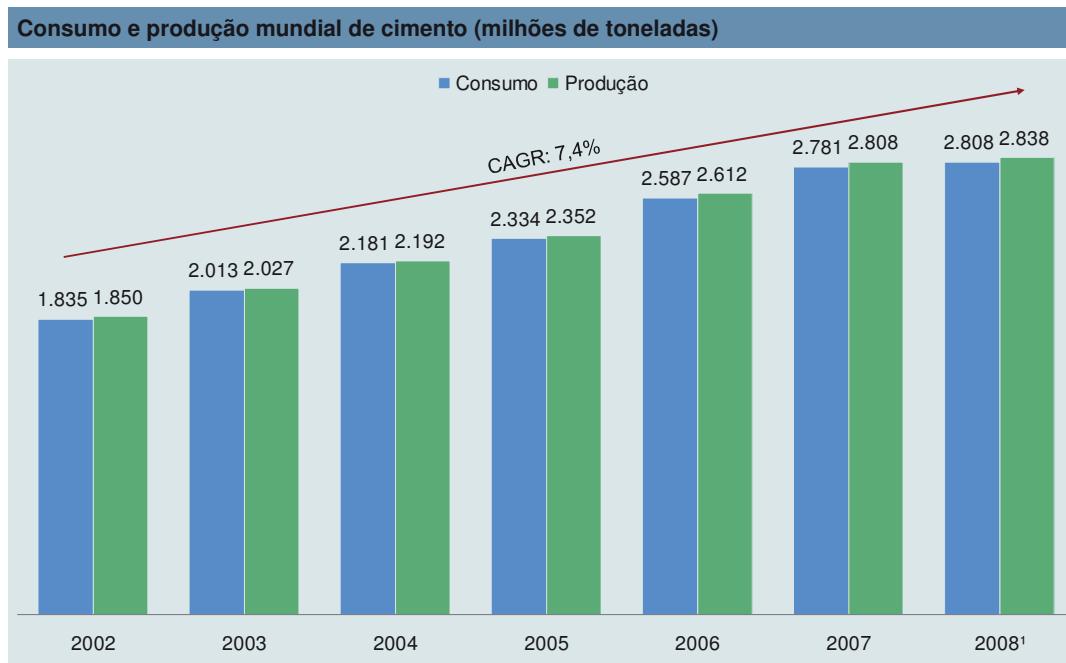
Dadas as características intrínsecas do cimento, o comércio internacional de cimento é pouco representativo em relação à sua produção mundial. Dados da 8^a edição do Global Cement Report indicam que, em 2008, 94% do volume produzido no mundo foi consumido em mercados locais, com apenas 6% destinados ao comércio internacional.



Fonte: *Global Cement Report, Eighth Edition*

Em função da perecibilidade e, consequentemente, dos baixos níveis de estocagem de cimento, a produção e o consumo anuais do produto em nível mundial apresentam, historicamente, níveis muito próximos. Como o gráfico abaixo demonstra, ambos têm crescido consistentemente nos últimos anos. Segundo dados do Cembureau, a produção e o consumo mundial de cimento cresceram a uma taxa anual de 7,4% no período de 2002 a 2008, passando do patamar de 1,8 bilhão para mais de 2,8 bilhões de toneladas por ano.

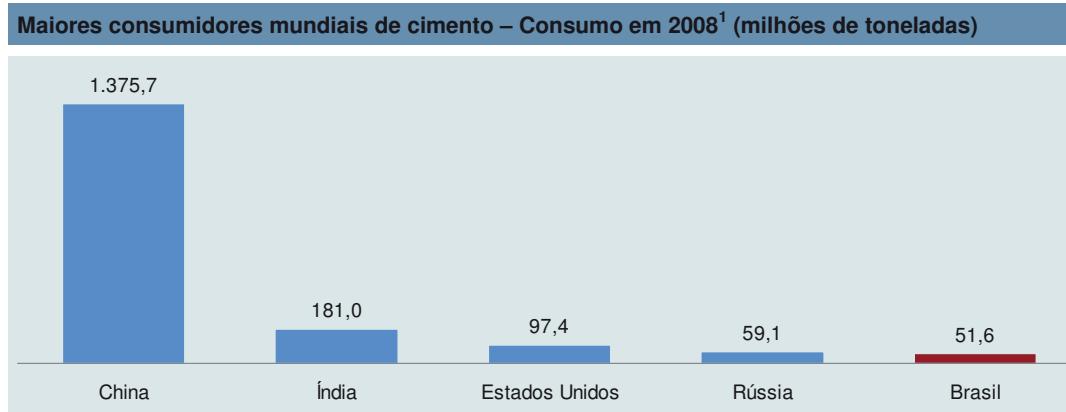
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Fonte: Cembureau; SNIC

¹Dados preliminares

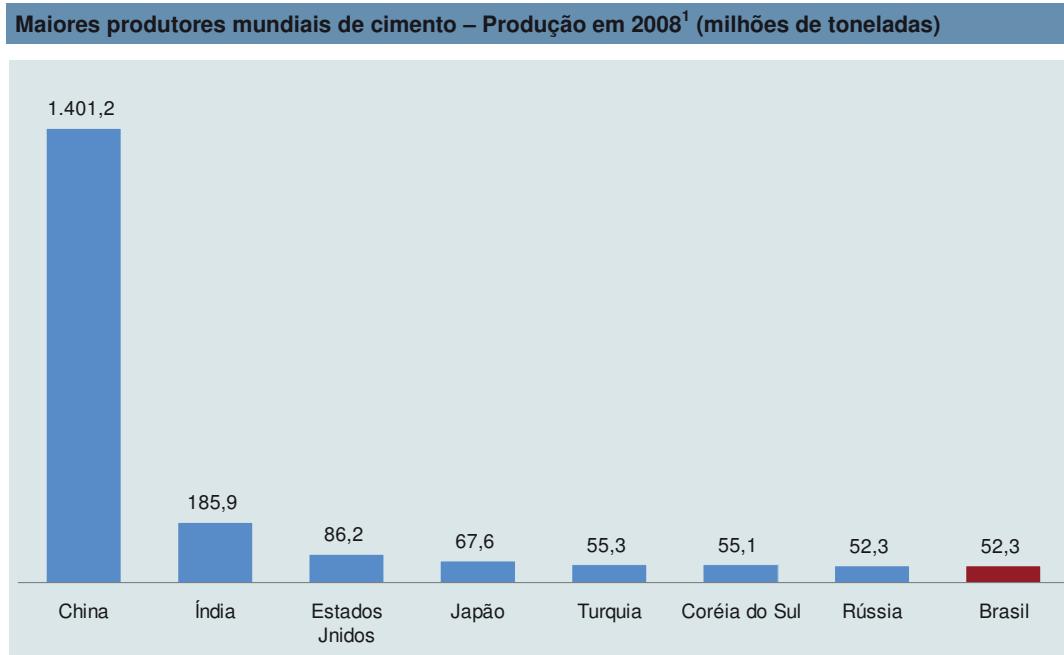
Em termos regionais, o grande destaque em consumo e produção de cimento é a China. De acordo com dados do Cembureau, em 2008 o país produziu 1,40 bilhão de toneladas de cimento, consumindo 1,38 bilhão de toneladas. Estes números correspondem a 49% da produção e consumo mundial.



Fonte: Cembureau; SNIC

¹Dados preliminares

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Fonte: Cembureau; SNIC

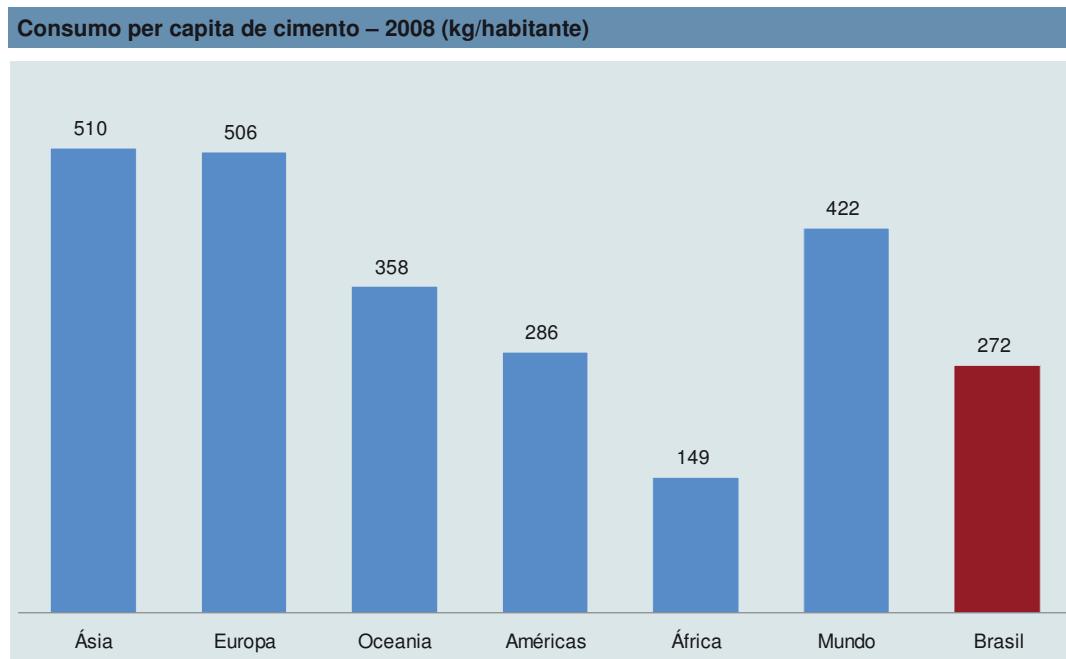
¹Dados preliminares

Segundo dados do Cembureau, em 2008 o Brasil foi o 5º maior consumidor e o 8º maior produtor de cimento do mundo.

Consumo per capita

Uma métrica importante do consumo de cimento em nível internacional é o consumo per capita. Neste contexto, o Brasil ainda se encontra abaixo dos níveis mundial e das Américas, superando apenas o nível de consumo do continente africano.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Fonte: Cembureau; SNIC; CANACEM; AFCP

Mercado brasileiro

Histórico

De acordo com o Sindicato Nacional da Indústria do Cimento - SNIC, o Brasil passou a produzir cimento em escala industrial em 1926, atingindo, somente em 1970, revelância mundial em termos de produção. De 1970 a 1980 a produção brasileira passou de 9,0 para 27,2 milhões de toneladas por ano. A década de 80, entretanto, foi marcada por uma recessão econômica que levou à queda do consumo do produto.

Nos anos 90, a criação do plano real e a consequente estabilização da economia brasileira levaram à volta do crescimento no consumo de cimento no País, que, ainda de acordo com o SNIC, alcançou 40,2 milhões de toneladas ao ano em 1999. Neste período, a produtividade desenvolvida ao longo dos anos 80 foi essencial para que houvesse oferta suficiente para atender à crescente demanda. A partir do ano 2000, contudo, os níveis de consumo de cimento sofreram sucessivas quedas em decorrência de diversas crises que trouxeram instabilidade à economia mundial nos primeiros anos da década.

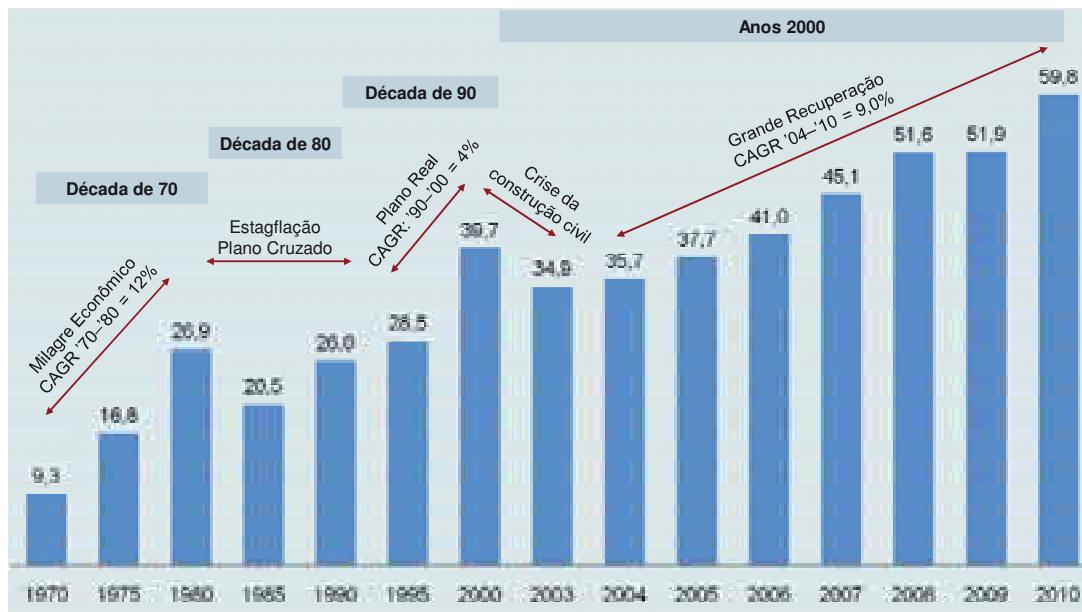
O crescimento foi retomado em 2004, com a economia mais estável, voltando ao patamar de 40 milhões de toneladas ao ano em 2006 e ultrapassando 50 milhões de toneladas ao ano em 2008. Mesmo com a crise econômica iniciada no fim de 2008, o consumo de cimento permaneceu estável em 2009, mostrando que o Brasil havia alcançado de fato um novo patamar em níveis de consumo do produto.

Dados do SNIC apontam que foram consumidos 59,8 milhões de toneladas de cimento no ano de 2010, um crescimento de aproximadamente 15% em relação a 2009. Segundo

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

esses números, o crescimento anual composto no período de 2004 a 2010 foi de 9,0% ao ano, conforme gráfico abaixo.

Entre 2004 e 2010, o consumo de cimento cresceu 71%, enquanto o PIB, segundo o IBGE, cresceu 35%. Portanto, neste período, o consumo de cimento apresentou crescimento anual médio 2 vezes acima do PIB.

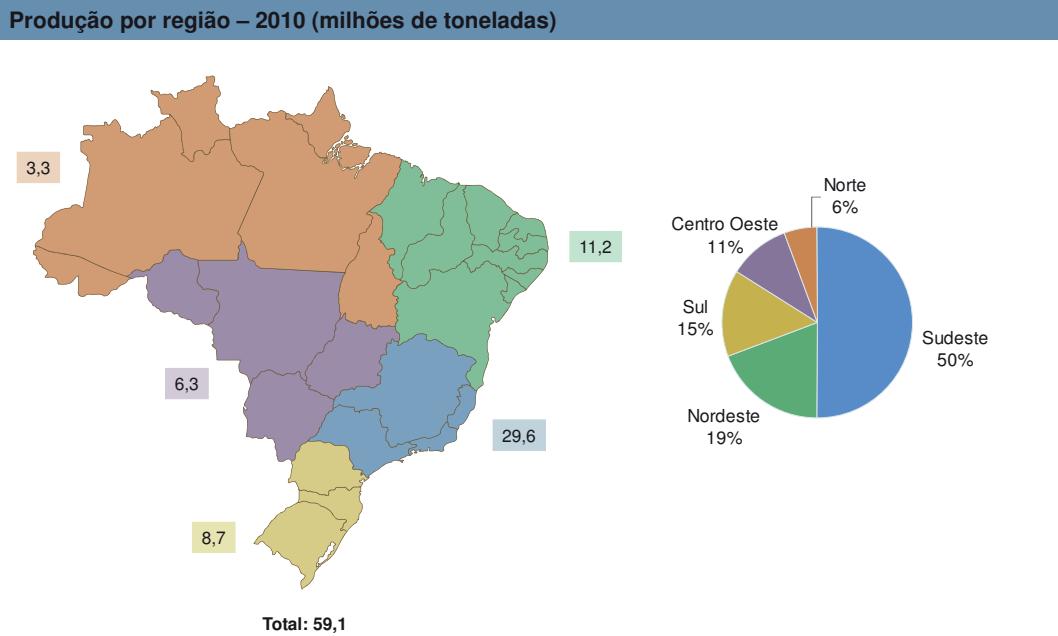


Fonte: Sindicato Nacional da Indústria do Cimento – SNIC

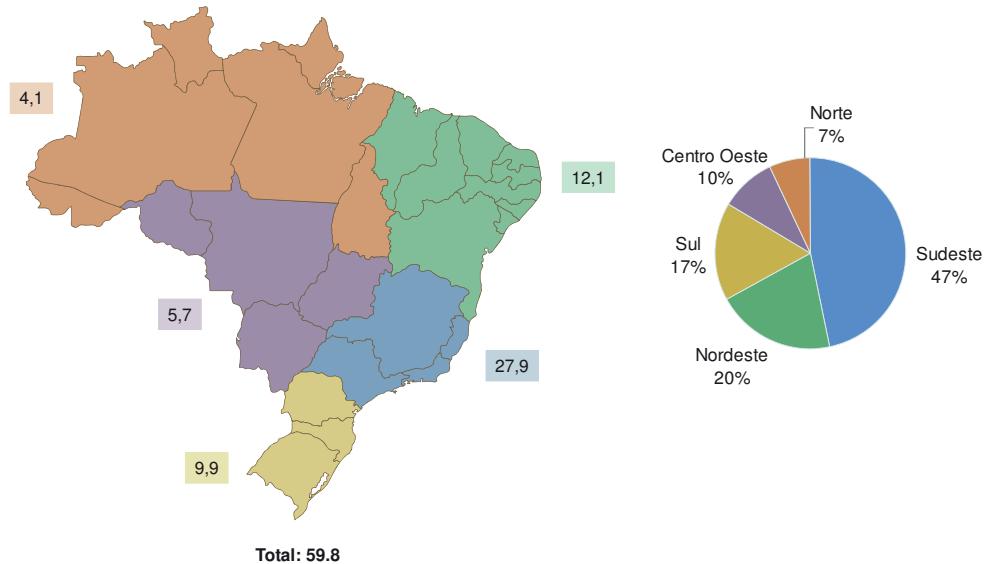
Produção e consumo regionais

De acordo com o SNIC, a região Sudeste, maior centro consumidor do Brasil, consiste também no maior mercado de produção e consumo de cimento no país. Em 2010, a região respondeu por aproximadamente 50% das vendas e 47% da produção total de cimento no Brasil, conforme gráfico a seguir.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Fonte: SNIC

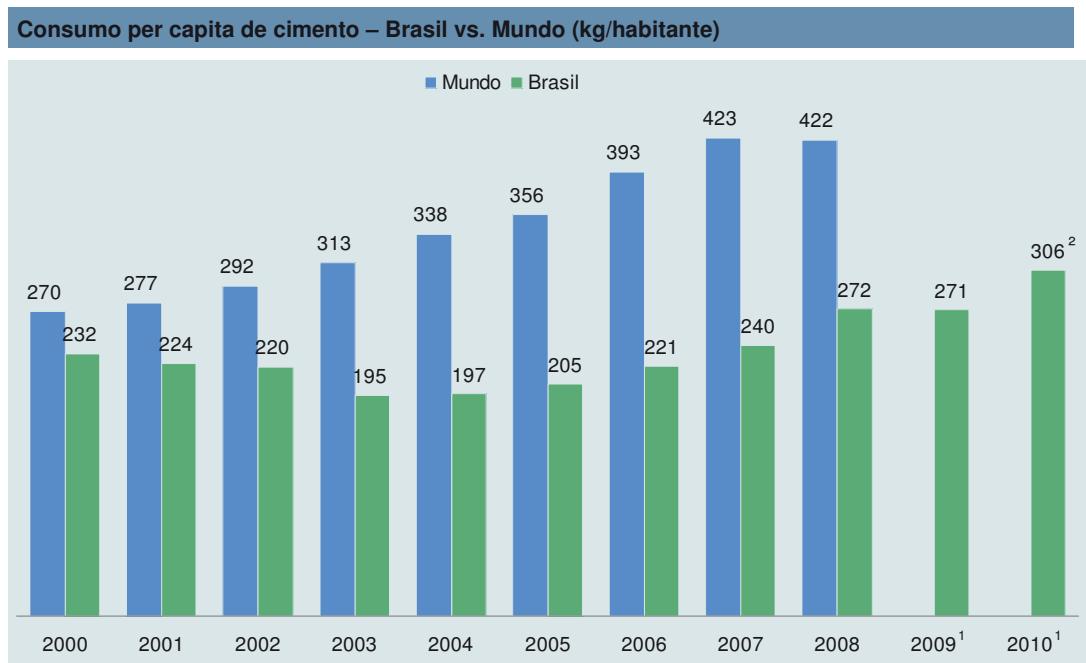
Consumo aparente por região – 2010 (milhões de toneladas)

Fonte: SNIC

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Consumo per capita no Brasil

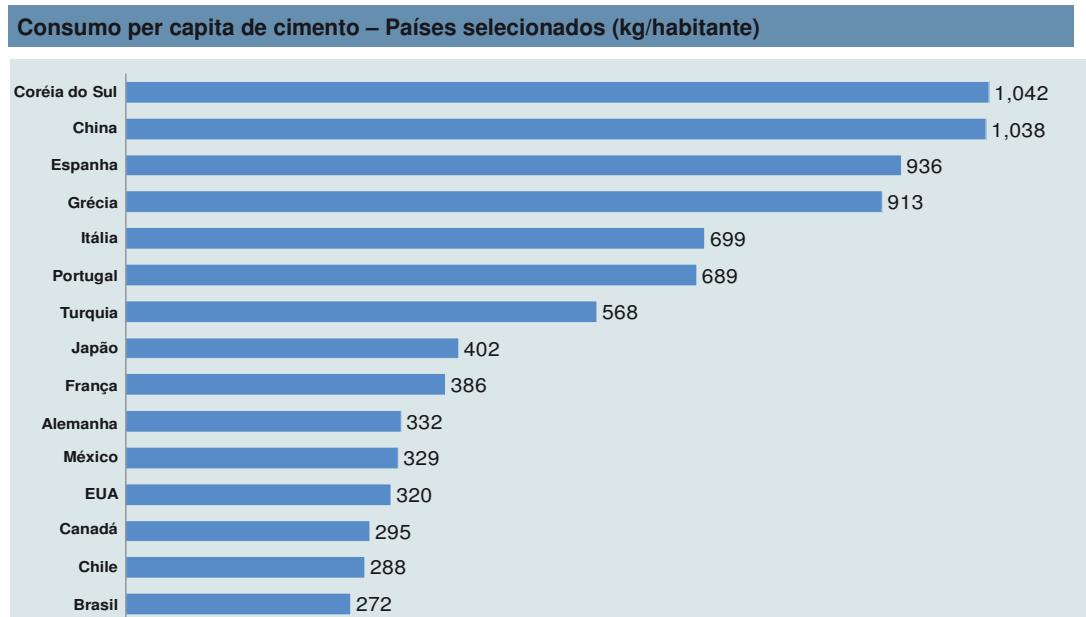
Apesar do expressivo crescimento apresentado nos últimos anos, os níveis de consumo de cimento no Brasil continuam baixos em relação ao resto do mundo, inclusive em relação a países emergentes. Em 2008, de acordo com o SNIC, o consumo per capita no México foi consideravelmente maior do que o observado no Brasil. Na China, o consumo per capita foi quase quatro vezes mais alto.



Fonte: SNIC

¹ Dados de consumo mundial per capita ainda não disponíveis para os anos de 2009 e 2010

² Consumo per capita de 2010 calculado com base nos dados preliminares de consumo divulgados pela SNIC e população brasileira segundo o Censo 2010.

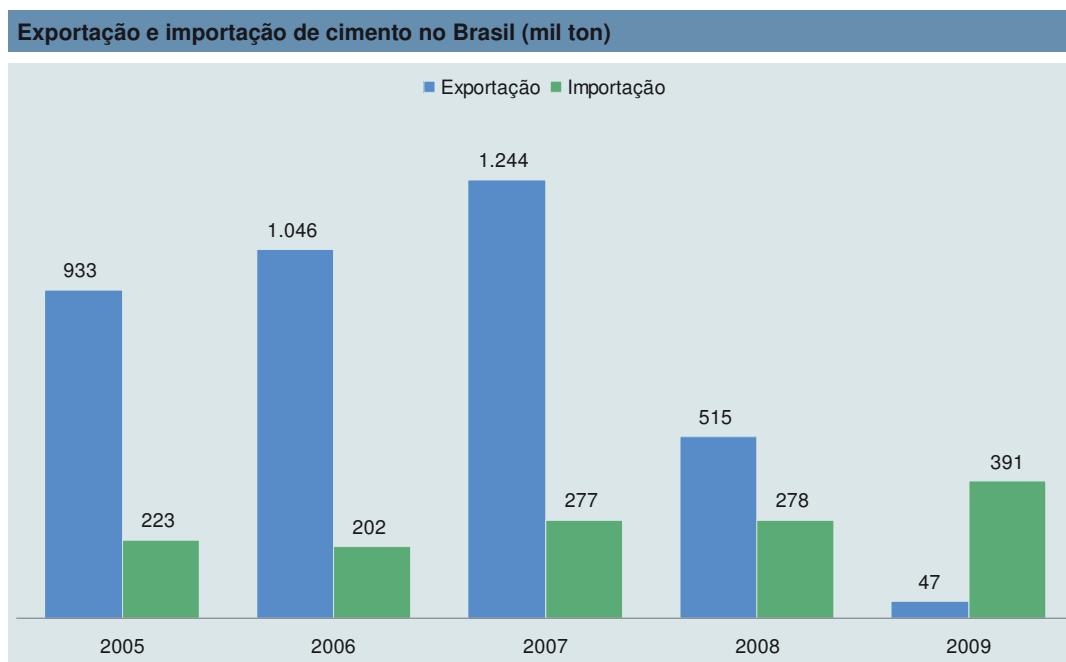


7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Fonte: SNIC

Devido à reduzida viabilidade de transporte do produto em longas distâncias, o cimento é importado apenas em situações em que a produção é insuficiente para suprir a demanda local.

Segundo a SNIC, aproximadamente 1 milhão de toneladas de cimento foram importadas no Brasil em 2010, o que implica crescimento de cerca de 150% em relação ao volume importado em 2009. Isto é fruto do forte crescimento da demanda, a qual esgotou a atual capacidade de produção nacional. Adicionalmente, o volume de cimento exportado tem-se reduzido ao longo dos últimos anos.

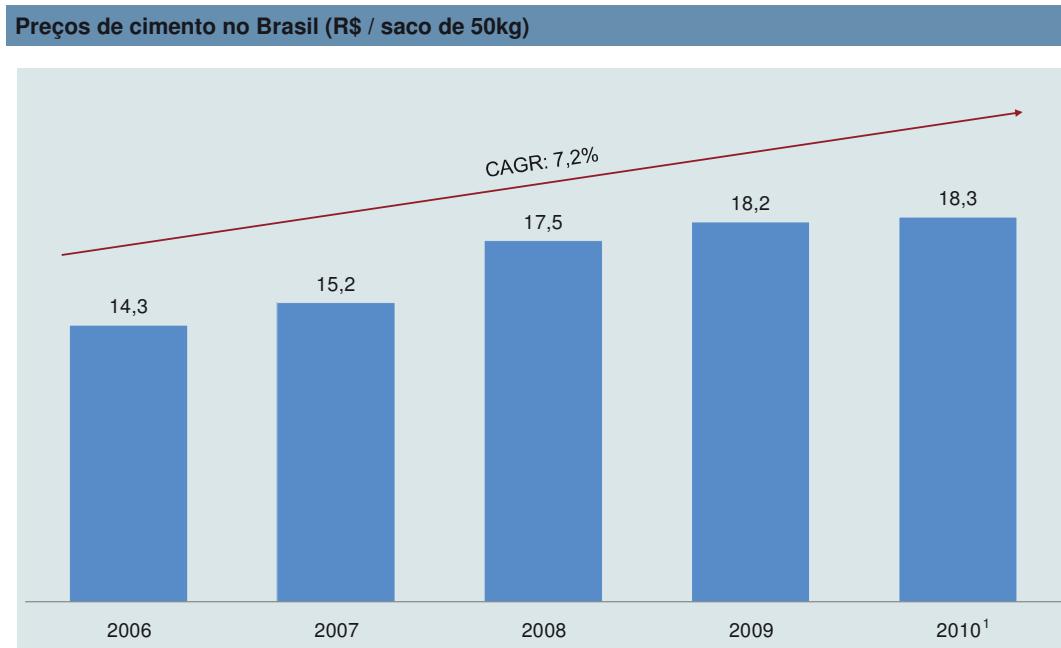


Fonte: SNIC

Precos de cimento no Brasil

Com a elevação na demanda por cimento sem aumento proporcional na capacidade instalada das fábricas, nota-se que, nos últimos anos, os preços do produto têm crescido consistentemente. Como explicitado pelo gráfico abaixo, os preços de cimento no Brasil cresceram a uma taxa anual de 7,2% ao longo dos últimos 5 anos, atingindo uma média de R\$18,34 por saco de 50kg no período de janeiro a julho de 2010.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Fonte: CBIC

¹Dados referentes ao período de janeiro a agosto de 2010

O preço do cimento varia consideravelmente entre as regiões brasileiras. As regiões Norte e Nordeste apresentam preços mais altos, principalmente em decorrência de despesas de logística, que são repassadas ao preço do produto final.

No entanto, ao observarmos o comportamento dos preços nos últimos anos, a região Sudeste é a que registra os maiores aumentos. Entre 2006 e 2009, os preços de cimento na região cresceram 15,7% ao ano, fundamentalmente por conta da recuperação da forte queda registrada em 2006 e 2007.

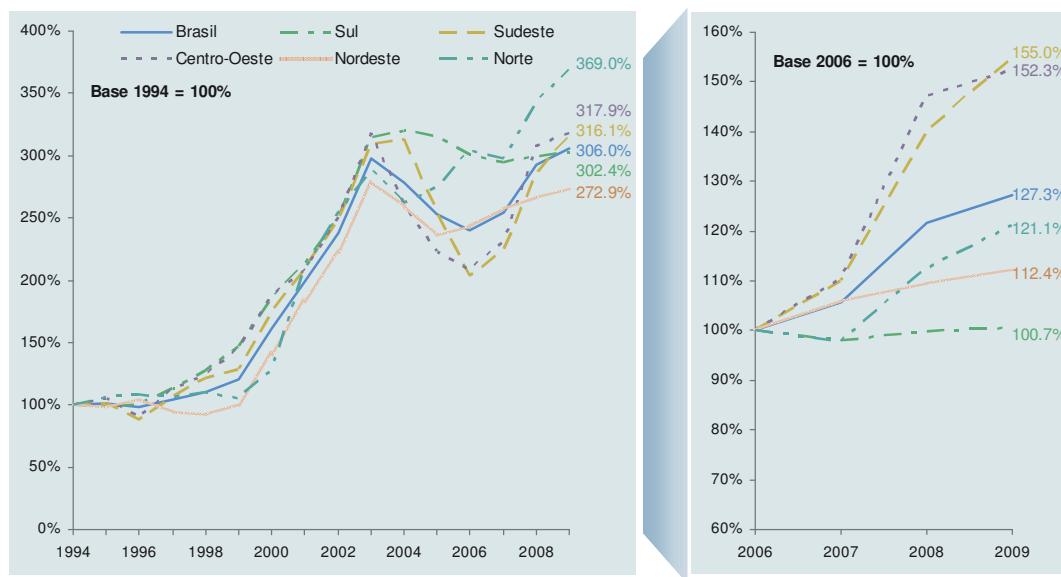
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Preço médio do cimento em estados selecionados (R\$ / saco de 50kg)					
	2006	2007	2008	2009	2010 ¹
Norte	19,22	20,07	23,82	24,94	25,05
RO	18,58	21,39	26,74	26,73	26,19
AM	19,85	21,04	23,54	25,10	25,47
PA	N/A	17,76	21,18	22,99	23,49
Nordeste	15,59	15,68	16,34	16,75	17,65
MA	16,88	18,67	20,35	21,69	23,17
CE	15,79	16,29	16,70	16,35	17,14
PB	14,20	13,97	14,68	14,82	16,31
PE	13,53	13,56	14,58	15,50	16,51
SE	17,54	15,92	15,37	15,41	15,10
Sudeste	10,70	12,19	15,01	16,58	16,52
MG	8,36	10,29	14,79	16,16	16,00
ES	12,32	14,43	14,43	16,47	16,50
RJ	10,75	11,83	15,25	17,13	17,00
SP	11,36	12,21	15,55	16,58	16,58
Sul	16,76	16,45	16,75	16,88	16,97
PR	16,96	16,51	16,16	15,73	15,98
SC	17,67	16,96	17,54	18,63	18,75
RS	15,67	15,88	16,54	16,29	16,19
Centro-Oeste	11,46	12,66	16,89	17,46	17,52
MT	11,83	14,21	20,09	19,90	19,33
MS	14,35	14,91	16,88	18,41	18,88
GO	10,08	10,83	15,74	16,74	16,77
DF	9,58	10,67	14,85	14,78	15,10

Fonte: CBIC – Câmara Brasileira da Indústria da Construção

¹Dados referentes ao período de janeiro a julho de 2010

Preços de cimento nas regiões brasileiras (indexado – ano inicial = 100%)



Fonte: CBIC – Câmara Brasileira da Indústria da Construção

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Características da indústria cimenteira

Instalações

Segundo o SNIC, o tempo necessário para implantar um projeto de fábrica de cimento, incluindo a fase de estudos preliminares, varia entre 3 e 5 anos. Estima-se que apenas a obtenção de licenças operacionais leve aproximadamente 2 anos.

Além de tempo, os investimentos exigem grande escala. O SNIC aponta que a escala mínima em termos de capacidade instalada para uma unidade industrial de produção de cimento é de um milhão de toneladas por ano, o que exige um investimento entre 200 e 300 milhões de dólares.

Uma vez realizado o investimento, o SNIC estima que despesas com combustíveis e energia elétrica representem mais de 50% dos custos de produção diretos de uma fábrica de cimento.

Logística

Por se tratar de um produto de baixo valor agregado em relação ao seu volume físico e peso, os gastos com logística representam grande parte dos custos do cimento. Além da alta representatividade nos custos, a logística é especialmente importante para produtores de cimento em função do próprio mercado consumidor, que, por depender do cimento como matéria-prima imprescindível para o andamento de qualquer obra, necessita que o produto esteja presente em tempo no local da construção para a sua continuidade.

No Brasil, a questão da logística é ainda mais complexa, dadas as dimensões continentais do País. Isso exige que haja intermediários que possam dar capilaridade à distribuição do cimento, o que explica por que, segundo o SNIC, 60% das vendas de cimento em 2009 foram realizadas para revendedores.

Tal capilaridade na distribuição do cimento por meio de intermediários, entretanto, torna mais complexa a adaptação da cadeia logística do cimento, no caso de mudanças no volume demandado, tendo em vista que a adaptação logística não depende somente da Companhia, mas de todas as partes envolvidas na cadeia de distribuição. Essa flexibilidade é especialmente complexa de se alcançar no elo da cadeia responsável pela produção do cimento em si, dado que a expansão de capacidade instalada pelas fábricas ocorre em grandes passos, que necessitam de investimentos consideráveis.

Outro fator que contribui para a dificuldade de adaptação da cadeia logística do cimento nos casos de mudanças na demanda é a perecibilidade do produto. O cimento não apenas possui prazo limitado de estocagem, como também necessita condições especiais de armazenamento nas fábricas, nos armazéns e nas lojas.

O principal meio de transporte utilizado para o escoamento de cimento no Brasil é o rodoviário, que responde, de acordo com o SNIC, por cerca de 94% de toda a carga de

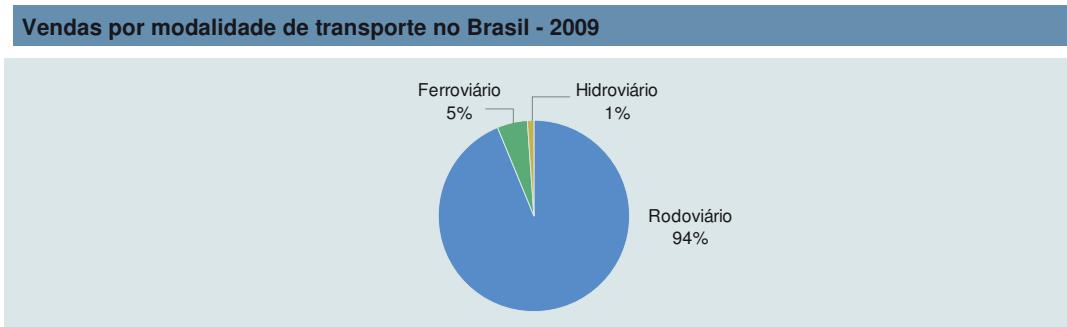
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

cimento transportada no país. O SNIC estima que mais de 8.000 caminhões circulem por dia para transportar o produto.

Nas regiões Sul e Sudeste, o SNIC aponta que o raio de distribuição do produto atinge, em média, 300 a 500 quilômetros. Nas regiões Norte e Nordeste, este raio pode atingir mais de 1.000 quilômetros, levando à necessidade da utilização de hidrovias para escoar o produto.

O transporte ferroviário, por sua vez, passou por melhorias após a privatização, mas continua sendo bastante ineficiente quando comparado ao rodoviário. Estimativas do SNIC mostram que são necessários cinco dias para transportar por meio de ferrovias uma carga que poderia ser transportada em apenas um dia por meio de rodovias.

Por todos estes fatores, fica claro que a localização é um fator-chave no mercado de produção de cimento. Uma fábrica situada mais próxima ao mercado consumidor garante não apenas menores custos de transporte, como também maior flexibilidade na adaptação da cadeia, em casos de mudanças na demanda, e maior facilidade na contratação de serviços de transporte.



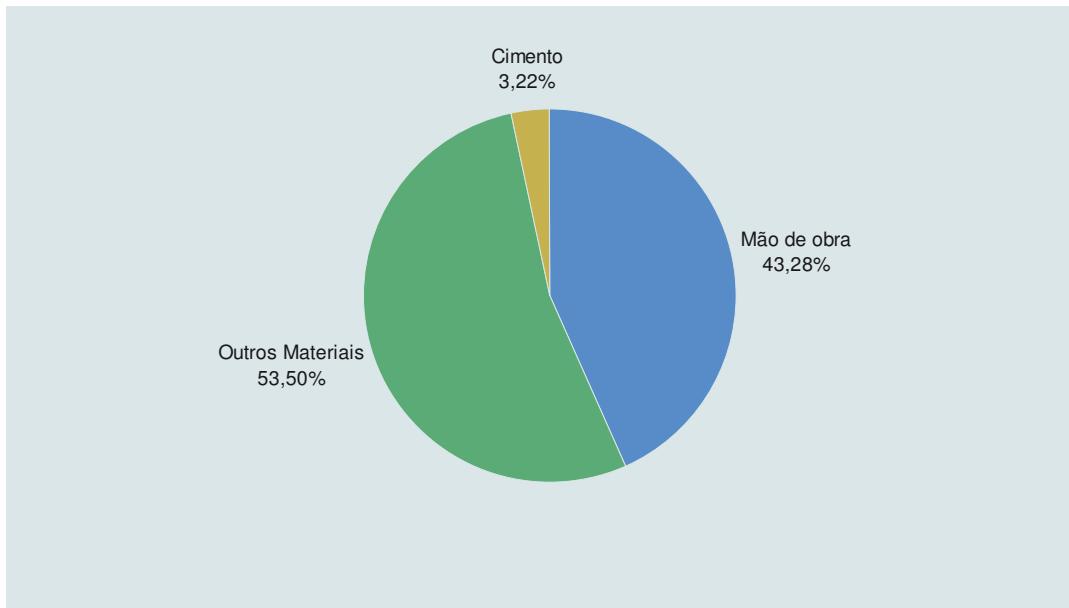
Fonte: SNIC

O cimento e a economia brasileira

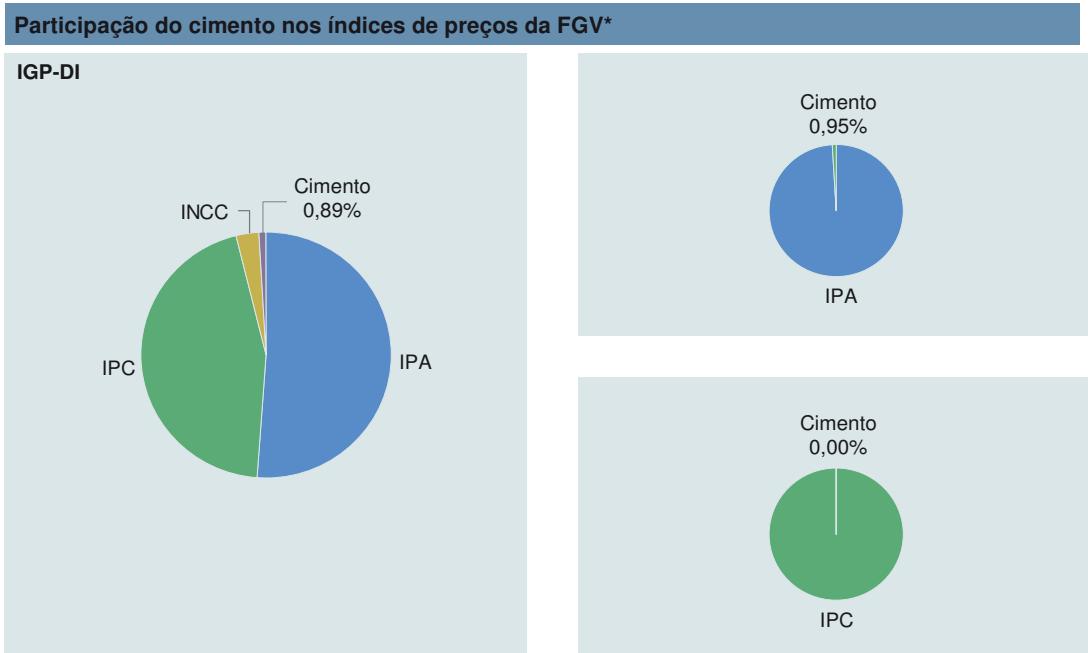
Cimento e os preços no Brasil

Embora possua grande importância para a construção civil, o cimento representa, segundo o Índice Nacional do Custo da Construção – INCC, divulgado pela Fundação Getulio Vargas - FGV, apenas 3,22% nos custos totais do setor. Em relação ao Índice Geral de Preços (IGP) também divulgado pela FGV, o produto possui uma participação de 0,89%.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Fonte: Fundação Getúlio Vargas
IBRE-Instituto Brasileiro de Economia



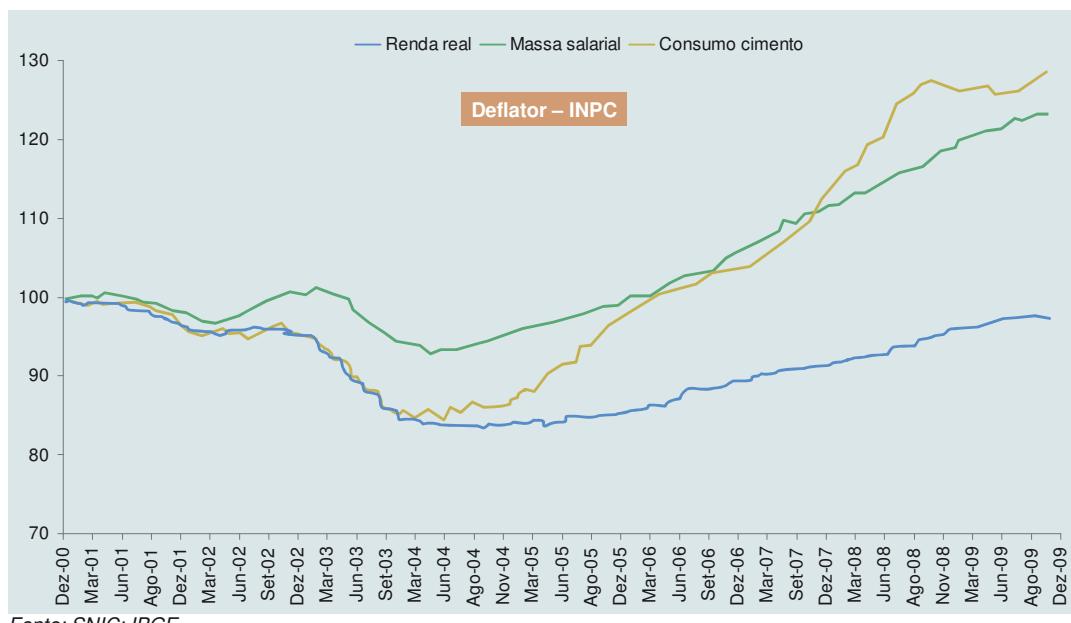
* Estrutura de composição do Índice pela FGV em junho de 2005
Fonte: Fundação Getúlio Vargas; IBRE-Instituto Brasileiro de Economia; SNIC

Relação renda real, massa salarial e consumo de cimento

De acordo com o SNIC, o consumo de cimento apresenta correlação com a evolução da renda real e da massa salarial real na economia brasileira. Durante a crise da construção civil nos primeiros anos da década de 2000, a demanda de cimento caiu, seguindo

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

basicamente o comportamento da renda real brasileira. A partir de 2004, com a estabilização econômica e o retorno do crescimento no setor de construção civil do país, os níveis de consumo de cimento mantiveram grande correlação com a evolução da renda real da população brasileira, mas crescendo a taxas consideravelmente maiores.



Nos últimos anos, diversos fatores contribuíram para a retomada no crescimento no setor de construção civil no Brasil, influenciando profundamente o setor de produção de cimento. Programas governamentais de incentivo ao setor de habitação, a exemplo do Minha Casa Minha Vida, aliados à capitalização de várias construtoras e incorporadoras, levaram a um grande crescimento no setor de construções residenciais. As obras de infraestrutura, por sua vez, também tiveram crescimento considerável em função de programas como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Além disso, a expansão da oferta de crédito por meio de bancos privados contribuiu para o avanço no setor.

Estes fatores, aliados à expansão na renda real e à queda da taxa de desemprego no Brasil, permitiram grande avanço no número de obras realizadas no país, o que explica o crescimento observado na demanda por cimento nos últimos anos.

Meio ambiente e desenvolvimento sustentável

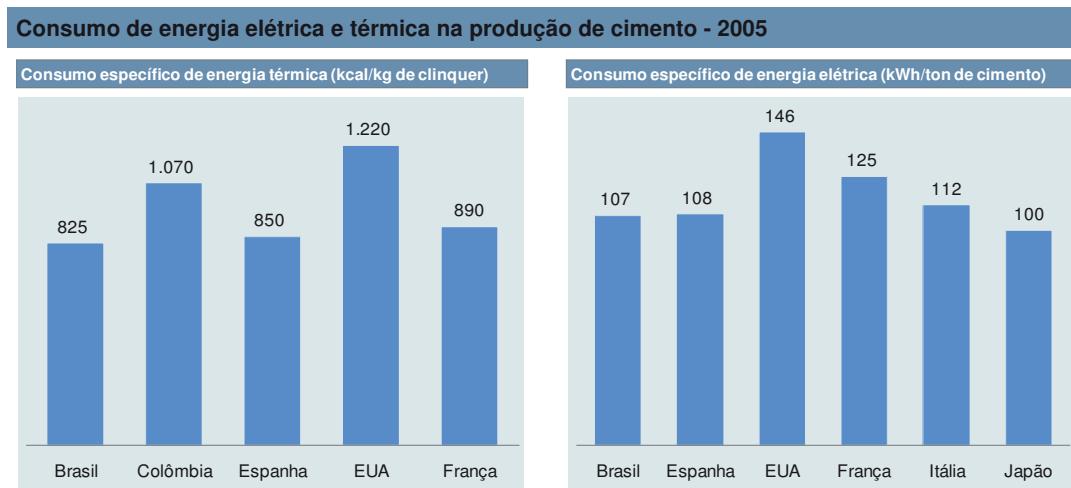
A produção de cimento consome grandes quantidades de energia e, em geral, emite quantidades consideráveis de CO₂ na atmosfera. Segundo o SNIC, a indústria do cimento é responsável por, aproximadamente, 5% das emissões antrópicas de gás carbônico no mundo.

Por estas razões, o setor brasileiro de produção de cimento está sujeito a uma rigorosa regulação. Se por um lado esta regulação exige grandes investimentos por parte das empresas e dificulta a obtenção de licenças para a execução de projetos, por outro, tem

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

permitido que o País alcance níveis abaixo da média mundial em termos de consumo de energia e emissão de CO₂ por tonelada produzida.

Estes projetos incluem desde educação ambiental dos funcionários e outros *stakeholders* da Companhia até a implantação de sistemas de gestão ambiental e tecnologias de controle e redução dos impactos ambientais ao longo do processo produtivo.



Fonte: Relatórios anuais da associações dos produtores de cimento nos países citados; SNIC

Coprocessamento

Coprocessamento consiste na queima de resíduos industriais e de passivos ambientais em fornos usados para a produção de cimento. Segundo o SNIC, o Brasil gera cerca de 2,7 milhões de toneladas de resíduos por ano de diversos segmentos da indústria (siderúrgica, petroquímica, automobilística, de alumínio, tintas, embalagens, papel e pneumáticos), das quais co-processa somente cerca de 950 mil toneladas por ano. Exemplos de resíduos industriais utilizados pela indústria de cimento incluem pneumáticos, borrachas, tintas e solventes, borras oleosas e graxas, borras ácidas, terra contaminada, entulhos da construção civil etc.

O coprocessamento permite a preservação de recursos energéticos não-renováveis, uma vez que constitui a substituição de combustíveis convencionais por resíduos que, além de ajudarem na queima do clínquer, entram na massa do cimento substituindo outras matérias-primas sem prejuízo das características de qualidade do produto final. Adicionalmente, a queima dos resíduos constitui uma maneira segura de eliminá-los, contribuindo para a redução da poluição ambiental.

Se comparado a países desenvolvidos, o Brasil ainda utiliza muito pouco o recurso do coprocessamento. Segundo o SNIC, o índice de substituição de combustível por resíduos na Suíça chega a 47% e, na Alemanha, atinge 42%. No Brasil, a substituição é de aproximadamente 15%.

Participação em cada um dos mercados

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Companhia atua, principalmente, na região Sudeste do Brasil, com alguma participação nas regiões Sul e Centro-Oeste. Segundo dados divulgados pelo SNIC, a Companhia ocupa a 3ª posição de participação de mercado em Minas Gerais, com 14,5% do mercado, e a quinta posição na região Sudeste, com 10% de participação.

A tabela a seguir detalha os volumes vendidos em 2009 e nossa participação de mercado em cada um dos estados em que a Companhia atua:

UF	Volume Vendido pela Companhia (mil t)	Total Consumido no Mercado (mil t)	Participação Liz
MG	871,881	6.032,00	14,5%
SP	663,428	13.304,00	5,0%
ES	85,477	1.139,00	7,5%
RJ	58,021	3.967,00	1,5%
PR	33,170	3.092,00	1,1%
MS	13,611	693,00	2,0%
GO	2,200	2.336,00	0,1%

Fonte: SNIC

Condições de competição nos mercados

O mercado cimenteiro brasileiro é altamente competitivo, sendo abastecido, principalmente, por grandes empresas nacionais e multinacionais instaladas no Brasil, com parques industriais distribuídos por todo o território nacional segundo o SNIC. Os maiores *players* do mercado, ordenados por sua produção em 2009, estão listados na tabela a seguir:

Empresa	Produção (milhões de toneladas)	Market share (%)
Companhia A	20,9	40,4
Companhia B	5,9	11,5
Companhia C	5,2	10,0
Companhia D	4,5	8,7
Companhia E	3,7	7,2
Companhia F	3,5	6,8
Cimentos Liz	1,7	3,5
Outros	6,4	11,9
Total	51,8	100

Fonte: SNIC

Principais Concorrentes

Os principais concorrentes da Companhia na região sudeste do Brasil são Votorantim, Camargo Corrêa, Holcim e Lafarge.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Perfil concentrado

O setor de cimento no Brasil é concentrado na atuação de grandes empresas nacionais e multinacionais. Os fatores econômicos e de mercado – como as características de ser uma indústria intensiva em capital, a necessidade de grandes escalas de produção e a posse de jazidas minerais próximas aos grandes mercados consumidores – funcionam como barreira à entrada de empresas de médio porte e até mesmo, de certa maneira, de novos grandes *players*.

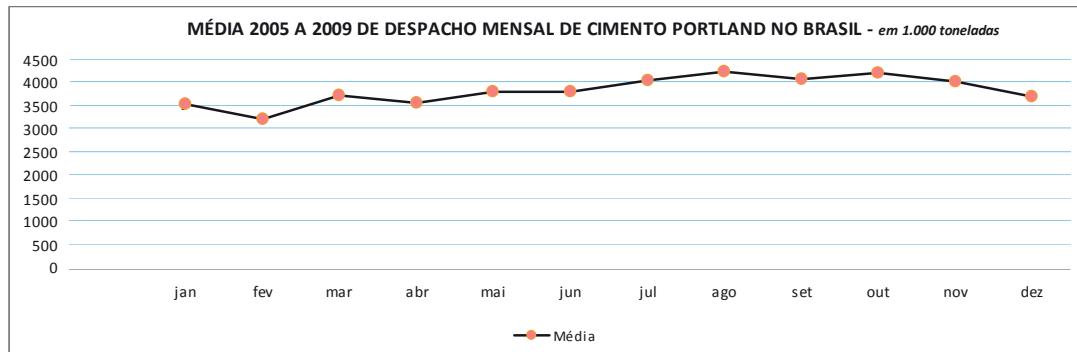
Dos dez grandes grupos em operação no mercado de cimento brasileiro, sete deles concentraram 84,6% do total da produção e dos despachos do produto em 2009. Os grupos cimenteiros podem atuar mais regionalmente ou ter um caráter mais nacional, instalando fábricas em vários mercados.

d) Eventual sazonalidade:

DESPACHO MENSAL DE CIMENTO PORTLAND NO BRASIL

em 1.000 toneladas

		jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
2005	0	2.857	2.764	3.032	3.047	3.085	3.262	3.241	3.626	3.336	3.337	3.389	3.304	38.280
2006	0	3.392	2.905	3.657	3.031	3.659	3.400	3.509	3.860	3.659	3.694	3.646	3.366	41.778
2007	0	3.449	3.084	3.822	3.488	3.823	3.731	3.920	4.446	3.918	4.422	4.157	3.654	45.914
2008	0	4.043	3.710	3.813	4.258	4.206	4.316	4.876	4.631	4.722	4.860	4.293	3.994	51.722
2009	0	3.946	3.571	4.242	3.974	4.145	4.259	4.631	4.610	4.638	4.748	4.628	4.155	51.547
Média	0	3.537	3.207	3.713	3.560	3.784	3.794	4.035	4.235	4.055	4.212	4.023	3.695	45.848



O mercado de materiais de construção e, por consequência, o do cimento da região Sudeste, está diretamente ligado a fatores como precipitação das chuvas e férias de verão. Como se percebe no gráfico acima, entre dezembro e março, as vendas têm uma retração. Tal fato ocorre por ser esse o período das chuvas intensas na área de atuação da Companhia e, também, por ser o período das férias de verão no Brasil, quando o ritmo de obras diminui.

Registrando-se em média, nos meses de dezembro a março, cerca de 92,6% das vendas face à venda mensal.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

e) Principais insumos e matérias primas, informando:

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação de órgãos e da respectiva legislação aplicável

Os principais insumos comprados pela Companhia são:

- Energia Elétrica;
- Coque de Petróleo;
- Escórias;
- Carvão mineral;
- Moinha de carvão;
- Gesso;
- Minério de Ferro;
- Areia;
- Arenito; e
- Biomassas.

O relacionamento com os fornecedores é mantido de forma regular, seja através de reuniões, contato telefônico ou visitas periódicas, visando assegurar as programações e regularidade de entrega, qualidade dos insumos e a relação comercial ativa.

Os insumos são comprados através de contratos, acordos de fornecimento ou pedidos de compra, dependendo do tipo de insumo ou da política comercial mantida com cada fornecedor.

De modo geral, não temos dependência comercial e/ou de suprimento para os insumos, exceto para demanda de energia elétrica, para a qual dispomos de um contrato com a CEMIG até 2025.

O procedimento de compras prevê que, periodicamente, seja elaborado um processo de concorrência para identificação do mercado fornecedor, disponibilidade, alternativas, novos desenvolvimentos, preço e qualidade, visando manter sempre atualizado o portfólio da disponibilidade e monitoramento do mercado global.

Os insumos utilizados pela Companhia no processo de produção não dispõem de qualquer regulamentação governamental e/ou estão sujeitos a legislação específica.

A Companhia, através do departamento de qualidade, executa os devidos controles e análises sobre os insumos visando garantir a regularidade da qualidade.

Estes controles também são base para medição de desempenho dos fornecedores e aplicação de penalidades no caso de serem fornecidos fora das especificações pré-definidas e dos parâmetros estabelecidos.

A Companhia dispõe de contratos e/ou acordos de fornecimento de modo geral, o que permite controle satisfatório sobre a volatilidade de preços dos insumos, exceto com relação ao coque de petróleo e carvão mineral, que por serem importados, tem a variação de seus preço atrelada aos preços publicados pela Pace Petroleum Coke Quarterly (indicador PACE), além de serem cotados em USD (dólar norte-americano).

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Para os insumos importados, coque de petróleo e carvão mineral, a Companhia adquire, em média, de 2 a 4 navios por ano, normalmente através de negociação com *tradings* internacionais especializadas na comercialização desses produtos.

Para os insumos nacionais, a Companhia acessa, de modo geral, o mercado do próprio estado de Minas Gerais por ser um grande pólo produtor, o qual dispõe de muitas empresas siderúrgicas, guseiros e empresas de beneficiamento de resíduos de siderurgia.

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

Atualmente a Companhia possui dependência relativa de um único fornecedor, exclusivamente no caso da compra de energia elétrica. A Companhia celebrou contrato com a CEMIG, sendo esta sua principal fornecedora. No tocante à compra de linha de transmissão a Companhia depende totalmente da CEMIG Distribuição, de acordo com a lei vigente, que não permite o uso de alternativas.

A Companhia não depende de mais nenhum fornecedor no tocante aos demais insumos por ela utilizados (combustíveis, peças e equipamentos).

iii. Eventual volatilidade em seus preços

Não há nenhuma característica especial de volatilidade de preços no mercado de cimento que seja diferente de uma operação normal de produção e comercialização de material de construção no Brasil. Os preços se comportam na relação direta de oferta e procura do produto no mercado, bem como com os respectivos custos de produção.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

- a) Montante total das receitas provenientes do cliente**
- b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente**

Atualmente, não existem clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida da Companhia, que tem uma gama de clientes bastante pulverizada.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Os recursos minerais, de acordo com a Constituição Federal, constituem propriedade distinta do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União. Compete ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM regular e fiscalizar os procedimentos necessários ao aproveitamento dos recursos minerais, em consonância com o disposto no Código de Minas. Neste sentido, foram disponibilizados no Brasil os seguintes regimes de aproveitamento: autorizações e concessões de todas as substâncias minerais; regime de licenciamento; regime de permissão de lavra garimpeira e regime de extração.

A Companhia possui todas as autorizações outorgadas pelo DNPM necessárias para o desenvolvimento de suas atividades de acordo com o Código de Minas e a regulamentação aplicável. A regularidade perante o DNPM depende do cumprimento de todas as normas e procedimentos exigidos pelo órgão para a exploração de suas reservas minerais.

As atividades desenvolvidas pela Companhia requerem licenciamento ambiental, por envolverem: (i) utilização de recursos ambientais considerada potencialmente poluidora ou capaz de causar degradação ambiental (Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) 237/97); (ii) atividade de mineração (Resoluções CONAMA 09/90 e 10/90); (iii) a fabricação de cimento pela Companhia nos municípios de Vespasiano-Lagoa Santa-MG, assim como alterações na planta industrial (regulamentação ambiental de Minas Gerais); e (iv) o uso de recursos hídricos, a captação de água e o lançamento de efluentes (outorga do Poder Público).

A Companhia possui todas as licenças, outorgas e todos os certificados necessários para o desenvolvimento de suas atividades de acordo com a legislação ambiental aplicável. A regularidade das licenças depende do cumprimento de todas as condicionantes nela previstas, entre elas de monitoramento de emissões atmosféricas, gerenciamento de resíduos sólidos e implementação do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD). Ressalte-se que as licenças estão regulares e atualizadas.

b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Companhia possui política de qualidade, meio ambiente, segurança e saúde que objetiva o cumprimento de toda a legislação aplicável, inclusive a prevenção da poluição do ar, água e solo, o uso racional dos recursos naturais e disposição adequada dos resíduos sólidos, sendo que possuímos todas as autorizações ambientais necessárias para a cada etapa do seu processo produtivo.

A Companhia possui sistemas de tratamento e monitoramento de emissões atmosféricas, em consonância com as normas da ABNT e deliberações normativas do COPAM (Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais).

Seguindo o compromisso da Companhia de manter um padrão de excelência em seus produtos e suas atividades, bem como na segurança de seus empregados, a Companhia obteve o Certificado de Conformidade de Sistema de Gestão Ambiental, emitido pela

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

ABNT em 2010, assim como a certificação para todos os produtos da Companhia, emitida pela mesma Associação. A Companhia também possui certificação na ISO 9001/1998 e ISO 14001/2006, além de ser membro do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) onde integra o projeto Cement Sustainability Initiative (CSI) no qual ela é integrante ativa dos grupos de trabalho: Mudanças Climáticas e Saúde e Segurança do Trabalho.

Ademais, a Companhia financia diversos projetos voltados à responsabilidade socioambiental com um dispêndio anual de cerca de R\$750 mil, dentre os quais destacamos:

Projeto	Descrição	Data de início	Data de término
Fábrica	Educação Ambiental	2.8.2010	1.7.2011
	Cortina arbórea Cinturão Verde	30.10.2010	30.10.2011
	Reforma Ilha Ecológica	30.4.2011	20.10.2011
Mina	Projeto Faveiro de Wilson	1.4.2010	31.12.2010

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas e Nomes de Domínio

As principais marcas utilizadas pela Companhia encontram-se devidamente registradas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI ou com pedido de registro realizado e são fundamentais para o desenvolvimento dos negócios da Companhia, sendo a sua principal marca, no Brasil, a “Cimentos LIZ”.

A Companhia detém diversos registros e pedidos de registro de marcas no Brasil, dos quais os mais relevantes foram destacados no item 9.1.b deste formulário, todas protegendo produtos e serviços relativos às atividades da Companhia. A Companhia também detém diversos registros de nomes de domínio no Brasil e no exterior incorporando suas principais marcas, dos quais os mais relevantes também foram destacados no item 9.1.b deste formulário.

Uma eventual perda dos direitos sobre as principais marcas da Companhia poderia causar impacto relevante nas atividades da Companhia, na medida em que implicaria na impossibilidade de utilizá-las com exclusividade no Brasil e, ainda, impedir terceiros de utilizarem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar serviços ou produtos concorrentes.

Patentes

A Companhia detém 1 pedido de patente no Brasil, indicado no item 9.1.b deste formulário. Nos termos da legislação brasileira, a patente extingue-se após o término do seu prazo de vigência, que pode ser de 20 anos para as patentes de invenção (PI) ou de 15 anos para as patentes de modelo de utilidade (MU), contados a partir da data de depósito.

Licenças

As atividades de mineração exercidas pela Companhia dependem de autorizações e licenças por parte das agências reguladoras do Governo Federal. Atualmente, a Companhia possui todas as licenças e autorizações para o desenvolvimento de suas atividades. Caso tais licenças ou autorizações venham a ser revogadas pelo Governo Federal ou não possam ser renovadas por alterações legislativas, a continuidade das

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

atividades da Companhia na forma como atualmente são desenvolvidas poderá ter alterações significativas.

Concessões

Não há.

Franquias

Não há.

Contratos de Royalties

Não há.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

Não há nenhuma receita oriunda do exterior, tendo em vista que a Companhia não comercializa seus produtos fora do Brasil.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não há nenhum efeito, tendo em vista que a Companhia não produz ou comercializa seus produtos fora do Brasil.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

A Companhia celebrou com a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG um contrato de compra e venda de energia elétrica no valor total aproximado de R\$ 611 milhões e vencimento em 31 de dezembro de 2025, para obtenção da energia elétrica necessária para o funcionamento de seus equipamentos. Na hipótese de eventual falha ou interrupção no fornecimento de energia elétrica pela CEMIG, a Companhia não pode garantir que terá acesso a outras fontes de energia elétrica nas condições e preço atualmente contratados com a CEMIG. Além disso, a lei vigente não permite que a Companhia utilize alternativas na distribuição de energia elétrica.

A Companhia negocia junto ao BDMG a contratação de financiamento no valor de até R\$ 130 milhões com vigência para o período 2011 a 2021. Esse financiamento será destinado à expansão das atividades da Companhia e vencerá em 2021. Em garantia a esse contrato, a Companhia poderá apresentar ao BDMG carta de fiança garantidor a ser obtida junto ao Banco HSBC, já preliminarmente aprovada, no valor de R\$ 85 milhões. O período de vigência da Carta Fiança junto ao HSBC deverá ser de 2011 a 2018.

Ademais, a Companhia celebrou o Contrato de Parceria Técnica, Econômica e Financeira para a execução de obras de infraestrutura com o Estado de Minas Gerais cujo objeto é a conjugação de esforços e a participação técnica, econômica e financeira das partes para viabilizar a implementação de obras de melhoramentos, pavimentação, recapeamento, aumento de capacidade e obra especial de parte no trecho: interseção com a Av. Portugal – Rua Francisco Lima até a interseção com a Avenida Tiradentes entre os quilômetros 0 e 1,64, visando suportar o processo de expansão da Companhia.

A Companhia arcará com os valores referentes à construção e à expropriação, sendo posteriormente reembolsada pelo Estado de Minas Gerais em 100% do valor gasto com construção, através de desconto no crescimento ICMS.

Por fim, este contrato prevê a celebração do Termo de Cooperação Técnica, já celebrado entre a Companhia e Município de Vespasiano, cujo objeto é a cooperação técnica entre as partes para viabilizar obras de melhoramentos, pavimentação, recapeamento, aumento de capacidade e obra especial de arte no trecho: interseção com a Av. Portugal – Rua Francisco Lima até a interseção com a Av. Tiradentes entre os quilômetros 0 e 1,64.

Estima-se que o valor desembolsado pela Companhia não reembolsável se estenderá a R\$ 4.000.000,00, referentes ao valor pago pela desapropriação dos imóveis.

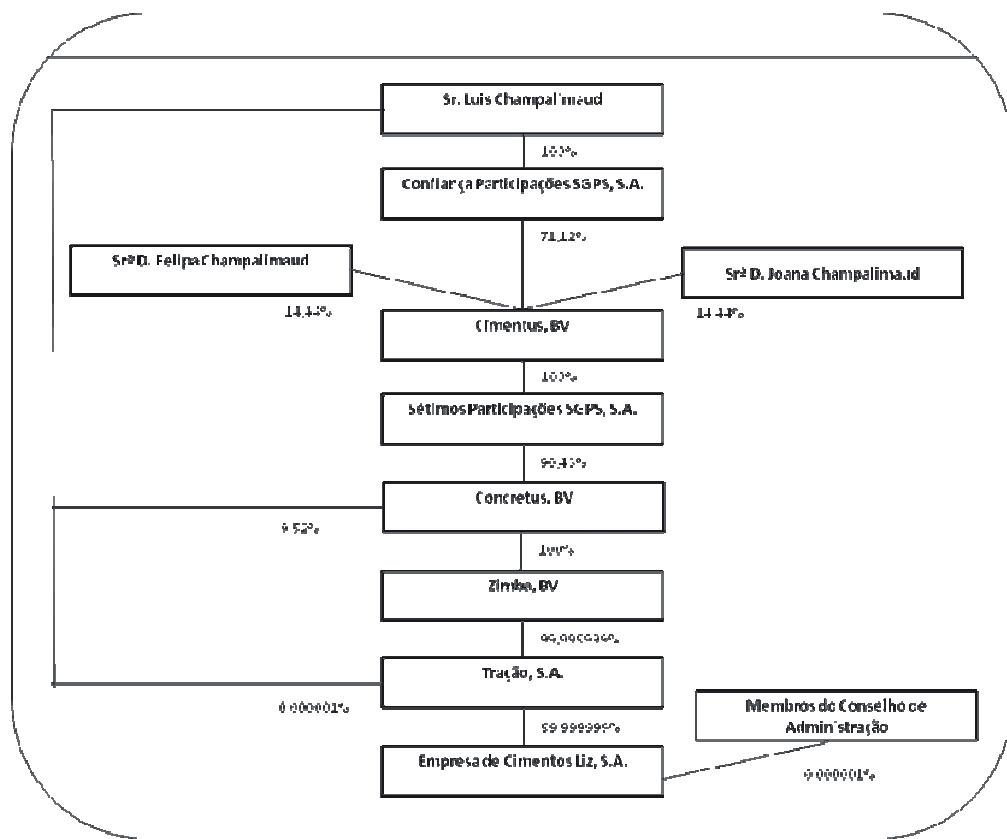
A Companhia possui dois terminais rodoviários de cimento no interior do Estado de São Paulo, por meio de contrato de locação. Os terminais rodoviários estão localizados na cidade de Santa Bárbara D'Oeste, na Rua Luiz Suzigan, 740, e na cidade de São José do Rio Preto, na Av. Alfredo Folchini, 1852. A Companhia é locatária do terminal rodoviário de Santa Bárbara D'Oeste desde maio de 2006, com contrato vigente até 4 de maio de 2015. A locação do terminal rodoviário de São José do Rio Preto teve início em agosto de 1991 e vem sido renovado anualmente desde 1994, com seu termo final estabelecido atualmente em 31 de dezembro de 2011.

7.9 - Outras informações relevantes

Não há nenhuma outra informação relevante.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

a) Controladores diretos e indiretos



A Companhia é controlada diretamente pela Tração S.A. localizada no Brasil. Todos os controladores indiretos da Companhia estão sediados no exterior.

b) Controladas e coligadas e c) participações da Companhia em sociedades do grupo

A Companhia atualmente não possui controladas e coligadas e não participa em nenhuma sociedade do grupo.

d) Participações de sociedades do grupo na Companhia:

Não há.

e) Sociedades sob controle comum:

Não há.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

Vide item 8.1(a).

8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	21/12/2010
Evento societário	Cisão
Descrição da operação	<p>Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2010, os acionistas da Companhia deliberaram nova cisão parcial da Companhia seguida de incorporação da parcela cindida pela Tração S.A., reduzindo-se as reservas de capital da Companhia de R\$57.729.118,97 para R\$2.556.210,22, portanto uma redução de R\$55.172.908,75. Faziam parte do acervo cindido os recebíveis referentes à venda da Sagres S.A.</p> <p>Sociedades envolvidas: Empresa de Cimentos Liz S.A. e Tração S.A.</p> <p>Efeitos resultantes da operação no quadro acionário da Companhia: Não houve.</p> <p>Quadro societário antes e depois: Não houve mudanças no quadro societário da Companhia.</p>
Data da operação	21/12/2010
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário	Aumento de capital social
"Outro"	
Descrição da operação	<p>Em 21 de dezembro de 2010, Zimba Associates, LLC, integralizou um aumento de capital social da Zimba, BV com 499.999 ações emitidas pela Tração S.A., correspondente a 99,99% do capital social da sociedade, avaliadas em 12.736.795,28 de Euros.</p> <p>Sociedades envolvidas: Zimba, B.V., Zimba, LLC e Tração S.A.</p> <p>Efeitos resultantes da operação no quadro acionário da Companhia: Não houve.</p> <p>Quadro societário antes e depois: A Zimba, BV passou a ser detentora de 100% das ações da Tração.</p>
Data da operação	15/12/2010
Evento societário	Cisão
Descrição da operação	<p>Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 15 de dezembro de 2010 foi deliberada a cisão parcial da Companhia seguida de incorporação da parcela cindida pela Tração S.A., reduzindo-se o capital social da Companhia de R\$ 128.000.000,00 para R\$ 121.964.453,59, portanto uma redução de R\$ 6.035.546,41.</p> <p>Integram a parcela cindida (i) créditos da década de 1990 ou anteriores em discussão judicial; e (ii) veículos não imprescindíveis às atividades da Companhia.</p> <p>Sociedades envolvidas: Empresa de Cimentos Liz S.A. e Tração S.A.</p> <p>Efeitos resultantes da operação no quadro acionário da Companhia: Não houve.</p> <p>Quadro societário antes e depois: Não houve mudanças no quadro societário da Companhia.</p>
Data da operação	14/12/2010
Evento societário	Alienação e aquisição de controle societário

8.3 - Operações de reestruturação

Descrição da operação	Em 14 de dezembro de 2010, Partac, SGPS, S.A. vendeu 9,52% da participação que detinha na Zimba Associates, LLC, para a Concretus, B.V., pelo valor de 11.022.586,63 de Euros.
	Sociedades envolvidas: Partac, SGPS, S.A., Zimba Associates, LLC. e Concretus, B.V.
	Efeitos resultantes da operação no quadro acionário da Companhia: Não houve.
	Quadro societário antes e depois: A Partac SGPS, S.A., que antes detinha 9,52% do capital social da Zimba Associates, LLC, passou a não mais deter participação nesta sociedade. Por sua vez, a Concretus, BV passou a deter 100% do capital social da Zimba Associates, LLC
Data da operação	11/03/2010
Evento societário	Alienação e aquisição de controle societário
Descrição da operação	Em 11 de março de 2010, a Sra. D. Sofia Palhavã Champalimaud Charters Monteiro vendeu 73.132 ações emitidas pela Sétimos Participações, SGPS, S.A. correspondente a 4,91% do capital social da sociedade, para Cimentus, B.V., pelo valor de 6.160.000,00 de Euros.
	Sociedades envolvidas: Cimentus, B.V. e Sétimos Participações, SGPS, S.A.
	Efeitos resultantes da operação no quadro acionário da Companhia: Não houve.
	Quadro societário antes e depois: A Sra. D. Sofia Palhavã Champalimaud, que antes detinha 4,92% do capital social da Sétimos Participações, SGPS, S.A. passou a deter participação direta nesta sociedade equivalente a 0,0001%. Por sua vez, a Cimentus, BV passou a deter 99,999% do capital social da Sétimos Participações, SGPS, S.A.
Data da operação	14/12/2009
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Aumento de capital social
Descrição da operação	Em 14 de dezembro de 2009, o Sr. Luís de Melo Champalimaud integralizou um aumento de capital social da Concretus, BV com o capital social que detinha na Zimba Associates, LLC, correspondente a 9,52% do capital social da sociedade, avaliadas em 6.294.061,38 de Euros.
	Sociedades envolvidas: Zimba Associates, LLC. e Concretus, BV
	Efeitos resultantes da operação no quadro acionário da Companhia: Não houve.
	Quadro societário antes e depois: O Sr. Luís Champalimaud, que antes detinha 9,52% do capital social da Zimba Associates, LLC passou a não mais deter participação direta nesta sociedade. Por sua vez, a Concretus, BV passou a deter 90,48% do capital social da Zimba Associates, LLC.
Data da operação	10/12/2009
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Aumento de capital social

8.3 - Operações de reestruturação

Descrição da operação	Em 10 de dezembro de 2009, a Sétimos Participações, SGPS, S.A. integralizou um aumento de capital social da Concretus, B.V. com o capital social que detinha na Zimba Associates, LLC, correspondente a 80,95% do capital social da sociedade, avaliadas em 53.499.521,70 de Euros. Sociedades envolvidas: Sétimos Participações, SGPS, S.A., Zimba Associates, LLC. e Concretus, B.V. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário da Companhia: Não houve. Quadro societário antes e depois: A Sétimos Participações SGPS, S.A. que antes detinha 80,95% do capital social da Zimba Associates, LLC passou a não mais deter participação direta nesta sociedade. Por sua vez, a Concretus, BV passou a deter 80,95% do capital social da Zimba Associates, LLC.
Data da operação	23/07/2008
Evento societário	Alienação e aquisição de controle societário
Descrição da operação	Em 23 de julho de 2008, a Confiança Participações, SGPS, S.A. vendeu 52 ações emitidas pela Cimentus, B.V. para a Sra. D. Felipa Palhavã Champalimaud, pelo valor de 52.000,00 de Euros. Posteriormente, a Sra. D. Felipa Palhavã Champalimaud integralizou um aumento de capital social da Cimentus, B.V. com 207.974 ações emitidas pela Sétimos Participações, SGPS, S.A., correspondente a 13,97 % do capital social da sociedade, avaliadas em 18.301.712,00 de Euros. Sociedades envolvidas: Confiança Participações SGPS S.A., Cimentus, B.V. e Sétimos Participações, SGPS, S.A. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário da Companhia: Não houve mudanças no quadro societário da Companhia. Quadro societário antes e depois: A Confiança Participações SGPS S.A, que antes detinha 100% do capital social da Cimentus B.V, passou a deter 85,56% do capital social da Cimentus B.V e a Sra. D. Felipa Champalimaud 14,44% da Cimentus B.V.
Data da operação	23/07/2008
Evento societário	Alienação e aquisição de controle societário
Descrição da operação	Em 23 de julho de 2008, a Confiança Participações, SGPS, S.A. vendeu 52 ações emitidas pela Cimentus, B.V. a Sra. D. Joana Palhavã Champalimaud Rodrigues, pelo valor de 52.000,00 de Euros. Posteriormente, a Sra. D. Joana Palhavã Champalimaud Rodrigues integralizou um aumento de capital social da Cimentus, B.V. com 207.974 ações emitidas pela Sétimos Participações, SGPS, S.A., correspondente a 13,97% do capital social da sociedade, avaliadas em 18.301.712,00 de Euros. Sociedades envolvidas: Confiança Participações SGPS S.A., Cimentus, B.V. e Sétimos Participações, SGPS, S.A. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário da Companhia: Não houve. Quadro societário antes e depois: A Confiança Participações SGPS S.A, que antes detinha 85,56% do capital social da Cimentus, B.V, passou a deter 71,12% do capital social da Cimentus B.V e a Sra. D. Joana Champalimaud 14,44% da Cimentus, B.V.
Data da operação	23/07/2008
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário	Aumento de capital social "Outro"

8.3 - Operações de reestruturação

Descrição da operação	Em 23 de julho de 2008, Confiança Participações, SGPS, S.A. integralizou um aumento de capital social da Cimentus, BV com 1.000.000 ações emitidas pela Sétimos Participações, SGPS, S.A., correspondente a 67,14% do capital social da sociedade, avaliadas em 87.100.000,00 de Euros. Sociedades envolvidas: Confiança Participações SGPS S.A., Cimentus, BV e Sétimos Participações, SGPS, S.A. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário da Companhia: Não houve. Quadro societário antes e depois: A Confiança Participações, SGPS, S.A. que antes detinha 67,14% da Sétimos Participações SGPS, S.A. passou a não deter mais participação direta nesta sociedade. A Cimentus BV por sua vez, passou a deter 95,08% do capital social da Sétimos Participações SGPS, S.A.
Data da operação	10/05/2008
Evento societário	Alienação e aquisição de controle societário
Descrição da operação	Em maio de 2008 a Companhia concretizou a venda das ações da Sagres S.A. de sua propriedade pelo valor total de R\$ 57 milhões. O pagamento das parcelas se estenderá de julho de 2010 a abril de 2013, incidindo juros trimestrais, tendo por garantia fiança bancária contratada junto ao Banco Bradesco S.A. Em 21 de dezembro de 2010, os acionistas da Companhia deliberaram cisão parcial da Companhia seguida de incorporação da parcela cindida pela Tração S.A., reduzindo-se as reservas de capital da Companhia de R\$ 57.729.118,97 para R\$ 2.556.210,22, portanto uma redução de R\$ 55.172.908,75. Faziam parte do acervo cindido os recebíveis referentes à venda da Sagres S.A. Sociedades envolvidas: Empresa de Cimentos Liz S.A., Tração S.A., Planova Planejamento e Construções S.A., Vialco Construções e Participações Ltda., CCI Bioenergia S.A., N.F. Motta Construções e Comércio Ltda., Telar Engenharia e Comércio Ltda., Jotagê Engenharia, Comércio e Incorporações Ltda., SN Participações Ltda., CBR Construtora Ltda., Engepart Consultoria e Participações Ltda., Cartellone do Brasil Ltda., Codi do Brasil Ltda., Goetze Lobato Engenharia Ltda., Bioenergética Vale do Paracatu Ltda. e Três Rios Empreendimentos e Participações S.A. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário da Companhia: Não houve. Quadro societário antes e depois: A Companhia e a Tração S.A., sua controladora, detinham a totalidade das ações emitidas pela Sagres S.A., à proporção de 94,17% e 5,83% respectivamente, ambas retirando-se totalmente do quadro acionário após a conclusão da operação.

8.4 - Outras informações relevantes

Não há.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Os ativos imobilizados da Companhia estão representados por bens destinados à manutenção das atividades da Companhia e estão registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, sendo os bens adquiridos até a data de 31 de dezembro de 2007, acrescidos do diferencial entre o seu valor de avaliação e o correspondente valor líquido contábil.

As jazidas detidas pela Companhia são amortizadas em função do minério extraído, sendo os demais ativos depreciados pelo método linear, levando em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Em milhares de reais

	Valor bruto	Depreciação acumulada	Líquido	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	Taxas anuais depreciação/a mortização ou exaustão %
Jazidas	417.760	(35.601)	382.159	388.725	395.214		1,58
Terras rurais	48.323	-	48.323	48.323	48.323		-
Terrenos urbanos	17.152	-	17.152	17.152	17.152		-
Prédios e construções	199.170	(79.944)	119.226	120.891	125.282		10 a 49
Máquinas, equipamentos. e instalações	681.260	(432.872)	248.388	273.045	275.496		4 a 21
Veículos	12.157	(10.433)	1.724	2.955	5.344		4 a 5
Móveis e utensílios	7.470	(4.917)	2.553	2.854	3.098		3 a 14
Hardware	2.877	(1.940)	937	950	1.117		4 a 10
Ferramentas	932	(571)	361	447	538		4 a 14
Outros	3	(2)	1	2	1		-
	1.387.104	(566.280)	820.824	855.344	871.565		
Adiantamento a fornecedores	18.810		18.810				
Imobilizações em andamento	112.175	-	112.175	40.118	12.445		-
	1.518.089	(566.280)	951.809	895.462	884.010		

A Companhia registrou, em dezembro de 2007, a reavaliação do seu imobilizado, mediante laudo de avaliação efetuado por empresa independente visando refletir com maior propriedade o seu patrimônio, ocasionando o registro de R\$ 315.858 de acréscimos no imobilizado e de R\$ 208.466 na reserva de reavaliação, líquida de impostos diferidos.

Os ativos relevantes estão representados por Jazidas, Prédios, Construções, Máquinas e Equipamentos Industriais, referentes ao parque industrial em operação localizados nas cidades de Vespasiano e Lagoa Santa em Minas Gerais e nas filias nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro nas cidades de São Paulo, Santa Bárbara D'Oeste, São José do Rio Preto e Mesquita.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Terreno com área de 74.890m ² , matriculado sob o n.º 15.737.	Brasil	MG	Vespasiano	Própria
Terreno urbano com área de 74.890,00m ² , matriculado sob o n.º 1.387, 14.000m ²	Brasil	MG	Vespasiano	Própria
Fazenda Vista Chinesa ou Pombal com área de 24,20ha, matriculado sob o n.º 6.617	Brasil	MG	Vespasiano	Própria
Fazenda Pombal com área de 39,25,50ha, matriculada sob o n.º 6.618	Brasil	MG	Vespasiano	Própria
Fazenda Peri-Peri Matozinhos com área 314,77,50ha , matriculada sob o n.º 2.960	Brasil	MG	Matozinhos	Própria
Fazenda Lapa Vermelha com área de 1.219,744 m ² , matriculada sob o n.º 6.616	Brasil	MG	Lagoa Santa	Própria
Gleba 01, 02 e 03 Fazenda Pombal, a. 177,1ha matr. sob o n.º 22.564, 3218 e 3219	Brasil	MG	Vespasiano	Própria
Fazenda Lapa Vermelha II com área de 91,73ha, matriculada sob o n.º 23.560	Brasil	MG	Lagoa Santa	Própria
Fazenda Ribeirão de Mata e Boa Vista, com área de 7,17,09ha, matrícula nº 757	Brasil	MG	Lagoa Santa	Própria
Fazenda Olhos D'Água , com área de 36,00ha, matriculada sob o n.º 24.290	Brasil	MG	Lagoa Santa	Própria
Terreno rural com área de 9ha, matriculado sob o n.º 24.291	Brasil	MG	Lagoa Santa	Própria
Terreno urbano com área de 58.405,39 m ² , matriculado sob o n.º 569	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Terreno urbano com área de 54.440,00 m ² , matriculado sob o n.º 15.332	Brasil	RJ	Mesquita	Própria
Fazenda Januária/Cainanás com área de 73,61ha, matriculada sob o n.º 27.379	Brasil	MG	Lagoa Santa	Própria
Fazenda Lapa Vermelha com área de 3,00ha, matriculada sob o n.º 22.395	Brasil	MG	Lagoa Santa	Própria
Matrícula n.º 22.102, que foi encerrada, integrando a matrícula 23.360	Brasil	MG	Lagoa Santa	Própria
Área rural, com área de 122ha, matriculada sob o n.º 15.911	Brasil	MG	Lagoa Santa	Própria
Terreno urbano, com área de 11.070 m ² , na Rua Paula Ferreira da Costa, n.º 445	Brasil	MG	Lagoa Santa	Própria
Área de 1.204,30m ² , parte de uma área rural, matriculada sob o n.º 6.618	Brasil	MG	Lagoa Santa	Própria
Área de 4.868,11m ² , parte da área rural "Pombal" ou "Vista Chinesa" , mat. 6.617	Brasil	MG	Lagoa Santa	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro No. 006636748.	Brasil	Registro válido até 25/12/2017	No âmbito administrativo (junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI), os registros de marca podem ser objeto de declaração de caducidade, decorrente do não uso da marca por prazo superior a 5 (cinco) anos interrompidos, ou, ainda, de declaração de nulidade, instaurada por terceiros interessados, ou de ofício pelo INPI no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da concessão. Ainda na esfera administrativa, o registro será extinto caso não seja requerida a prorrogação de sua vigência, com respectivo pagamento de taxas, dentro do prazo previsto na Lei 9.279/96. Na esfera Judicial, o registro de uma marca pode ser objeto de ação de nulidade, que pode ser proposta pelo INPI ou por terceiros em até 5 (cinco) anos da data de sua concessão.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro No. 006646182.	Brasil	Registro válido até 10/02/2018	No âmbito administrativo (junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI), os registros de marca podem ser objeto de declaração de caducidade, decorrente do não uso da marca por prazo superior a 5 (cinco) anos interrompidos, ou, ainda, de declaração de nulidade, instaurada por terceiros interessados, ou de ofício pelo INPI no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da concessão. Ainda na esfera administrativa, o registro será extinto caso não seja requerida a prorrogação de sua vigência, com respectivo pagamento de taxas, dentro do prazo previsto na Lei 9.279/96. Na esfera Judicial, o registro de uma marca pode ser objeto de ação de nulidade, que pode ser proposta pelo INPI ou por terceiros em até 5 (cinco) anos da data de sua concessão.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro No. 006646190.	Brasil	Registro válido até 10/02/2018	No âmbito administrativo (junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI), os registros de marca podem ser objeto de declaração de caducidade, decorrente do não uso da marca por prazo superior a 5 (cinco) anos interrompidos, ou, ainda, de declaração de nulidade, instaurada por terceiros interessados, ou de ofício pelo INPI no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da concessão. Ainda na esfera administrativa, o registro será extinto caso não seja requerida a prorrogação de sua vigência, com respectivo pagamento de taxas, dentro do prazo previsto na Lei 9.279/96. Na esfera Judicial, o registro de uma marca pode ser objeto de ação de nulidade, que pode ser proposta pelo INPI ou por terceiros em até 5 (cinco) anos da data de sua concessão.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro No. 007203195.	Brasil	Registro válido até 25/08/2020	No âmbito administrativo (junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI), os registros de marca podem ser objeto de declaração de caducidade, decorrente do não uso da marca por prazo superior a 5 (cinco) anos interrompidos, ou, ainda, de declaração de nulidade, instaurada por terceiros interessados, ou de ofício pelo INPI no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da concessão. Ainda na esfera administrativa, o registro será extinto caso não seja requerida a prorrogação de sua vigência, com respectivo pagamento de taxas, dentro do prazo previsto na Lei 9.279/96. Na esfera Judicial, o registro de uma marca pode ser objeto de ação de nulidade, que pode ser proposta pelo INPI ou por terceiros em até 5 (cinco) anos da data de sua concessão.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro No. 770019358. LIZ – nominativa. Em nome da Companhia	Brasil	Registro válido até 19/01/2012	No âmbito administrativo (junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI), os registros de marca podem ser objeto de declaração de caducidade, decorrente do não uso da marca por prazo superior a 5 (cinco) anos interrompidos, ou, ainda, de declaração de nulidade, instaurada por terceiros interessados, ou de ofício pelo INPI no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da concessão. Ainda na esfera administrativa, o registro será extinto caso não seja requerida a prorrogação de sua vigência, com respectivo pagamento de taxas, dentro do prazo previsto na Lei 9.279/96. Na esfera Judicial, o registro de uma marca pode ser objeto de ação de nulidade, que pode ser proposta pelo INPI ou por terceiros em até 5 (cinco) anos da data de sua concessão.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro No. 810834812. SOEICOM – nominativa. Em nome da Companhia	Brasil	Registro válido até 08/01/2015	<p>No âmbito administrativo (junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI), os registros de marca podem ser objeto de declaração de caducidade, decorrente do não uso da marca por prazo superior a 5 (cinco) anos interrompitos, ou, ainda, de declaração de nulidade, instaurada por terceiros interessados, ou de ofício pelo INPI no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da concessão. Ainda na esfera administrativa, o registro será extinto caso não seja requerida a prorrogação de sua vigência, com respectivo pagamento de taxas, dentro do prazo previsto na Lei 9.279/96. Na esfera Judicial, o registro de uma marca pode ser objeto de ação de nulidade, que pode ser proposta pelo INPI ou por terceiros em até 5 (cinco) anos da data de sua concessão.</p>	<p>A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro No. 810834820. SOEICOM – mista. Em nome da Companhia	Brasil	Registro válido até 11/10/2013	<p>No âmbito administrativo (junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI), os registros de marca podem ser objeto de declaração de caducidade, decorrente do não uso da marca por prazo superior a 5 (cinco) anos interrompitos, ou, ainda, de declaração de nulidade, instaurada por terceiros interessados, ou de ofício pelo INPI no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da concessão. Ainda na esfera administrativa, o registro será extinto caso não seja requerida a prorrogação de sua vigência, com respectivo pagamento de taxas, dentro do prazo previsto na Lei 9.279/96. Na esfera Judicial, o registro de uma marca pode ser objeto de ação de nulidade, que pode ser proposta pelo INPI ou por terceiros em até 5 (cinco) anos da data de sua concessão.</p>	<p>A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro No. 810834839. SOEICOM – mista. Em nome da Companhia	Brasil	Registro válido até 11/10/2013	<p>No âmbito administrativo (junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI), os registros de marca podem ser objeto de declaração de caducidade, decorrente do não uso da marca por prazo superior a 5 (cinco) anos interrompidos, ou, ainda, de declaração de nulidade, instaurada por terceiros interessados, ou de ofício pelo INPI no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da concessão. Ainda na esfera administrativa, o registro será extinto caso não seja requerida a prorrogação de sua vigência, com respectivo pagamento de taxas, dentro do prazo previsto na Lei 9.279/96. Na esfera Judicial, o registro de uma marca pode ser objeto de ação de nulidade, que pode ser proposta pelo INPI ou por terceiros em até 5 (cinco) anos da data de sua concessão.</p>	<p>A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>
Marcas	Pedido de Registro No. 824030222. LIZ – nominativa. Em nome da Companhia	Brasil	Pedido em processo de registro	<p>Os pedidos de registro de marca podem ter seu registro negado pelo INPI. Ainda, a companhia pode perder direitos sobre o pedido de registro de marca caso não pague tempestivamente as taxas oficiais para concessão do registro, quando de seu deferimento.</p>	<p>A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro No. 824036344. LIZ – mista. Em nome da Companhia	Brasil	Pedido em processo de registro	Os pedidos de registro de marca podem ter seu registro negado pelo INPI. Ainda, a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a companhia pode perder direitos sobre o pedido de registro de marca caso não pague tempestivamente as taxas oficiais para concessão do registro, quando de seu deferimento.
Marcas	Pedido de Registro No. 830799927. CIMENTOS LIZ – nominativa. Em nome da Companhia	Brasil	Pedido em processo de registro	Os pedidos de registro de marca podem ter seu registro negado pelo INPI. Ainda, a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a companhia pode perder direitos sobre o pedido de registro de marca caso não pague tempestivamente as taxas oficiais para concessão do registro, quando de seu deferimento.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Pedido de Patente Brasil de Invenção No. P10803848-1, depositado em 14/07/2008 em nome da Companhia	Se concedida,20anos dodepósito		No âmbito administrativo (junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI), os pedidos de patente que estão sob análise do INPI podem ser indeferidos ou concedidos ainda que com escopo reduzido em relação ao originalmente reivindicado. Não é possível assegurar que terceiros (ou o próprio INPI) não tentem contestar a patenteabilidade ou escopo de proteção, através subsídios ao exame técnico, ou de processos de nulidade, na hipótese de uma patente ser concedida em desacordo com a Lei 9.279/96. No âmbito judicial, também não é possível assegurar que terceiros não venham alegar que a Companhia está violando seus direitos de Propriedade Intelectual. Os pedidos de patente só são examinados mediante o pagamento de taxa específica e requerimento formal feito dentro do prazo estabelecido de 36 meses contados da data de depósito do pedido. A manutenção de pedidos/patentes é realizada através do pagamento de retribuições anuais ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre a tecnologia implica na impossibilidade de impedir terceiros de utilizá-la, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a tecnologia. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Licenças	Software GF Alliance	Brasil	18.04.2011	Rescisão ou inadimplemento contratual e ainda, o término do prazo de vigência da licença.	Término do prazo de vigência.
Licenças	Software Maxis FORACESSO	Brasil	Indeterminado	Rescisão ou inadimplemento contratual e ainda, o término do prazo de vigência da licença.	Término do prazo de vigência.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Licenças	Software Maxis FORPONTO	Brasil	Indeterminado	Rescisão ou inadimplemento contratual e ainda, o término do prazo de vigência da licença.	Término do prazo de vigência.
Licenças	Software NF-e Server Alliance	Brasil	26.04.2011	Rescisão ou inadimplemento contratual e ainda, o término do prazo de vigência da licença.	Término do prazo de vigência.
Licenças	Software MySAP Business Suite e módulos	Brasil	Indeterminado	Rescisão ou inadimplemento contratual.	Término do prazo de vigência.
Licenças	Business Conector Brasil	Brasil	Indeterminado	Rescisão ou inadimplemento contratual e ainda, o término do prazo de vigência da licença.	Término do prazo de vigência.
Licenças	Sistema RM	Brasil	Indeterminado	Rescisão ou inadimplemento contratual e ainda, o término do prazo de vigência da licença.	Término do prazo de vigência.
Marcas	www.cimentosliz.com.br. Em nome da Companhia	Brasil	Domínio válido até 23/05/2011	Os registros de nomes de domínio no Brasil podem ser extintos pela renúncia de seu titular ou pelo não pagamento das taxas anuais de renovação do prazo de vigência. Ainda, um registro de nome de domínio pode ser cancelamento mediante a instauração do SACI-Adm. - Sistema Administrativo de Conflitos de Internet – por parte de terceiros. Por fim, o registro de um nome de domínio pode ser cancelado ou adjudicado para terceiros mediante a propositura de ação judicial própria.	A perda do registro de um nome de domínio impede a companhia de utilizar o sinal para endereçar seu site de internet.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	www.ecliz.com.br. Em nome da Companhia	Brasil	Domínio válido até 09/05/2011	Os registros de nomes de domínio no Brasil podem ser extintos pela renúncia de seu titular ou pelo não pagamento das taxas anuais de renovação do prazo de vigência. Ainda, um registro de nome de domínio pode ser cancelamento mediante a instauração do SACI-Adm. - Sistema Administrativo de Conflitos de Internet – por parte de terceiros. Por fim, o registro de um nome de domínio pode ser cancelado ou adjudicado para terceiros mediante a propositura de ação judicial própria.	Não há como quantificar o impacto da perda dos direitos sobre uma determinada marca. No entanto, é importante ressaltar que a perda do registro de um nome de domínio impede a companhia de utilizar o signo para endereçar seu sitio de internet.
Marcas	www.liz.ind.br. Em nome da Companhia		Domínio válido até 21/12/2013	Os registros de nomes de domínio no Brasil podem ser extintos pela renúncia de seu titular ou pelo não pagamento das taxas anuais de renovação do prazo de vigência. Ainda, um registro de nome de domínio pode ser cancelamento mediante a instauração do SACI-Adm. - Sistema Administrativo de Conflitos de Internet – por parte de terceiros. Por fim, o registro de um nome de domínio pode ser cancelado ou adjudicado para terceiros mediante a propositura de ação judicial própria.	Não há como quantificar o impacto da perda dos direitos sobre uma determinada marca. No entanto, é importante ressaltar que a perda do registro de um nome de domínio impede a companhia de utilizar o signo para endereçar seu sitio de internet.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	www.soeicom.com Brasil .br. Em nome da Companhia	Domínio válido até 06/06/2013		<p>Os registros de nomes de domínio no Brasil podem ser extintos pela renúncia de seu titular ou pelo não pagamento das taxas anuais de renovação do prazo de vigência. Ainda, um registro de nome de domínio pode ser cancelamento mediante a instauração do SACI-Adm. - Sistema Administrativo de Conflitos de Internet – por parte de terceiros. Por fim, o registro de um nome de domínio pode ser cancelado ou adjudicado para terceiros mediante a propositura de ação judicial própria.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto da perda dos direitos sobre uma determinada marca. No entanto, é importante ressaltar que a perda do registro de um nome de domínio impede a companhia de utilizar o signo para endereçar seu sítio de internet.</p>
Marcas	Domínio www.cimentoliz.c om. Em nome de Soeicom S.A.	Estados Unidos da América	07/07/2011	<p>Os registros de nomes de domínio no Exterior, e, por conseguinte, as modalidades de perda de direitos sobre os mesmos, obedecem às regras específicas do país de registro.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto da perda dos direitos sobre um determinado nome de domínio. No entanto, é importante ressaltar que a perda do registro de um nome de domínio impede a companhia de utilizar o signo para endereçar seu sítio de internet.</p>
Marcas	Domínio www.edliz.com. Em nome de Soeicom S.A.	Estados Unidos da América	10/05/2011	<p>Os registros de nomes de domínio no Exterior, e, por conseguinte, as modalidades de perda de direitos sobre os mesmos, obedecem às regras específicas do país de registro.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto da perda dos direitos sobre um determinado nome de domínio. No entanto, é importante ressaltar que a perda do registro de um nome de domínio impede a companhia de utilizar o signo para endereçar seu sítio de internet.</p>

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia não possuía participação relevante em outras sociedades.

9.2 - Outras informações relevantes

Licenças de Software

Atualmente a Companhia detém a licença regular de todos os programas de computador utilizados no desenvolvimento de suas atividades.

A vigência e o território atingido pelos contratos de licença de software são especificados nos respectivos termos.

Alguns direitos decorrentes dos contratos de licença de software e as obrigações decorrentes da prestação de serviços de manutenção destes extinguem-se mediante o término do mesmo, fazendo com que o licenciado não possa mais utilizar o software regularmente. A maioria dos softwares utilizados pela Companhia foram adquiridos não tendo a respectiva licença, prazo para vencimento.

As principais licenças para utilização dos softwares usados pela Companhia no desenvolvimento de suas atividades são SAP R/3, GF Alliance, NFe Server (Alliance), Sistema RM, Maxis Forponto e Maxis Foracesso. A Companhia tem como política a utilização e aquisição regular de software sempre respeitando os direitos autorais de terceiros. Para este fim, os usuários de software assinam termos onde são notificados dos termos de uso dos softwares e também da política de segurança da informação. Ainda, de forma a controlar o cumprimento dos termos de uso, a Divisão de TI mantém controle dos softwares instalados nos computadores da Companhia.

Ônus sobre os imóveis

(i) Penhoras:

Sobre os imóveis identificados nos itens (vii) e (x) recaem as seguintes penhoras:

Matrícula/RI	Observações
22.564 RI Lagoa Santa/MG	<p>(i) 23.08.2006 -Caução objeto da av. 4 da matrícula, em favor da União Federal, originada na Ação Cautelar Inominada nº 2005.38.00.045465-0 da 14ª Vara da Justiça Federal, Seção de Minas Gerais para garantia do débito de R\$ 12.467.171,67;</p> <p>(ii) 10.07.2008- Penhora objeto da Av. 5 da matrícula, em favor do Estado de Minas Gerais, nos autos do processo nº 0290.06.058583-6 da 1ª Vara Cível de Vespasiano/MG. Valor da dívida: R\$ 2.646.364,80;</p> <p>(iii) 14.04.2009- Penhora objeto da Av. 8 da matrícula, em favor do Estado de Minas Gerais, nos autos do processo nº 290060394944 da 1ª Vara Cível de Vespasiano/MG. Valor da dívida: R\$ 1.148.723,40; e</p> <p>(iv) 29.04.2008 - Penhora objeto da Av. 9 da matrícula, em favor do Estado de Minas Gerais, nos autos do processo nº 29007051289-9 da 1ª Vara Cível de Vespasiano/MG. Valor da dívida: R\$ 1.640.286,86.</p>
24.290/RI Lagoa	(i) penhora objeto da Av. 6 da matrícula, em favor do Estado de Minas Gerais, nos autos oriunda do processo nº 0290.08.058583-6 da 1ª Vara Cível de Vespasiano/MG. Valor da dívida: R\$ 1.578.281,72.

9.2 - Outras informações relevantes

Matrícula/RI	Observações
Santa/MG	

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Nos anos de 2008, 2009 e 2010 o cenário econômico mundial foi palco de uma das mais graves crises dos últimos 100 anos. Todavia seus efeitos na economia Brasileira foram amenizados por diversos fatores, os quais permitiram ao país atravessar esta crise de forma serena. Pelo fato de a Companhia não possuir operações no mercado externo, o impacto da recessão internacional teve um efeito reduzido sobre suas atividades.

Desde 2003, as receitas da Companhia registraram um crescimento médio de 7,7% ao ano, conforme demonstra o quadro a seguir:

Evolução das vendas e do faturamento

Período	Qtde (Ton Cimento)	Faturamento (R\$)
2003	1.001.468	295.388.386
2004	1.113.697	325.226.811
2005	1.585.905	336.970.637
2006	1.970.332	342.816.930
2007	1.842.459	364.164.805
2008	1.696.958	434.775.838
2009	1.726.228	458.464.518
2010	1.825.958	493.590.767

Atualmente a Companhia apresenta uma produção e venda a um ritmo anual de 1,8 milhão de toneladas de cimento/ano sob a marca LIZ e uma participação no mercado nacional de cerca de 3% (SNIC: dez/2010). Após a conclusão da primeira fase do plano de expansão e modernização da Companhia atualmente em curso, estima-se que sua capacidade instalada atingirá 3,2 milhões de toneladas de cimento/ano. Com a conclusão da segunda fase do referido plano de expansão, acredita-se que a capacidade instalada da Companhia atingirá 4,5 milhões de toneladas de cimento/ano.

A diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para dar continuidade às suas operações e cumprir com todas as suas obrigações atuais de curto e médio prazos, tendo em vista os principais indicadores financeiros demonstrados a seguir:

R\$ Mil	2010	2009	2008
Ativo Circulante (AC)	186.034	182.522	156.821
Disponibilidades (Caixas e Bancos)	20.816	26.495	20.695
Passivo Circulante (PC)	90.779	115.947	86.450
Financiamentos C.P. e L.P.	172.145	223.617	266.158
Grupo	165.696	223.617	266.158
Banco	6.449		
Exigível a Longo Prazo (ELP)	396.038	404.650	402.790
Patrimônio Líquido (PL)	666.556	635.936	632.531
Lucro Operacional Bruto	79.638	67.417	38.817

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

--	--	--	--

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2010, era de R\$ 666.556 mil, o qual representa 58% do passivo total da Companhia. Nessa data, o passivo no valor de R\$486.817 mil inclui R\$183.530 mil referentes aos impostos diferidos resultantes da reavaliação de ativos fixos, os quais somente serão exigíveis em caso de venda desses ativos. Adicionalmente, inclui R\$165.696 mil referentes a financiamentos obtidos junto a partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia tinha caixa e aplicações de liquidez no valor de R\$ 20.816 mil, a dívida total de R\$172.145 mil com empresas do grupo e instituições financeiras, resultando em dívida líquida de R\$151.329 mil e índice dívida líquida sobre patrimônio líquido de 22,7%.

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas na Lei das Sociedades por Ações.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, os números apresentados demonstram ter boa capacidade de pagamento e recursos suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá se mantendo via recursos próprios. A Companhia está a finalizar contrato de financiamento junto ao BDMG, e caso seja necessário contrair outros empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, os diretores entendem que a Companhia tem capacidade para contratá-los.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Até o momento, a Companhia incorreu em endividamento junto a empresas do grupo, cujos termos encontram-se descritos no item 16.2 deste Formulário de Referência. Além disso, a Companhia também detém financiamentos junto a instituições financeiras no montante de R\$ 6.449 mil. Se necessário, e em conformidade com as demandas de sua produção e expansão, a Companhia realiza financiamentos de longo prazo para compra de equipamentos (FINAME ou FINEM), e Investigação e Desenvolvimento (FINEP).

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia poderá obter financiamento junto a instituições financeiras para cobrir as suas necessidades de capital. Atualmente, a Companhia negocia uma linha de crédito de até R\$130 milhões para novos investimentos junto ao BDMG. Contudo, isto não exclui a possibilidade de se estruturar ou obter novas linhas para contratação de crédito de acordo com os instrumentos disponíveis e condições de mercado vigentes à época da contratação.

f) níveis de endividamento e características das dívidas

Atualmente a Companhia possui uma operação contratada junto ao BDMG, referente ao FINAME – PSI e outra contratada junto ao FINEP, conforme condições a seguir:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

BDMG - FINAME		Unidade: Reais, exceto se indicado de outra
	FINAME – PSI (Máq. Nac. Fixas)	FINAME – PSI (Máq. Nac. Rodantes)
VALOR FINANCIAMENTO	R\$2.608.000,00	R\$4.008.800,00
TAXA DE JURO FIXA (a.a.)	4,50%	7,00%
PRAZO	96 meses	90 meses
CARÊNCIA (Amortização)	24 meses	6 meses
GARANTIAS (a.a.)	Alienação fiduciária de máquinas	Alienação fiduciária de máquinas
VENCIMENTO	15/07/2020	15/07/2018
VALOR UTILIZADO ATÉ 31/12/2010	R\$512.000,00	R\$3.215.200,00

FINEP	Unidade: Reais
	FINEP
VALOR FINANCIAMENTO	R\$8.962.412,00
VALOR UTILIZADO ATÉ 31/12/2010	R\$2.682.224,00
TAXA DE JURO FIXA (a.a.)	TJLP+5,00%-6,00%
PRAZO	81 meses
CARÊNCIA (Amortização)	20 meses
GARANTIAS (a.a.)	Fiança Bancária First Demand
VENCIMENTO	15/1/2019

Adicionalmente, a Companhia detém dívida com empresas do grupo no valor total de R\$ 165.696 mil, conforme detalhado no item 16.2 deste Formulário de Referência.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Há um total de até R\$ 130 milhões em linhas de financiamento sendo negociados junto ao BDMG, direcionados à expansão da fábrica, advindos de recursos do BNDES (Finame e Finem). Há também aproximadamente R\$ 10 milhões em linhas de financiamento (Finep), direcionados para projetos de Investigação e Desenvolvimento.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Unidade: Reais

	Contratado	Em contratação	Total
BDMG	6.616.800	123.383.200	130.000.000
Finep	8.962.412	-----	8.962.412
	15.579.212	123.383.200	138.962.412

Em 31 de dezembro de 2010, o total de financiamentos contratados correspondia a R\$ 16.575 mil, existindo R\$ 38.383 mil já liberados para contratação para a Companhia e R\$ 85 milhões em financiamentos em negociação (projeto enquadrado e em fase final de análise), o que pode equivaler a uma disponibilidade total de R\$139.958 mil.

A Companhia apresentava um endividamento de €74.400 mil equivalentes a R\$165.696 mil em 31 de dezembro de 2010, contratados junto de empresas do grupo, os quais estão sujeitos a flutuação cambial.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

O resumo de nossas demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010 foi extraído das nossas demonstrações financeiras que foram preparadas sob responsabilidade da nossa administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas atualmente no Brasil que refletem adequadamente o resultado de nossas operações e de nossa situação patrimonial e financeira nos mencionados períodos e que foram auditadas por nossos auditores independentes, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Descrição das principais linhas do nosso resultado

Receita de Vendas

A receita da Companhia decorre, majoritariamente, da venda de cimento no mercado brasileiro. Uma pequena parcela da receita da Companhia é obtida com o coprocessamento de resíduos. A evolução das vendas da Companhia pode ser verificada na primeira tabela deste item 10.1. A receita da venda de cimento e do coprocessamento está demonstrada na tabela abaixo:

	Em milhares de Reais	2008	2009	2010
Venda de cimento.....	433.905	457.087	491.667	
Coprocessamento.....	927	1.378	1.924	

Impostos e contribuições sobre Vendas

Os impostos sobre as vendas consistem em tributos diretos, os quais incluem:

- Imposto Sobre Serviços - ISS: cobrado com base na receita bruta gerada pela vendas e o serviços de coprocessamento a uma taxa determinada pelo estado e pelo município aonde a transação é realizada. Em 2010, o ISS foi cobrado com base na receita bruta gerada pelas vendas da Companhia e coprocessamento a uma taxa média de 5%;
- Programa de Integração Social - PIS. Em 2010, PIS foi cobrado com base na receita bruta gerada pelas vendas de cimento da Companhia a uma taxa media de 1,64%, e na receita bruta gerada pela coprocessamento da Companhia a uma taxa média de 1,66%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Em 2010, a COFINS foi cobrado com base na receita bruta gerada pelas vendas de cimentos da Companhia a uma taxa média de 7,58%, e pela receita bruta gerada pelo coprocessamento a uma taxa média de 7,63%;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS. Em 2010, ICMS foi cobrado com base na receita bruta gerada pela Companhia através das vendas de cimento a uma alíquota média de 17,11%; e
- Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI. Em 2010, as vendas de cimento foram isentas de IPI.

Custos dos produtos vendidos

Os custos dos produtos vendidos pela Companhia estão diretamente ligados às operações da sua produção de cimento. Os principais gastos da Companhia são com combustíveis, eletricidade e manutenção. Os custos dos produtos vendidos são registrados quando estes são vendidos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receitas (despesas) operacionais

As receitas (despesas) operacionais da Companhia não estão diretamente ligadas às atividades principais da Companhia e consistem em (i) despesas administrativas (como em contratação de empregados e prestadores de serviços), (ii) receitas (despesas) financeiras e (iii) outras despesas operacionais.

Receitas (despesas) financeiras

As receitas (despesas) financeiras incluem principalmente despesas com juros, ajustes devidos a inflação e as variações das taxas de cambio decorrentes de contratos de empréstimos e financiamentos, correções monetárias e inflacionárias aplicadas a provisões para contingências e contas a receber. As receitas financeiras da Companhia incluem descontos relacionados ao REFIS e descontos de fornecedores. As despesas financeiras da Companhia consistem basicamente nos juros e correção monetária relacionados aos contratos de empréstimos e financiamento da Companhia.

Outras receitas (despesas) operacionais

As outras despesas da Companhia consistem basicamente nas despesas relacionadas ao REFIS. As outras receitas da Companhia consistem basicamente em venda de sucatas ou outras receitas eventuais.

Imposto de Renda e contribuições sociais

O impostos de renda e as contribuições sociais são calculados com base na receita da Companhia (ajustada de acordo com a legislação tributária aplicável) pelas alíquotas então em vigor. A alíquota do imposto de renda em vigor é de 25%. A alíquota aplicável as contribuições sociais em vigor é de 9%, que incide sobre a receita ajustada.

Mudanças no GAAP Brasileiro

A Lei Nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, ou Lei Nº 11.638/07, e a Lei Nº 11.941, de 27 de maio de 2009, ou Lei Nº 11.941/09, alteraram a legislação societária brasileira. Essas duas leis facilitaram a conversão do GAAP Brasileiro ao IFRS, emitido pela IASB. A aplicação dessas leis é compulsória para as demonstrações financeiras anuais de empresas brasileiras que tenham como inicio do seu exercício fiscal no dia 1 de janeiro de 2008 ou posterior. As alterações que passaram a vigorar em 2008 foram refletidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia referentes aos exercícios fiscais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010, sem contar em outros lugares deste Formulário de Referência.

Nesse processo de conversão, diversos pronunciamentos, interpretações e orientações foram emitidos no ano de 2009, os quais são obrigatórios para as demonstrações financeiras dos exercícios findos a partir de dezembro de 2010 e para as demonstrações financeiras de 2009 apresentadas juntamente com as demonstrações financeiras de 2010 para fins de comparação. Como parte desse processo de conversão, a Companhia adotou como base para a apresentação e elaboração das demonstrações financeiras os pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, e aprovado pela CVM e pelo Conselho de Contabilidade Fiscal.

A Companhia avaliou os efeitos dos pronunciamentos, interpretações e orientações, os quais não tiveram impacto relevante, até 31 de dezembro de 2010, demonstrações financeiras da Companhia inclusivo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2010. A Companhia determinou que não sofreu qualquer efeito significativo decorrente das alterações na BR GAAP em suas demonstrações financeiras para os anos findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Principais Políticas Contábeis

A Companhia prepara suas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis brasileiros, o que exige que a administração faça julgamentos e estimativas sobre os efeitos de assuntos relacionados com o valor de nossos ativos e passivos e os resultados de nossas operações. Estas estimativas referem-se à depreciação do ativo imobilizado, provisões para passivos contingentes, impostos, custos orçados e outras questões. Embora a Companhia acredite que seus julgamentos e estimativas são baseados em suposições razoáveis e nas informações disponíveis, esses estão sujeitos a riscos e incertezas, e os resultados da Companhia podem diferir das estimativas.

Ativos Financeiros

A Companhia possui ativos financeiros ao custo histórico acrescido dos rendimentos relativos à data do balanço, que não excede seu preço de mercado. O preço de mercado dos ativos e passivos financeiros é determinado com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes hipóteses de mercado e / ou metodologias de estimativa poderiam causar com que a Companhia estime diferentes valores de mercado.

Contas a Receber

A Companhia possui contas a receber de acordo com o seu valor de realização. A Companhia constitui uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, em um montante que considera suficiente para cobrir as perdas prováveis.

Estoque

A Companhia possui um estoque de produtos a um custo médio de aquisição ou produção, que é inferior ao valor de reposição ou realização. A Companhia mantém registro dos custos das importações em progresso.

Investimentos

A Companhia possui investimentos ao custo de aquisição e, quando aplicável, deduz uma provisão para potenciais perdas conforme o valor de mercado.

Depreciação e Amortização

Os ativos são registrados pelo preço de aquisição, construção ou formação, e os ativos adquiridos antes de 31 de Dezembro de 2007 são registrados ao seu valor de reavaliação. As jazidas da Companhia são amortizadas de acordo com o método de unidade extraída. Outros ativos têm sua depreciação calculada pelo método linear, considerando o ciclo de vida dos ativos e taxas de depreciação referidos neste Formulário de Referência. A Companhia não adotou o novo regime valor atribuído (valor considerado) de acordo com o ICPC 10, porque os ativos da Companhia foram reavaliados em 31 de Dezembro de 2007, não existindo distorções entre o valor de reavaliação e o valor registrado, e as taxas de depreciação, amortização e exaustão adotadas representam adequadamente o esgotamento de utilização, ou obsolescência dos ativos.

Créditos Tributários

São considerados Créditos Tributários os créditos de prejuízos fiscais acumulados, base de cálculo negativa de imposto de renda e de contribuição social, bem como outras diferenças de tributação temporárias, que são registrados pelo seu valor estimado de realização, considerando a expectativa futura de geração de lucros tributáveis, calculado com base nas taxas previstas de imposto e na taxa que esses impostos serão recuperados. Responsabilidades fiscais decorrentes da reavaliação dos ativos imobilizados e do regime tributário da variação cambial dos financiamentos em moeda estrangeira serão registradas ao valor esperado de realização. Os créditos tributários de prejuízos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

fiscais acumulados são registrados no balanço patrimonial da Companhia com base no lucro projetado.

Provisões

As provisões para contingência são baseadas na probabilidade de perda. Ademais, a Companhia mantém provisões para os custos estimados futuros relacionados com o esgotamento de suas jazidas, que é igual ao valor presente desses custos, com base no pressuposto de que as referidas jazidas serão esgotadas em 2131.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A tabela abaixo evidencia os resultados operacionais da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando expressamente indicado)

Exercício Social Encerrado em 2010					Exercício Social Encerrado em 2009				
	Resultado antes de REFIS	REFIS Notas 17 e 18	2010	A.V. %	Resultado antes de REFIS	REFIS Notas 17 e 18	2009	A.V. %	V.H 2010/2009
RECEITA BRUTA DE VENDAS									
Vendas	495.106	-	495.106	136,35%	459.865	-	459.865	136,93%	7,66%
Devoluçãoes e descontos									
Impostos e contribuições sobre vendas	(131.990)	-	(131.990)	-36,35%	(124.035)	-	(124.035)	-36,93%	6,42%
Receita líquida de vendas	363.116	-	363.116		335.830	-	335.830		8,12%
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(283.478)	-	(283.478)	78,07%	(268.413)	-	(268.413)	79,93%	5,61%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	79.638	-	79.638	21,93%	67.417	-	67.417	20,07%	18,13%
(DESPESAS) / RECEITAS OPERACIONAIS									
Despesas administrativas e comerciais	(66.562)	-	(66.562)	-18,33%	(70.435)	-	(70.435)	-20,97%	-5,50%
Despesas com distribuição				0,00%				0,00%	0,00%
Receitas / (despesas) financeiras, líquidas	423	62.213	62.636	17,25%	1.767	8.443	10.210	3,04%	613,50%
Variações cambiais, líquidas	16.679	-	16.679	4,59%	51.801	-	51.801	15,42%	-67,80%
Outras receitas / (despesas) operacionais, líquidas	15.160	(64.913)	(49.753)	-13,70%	3.018	(95.211)	(92.193)	-27,45%	-46,03%
	(34.300)	(2.700)	(37.000)	-10,19%	(13.849)	(86.768)	(100.617)	29,96%	-63,23%
LUCRO / (PREJUÍZO) OPERACIONAL	45.338	(2.700)	42.638	11,74%	53.568	(86.768)	(33.200)	-9,89%	128,43%
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DE IMPOSTOS	45.338	(2.700)	42.638	11,74%	53.568	(86.768)	(33.200)	-9,89%	128,42%
					2.b), 2.c) e 19				
Provisão para imposto de renda e contribuição social	864	-	864	0,24%	7.054	-	7.054	2,10%	-87,75%
Provisão para impostos diferidos	(14.933)	-	(14.933)	-4,11%	(23.068)	52.619	29.551	8,80%	-50,53%
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	31.269	(2.700)	28.569	7,87%	37.554	(34.149)	3.405	1,01%	838,99%
Resultado líquido por lote de mil ações - R\$	244.2899	(21.0946)	223.1953		30.0996	(27.3705)	2.7291		
Quantidade de ações emitidas			128.000.000					1.247.658.367	
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.									

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A depreciação registrada nos exercícios de 2010 e 2009 ascendeu, respectivamente, R\$ 51.459 mil e R\$ 49.805 mil.

Resultados Operacionais referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2010 comparado com 2009

Receita Bruta de Vendas

A receita bruta de vendas aumentou 7,7% em 2010, ou R\$35.241 mil, passando de R\$ 459.865 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 495.106 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Deste aumento, (i) R\$27 milhões referem-se ao incremento das vendas, de mais 100 mil toneladas de cimento, passando de 1.726.228 toneladas em 2009 para 1.825.958 toneladas em 2010, e (ii) R\$ 8 milhões, referem-se a aumento do preço, ainda que não tenha havido mudança relevante no mix de vendas.

Deduções da Receita Bruta – Impostos sobre Vendas

As deduções da receita bruta aumentaram 6,4%, passando de R\$124.035 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 131.990 mil ao final do exercício de 2010. Esse aumento deveu-se ao aumento da receita, no período, que ocasionou maiores tributos sobre as vendas (ICMS, IPI, PIS e COFINS), sendo parcialmente compensado pela redução da alíquota do IPI, a partir de 1º de maio de 2009, de 4% para 0%.

Receita Líquida de Vendas

Como consequência dos itens descritos acima, a receita líquida de vendas aumentou 8,1%, passando de R\$335.830 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$363.116 mil de 2010.

Custos dos produtos vendidos

Em 2010, os custos dos produtos vendidos atingiram o montante de R\$ 283.478 mil representando um aumento de R\$ 15.065 mil, ou 5,6%, face ao exercício anterior que somou R\$ 268.413 mil. Deste aumento, R\$11.370 mil, ou 4,2%, foram decorrentes do aumento de produção. No período, os preços de combustíveis aumentaram, em média, 14,3%, com impacto de 0,7% de aumento no custo de produção; o preço de energia elétrica aumentou 9,9%, com impacto de 0,4% de aumento nos custos de produção. Os custos de manutenção tiveram uma redução de 11,6%, diminuindo os custos de produção em 0,3%.

Depreciação, Amortização e Exaustão

A depreciação, amortização e exaustão durante o exercício de 2010 totalizaram R\$51.459 mil e representaram um incremento de 3,3% em comparação com R\$49.805 mil registrados em 2009. Esse acréscimo decorreu do aumento da produção (exaustão da jazida) e da entrada em operação de novos equipamentos.

Lucro Operacional Bruto

Como resultado dos fatores mencionados acima, o lucro operacional bruto no exercício de 2010 foi de R\$79.638 mil, representando um aumento de R\$ 12.221 ou 18,1% em comparação a 2009, em que o lucro bruto foi de R\$67.417 mil.

Despesas administrativas e comerciais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As despesas administrativas e comerciais no exercício de 2010 totalizaram R\$66.562 mil, representando uma redução de R\$3.873 mil ou 5,8%, em comparação com o total de R\$70.435 mil registrado no exercício de 2009, sendo as principais reduções nas rubricas de fretes, serviços contratados e despesas gerais.

Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas

As receitas financeiras líquidas, incluindo variação cambial, aumentaram de R\$62.011 mil em 2009 para R\$79.315 mil em 2010. As despesas financeiras totalizaram R\$ 13.670 mil e R\$14.112 mil em 2009 e 2010, respectivamente. A receita financeira de 2010 inclui descontos obtidos na adesão ao programa de parcelamento de tributos instituído pela Lei nº 11.941/2009 (Refis), no valor de R\$62.213 mil decorrentes de reduções de multas e juros moratórios. Os ganhos com a variação cambial diminuíram de R\$ 51.801 mil para R\$16.679 mil, devido principalmente a menor apreciação do real ocorrida em 2010. O endividamento da Companhia inclui: (i) Financiamentos de empresas do grupo no valor total de R\$165.696 mil; e (ii) financiamentos de instituições financeiras no valor total de R\$6.449 mil.

Outras Receitas ou Despesas Operacionais Líquidas

A principal variação nesta rubrica decorre da adesão ao Refis, que gerou uma despesa, de R\$ 64.913 mil, em 2010, contra R\$ 95.211 mil, em 2009, registrando, ainda, R\$ 12.745 mil, decorrentes da utilização de provisões contra R\$ 2.335 mil, em 2009.

Provisão para IR e Contribuição Social e IR Diferido

A contribuição social e o imposto de renda correntes no exercício de 2010 totalizaram R\$864 mil, o que representa uma redução de 87,8% em relação ao exercício de 2009, em que totalizaram R\$7.054 mil. Embora o lucro tributável (antes dos impostos) tenha aumentado significativamente, a Companhia detinha em 31 de dezembro de 2009, R\$ 311 milhões em prejuízos fiscais e base negativa de R\$231 milhões.

No exercício de 2010, as alíquotas efetivas combinadas do imposto de renda e da contribuição social, calculadas como uma porcentagem da renda antes dos impostos foi de 3,10%. A alíquota efetiva combinada durante esse período foi menor do que a alíquota legal composta correspondente a 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social), tendo sido considerados no cálculo da provisão para imposto de renda e contribuição social os créditos fiscais de anos anteriores e o gerado no ano de 2010.

Os impostos diferidos no passivo são constituídos fundamentalmente pelo valor correspondente a 34% do valor da reserva de reavaliação, valor esse que não tem previsão de vir a ser exigível, exceto em caso de alienação dos bens do Ativo Imobilizado.

A principal diminuição da rubrica de Impostos Diferidos, no passivo em 2010, decorre da realização de diferenças de câmbio em R\$11.709 mil, e da utilização R\$80.513 mil de prejuízos fiscais, para pagamento dos impostos aderidos ao REFIS de acordo com a Lei nº11.941/09.

Lucro Líquido

Em decorrência dos fatores descritos nos itens acima, o lucro líquido em 2010 alcançou R\$28.569 mil, representando um acréscimo de R\$25.164 mil sobre o lucro líquido de R\$3.405 mil apresentado em 2009.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Resultados Operacionais referentes ao Exercício Fim do em 31 de Dezembro de 2009 comparado com 2008

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando expressamente indicado)	Resultado antes de REFIS	REFIS Notas 17 e 18	Total 2009	A.V.%	2008		A.V.%	V.H 2009/2008
					Consolidado	Individual		
RECEITA BRUTA DE VENDAS								
Vendas	459.864	-	459.864	136,93%	443.041	434.776	141,59%	5,77%
Impostos e contribuições sobre vendas	(124.034)	-	(124.034)	-36,93%	(128.632)	(127.707)	-41,59%	2,88%
Receita líquida de vendas	335.830	-	335.830	100,00%	314.409	307.069	100,00%	
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS								
	(268.413)	-	(268.413)	-79,93%	(275.341)	(268.252)	-87,36%	0,06%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO								
	67.417	-	67.417	20,07%	39.068	38.817	12,64%	73,68%
(DESPESAS) / RECEITAS OPERACIONAIS								
Despesas administrativas e comerciais	(70.435)	-	(70.435)	20,97%	(68.049)	(68.021)	22,15%	3,55%
Receitas / (despesas) financeiras, líquidas	1.767	8.443	10.210	-3,04%	(4.090)	(4.016)	1,31%	10,24%
Variações cambiais, líquidas	51.801	-	51.801	-15,42%	(41.625)	(41.624)	13,56%	124,00%
Outras receitas / (despesas) operacionais, líquidas	3.018	(95.211)	(92.193)	27,45%	(5.796)	(5.719)	1,86%	1610,00%
	(13.849)	(86.768)	(100.617)	29,96%	(119.560)	(119.380)	38,88%	15,72%
LUCRO / (PREJUÍZO) OPERACIONAL								
	53.568	(86.768)	(33.200)	9,89%	(80.492)	(80.563)	26,24%	58,79%
Provisão para imposto de renda e contribuição social	7.054	-	7.054	2,10%	(71)	-	0,00%	100,00%
Provisão para impostos diferidos	(23.068)	52.619	29.551	8,80%	33.805	33.805	11,01%	12,58%
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO								
	37.554	(34.149)	3.405	1,01%	(46.758)	(46.758)	-15,23%	7,28%
Resultado líquido por lote de mil ações - R\$	30,0996	(27,3705)	2,7291		(37,4766)	(37,4766)		

Receita Bruta de Vendas

A receita bruta de vendas aumentou 5,8% em 2009, ou R\$25.089 mil, passando de R\$ 434.776 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 459.865 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2009. Deste aumento, R\$ 17,3 milhões referem-se ao incremento das vendas, de mais 30 mil toneladas, passando de 1.696.958 toneladas em 2008 para 1.726.228 toneladas em

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

2009, e R\$ 7,8 milhões, referem-se a aumento do preço, o qual inclui o incremento de vendas de cimento com maior valor agregado, em razão do lançamento do Cimento CP V - ARI.

Deduções da Receita Bruta – Impostos sobre Vendas

As deduções da receita bruta reduziram 2,9%, passando de R\$127.707 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 124.035 mil ao final do exercício de 2009. Essa variação deveu-se principalmente, à redução da alíquota a zero do imposto sobre produtos industrializados (IPI) sobre as vendas, a partir de 1º de abril de 2009, de 4% para 0%.

Receita Líquida de Vendas

Como consequência dos itens descritos acima, a receita líquida de vendas aumentou 9,4%, passando de R\$ 307.069 mil no exercício de 2008 para R\$ 335.830 mil de 2009.

Custos dos Produtos Vendidos

Em 2009, os custos dos produtos vendidos atingiram o montante de R\$ 268.413 mil, mantendo o mesmo patamar de custos de 2008 que alcançaram R\$268.252 mil. Considerando que o volume de produção em 2009 aumentou 5,2%, houve uma redução de 1,7% nos custos unitários, resultado de uma redução de gastos industriais e melhorias no processo produtivo. Durante o exercício de 2009, o preço médio dos combustíveis subiu 25,7% e da energia elétrica 5,2%, aumentando os custos de produção em 0,9% e 4,5%, respectivamente.

Depreciação, Amortização e Exaustão

As despesas com depreciação, amortização e exaustão totalizaram R\$49.805 mil em 2009, representando um aumento de 5,96% se comparado com R\$47.030 mil em 2008. Esta variação deveu-se ao aumento de produção (exaustão da jazida) e ao saldo de ativo imobilizado no período, principalmente decorrentes de novos investimentos na planta industrial.

Lucro Operacional Bruto

Como resultado dos fatores mencionados acima, o lucro operacional bruto no exercício de 2009 foi de R\$67.417 mil, representando um aumento de R\$ 28.600 ou 73,8% em comparação a 2008, em que o lucro bruto foi de R\$ 38.817 mil.

Despesas Administrativas e Comerciais

As despesas administrativas e comerciais em 2009 totalizaram R\$70.435 mil, representando um aumento de 3,5%, em comparação aos R\$68.021 mil de 2008. Este aumento decorre fundamentalmente de inflação, que, no exercício de 2009, foi de 4,1% (INPC).

Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas

As receitas financeiras líquidas, em 2009, totalizaram R\$62.011 mil, comparativamente a despesas financeiras líquidas de R\$45.640 mil em 2008. As receitas aumentaram R\$12.617 mil, em 2009, dos quais R\$8.443 mil decorrentes de descontos obtidos no Refis. As variações cambiais totalizaram uma receita líquida de R\$51.801 mil, em 2009, face a perdas cambiais de R\$ 41.624 mil, em 2008.

Outras Receitas ou Despesas Operacionais Líquidas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As outras receitas ou despesas operacionais líquidas aumentaram de R\$ 5,8 milhões, em 2008, para R\$ 92,2 milhões, em 2009. A principal variação nesta rubrica decorre da adesão ao Refis, que gerou uma despesa de R\$ 95.211 mil, em 2009.

Provisão para IR e Contribuição Social e IR Diferido

Em 2008 contabilizamos crédito de R\$ 71 mil referente a IR e Contribuição Social. O imposto de renda e contribuição social correntes em 2009 totalizaram R\$7.054 mil e o imposto de renda e contribuição social diferidos alcançaram R\$29.551 mil, apresentando uma redução de R\$4.254 mil em relação ao exercício anterior, devido fundamentalmente ao efeito do Refis sobre a apuração do resultado fiscal do exercício.

Lucro Líquido

Em decorrência dos fatores descritos nos itens acima, o lucro líquido em 2009 totalizou R\$3.405 mil após um prejuízo de R\$46.758 mil em 2008.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$,
exceto quando expressamente indicado)

	2010	2009	2008
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE:			
Caixa e equivalentes de Caixa	20.816	26.495	20.695
Contas a receber de clientes	30.764	24.533	22.941
Estoques	104.669	90.687	83.658
Adiantamentos a fornecedores	105	2.921	20.620
Impostos e contribuições a recuperar	21.415	20.534	3.128
Outros ativos circulantes	109	10.767	-
Despesas antecipadas e outros	8.156	6.585	2.795
Total do ativo circulante	<u>186.034</u>	<u>182.522</u>	<u>153.837</u>
NÃO CIRCULANTE:			
Outros ativos não circulantes	64	51.973	57.421
Depósitos e cauções	4.867	4.589	4.925
Impostos e contribuições a recuperar	4.234	2.231	1.162
Devedores - Empresas do Grupo	-	8.003	1.126
Permanente			
Investimentos	19	2.538	4.414
Imobilizado	951.809	895.462	884.010
Intangível	6.346	9.215	11.892
Total do ativo não circulante	<u>967.339</u>	<u>974.011</u>	<u>964.950</u>
TOTAL DO ATIVO			
	<u>1.153.373</u>	<u>1.156.533</u>	<u>1.118.787</u>

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$,
exceto quando expressamente indicado)

	Saldos antes de REFIS	REFIS Notas 17 e 18	2010	Saldos antes de REFIS	REFIS Notas 17 e 18	2009	2008
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>							
CIRCULANTE:							
Fornecedores							
	31.104		31.104	19.009	-	19.009	13.456
Financiamentos de Empresas do Grupo	24.664	-	24.664	74.504	-	74.504	56.546
Financiamentos de instituições financeiras	288	-	288	-	-	-	-
Salários e encargos a recolher	9.166	-	9.166	8.181	-	8.181	6.293
Impostos e contribuições a recolher	12.009	3.521	15.530	9.037	1.163	10.200	6.609
Dividendos a pagar	6.785	-	6.785	-	-	-	-
Outros passivos circulantes	3.242	-	3.242	4.053	-	4.053	3.546
Total do passivo circulante	87.258	3.521	90.779	114.784	1.163	115.947	86.450
NÃO CIRCULANTE:							
Financiamentos de Empresas do Grupo	141.032	-	141.032	159.113	-	159.113	209.612
Financiamentos de instituições financeiras	6.161	-	6.161	-	-	-	-
Tributos diferidos	183.530	-	183.530	171.635	(83.553)	88.082	99.484
Impostos e contribuições a recolher	-	50.208	50.208	-	16.272	16.272	-
Provisões para outros riscos e encargos	15.075	-	15.075	26.988	114.162	141.150	90.678
Outros passivos não circulantes	32	-	32	33	-	33	32
Total do passivo não circulante	345.830	50.208	396.038	357.769	46.881	404.650	399.806
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:							
Capital social	121.964	-	121.964	115.684	-	115.684	115.684
Reservas de Capital	2.556	-	2.556	-	-	-	-
Reserva legal	4.098	-	4.098	2.669	-	2.669	2.499

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Reserva de reavaliação	430.028	-	430.028	453.694	-	453.694	477.613
Reserva de lucros	161.639	(53.729)	107.910	111.933	(48.044)	63.889	36.735
Total do patrimônio líquido	720.285	(53.729)	666.556	683.980	(48.044)	635.936	632.531
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.153.373	-	1.153.373	1.156.533	-	1.156.533	1.118.787

Balanço Patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 comparado ao de 2009.

Ativo Circulante

Disponibilidades – Caixa, Bancos e investimentos temporários

Esta rubrica é fundamentalmente composta por aplicações de tesouraria de curto prazo, na sua quase totalidade por certificados de depósito bancários, aplicados em instituições financeiras de primeira linha, de acordo com as regras de diversificação de risco estabelecidas pela Companhia. O valor das disponibilidades variou de R\$ 26 milhões, em 2009, para R\$ 21 milhões, em 2010.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de contas a receber totalizava R\$30.764 mil, representando o crescimento de 34,1% em relação aos R\$ 24.553 mil registrados em 31 de dezembro de 2009. Este aumento foi decorrente do aumento de 7,7% no faturamento, entre 2010 e 2009, e na redução do prazo médio de cobrança, que foi de 22,7 dias e 19,5 dias em 2010 e 2009, respectivamente, tendo o volume de incobráveis, ou seja, valores devidos e não pagos, sido de 0,03% em 2010 e 0,04% em 2009, face ao volume de vendas.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo dos estoques totalizou R\$104.669 mil, comparado aos R\$90.687 mil de 2009. O aumento de R\$13.982 mil foi devido principalmente a combustíveis, fruto da chegada de um navio (38,5 mil toneladas de coque) próximo ao final do ano.

Impostos e contribuições a recuperar – circulante e não circulante

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de impostos e contribuições a recuperar era de R\$25.649 mil frente a R\$22.765 mil em 2009. Houve um acréscimo de 12,7% explicado, principalmente, pelo aumento das aquisições de insumos e imobilizado as quais geram crédito de impostos.

Devedores diversos – circulante e não circulante

Em maio de 2008, concretizou-se a venda das ações da Sagres S.A. O valor a receber do circulante acrescido do não circulante em 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 62.740 milhões. Em 2010, este saldo a receber foi cedido da Companhia, tendo sido incorporado na controladora Tração S.A.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de imobilizado monta a R\$ 951.809 mil. Durante o exercício de 2010 foram feitas aquisições de máquinas, equipamentos e edificações, gerando acréscimos no

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

valor de R\$56 milhões (6,3% de aumento) frente a 2009, resultado direto de investimentos no período na ordem de R\$91 milhões, sendo: Projeto Moagem de Cimento 4 – R\$61 milhões; Projeto de Primarização de Exploração da Mina – R\$9 milhões; Projeto de Modernização e Expansão do Forno – R\$8 milhões; Projeto de Instalação da Paletizadora 2 – R\$5 milhões; Projeto Modernização do Sistema de Controle e Automação da Fábrica – R\$3 milhões; e diversos – R\$5 milhões.

Passivo

Fornecedores

O saldo de fornecedores de materiais e serviços em 31 de dezembro de 2010 era de R\$31.104 mil, equivalente a um acréscimo de 63,6% sobre o saldo de 2009, no valor de R\$19.009 mil. O aumento dessas obrigações deveu-se ao maior volume de aquisições para investimentos no ativo imobilizado de aproximadamente R\$16.380 mil, sendo: R\$11.811 mil para o Projeto do Moinho de Cimento 4; R\$3.310 mil para o projeto máquinas de mineração; e R\$1.258 para o projeto de modernização do sistema de automação e controle da fábrica.

Financiamentos de empresas do grupo – circulante e não circulante

Em 31 de dezembro de 2010, o total de endividamento da Companhia com empresas do grupo era de R\$165.696 mil, ante a R\$233.617 mil em 2009 o que apresenta um decréscimo de 29,07%, representado por R\$ 67.921 mil. A redução se deveu, principalmente, a conversão de parte da dívida em capital (R\$70.045).

Impostos e contribuições a recolher – circulante e não circulante

O montante de R\$65.738 mil declarado em 31 de dezembro de 2010 frente ao saldo existente em 31 de dezembro de 2009 de R\$26.472 mil apresentou um acréscimo de R\$39.266 mil devido à adesão ao programa de refinanciamento de tributos (REFIS), Lei 11.941/09, que proporcionou o reconhecimento de tributos que estavam classificados anteriormente como provisão para contingências.

Provisões para outros riscos e encargos

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de R\$15.075 mil, quando comparado ao saldo de 2009 de R\$ 141.150 mil, apresentou uma redução no valor de R\$126.075 mil, fundamentada, principalmente, na adesão ao plano REFIS, comentada no item anterior.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2010, era de R\$666.556 mil quando comparado a 31 de dezembro de 2009, R\$635.936 mil, apresentando assim um acréscimo de R\$30.620 mil, tal aumento é representado principalmente pelo aumento de capital de R\$70.045 mil, decorrente da conversão de dívida em capital, sendo que R\$12.316 mil foram para aumento de capital social e R\$57.729 mil para Reserva de Capital. O capital foi reduzido em R\$61.209 mil, proveniente da cisão de ativos da Companhia para a Tração S.A. Além das alterações acima citadas, obtivemos um resultado no exercício no valor de R\$28.569 mil, dos quais R\$6.785 mil foram transferidos para a rubrica de dividendos a pagar.

Balanço Patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 comparado ao de 2008.

Ativo Circulante

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Disponibilidades – Caixa, Bancos e investimentos temporários

Em 31 de dezembro de 2009, as disponibilidades da Companhia totalizaram R\$26.495 mil, comparados a R\$20.695 mil em 31 de dezembro de 2008, um aumento de R\$ 5.800 mil. Esta rubrica é fundamentalmente composta por aplicações de tesouraria de curto prazo, na sua quase totalidade por certificados de depósito bancários, aplicados em instituições financeiras de primeira linha, de acordo com as regras de diversificação de risco estabelecidas pela Companhia.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da conta clientes totalizou R\$24.533 mil, representando o crescimento de 6,9% em relação aos R\$22.941 mil registrados em 31 de dezembro de 2008. Este aumento foi decorrente do aumento de 5,8% no faturamento, entre 2009 e 2008, e no aumento no prazo médio de cobrança, que foi de 20,7 dias e 19,7 dias em 2009 e 2008, respectivamente, tendo o volume de incobráveis, ou seja, valores devidos e não pagos, sido de 0,04% em 2009 e 0,16% em 2008, face ao volume de vendas.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os estoques da Companhia somavam R\$90.687 mil e R\$83.658 mil, respectivamente. O aumento decorreu, fundamentalmente, do aumento do preço dos combustíveis.

Adiantamento a fornecedores

O saldo de fornecedores de materiais e serviços em 31 de dezembro de 2009 era de R\$2.921, equivalente a um decréscimo de 85,8% sobre o saldo de 2008, no valor de R\$20.620 mil. O decréscimo dessas obrigações deveu-se ao elevado volume de aquisições para investimentos no ativo imobilizado no final do exercício de 2008.

Impostos e contribuições a recuperar – circulante e não circulante

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo de impostos e contribuições a recuperar era de R\$22.765 mil ante R\$4.290 mil no mesmo período de 2008. Houve um acréscimo elevado explicado, principalmente, pelo aumento das aquisições de insumos e imobilizado que geram créditos de imposto.

Devedores diversos – circulante e não circulante

Em maio de 2008, concretizou-se a venda das ações da Sagres S.A. O saldo desta rubrica (circulante e não-circulante) em 31 de dezembro de 2008 era de R\$57.421 mil comparado a R\$62.740 mil em 2009. Esta dívida vence juros indexados à TJLP, tendo sido cobrada a primeira parcela em julho de 2010, vencendo-se a última em abril de 2013. Este saldo está garantido por garantia *first demand* emitida por banco de primeira linha.

Despesas antecipadas e outros

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo era de R\$6.585 mil ante R\$2.795 em 31 de dezembro de 2008. O aumento foi ocasionado, principalmente, pelo gasto com manutenções industriais de vida útil de até um ano.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo de imobilizado ascende a R\$895.462 mil ante a R\$884.010 mil em 31 de dezembro de 2008. Durante o exercício de 2009, foram efetuados investimentos no valor de R\$58 milhões, dos quais destacamos: Projeto Moagem de Cimento 4 – R\$34 milhões; Projeto Novo Sistema de Despoeiramento – R\$17 milhões; Projeto Modernização da Moagem de Combustíveis – R\$1 milhão; Projetos diversos – R\$6 milhões.

Passivo

Fornecedores

O saldo de fornecedores de materiais e serviços em 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 19.009 mil ante R\$13.456 em 2008, equivalente a um acréscimo de 41,3%, no valor de R\$5.553 mil. O aumento dessas obrigações deveu-se, fundamentalmente, ao maior volume de aquisições para investimento no ativo imobilizado.

Financiamentos de empresas do grupo – circulante e não circulante

Em 31 de dezembro de 2009, o total de endividamento da Companhia obtido junto a empresas do grupo era de R\$233.617 mil ante um valor de R\$266.158 mil em 2008, o que representa um decréscimo de 12,22%, ou R\$32.541 mil. Estas dívidas registraram, no exercício de 2009, cerca de R\$52 milhões de reais de variações cambiais favoráveis. A restante variação no exercício decorreu do fluxo de pagamentos e recebimentos destas linhas de financiamento.

Impostos e contribuições a recolher – circulante e não circulante

O montante de impostos e contribuições a recolher foi de R\$26.472 mil em 31 de dezembro de 2009, frente ao saldo existente em 31 de dezembro de 2008 de R\$6.609 mil, o que representou um acréscimo de R\$19.863 mil, devido à adesão da Companhia ao programa de refinanciamento de tributos (REFIS), proporcionando o reconhecimento de tributos que estavam classificados anteriormente como provisão para outros riscos e encargos.

Provisões para outros riscos e encargos

Em 31 de dezembro de 2009, a conta teve o saldo de R\$141.150 mil, quando comparado ao saldo de 2008 de R\$ 90.678 mil, um acréscimo no valor de R\$50.472 mil. Em 2008, a provisão era constituída líquida de impostos diferidos e em 2009 foi constituída pelo seu valor bruto, sendo o imposto diferido, reconhecido em conta própria no Passivo.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2009, era de R\$635.936 mil e, quando comparado a 31 de dezembro de 2008, apresentou um acréscimo de R\$3.405 mil, decorrente do lucro líquido do exercício de 2009.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

FLUXO DE CAIXA

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2010	2009	2008
	<i>(em milhares de reais)</i>		
Caixa gerado pelas atividades operacionais.....	71.673	68.673	22.585
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento.....	(40.397)	(62.023)	(22.964)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento.....	(36.955)	(850)	(21.172)
Aumento (diminuição) das disponibilidades	(5.679)	5.800	(21.551)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

Entre 2008 e 2010 a Companhia conseguiu melhorar substancialmente seus resultados operacionais, como acima discutido, melhorando assim a geração de caixa operacional, que em 2008 era de R\$22,585 milhões, aumentando para R\$68,673 milhões em 2009 e atingindo R\$71,673 milhões em 2010, crescimentos em 2009 e 2010 de respectivamente 204,1% e 4,4%. Para esta melhoria foram fundamentais os investimentos realizados, que permitiram, num mercado de demanda crescente, aumentar significativamente suas receitas, com ganhos de escala e consequentemente incrementos de margem.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

Os investimentos brutos da Companhia em imobilizado para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010 totalizaram R\$20.685 milhões, R\$58.580 milhões e R\$105.483 milhões, respectivamente. Em 2008, 2009 e 2010 os investimentos foram voltados para modernização e expansão da fabrica.

Os investimentos realizados na Companhia em 2008, 2009 e 2010 estão apresentados abaixo:

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2010	2009	2008
	<i>(em milhares de reais)</i>		
Investimentos brutos, antes de créditos de PIS e COFINS	105.483	58.580	20.685
Outros Investimentos	-	-	-
Investimento bruto total.....	105.483	58.580	20.685
Créditos de PIS e COFINS	(1.161)	(1.269)	(750)
Investimentos líquidos.....	104.322	57.311	19.935

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

Estão incluídos nesta rubrica os novos empréstimos, bem como as amortizações de principal e pagamentos de juros incidentes sobre os empréstimos existentes e dos aportes de capital. Dado o mercado favorável de crédito até meados do ano de 2008, tanto em relação às taxas praticadas quanto aos prazos das operações, incrementamos significativamente os financiamentos da Companhia, captando no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 empréstimos e financiamentos no valor de R\$16,9 milhões. Em 2009, dadas as condições menos favoráveis até meados do ano para obtenção de crédito, captamos R\$61,9 milhões, com amortizações e pagamentos de juros de R\$55,6 milhões no exercício. Em 2010, captamos R\$206,9 milhões, com

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

amortizações e pagamentos de juros de R\$190,7 milhões no exercício. Temos sempre buscado manter a dívida dentro de patamares confortáveis de prazos e valores totais em relação a nossa geração de caixa.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) resultados das operações da Companhia

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia gera suas receitas principalmente a partir venda de cimentos no mercado interno. Em menor escala, a Companhia também gera receitas a partir de serviços de coprocessamento de resíduos, cujo resultado pode ser demonstrado como segue:

(Valores expressos em milhares de Reais –
R\$)

	2010	2009	2008
Vendas de Produtos	493.183	458.486	433.849
Vendas de Serviços	1.924	1.378	927
Devoluções e impostos incidentes sobre vendas	(131.991)	(124.034)	(127.707)
Receita líquida de vendas	363.116	335.830	307.069

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A adesão à Lei n.º 11.941/09 (Refis) gerou um impacto negativo de R\$64.913 mil e de R\$95.211 mil no EBITDA da Companhia, nos anos de 2010 e 2009, respectivamente. Sem este efeito, o EBITDA desses exercícios teria sido de R\$79.695 mil e R\$49.805 mil, respectivamente.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita bruta de vendas aumentou 7,7% em 2010, ou R\$35.243 mil, passando de R\$ 459.864 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 495.107 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Deste aumento, R\$ 8 milhões, referem-se a aumento do preço, ainda que não tenha havido mudança relevante no mix de vendas.

A receita bruta de vendas aumentou 5,8% em 2009, ou R\$25.088 mil, passando de R\$ 434.776 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 459.864 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2009. Deste aumento, R\$ 8 milhões, referem-se a aumento do preço, o qual inclui o incremento de vendas de cimento com maior valor agregado, em razão do lançamento do Cimento CP V - ARI.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Os principais insumos adquiridos variam anualmente próximo ao IGP-M. Quanto aos combustíveis, a oscilação de preço está muito ligada à flutuação do preço do petróleo e do preço do frete marítimo. A flutuação destes preços encontra-se refletida acima na nota sobre custo dos produtos vendidos.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras***a) introdução ou alienação de segmento operacional***

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em maio de 2008, concretizou-se a venda da totalidade das ações da Sagres S.A., então detidas pela Companhia (94,2%), pelo valor total de R\$57 milhões.

Em dezembro de 2010 este saldo foi cedido da Companhia sendo incorporado na acionista Tração S.A.

c) eventos ou operações não usuais

Não há eventos ou operações não usuais.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 2008, entraram em vigor a Lei 11.638/07, bem como a Medida Provisória 449/08, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei 11.941/09, que alteraram, revogaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. As alterações promovidas visam, principalmente, possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das práticas contábeis internacionais (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Nesse processo de convergência, diversos pronunciamentos, interpretações e orientações foram emitidos durante o ano de 2009 com aplicação mandatória para os exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e para as demonstrações financeiras de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação.

Como parte deste processo de harmonização às práticas contábeis internacionais, a Companhia vem adotando como base para a apresentação e elaboração das suas demonstrações contábeis os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A Companhia avaliou os efeitos relativos aos pronunciamentos, interpretações e às orientações, os quais não tiveram, até 31 de dezembro de 2010, impactos relevantes nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2010 apresentados comparativamente.

Destacamos adiante os principais pronunciamentos que impactaram as demonstrações contábeis e as notas explicativas da Companhia:

CPC 00 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras, aprovado pela Deliberação CVM nº 539, de 14 de março de 2008;

CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 527, de 1º de novembro de 2007;

CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008;

CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008;

CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008;

CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008;

CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, aprovado pela Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008;

CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008;

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, aprovado pela Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008;

CPC 16 - Estabelece o tratamento contábil para os estoques; aprovado Deliberação CVM nº 575 de 05 de junho de 2009;

CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Estabelece que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriada a provisões e a passivos e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor;

CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis. Define a base para a apresentação das demonstrações contábeis para assegurar a comparabilidade tanto com as demonstrações contábeis de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades e introduz a demonstração do resultado abrangente como demonstração contábil obrigatória;

CPC 27 - Ativo Imobilizado: Estabelece o tratamento contábil para ativos imobilizados no que tange ao reconhecimento, mensuração, depreciação e as perdas por desvalorização;

CPC 28 - Propriedade para Investimento: Tratamento contábil de propriedades para investimento e respectivos requisitos de divulgação;

CPC 30 – Receita: Estabelece o tratamento contábil de receitas provenientes de certos tipos de transações e eventos;

CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação: Estabelece a contabilização de ativos não circulantes mantidos para venda (colocados à venda) e a apresentação e a divulgação de operações descontinuadas; e

CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. Prescreve o tratamento contábil de todas as formas de tributos sobre o lucro.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Companhia não sofreu efeitos significativos resultantes das mudanças de práticas contábeis sobre o patrimônio líquido e no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e 2008 não contém ressalvas e contém as seguintes ênfases

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

"4 - As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, cujo parecer datado de 13 de março de 2009 continha ressalvas quanto aos seguintes assuntos: (a) Companhia ter registrado créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social no montante de R\$ 140.245 mil em 2008 (R\$ 107.188 mil em 2007) apresentando prejuízos operacionais nos últimos anos. No exercício de 2009, a Companhia aderiu ao parcelamento de tributos federais instituído pela Lei n. 11.941/09 e utilizará os créditos fiscais diferidos para amortização dos saldos de multas e juros relativos aos débitos incluídos neste parcelamento; e (b) a Companhia ter registrado provisões para contingências diretamente no resultado do exercício de 2007, quando deveria ser computado na conta de juros acumulados em 31 de dezembro de 2009 – em 31 de dezembro de 2009, as contingências estão adequadamente registradas.

- 5 - Com o advento da Lei n° 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos, interpretações e orientações foram emitidos durante o ano de 2009 com aplicação mandatória para os exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e para as demonstrações contábeis de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação. A Administração da Companhia está em processo de avaliação dos potenciais efeitos relativos aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, não estimando qualquer impacto relevante sobre suas demonstrações.*
- 6 - O exame da Companhia foi conduzido com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. A demonstração do valor adicionado apresentada para propiciar informações suplementares como parte integrante das demonstrações contábeis foi submetida aos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.*

A leitura destes parágrafos não dispensa a consulta das demonstrações contábeis e suas notas explicativas auditadas, na sua totalidade.

Com relação à ênfase de número 4 acima, a Companhia entende que os impactos decorrentes da Lei n. 11.941/09 estão suficientemente comentados nos itens acima e pelos próprios auditores. Relativamente à ênfase de número 5 acima, os impactos resultantes da adaptação das demonstrações contábeis às regras *International Accounting Reporting Standards - IFRS* não tiveram efeito significativo sobre as referidas demonstrações.

10.5 - Políticas contábeis críticas

As demonstrações financeiras da Companhia incluídas neste formulário foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e ajustadas para as regras IFRS. A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração faça julgamentos e estimativas que afetam os montantes informados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e os montantes demonstrados de receitas e despesas durante o período reportado. As estimativas são utilizadas, entre outros, para a determinação da vida útil dos bens móveis, máquinas e equipamentos, provisões necessárias para os passivos contingentes, impostos, custos orçados e outras cobranças similares. Embora a Companhia acredite que seus julgamentos e estimativas se baseiem em premissas razoáveis, as quais estão sujeitas a vários riscos e incertezas e tenham sido feitas com base nas informações disponíveis, seus resultados finais efetivos podem apresentar variações/divergências em relação às estimativas e julgamentos apresentados nas demonstrações financeiras. Nesse sentido, são apresentadas abaixo as informações resumidas relativas às principais práticas contábeis da Companhia.

- a) A Companhia adota o regime de competência para fins de registro de suas transações e considera o período de um ano para a segregação de ativos e passivos entre circulante e não circulante.
- b) As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos proporcionais até a data do Balanço, não ultrapassando o valor de mercado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas, e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Os instrumentos financeiros da empresa encontram-se registrados em contas patrimoniais. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança.
- c) As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor realização desses créditos. A carteira de clientes da empresa é diversificada sendo a política de vendas diretamente relacionada com o nível de risco de crédito que a Companhia está disposta a correr. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela empresa para cobrir prováveis perdas de realização.
- d) Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, os quais são inferiores aos valores de reposição ou de realização. As importações em andamento são registradas ao custo.
- e) Os investimentos estão registrados ao custo de aquisição e deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas potenciais para se adequar ao seu valor de realização.
- f) O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, sendo os bens adquiridos até a data de 31 de dezembro de 2007, acrescidos do

10.5 - Políticas contábeis críticas

valor de reavaliação. Relativamente às Jazidas, a amortização é calculada de acordo com o método de unidades extraídas. Para os demais ativos a depreciação é registrada pelo método linear, levando em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e às taxas de depreciação referidas na nota 10. A Companhia não adotou o novo valor atribuído (*deemed cost*) de acordo com o ICPC 10 por entender que os saldos foram reavaliados em 31 de dezembro de 2007 e que não há distorções entre o valor da reavaliação e o valor residual ora registrado e que as taxas de depreciação, amortização e exaustão adotadas representam adequadamente o desgaste e utilização ou obsolescências dos bens.

- g) O intangível é registrado ao custo histórico de formação, sendo amortizado linearmente levando em consideração o tempo de vida útil e as taxas de amortização demonstradas na nota 11.
- h) Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados, base negativa de IRPJ e de Contribuição Social, bem como outras diferenças temporárias de tributação, são registrados pelo seu valor estimado de realização, levando em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis, que estão sendo calculados com base nas alíquotas esperadas que tais impostos sejam recuperados. Os impostos diferidos passivos decorrentes da reavaliação de bens do ativo imobilizado e do regime tributário de caixa para a variação cambial dos financiamentos em moeda estrangeira, são demonstrados pelo valor que se espera realizar. Os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais acumulados foram registrados no Balanço Patrimonial com base em projeções de lucro efetuadas, havendo expectativa de compensação destes créditos no prazo de até dois anos.
- i) As vendas são reconhecidas quando da entrega dos produtos e/ou na efetiva prestação de serviços. O custo das vendas é registrado no mesmo período em que as mesmas são reconhecidas. As despesas são registradas no período no qual são originadas.
- j) São constituídas provisões para fazer face a contingências e obrigações legais potenciais, sendo as mesmas calculadas, tendo por base a correspondente probabilidade de perda. Adicionalmente, é calculada uma provisão para fazer ao custo futuro, com o encerramento da jazida em exploração, sendo a respectiva provisão, registrada pelo valor presente, do custo futuro de encerramento final da jazida (encerramento previsto ocorrer no ano de 2131).
- k) A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades, bem como reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e taxas de juros, conforme comentado na nota 21, a administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de controle e determinação de limites de exposição.
- l) Os ativos e passivos financeiros representados por caixa e equivalentes de caixa, clientes, fornecedores e financiamentos estão avaliados ao valor de

10.5 - Políticas contábeis críticas

realização e/ou liquidação de acordo com as condições usuais e normais de mercado (valor justo).

- m) A Companhia analisa a existência de evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução do valor recuperável de um ativo – *impairment*). O valor recuperável é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos o custo de venda. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2010 não foram identificadas evidências de que os valores contábeis dos ativos imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes não serão recuperados no curso normal das operações.
- n) Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como custos no resultado do exercício, à medida de sua ocorrência. Os programas contínuos são elaborados para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.
- o) Os Financiamentos da Companhia são registrados pelo valor nominal acrescidos de juros e variação cambial incorridos até as datas de encerramento dos exercícios. As transações denominadas em moedas estrangeiras são convertidas pelas respectivas taxas de câmbio vigentes nas datas em que são efetivadas e os saldos em aberto são ajustados a taxa de câmbios vigentes nas datas de encerramento.
- p) Os salários, incluindo provisões para férias, e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência. O programa de participação nos resultados para os funcionários da Companhia é baseado em objetivos gerais da Companhia como um todo e no desempenho de cada departamento. A provisão para participação nos lucros é registrada no regime de competência como despesas e custos operacionais.
- q) Os impostos sobre a renda no Brasil incluem o imposto de renda federal (25%) e a contribuição social (9%), em um total de 34%.
- r) As receitas e despesas financeiras são substancialmente representadas por juros, ajustes inflacionários e variações cambiais, decorrentes de empréstimos e financiamentos, correção monetária e ajustes inflacionários sobre provisões para contingências e contas a receber, sendo calculadas pelo regime de competência contábil.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Companhia é responsável por implantar e manter uma estrutura adequada de controles internos relativos à preparação das Demonstrações Financeiras.

A avaliação dos controles internos relativos à preparação das Demonstrações Financeiras tem por objetivo fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações financeiras para divulgação externa de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Os controles internos da Companhia sobre a preparação das demonstrações financeiras incluem as políticas e procedimentos que (i) se relacionam à manutenção dos registros que refletem precisa e adequadamente as transações e a alienação dos ativos da Companhia; (ii) fornecem segurança de que as transações são registradas de forma a permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, e que os recebimentos e pagamentos da Companhia estão sendo feitos somente de acordo com autorizações da Administração Companhia; e (iii) fornecem segurança em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou alienação não autorizados dos ativos da Companhia que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos relativos às Demonstrações Financeiras podem não prevenir ou identificar a ocorrência de erros. Da mesma forma, projeções de qualquer avaliação sobre a sua efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições, ou de que o grau de adequação com as políticas e procedimentos possa se deteriorar.

A efetividade da estrutura de Controles Internos relativos às Demonstrações Financeiras da Companhia foi auditada pela BDO Auditores Independentes, empresa independente de auditoria, em 30 de setembro de 2010.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os Diretores apresentam abaixo as principais deficiências identificadas e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente referente às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2010.

Deficiência identificada	Recomendação	Comentário da Administração
<i>Aging list</i> de fornecedores demonstrando a existência de títulos vencidos há longa data.	Levantamento dos débitos em aberto a fim de verificar se são devidos, efetuando a baixa dos títulos que não sejam passíveis de pagamento.	Foi efetuada uma revisão dos saldos procedendo-se às devidas compensações e/ou baixas, quando aplicáveis, não havendo efeito significativo

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

Deficiência identificada	Recomendação	Comentário da Administração
		sobre as demonstrações contábeis da Companhia.
Divergência entre a folha de pagamento e o CAGED.	Conciliar a folha de pagamento com o CAGED para que as informações prestadas ao Ministério do Trabalho sejam consistentes.	A divergência não existe, podendo ser 100% justificada: refere-se a entradas e saídas de pessoal no período.
Falta de segregação da natureza das entradas para fins de aproveitamento dos créditos de PIS e COFINS.	Parametrização do sistema de forma que os créditos de PIS e COFINS sejam registrados nas contas contábeis de forma segregada por natureza (matéria-prima, revenda, energia elétrica, serviços transporte, depreciação, etc.), bem como acompanhamento mensal desses créditos, a fim de evitar possíveis erros.	Solucionado: A informação existe, por meio do IVA descrito nos lançamentos do razão contábil, passamos a segregar a natureza dos créditos aproveitados, identificando como matéria-prima, revenda, energia elétrica, serviços transporte, depreciação, etc.
Constam divergências nos saldos das contas contábeis de alguns tributos a recolher com os valores apurados pela Companhia em suas memórias de cálculo.	Realização da conciliação do saldo das contas.	Foram redefinidos procedimentos de reconciliação que estão ainda em curso. Das conferências realizadas até ao momento, a maioria dos valores foi reconciliado, não sendo esperado nenhum efeito significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.
Ausência de comprovação da data de aquisição dos bens do ativo imobilizado utilizados.	Investigação e adaptação de suas memórias de cálculo de forma que somente sejam aproveitados os créditos sobre bens adquiridos a partir de maio de 2004 (observadas outras exigências fiscais), bem como realização do recolhimento dos possíveis créditos aproveitados a maior.	O relatório foi ajustado e já contempla a informação completa.
Ausência de conciliação das contas de alguns tributos.		Foram redefinidos procedimentos de reconciliação que estão ainda em curso. Das conferências realizadas até ao momento, a maioria dos valores foi reconciliado, não sendo esperado nenhum efeito significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.
Na avaliação dos controles gerais do ambiente de processamento eletrônico de dados, foram considerados os procedimentos e as normas empregadas pela Área de Tecnologia da Informação da Companhia para garantir a segurança e a integridade dos dados mantidos pelo sistema e os testes contemplaram os seguintes aspectos: a) Política de gerenciamento e organizações.	Foram recomendadas algumas melhorias de controles internos da área de tecnologia da informação as quais foram endereçadas ao setor responsável (Divisão de Informática).	As principais recomendações foram analisadas e implementadas. Os assuntos mencionados não causam qualquer impacto nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas em 31 de dezembro de 2010 e nem afetam a continuidade normal das operações da Companhia.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

Deficiência identificada	Recomendação	Comentário da Administração
<p>b) Normas de segurança e política de segregação de funções.</p> <p>c) Controles de acesso lógico a rede e banco de dados.</p> <p>d) Controles de acesso físico ao Centro de Processamento de Dados (CPD).</p> <p>e) Controles sobre desenvolvimento e manutenção de sistemas.</p> <p>f) Adequação das instalações e equipamentos de segurança.</p> <p>g) Sistema de backup e recuperação de dados.</p> <p>h) Continuidade dos negócios.</p>		

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios**a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou ofertas públicas de valores mobiliários.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou ofertas públicas de valores mobiliários.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou ofertas públicas de valores mobiliários.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial**

A Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estejam refletidos nesse formulário e nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possui itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

Conforme explanado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

- b) natureza e propósito da operação**

Conforme explanado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação**

Conforme explanado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.10 - Plano de negócios

a) investimentos, incluindo:

i descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos mais significativos em curso correspondem: (a) à ampliação e modernização da linha de clinquerização existente (forno), com previsão de conclusão no exercício social de 2011; (b) construção da quarta moagem de cimento, com investimento total de cerca de R\$ 140 milhões, aumentando a capacidade de produção de cimento de 2,0 milhões de toneladas por ano para 3,2 milhões de toneladas por ano.

Está prevista a realização de investimentos para construção da segunda linha de clinquerização com capacidade para 5 mil toneladas por dia bem como a expansão da capacidade de moagem de 3,2 para 4,5 milhões de toneladas por ano. Para estes investimentos foram desenvolvidos diversos estudos de engenharia e obtidas as correspondentes licenças ambientais. Está ainda prevista a edificação de dois fornos de pozolana e de um sistema de cogeração de energia elétrica. Estes investimentos têm conclusão prevista para o final de 2012.

ii fontes de financiamento dos investimentos

Para a realização dos investimentos em curso, a Companhia está negociando uma linha de financiamento junto ao BDMG no valor de até R\$ 130 milhões, sendo o remanescente financiado pela geração de caixa da Companhia, podendo a Companhia ainda acessar os mercados de capitais.

iii desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não possui desinvestimentos em andamento e não planeja atualmente nenhum desinvestimento relevante.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A construção da quarta moagem de cimento aumentará a capacidade de produção de cimento de 2 milhões de toneladas por ano para 3,2 milhões de toneladas por ano. Está prevista também construção da segunda linha de clinquerização com capacidade para 5 mil toneladas por dia, bem como a expansão da capacidade de moagem, elevando a produção de cimento de 3,2 para 4,5 milhões de toneladas por ano. Adicionalmente, com a instalação de uma moagem fora da fábrica atual em 2013, com capacidade de 400 mil toneladas por ano, a capacidade da Companhia de produção crescerá para 4,9 milhões de toneladas por ano.

c) novos produtos e serviços, indicando:

i descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

10.10 - Plano de negócios

Não existem pesquisas em andamento já divulgadas.

ii montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No exercício social de 2010, não foram realizados investimentos materialmente relevantes em pesquisas para o desenvolvimento de novos produtos.

iii projetos em desenvolvimento já divulgados

Não existem projetos de novos produtos e serviços em desenvolvimentos já divulgados.

iv montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No exercício social de 2010, existiram investimentos no desenvolvimento de novos produtos e serviços no valor total de R\$ 464 mil.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Companhia está em fase de contratação de uma linha de financiamento referente ao FINAME-PSI, junto ao BDMG, para a aquisição de máquinas e equipamentos para melhoria de forno. Para mais informações, ver Item 3.3 deste Formulário de Referência.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

A Companhia não divulga projeções.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

A Companhia não divulga projeções.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a) atribuições de cada órgão e comitê

A Companhia é administrada por um conselho de administração, composto por 5 conselheiros, sendo um deles Conselheiro Independente, conforme definido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e por uma diretoria, formada por no mínimo 2 e no máximo 5 diretores. Os conselheiros e os diretores possuem mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição.

O Estatuto Social admite a criação, pelo Conselho de Administração, de comitês de assessoramento, destinados a auxiliar os respectivos membros do Conselho de Administração, cuja composição e atribuições específicas são definidas pelo próprio Conselho de Administração.

A Companhia possui atualmente o Comitê de Auditoria e o Comitê de Finanças e Investimentos para assessoramento do Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal da Companhia é de funcionamento não permanente e, atualmente, não está instalado.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Compete ao Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social e sem prejuízo das demais competências atribuídas em lei:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (b) eleger, destituir a qualquer tempo e substituir os membros da Diretoria, fixando-lhes as atribuições;
- (c) estabelecer os critérios de distribuição individual da verba de remuneração aprovada pela Assembleia Geral, entre os seus próprios membros e os da Diretoria;
- (d) fiscalizar a gestão da Diretoria e dos Diretores;
- (e) convocar as Assembleias Gerais nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;
- (f) aprovar (i) o Orçamento Anual e o Plano de Investimentos Anual ou Plurianual propostos pela Diretoria e (ii) as demonstrações contábeis trimestrais.
- (g) autorizar a distribuição de dividendos intermediários e/ou intercalares, a título de antecipação do dividendo anual;
- (h) aprovar o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas;
- (i) escolher e destituir os auditores independentes;
- (j) fixar o preço de emissão das ações nos aumentos de capital por subscrição pública ou particular, fixando, ainda, as demais condições a que se submete a emissão;
- (k) elaborar e apresentar à Assembleia Geral Ordinária o relatório anual das atividades sociais, instruindo-o com as demonstrações financeiras legalmente exigidas em cada exercício;
- (l) deliberar sobre a emissão de ações e bônus de subscrição dentro do limite autorizado estabelecido no Estatuto Social;
- (m) submeter à Assembleia Geral proposta de plano de outorga de opção de compra de ações aos administradores ou aos empregados da Companhia;
- (n) autorizar (i) a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e (ii) a alienação das ações mantidas em tesouraria; (iii) aquisição e alienação de outros instrumentos financeiros emitidos pela Companhia;
- (o) aprovar (i) a aquisição, alienação, constituição de penhores, hipotecas ou outra forma de onerar bens móveis e imóveis, (ii) a prestação de fianças, de avais ou de garantias de empréstimos ou de outras responsabilidades contraídas pela Companhia, sociedades

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

associadas ou em que participe, (iii) aquisição, subscrição, alienação ou qualquer forma de onerar participações societárias, quando o valor global das operações (i), (ii) e/ou (iii) seja superior a 2% (dois por cento) do patrimônio líquido, inclusive no que se refere à constituição de mandatário da Companhia com poderes específicos para representá-la nas aludidas operações;

(p) deliberar sobre a emissão de notas promissórias (*commercial papers*), para colocação pública no Brasil, dispondo sobre: (i) valor da emissão e sua divisão em séries; (ii) quantidade e valor nominal; (iii) condições de remuneração e atualização monetária; (iv) prazo de vencimento dos títulos; (v) garantias; (vi) demonstrativo para comprovação da observância dos limites legais; (vii) local de pagamento; e (viii) contratação de prestação de serviços correlatos à emissão;

(q) com vistas à observância de boas práticas de Governança Corporativa, aprovar a criação de comitês de assessoramento, bem como os respectivos regulamentos, que conterão, as regras específicas relativas aos trabalhos, competência, remuneração e procedimentos;

(r) definir a lista tríplice de instituições ou empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação de laudo de avaliação para os fins das ofertas públicas previstas no Estatuto Social.

O Conselho de Administração da Companhia não possui Regimento Interno.

DIRETORIA

A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será necessariamente composta por um Diretor-Presidente e um Diretor de Relações com Investidores, sendo facultativa a eleição dos demais membros da Diretoria, conforme decidir o Conselho de Administração.

Compete à Diretoria, tendo em atenção os objetivos sociais e as orientações emanadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral:

(a) Exercer, em geral, os mais amplos poderes de administração englobando as funções deliberativas, executivas e de representação da Companhia, devendo praticar todos os atos tendentes à realização do objeto social;

(b) Observar a orientação geral dos negócios, política e diretrizes da Companhia, estabelecida pelo Conselho de Administração;

(c) Apresentar e submeter à aprovação do Conselho de Administração, o Orçamento Anual da Companhia, bem como os Planos Anual e Plurianual de Investimento, o Plano de Atividades Anual e o Plano Diretor Plurianual;

(d) Apresentar contas trimestrais e as submeter à aprovação do Conselho de Administração;

(e) Apresentar ao Conselho de Administração o Relatório e Contas Anual para que este com o seu parecer favorável o submeta à Assembleia Geral;

(f) Adquirir, alienar, constituir penhores, hipotecas ou por outra forma onerar bens móveis e imóveis, prestar fianças, avais ou cauções, desde que seja para garantia de empréstimos ou de outras responsabilidades contraídas pela Companhia, sociedades vinculadas ou em que participe e efetuar sobre aqueles bens quaisquer operações, podendo ainda adquirir, subscrever, alienar ou onerar participações societárias em outras entidades ou Companhias, nacionais ou estrangeiras, existentes ou que venham a ser constituídas por ela ou por terceiros, quotista ou acionista, ou por outros meios legalmente permitidos, sempre no interesse da Companhia, observado o seguinte:

(i) Quando as operações elencadas no item (f) acima não excederem globalmente o valor equivalente a 1% (um por cento) do patrimônio líquido, segundo o último Balanço Anual Consolidado aprovado em Assembleia Geral, a Companhia ficará

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

	obrigada apenas pelo Diretor Presidente, ou ainda por dois Diretores.
(ii)	Quando o valor global das operações elencadas no item (f) acima ficar compreendido entre 1% (um por cento) e 2% (dois por cento) do patrimônio líquido segundo o último Balanço Anual Consolidado aprovado em Assembleia Geral, será necessária, cumulativamente, a aprovação da operação através de deliberação da Diretoria e ainda a aprovação do Diretor Presidente através do voto favorável; e
(iii)	Para as operações, elencadas no item (f) acima, cujo valor global seja superior a 2% (dois por cento) do patrimônio líquido segundo o último Balanço Anual Consolidado aprovado em Assembleia Geral, será necessária a aprovação do Conselho de Administração, conforme Artigo 19º do Estatuto Social da Companhia.
(g)	A Diretoria poderá, no interesse da Companhia, e obedecidos os limites estabelecidos no item (f) acima, constituir mandatários para representar a Companhia, inclusive para assinatura de contratos, abrir e encerrar contas bancárias, emissão de cheques, saques e aceites de duplicatas, notas promissórias, borderôs e contratos de operações bancárias, movimentações financeiras por meios eletrônicos, adquirir, alienar, constituir penhores, hipotecas ou por outra forma onerar bens móveis e imóveis, prestar fianças, avais ou cauções, desde que seja para garantia de empréstimos ou de outras responsabilidades contraídas pela Companhia, sociedades vinculadas ou em que participe e efetuar sobre aqueles bens quaisquer operações, podendo ainda adquirir, subscrever, alienar ou onerar participações societárias em outras entidades ou sociedades, nacionais ou estrangeiras, existentes ou que venham a ser constituídas por ela ou por terceiros, quotista ou acionista, ou por outros meios legalmente permitidos, devendo do respectivo instrumento, público ou particular, constar explicitação dos poderes conferidos e a validade do mandato, ressalvado o disposto abaixo:
(i)	Quanto às procurações outorgadas com a cláusula <i>ad judicia</i> são desnecessárias as exigências quanto ao número de mandatários, explicitação de poderes e validade.
(h)	A correspondência comum será assinada por qualquer Diretor, ou ainda por qualquer mandatário, dentro dos limites do mandato, devendo todavia sê-lo por quem possa obrigar a Companhia nos termos do item anterior, quando a vincule em qualquer ato gerador de obrigações.
(i)	Solucionar casos omissos.
Para as atribuições específicas de cada diretor da Companhia, ver item 12.1(d) deste Formulário de Referência.	
CONSELHO FISCAL	
Compete ao Conselho Fiscal, quando instalado, além das atribuições legais:	
<ul style="list-style-type: none"> (a) recomendar ao Conselho de Administração a eleição e a destituição dos auditores independentes da Companhia; (b) avaliar os auditores independentes e a auditoria interna da Companhia; (c) opinar sobre os relatórios financeiros divulgados pela Companhia; (d) opinar sobre a política de administração e controle de riscos da Companhia; (e) opinar sobre as controvérsias entre a administração da Companhia e seus auditores independentes com relação às demonstrações e aos relatórios financeiros da Companhia; (f) opinar sobre a adequação da Companhia às obrigações legais e/ou regulatórias, relacionadas às matérias financeiras e contábeis; e (g) emitir parecer sobre reclamações e denúncias feitas à Companhia, sugerindo as providências cabíveis. 	

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da Companhia é composto por 3 membros, atualmente os Srs. Luís Patrício Miranda de Avillez, Raul Baginski e Bruno Miguel Fernandes Pinto, este último na qualidade de Presidente do Comitê, todos também membros do Conselho de Administração da Companhia.

O Comitê de Auditoria tem por atribuições gerais assessorar o Conselho de Administração na fiscalização: (i) da integridade das demonstrações financeiras e dos processos de divulgação de informações financeiras da Companhia; (ii) do atendimento, pela Companhia, de exigências legais e regulamentares; (iii) das qualificações, independência e atuação do auditor independente da Companhia; e (iv) do desempenho da função de auditoria interna da Companhia.

Além de quaisquer outras responsabilidades que possam lhe ser confiadas ao longo do tempo pelo Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria é responsável especificamente pelas seguintes matérias:

No que diz respeito à auditoria independente:

- (a) escolha, remuneração e supervisão dos trabalhos de qualquer empresa de auditoria contratada para o fim de elaborar ou divulgar parecer de auditoria ou prestar demais serviços de auditoria, revisão e certificação em prol da Companhia, cabendo-lhe aprovar previamente os serviços de auditoria e de não-auditoria a serem prestados pelo auditor independente;
- (b) revisão e aprovação do do(s) plano(s) anual(ais) de auditoria;
- (c) estabelecimento das diretrizes para contratação, pela Companhia, de empregados ou ex-empregados do auditor independente.

No que diz respeito à auditoria interna:

- (a) avaliação do desempenho, responsabilidades, orçamento e quadro de pessoal da função de auditoria interna da Companhia, bem como revisão do plano de auditoria interna; e
- (b) avaliação do desempenho do(s) diretor(es) ou empregado(s) responsável(is) pela auditoria interna.

No que diz respeito à divulgação de demonstrações financeiras e gestão de risco e conformidade, dar suporte ao Conselho de Administração no tocante:

- (a) ao exame e apresentação das demonstrações financeiras;
- (b) à análise e à prestação de informações relativas às demonstrações financeiras, à destinação de resultados ou aos entendimentos adotados na elaboração das demonstrações financeiras;
- (c) à aprovação de operações com partes relacionadas ou não refletidas no balanço;
- (d) a questões relativas a políticas, práticas e princípios contábeis, incluindo mudanças significativas na escolha ou aplicação de princípios contábeis;
- (e) a iniciativas ou atos por parte de autoridades administrativas ou encarregadas de disciplina contábil;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (f) aos controles e procedimentos de divulgação da Companhia e controles internos associados aos relatórios financeiros, incluindo a constatação de eventuais deficiências significativas e falhas relevantes na concepção ou operacionalização dos ditos controles, que tenham probabilidade razoável de afetar a capacidade da Companhia de registrar, processar, sumariar e reportar informações financeiras, bem como qualquer fraude envolvendo membros da administração ou demais empregados que desempenhem papel de relevo no controle interno associado a relatórios financeiros;
- (g) à apreciação e discussão com o auditor independente das dificuldades ou problemas relacionados à auditoria, incluindo, exemplificativamente, (i) a imposição de restrições às atividades do auditor independente, ou ao acesso a informações solicitadas; (ii) os ajustes contábeis que não tenham sido objeto de nota ou proposta pelo auditor independente, não obstante terem sido analisados; (iii) a comunicação entre a equipe de auditoria e o escritório nacional da empresa de auditoria no tocante a questões suscitadas pela contratação; e (iv) a apresentação de parecer à administração ou carta sobre controles internos;
- (h) à resolução de divergências entre a administração da Companhia e o auditor;
- (i) à implementação de medidas para monitoramento e controle da exposição a risco financeiro;
- (j) à revisão dos procedimentos para monitoramento de conformidade, incluindo para recebimento, preservação e tratamento de reclamações relativas a matéria contábil, de auditoria ou de controles contábeis internos, e para encaminhamento, pelos empregados da Companhia, em caráter anônimo e confidencial, de preocupações acerca de assuntos questionáveis em matéria de contabilidade ou auditoria;
- (k) à fiscalização do atendimento à legislação aplicável; e
- (l) à apreciação de reclamações acerca de matérias contábeis, de auditoria e de controles contábeis internos recebidas de acordo com os procedimentos acima referidos.

COMITÊ DE FINANÇAS E INVESTIMENTOS

O Comitê de Finanças e Investimentos da Companhia é composto por 3 membros, atualmente os Srs. Alcides Lopes Tapias, Raul Baginski e Luís de Mello Champalimaud, este último na qualidade de Presidente do Comitê, todos também membros do Conselho de Administração da Companhia.

Compete ao Comitê de Finanças e Investimentos, além de outras atribuições e responsabilidades que lhe sejam atribuídas, assessorar o Conselho de Administração:

- (a) na elaboração e acompanhamento das políticas de: "Riscos Corporativos e Financeiros, Garantias e Limites de Crédito da Companhia";
- (b) no acompanhamento e implementação do Orçamento Anual, do Plano de Investimentos Anual e Plurianual, do Plano de Atividades Anual e do Plano Diretor Plurianual;
- (c) no monitoramento do fluxo de caixa e do endividamento de curto e longo prazos;
- (d) no monitoramento da estrutura de capital da Companhia; e
- (e) em qualquer outra demanda ou solicitação específica.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

b) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês
O conselho fiscal não está instalado.
O Comitê de Auditoria e o Comitê de Finanças e Investimentos foram criados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 8 fevereiro de 2011.
c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê
Os mecanismos de avaliação de desempenho dos comitês acima mencionados constituem previsões regimentais genéricas, não dispondo a Companhia, no momento, de um mecanismo formal de avaliação do desempenho de cada órgão ou comitê como um todo. A Companhia encontra-se atualmente em processo de avaliação das melhores práticas de governança corporativa, analisando, inclusive, aquelas adotadas por outras sociedades, com o objetivo de desenvolver um mecanismo formal de avaliação do desempenho geral dos órgãos acima mencionados, bem como de seus demais órgãos e comitês.
d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais
Compete ao Diretor Presidente:
<ul style="list-style-type: none"> (a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (b) cumprir e zelar para que seja cumprido este Estatuto, as deliberações da Assembléia Geral e as resoluções do Conselho de Administração e da Diretoria; (c) coordenar e supervisionar as atividades da Diretoria e de cada um dos seus membros, objetivando compatibilizar a atuação de todos, individual ou conjuntamente, no interesse da Companhia.
Ainda, compete a cada um dos Diretores a responsabilidade individual pela supervisão e controle das atividades inerentes às suas respectivas áreas de atuação, além de outras atribuições que lhes sejam outorgadas pelo Conselho de Administração e pelo Diretor Presidente. Inobstante tal obrigação de caráter individual, cada um dos integrantes da Diretoria deve supervisionar toda a atividade da Companhia e ainda zelar pela observância das normas legais e estatutárias aplicáveis.
Compete ao Diretor de Relações com Investidores:
<ul style="list-style-type: none"> (a) representar a Companhia perante os órgãos de supervisão e entidades nacionais ou internacionais do mercado em que seus valores mobiliários estejam admitidos à negociação, em especial a CVM e a BM&FBOVESPA; (b) representar a Companhia perante o público investidor e prestar as informações necessárias; (c) tomar providências para manter atualizado o registro de Companhia aberta perante a CVM; e (d) executar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Diretor-Presidente.
e) mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria
Os membros do conselho de administração, da diretoria e dos comitês não são avaliados por um mecanismo formal.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a) prazos de convocação

As Assembleias Gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 15 dias de antecedência em primeira convocação e 8 dias de antecedência em segunda convocação.

A CVM poderá, a seu exclusivo critério, mediante decisão fundamentada de seu Colegiado, a pedido de qualquer acionista, e ouvida a Companhia: (i) aumentar, para até 30 dias, a contar da data em que os documentos relativos às matérias a serem deliberadas forem colocados à disposição dos acionistas, o prazo de antecedência de publicação do primeiro anúncio de convocação da assembleia geral de companhia aberta, quando esta tiver por objeto operações que, por sua complexidade, exijam maior prazo para que possam ser conhecidas e analisadas pelos acionistas; e (ii) interromper, por até 15 dias, o curso do prazo de antecedência da convocação de assembleia geral, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à assembleia e, se for o caso, informar à Companhia, até o término da interrupção, as razões pelas quais entende que a deliberação proposta à assembleia viola dispositivos legais ou regulamentares.

b) competências

Compete exclusivamente aos acionistas da Companhia, reunidos em assembleia geral, nos termos do Estatuto Social e da Lei 6.404/76, deliberar sobre as seguintes matérias:

- (a) o cancelamento do registro de sociedade aberta perante a CVM;
- (b) a saída da Companhia do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“Novo Mercado”), a qual deverá ser comunicada à BM&FBOVESPA S.A. por escrito, com antecedência prévia de 30 (trinta) dias;
- (c) a escolha da empresa especializada, indicada em lista tríplice pelo Conselho de Administração, responsável pela preparação do laudo de avaliação das ações da Companhia para fins das ofertas públicas de aquisição de ações em razão de alienação do controle, de saída do Novo Mercado ou cancelamento de registro de companhia aberta, conforme previstas nos Capítulos VII e VIII do Estatuto Social;
- (d) planos de outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia, e de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, dentro do limite do capital autorizado, sem direito de preferência dos acionistas;
- (e) aprovação das contas dos administradores e demonstrações financeiras;
- (f) a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e
- (g) eleição dos administradores e membros do conselho fiscal.

c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

A documentação relativa às matérias da ordem do dia das assembleias gerais, ficam à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), da BM&FBOVESPA S.A.– Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br), e da Companhia (www.cimentosliz.com.br) na rede mundial de computadores.

d) identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse,

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

especificamente, relacionados às Assembleias Gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira. A esse respeito, a Lei 6.404/76 prevê que o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a companhia as vantagens auferidas.

e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não possui regras, políticas ou práticas específicas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas assembleias gerais, sendo seguida, quando aplicável, a legislação vigente.

f) formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nos termos da Lei 6.404/76, os acionistas poderão ser representados na assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado; na companhia aberta, como é o caso da Companhia, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

A Companhia não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

g) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

h) transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

A Companhia não transmite ao vivo o vídeo e/ou o áudio de suas assembleias.

i) mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Não há, visto que até a presente data nunca foi solicitada à Companhia tal inclusão. A Companhia poderá atender tais solicitações, caso apresentadas e observadas as disposições legais e regulamentares, em cada caso específico.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - MG	26/02/2011
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário do Comércio de Minas Gerais - MG	10/03/2011
31/12/2009	Demonstrações Financeiras	Diário do Comércio de Minas Gerais - MG	09/03/2010
		Diário Oficial do Estado - MG	09/03/2010
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário do Comércio de Minas Gerais - MG	10/03/2011
31/12/2008	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - MG	30/04/2009
		O Tempo - MG	30/04/2009
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário do Comércio de Minas Gerais - MG	10/03/2011

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a) frequência das reuniões

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 6 (seis) vezes por ano, e, extraordinariamente, a qualquer tempo, de acordo com as necessidades estatutárias ou quando necessário aos interesses sociais. No início do exercício social será estabelecido o calendário das reuniões ordinárias do Conselho de Administração, com designação do dia, horário e local em que a reunião será realizada.

As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas por convocação do seu Presidente, ou por quem o estiver substituindo temporariamente. A convocação será feita por escrito, através de meio eletrônico ou não, observada uma antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, com indicação do dia, horário e local em que a reunião será realizada, devendo ser acompanhada do material a ser submetido à apreciação e, se for o caso, à deliberação dos membros do Conselho.

Nas reuniões do Conselho de Administração, a participação de qualquer dos membros poderá ocorrer por intermédio de conferência telefônica, vídeo-conferência ou outro meio de comunicação que permita a identificação do referido membro e a comunicação simultânea com as demais pessoas participantes da reunião. Em tal caso, os membros do Conselho de Administração serão considerados presentes à reunião e deverão confirmar seus votos através de declaração por escrito encaminhada ao Presidente do Conselho de Administração por carta, *fac-símile* ou correio eletrônico logo após o término da reunião. Em tal caso, os membros do Conselho de Administração serão considerados presentes à reunião e deverão assinar a correspondente ata.

b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não há quaisquer acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

De acordo com a Lei 6.404/76, não poderá ser eleito como administrador da Companhia, salvo dispensa da assembleia geral, aquele que tiver interesse conflitante com a sociedade. A lei dispõe, ainda, que é vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe científicá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e extensão do seu interesse. Não obstante, admite-se que o administrador contrate com a companhia em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a companhia contrataria com terceiros.

No que se refere especificamente aos administradores que também forem acionistas da Companhia e, conforme o disposto no item 12.2 (d) acima, a Lei das Sociedades por Ações dispõe que o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da companhia.

A Política de Conduta e Ética da Companhia estipula regras sobre conflito de interesses para todos os colaboradores (incluindo os membros do Conselho de Administração). Dentre as provisões ali contidas, destaca-se como relevante para prevenção de eventual conflito, a proibição de realização de negócios em situações em que o interesse pessoal é conflitante com os interesses da Companhia.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

O Estatuto Social da Companhia, em seu Artigo 42, determina que a Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal estão obrigados a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 conforme alterada, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A.– Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), do Contrato de Participação no Novo Mercado da BM&FBOVESPA e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado administrada pela da BM&FBOVESPA.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Prazo do mandato				
			CPF	Profissão	Cargo eleito ocupado	Data da posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor							
Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos	45	Pertence apenas à Diretoria	29/01/2011	29 de janeiro de 2013			
017.010.506-76		Economista	29/01/2011	Sim			
Diretor de Relações com Investidores eleito em 29 de janeiro de 2011							
Arnaldo Dias Andrade	53	Pertence apenas à Diretoria	29/01/2011	29 de janeiro de 2013			
363.325.006-97		Engenheiro	29/01/2011	Sim			
Não aplicável							
Bruno Borer	44	Pertence apenas à Diretoria	29/01/2011	29 de janeiro de 2013			
592.666.279-68		Fisioterapeuta	29/01/2011	Sim			
Não aplicável							
Cícero Gonçalves Dungas	38	Pertence apenas à Diretoria	21/02/2011	29 de janeiro de 2013			
000.800.886-86		Contador	01/03/2011	Sim			
Não aplicável.							
Luis de Mello Champalmaud	59	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/01/2011	AGO 2013			
402.457.307-10		Industrial	08/02/2011	Sim			
Presidente do Comitê de Finanças e Investimentos							
Bruno Miguel Fernandes Pinto	32	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/01/2011	AGO 2013			
017.099.516-05		Economista	08/02/2011	Sim			
Presidente do Comitê de Auditoria							
Raul Baginski	71	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/01/2011	AGO 2013			
000.137.220-34		Economista	08/02/2011	Sim			
Membro do Comitê de Auditoria e do Comitê de Finanças e Investimentos							
Alcides Lopes Tapias	68	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/01/2011	AGO 2013			
024.054.828-00		Advogado	08/02/2011	Sim			
Membro do Comitê de Finanças e Investimentos							
Luis Patrício de Miranda Avillez	61	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/01/2011	AGO 2013			
546.728.567-04		Administrador de empresas	08/02/2011	Sim			
Membro do Comitê de Auditoria							
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações							

Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos - 017.010.506-76

Nos últimos 5 anos, atuou como Diretor Presidente e membro do Conselho Geral e de Supervisão da Companhia, diretor da Sétimos Participações, SGPS, S.A. e diretor da Confiança Participações, SGPS, S.A. Atuou ainda como membro do Conselho das empresas de Seguros e Gestão de Ativos do Grupo Champalmaud e do Grupo CGD, das companhias imobiliárias do Grupo CGD, como Diretor de Relações com Investidores da Companhia de Seguros Mundial-Confiança S.A. e como Diretor Financeiro na Companhia de Seguros Fidelidade – Mundial.

Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Arnaldo Dias Andrade - 363.325.006-97

Nos últimos 2 anos atuou como (i) Diretor Vice Presidente da Companhia; e (ii) Diretor Técnico da Votorantim Cimentos. Também ocupou os cargos de Diretor de Relações da CTEC Lafarge Technical Center, Gerente de Planta da Lafarge Arcos e Gerente de Projetos e Desenvolvimento da Lafarge Cantagalo.

Arnaldo Dias Andrade, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Bruno Borer - 592.666.279-68

Nos últimos 5 anos atuou como Diretor da Companhia. Também ocupou diversos cargos na área comercial da INCEPA Investimentos Cerâmicos – Grupo Roca.

Bruno Borer declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Cícero Gonçalves Dungas - 000.800.886-86

Nos últimos 5 anos, atuou como Diretor de Auditoria na PricewaterhouseCoopers.

Cícero Gonçalves Dungas declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Luís de Mello Champalmaud - 402.457.307-10

Nos últimos 5 anos atuou como Presidente do Conselho Geral e de Supervisão da Companhia, Presidente do Conselho de Remunerações e Previdência do Banco Comercial Português, S.A., Presidente da Comissão de Sustentabilidade e do Governo Societário do Banco Comercial Português S.A., administrador da Portugal Telecom, SGPS, S.A., e Presidente do Conselho de Administração da Confiança Participações, SGPS, S.A. Anteriormente, atuou ainda como Presidente da Companhia de Seguros Mundial-Confiança, S.A., Presidente do Banco Pinto & Sotto Mayor, Presidente do Banco Chemical, Presidente do Banco Totta & Açores, Presidente da Crédito Predital Português, S.A.

Luis de Melo Champalmaud, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Bruno Miguel Fernandes Pinto - 017.099.516-05

Nos últimos 5 anos, atuou como membro do Conselho Geral e de Supervisão da Companhia. Atuou ainda como administrador da Confiança Participações, SGPS, S.A. e Administrador delegado na Sétimos Participações, SGPS, S.A.

Bruno Miguel Fernandes Pinto, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Raul Baginski - 000.137.220-34

Nos últimos 5 anos, atuou como membro do Conselho Consultivo da Companhia. Ainda, atuou como Presidente do Foro Brasil – Paraguai (Câmara de Comércio Brasil – Paraguai) e como Representante Geral da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul na República do Paraguai.

Paul Baginski, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Alcides Lopes Tapias - 024.054.828-00

Nos últimos 5 anos, atuou como membro do Conselho Consultivo da Companhia, membro dos Conselhos de Administração do Banco Itaú Unibanco, Duratex, LPS Brasil - Consultoria de Imóveis, Rodobens Negócios Imobiliários, Tigre - Tubos e Conexões, Brasmetal Waelzholz., e UBV – União Brasileira de Vidros, ainda atuou como membro do Conselho de Administração, dos comitês de finanças, auditoria e ética da Sadia S.A, membro dos Conselhos Consultivos da Spread Informática, Santos Brasil, Medial Saúde S.A., BM&F – Bolsa de Mercadorias & Futuros; presidente do Conselho Deliberativo do Museu de Arte Moderna (MAM), membro do Conselho Consultivo da Spread Teleinformática Ltda., membro do Conselho Fiscal da AMBEV – Cia. De Bebidas das Américas.

Alcides Lopes Tapias, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Luis Patrício de Miranda Avillez - 546.728.567-04

Nos últimos cinco anos atuou como Membro da Associação dos Amigos do Paço Imperial, do Conselho Deliberativo e Diretor-Tesoureiro para o biênio de 2006 a 2008. Ainda, atuou como Conselheiro Consultivo da Área Consular de Portugal no Rio de Janeiro. Presidente da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria no Rio de Janeiro, Conselheiro Nato da CPCIRJ, Diretor da Icatu Global Finance Inc., gestor da Companhia Colonial de Comércio S.A. Ademais, é Diretor da Confederação Internacional dos Empresários Portugueses - CIEP para o biênio de 2009 a 2011.

Luis Patrício Miranda Avillez, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor					
Bruno Miguel Fernandes Pinto 017.099.516-05	Comitê de Auditoria	Presidente do Comitê	Economista 32	08/02/2011 08/02/2011	AGO 2013
Membro do Conselho de Administração					
Luis Patrício de Miranda Avillez 546.728.567-04	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de empresas 61	08/02/2011	AGO 2013
Membro do Conselho de Administração					
Raul Baginski 000.137.220-34	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista 71	08/02/2011 08/02/2011	AGO 2013
Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Finanças e Investimento					
Alcides Lopes Tapias 024.054.828-00	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Advogado 68	08/02/2011 08/02/2011	AGO 2013
Membro do Conselho de Administração					
Luis de Mello Champalimaud 402.457.307-10	Comitê Financeiro	Presidente do Comitê	Industrial 58	08/02/2011 08/02/2011	AGO 2013
Presidente do Conselho de Administração					
Raul Baginski 000.137.220-34	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista 71	08/02/2011 08/02/2011	AGO 2013
Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria					

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladores, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada
Cargo/Função		
Exercício Social 31/12/2010		
<u>Administrador do Emissor</u>		
Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos		
Membro do Conselho Geral e de Supervisão e Diretor Presidente		
<u>Pessoa Relacionada</u>		
Tração S.A.	19.159.201/0001-64	
Diretor		
<u>Observação</u>		
<u>Administrador do Emissor</u>		
Bruno Borer	592.666.279-68	
Diretor		
<u>Pessoa Relacionada</u>		
Tração S.A.	19.159.201/0001-64	
Diretor		
<u>Observação</u>		
<u>Administrador do Emissor</u>		
Luis de Mello Champalimaud	402.457.307-10	
Membro do Conselho Geral e de Supervisão		
<u>Pessoa Relacionada</u>		
Tração S.A.	19.159.201/0001-64	
Presidente do Conselho de Administração		
<u>Observação</u>		
<u>Administrador do Emissor</u>		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladores, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada
<u>Cargo/Função</u>		
Bruno Miguel Fernandes Pinto	017.099.516-05	Subordinação
Membro do Conselho Geral e de Supervisão		Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>		
Tração S.A.	19.159.201/0001-64	
Diretor		
<u>Observação</u>		
 <u>Administrador do Emissor</u>		
Arnaldo Dias Andrade	363.325.006-97	Subordinação
Diretor		Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>		
Tração S.A.	19.159.201/0001-64	
Diretor		
<u>Observação</u>		

Exercício Social 31/12/2009

<u>Administrador do Emissor</u>	402.457.307-10	Controle
Luis de Mello Champalimaud		Controlada Direta
Membro do Conselho Geral e de Supervisão		
<u>Pessoa Relacionada</u>		
Tração S.A.	19.159.201/0001-64	
Presidente do Conselho Geral e de Supervisão		
<u>Observação</u>		
 <u>Administrador do Emissor</u>		
Bruno Miguel Fernandes Pinto	017.099.516-05	Subordinação
		Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladores, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada
Cargo/Função		
Membro do Conselho Geral e de Supervisão		
Pessoa Relacionada		
Tração S.A.	19.159.201/0001-64	
Diretor		
Observação		
Administrador do Emissor		
Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos	017.010.506-76	Subordinação
Membro do Conselho Geral e Diretor Presidente		
Pessoa Relacionada		
Tração S.A.	19.159.201/0001-64	
Diretor		
Observação		
Exercício Social 31/12/2008		
Administrador do Emissor		
Luis de Mello Champalimaud	402.457.307-10	Controle
Presidente do Conselho Geral e de Supervisão		
Pessoa Relacionada		
Tração S.A.	19.159.201/0001-64	
Presidente do Conselho Geral e de Supervisão		
Observação		
Administrador do Emissor		
Bruno Miguel Fernandes Pinto	017.099.516-05	Subordinação
Membro do Conselho Geral e de Supervisão		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladores, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada
Cargo/Função		
<u>Pessoa Relacionada</u>		
Tração S.A.	19.159.201/0001-64	
Diretor		
<u>Observação</u>		
<u>Administrador do Emissor</u>		
Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos	017.010.506-76	Subordinação
Membro do Conselho Geral e de Supervisão e Diretor Presidente		Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>		
Tração S.A.	19.159.201/0001-64	
Diretor		
<u>Observação</u>		

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia não possui seguro- de responsabilidade civil de Administradores, Diretores e/ou Conselheiros (*Directors & Officers Insurance*).

12.12 - Outras informações relevantes

Nossas Práticas de Governança Corporativa e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (“IBGC”)

Segundo o IBGC, governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa e pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado, a Companhia adota, entre outras, as seguintes:

- (i) capital social da Companhia dividido somente em ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;
- (ii) além das atribuições previstas na Lei de Sociedades por Ações, a Assembléia Geral de acionistas tem competência para deliberar sobre: (a) eleger ou destituir, a qualquer tempo, conselheiros de administração e conselheiros fiscais; (b) fixação da remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; (c) reforma do Estatuto Social; (d) transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da Companhia; (e) atribuição de bonificação em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos em ações; (f) planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores e empregados da Companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia; (g) proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos; (h) eleição do liquidante, bem como do Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; (i) a saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA; (j) o cancelamento do registro de Companhia aberta perante a CVM, ressalvado o disposto no Estatuto Social; (l) escolha de empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de Companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; e (m) qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração;
- (iii) obrigatoriedade na oferta de compra de ações que resulte em transferência do controle societário a todos os acionistas e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente. No caso de alienação da totalidade do bloco de controle, o adquirente deve dirigir oferta pública a todos os acionistas nas mesmas condições do controlador (*tag-along*);
- (iv) contratação de empresa de auditoria independente para análise de seus balanços e demonstrativos financeiros;
- (v) clara definição no Estatuto Social (a) da forma de convocação da Assembléia Geral, e (b) da forma de eleição, destituição e tempo de mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- (vi) não eleição de conselheiros suplentes;
- (vii) transparência na divulgação pública do relatório anual da administração;

12.12 - Outras informações relevantes

(viii) livre acesso às informações e instalações da Companhia pelos membros do Conselho de Administração; e

(ix) resolução de conflitos que possam surgir entre a Companhia, seus acionistas, seus administradores e membros do Conselho Fiscal, por meio de arbitragem.

Conselho Consultivo e Conselho Geral e de Supervisão

Até o início do exercício social de 2011 a Companhia possuía dois conselhos já extintos, quais sejam : (i) Conselho Consultivo; e (ii) Conselho Geral e de Supervisão. Ambos os conselhos exerciam funções semelhantes às ora atribuídas ao Conselho de Administração da Companhia.

Os atuais conselheiros de administração, Srs. Luis de Mello Champalimaud, Alcides Lopes Tápias e Raul Baginski eram membros do extinto Conselho Consultivo da Companhia, bem como o atual Diretor Presidente Sr. Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos.

Os atuais conselheiros da Companhia, Srs. Luis de Mello Champalimaud e Bruno Miguel Fernandes Pinto eram membros do extinto Conselho Geral e de Supervisão da Companhia, bem como o atual Diretor Presidente Sr. Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. Objetivos da política ou prática de remuneração:

A política de remuneração da Companhia para os membros do Conselho de Administração, criado em 29 de janeiro de 2011, visa a garantir a compatibilidade da remuneração oferecida com a responsabilidade exercida pelo cargo, considerando que este órgão estabelece as políticas e diretrizes da Companhia.

A política de remuneração da Companhia para os membros da Diretoria estatutária visa a garantir uma remuneração competitiva em relação ao mercado de altos executivos, sendo compatível com a responsabilidade exercida pelo cargo e com o comprometimento em cumprir os objetivos estratégicos da Companhia, dentro do cenário crescentemente competitivo e globalizado em que a atividade da Companhia é desenvolvida.

Todos os integrantes dos Comitês da Companhia (Comitê de Auditoria e Comitê Financeiro e de Investimento) são membros do Conselho de Administração e não recebem remuneração específica por suas atuações e participações nos Comitês.

b. Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

a) Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus à remuneração fixa anual, paga sob a forma de honorários mensais, com o objetivo de garantir a compatibilidade entre a função exercida e a remuneração paga fazendo ainda jus a uma eventual participação nos lucros, de até 10% dos lucros líquidos da Companhia, distribuída à Administração, conforme a legislação em vigor e previsão do estatuto social da Companhia. Adicionalmente, o presidente do Conselho de Administração tem direito à utilização de um veículo de propriedade da Companhia.

b) Diretoria Estatutária

Os membros da Diretoria fazem jus a uma remuneração anual global composta pela remuneração fixa (honorários mensais acrescidos de benefícios) e variável (bônus baseado em metas e “outros bônus”) com o objetivo de garantir a compatibilidade da função com a remuneração paga.

A remuneração fixa é paga mensalmente, sob a forma de pró-labore, nos valores aprovados pelo Conselho de Administração. Os membros da Diretoria fazem jus ainda aos seguintes benefícios aprovados pelo Conselho de Administração: plano de saúde, seguro de vida e plano de previdência complementar (cuja contribuição da Companhia é discricionária e decidida anualmente pelo Conselho de Administração). Adicionalmente, o Diretor Presidente tem direito à utilização de um veículo de propriedade da Companhia e cada um dos demais membros da Diretoria tem direito à utilização de um veículo alugado pela Companhia. A remuneração fixa anual, incluindo os benefícios diretos e indiretos atribuídos aos Diretores, tem como objetivo garantir a compatibilidade da remuneração paga, com a responsabilidade da função, bem como ser uma remuneração competitiva em relação ao mercado de altos executivos.

A remuneração variável é composta por bônus anual baseado em metas, acrescido de “outros bônus”. Os bônus são distribuídos anualmente, conforme determinação do

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Conselho de Administração, após a verificação dos resultados da Companhia, com o objetivo de premiar os Diretores por seu desempenho no exercício encerrado e pelo cumprimento de suas metas. Em relação aos “outros bônus”, o Conselho de Administração pode, eventualmente, aprovar o pagamento de remuneração extra aos membros da Diretoria, sob a forma variável, com o objetivo de recompensar trabalhos específicos, projetos ou metas diferenciadas, e de forma vinculada a tais projetos.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

No caso da Diretoria, a remuneração, em geral, se divide da seguinte forma: (a) 40% a 95% correspondem a pró-labore, (b) 5% a 10% correspondem aos benefícios diretos e indiretos mencionados no item anterior, e (c) 0% a 50% correspondem aos bônus anuais. Na hipótese de pagamento de “outros bônus” (conforme mencionado no item anterior), os elementos que compõem a remuneração total poderão assumir outra proporção que melhor se adeque às funções desempenhadas pelo Diretor e às condições negociadas com a Companhia, sendo que a parcela variável (composta por bônus e “outros bônus”) poderá, inclusive, ultrapassar 50% da composição da remuneração global do Diretor em questão. Para fins de exemplificação, do total da remuneração dos diretores em 2010, aproximadamente 75% corresponderam à remuneração fixa da diretoria, dos quais 10% corresponderam aos benefícios diretos e indiretos. Ainda, da remuneração total dos diretores em 2010, aproximadamente 25% corresponderam a bônus anuais.

No caso do Conselho de Administração, recém criado, a administração estima que a remuneração do exercício seja 100% fixa.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é paga em 12 parcelas mensais, em valor determinado pelo Conselho de Administração após a aprovação do montante global de remuneração dos administradores da Companhia pela Assembleia Geral, sem que haja uma definição prévia de reajuste.

O componente fixo da remuneração dos membros da Diretoria é pago em 12 parcelas mensais, definidas no início do mandato dos Diretores e com validade pelo período de 2 anos, podendo ser renegociada anualmente, em função da inflação e da performance individual de cada Diretor. O valor da remuneração fixa anual dos membros da Diretoria deve ser aprovado pelo Conselho de Administração após a aprovação do montante global de remuneração dos administradores da Companhia pela Assembleia Geral.

No que se refere ao bônus anual, este varia de 0 a 12 vezes o pró-labore mensal do Diretor, sendo determinado de forma discricionária pelo Conselho de Administração, de acordo com os resultados obtidos pela Companhia e a performance individual de cada Diretor, considerando os indicadores mencionados no item 13.1.(c) abaixo. O bônus é pago após o encerramento do exercício social e apuração dos referidos resultados, ou em outra data, mediante deliberação pelo Conselho de Administração.

Quanto aos “outros bônus”, seu valor é definido discricionariamente pelo Conselho de Administração, estando usualmente atrelado ao honorário nominal ou eventualmente a outra forma de remuneração compatível com o resultado esperado do correspondente projeto e com as metas atribuídas ao Diretor. Por se tratar de um componente extraordinário da remuneração variável, que visa recompensar projetos específicos ou metas diferenciadas, a determinação do seu valor está vinculada a cada projeto ou meta, não seguindo uma metodologia previamente estabelecida. Os valores pagos a título de “outros bônus” estão reconhecidos na tabela do item 13.2 abaixo, como “outros”, dentre os valores pagos a título de remuneração variável.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Cumpre esclarecer que a Companhia possui um “fundo de fidelização”, com o objetivo de estimular e reter talentos. Quando da aprovação do pagamento de bônus ou “outros bônus”, o Conselho de Administração pode determinar que parcela do referido montante seja destinada ao fundo de fidelização da Companhia, devendo indicar a data em que a referida parcela deverá ser efetivamente atribuída ao Diretor. Para efetivo pagamento da parcela retida na data indicada, deverão ser observadas, cumulativamente, as seguintes condições: (i) o Diretor não deve ter se desligado voluntariamente da Companhia, ou ter sido dispensado por justa causa; (ii) não deve haver contra o Diretor qualquer processo disciplinar, e (iii) o Diretor não deve ter apresentado desempenho considerado pelo Conselho de Administração como insatisfatório nos últimos 12 meses. Na data estabelecida pelo Conselho de Administração para o efetivo pagamento da parcela do bônus ou dos “outros bônus” retida no fundo de fidelização, o Diretor que cumprir as condições mencionadas acima receberá o valor correspondente à parcela retida, ajustado pela valorização/desvalorização do preço de mercado das ações de emissão da Companhia no período entre a data da deliberação do Conselho de Administração que a aprovou e a data do seu efetivo pagamento ao Diretor.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia adota um modelo de composição da remuneração fixa com base na prática de mercado e da remuneração variável, no caso dos Diretores, atrelada aos resultados do negócio, no que se refere à área específica do executivo, e ao seu desempenho individual.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Para determinação da remuneração fixa, são levadas em conta as responsabilidades atribuídas ao cargo e a análise comparativa em relação ao mercado de altos executivos, através de metodologia específica realizada por consultoria externa especializada em remuneração.

A determinação da remuneração variável da Diretoria é feita com base em resultados financeiros dos negócios da Companhia. Os indicadores apurados, com relação à Companhia, incluem o lucro líquido, o faturamento líquido, o gasto total sem depreciação, a margem EBITDA, o número de horas de afastamento por acidentes e a taxa de gravidade de acidentes. Também poderá ser paga, eventualmente, parcela variável adicional a título de “outros bônus” em função do reconhecimento de projetos específicos ou metas diferenciadas, conforme mencionado acima. Compete ao Conselho de Administração definir as metas os valores que lhes serão pagos a títulos de bônus e “outros bônus”, se for o caso.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

A cada um dos indicadores de performance indicados no parágrafo anterior, é atribuído um ponderador específico, para efeitos de apuramento da remuneração variável.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária***e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:***

A prática de remuneração está diretamente alinhada aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia estabelecidos através do planejamento estratégico, do planejamento orçamentário, do acompanhamento da performance e da avaliação dos resultados, estabelecendo a remuneração por desempenho.

Esta prática é sustentada através dos seguintes pontos que visam a excelência dos resultados da Companhia: (i) foco nos objetivos estratégicos, representando ações que tenham impacto significativo na melhoria contínua do desempenho da Companhia; (ii) medição e avaliação dos objetivos de resultado da Companhia previstos em seu orçamento e sua variação, devendo refletir o alcance ou não desses objetivos; (iii) definição a partir do desdobramento de metas da Companhia; (iv) descrição clara, fórmulas e fontes previamente definidas, sendo de fácil entendimento e aferição; e (v) comparação das melhores práticas e uniformização da avaliação.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não há remuneração de administradores da Companhia suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Não há qualquer remuneração ou benefício de administradores da Companhia vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2011 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	5,00		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.440.000,00	2.650.000,00		4.090.000,00
Benefícios direto e indireto	44.000,00	360.000,00		404.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.100.000,00		1.100.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Total da remuneração	1.484.000,00	4.110.000,00		5.594.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros		4,50		4,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		2.459.000,00		2.459.000,00
Benefícios direto e indireto		294.000,00		294.000,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Remuneração variável				
Bônus		966.000,00		966.000,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações		0,00		0,00
Total da remuneração		3.719.000,00		3.719.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros		4,00		4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		2.146.000,00		2.146.000,00
Benefícios direto e indireto		290.000,00		290.000,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Remuneração variável				
Bônus		850.000,00		850.000,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações		0,00		0,00
Total da remuneração		3.286.000,00		3.286.000,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício corrente (2011):
Unidade: mil Reais

	Conselho de Administração*	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal**	Total
Nº de Membros	5,00	5,00	N/A	10,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	1.100***	N/A	1.100***
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	1.100	N/A	1.100
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados****		N/A	N/A	
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	0	N/A	N/A	N/A

* O Conselho Fiscal da Companhia não se encontra instalado.

** O valor máximo previsto no plano de remuneração para os bônus da Diretoria corresponde a 12 vezes o pró-labore do Diretor. Este montante não inclui eventual remuneração correspondente a “outros bônus”.

*** Os valores apresentados acima são estimados pela administração da Companhia.

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável do exercício social encerrado em 31/12/2010:

Unidade: mil Reais

	Conselho Geral e de Supervisão*	Diretoria Estatutá- ria	Conselho Fiscal**	Total
Nº de Membros	3,00	4,50	N/A	7,50
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	Não há	N/A	Não há
Valor máximo previsto no plano de Remuneração	N/A	Não há	N/A	Não há
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	Não há	N/A	Não há
Valor efetivamente reconhecido	N/A	966	N/A	966
Participação nos resultados***				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

* Durante o exercício social de 2010, a Companhia não possuía Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão exercia funções típicas de Conselho de Administração. Os membros do Conselho Geral e de Supervisão não faziam jus a remuneração variável.

** O Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado em 2010.

*** Em 2010, a remuneração dos administradores da Companhia não compreendia parcela variável correspondente a participação nos resultados.

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável do exercício social encerrado em 31/12/2009:

Unidade: mil Reais

	Conselho Geral e de Supervisão*	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal**	Total
Nº de Membros	3,00	4,00	N/A	7,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	Não há	N/A	Não há
Valor máximo previsto no plano de Remuneração	N/A	Não há	N/A	Não há
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	Não há	N/A	Não há
Valor efetivamente reconhecido	N/A	850	N/A	850
Participação nos resultados***				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de Remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

* Durante o exercício social de 2009, a Companhia não possuía Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão exercia funções típicas de Conselho de Administração. Os membros do Conselho Geral e de Supervisão não faziam jus a remuneração variável.

** O Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado em 2009.

*** Em 2009, a remuneração dos administradores da Companhia não compreendia parcela variável correspondente a participação nos resultados.

Observação: o número de membros do Conselho Geral e de Supervisão e da Diretoria Estatutária mencionados nas tabelas acima foi apurado com base na média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não há plano de remuneração baseado em ações em vigor no último exercício social e nem previsto para o exercício social corrente.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Em 31 de dezembro de 2010:		
Órgão	Ações	Sociedade Emissora
Conselho Geral e de Supervisão*	1	Companhia
	1	Tração S.A.
	17.136	Concretus, BV
	2.000.000	Confiança Participações S.A.

* Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não possuía Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão exercia funções típicas de Conselho de Administração.

Em 08 de fevereiro de 2011:		
Órgão	Ações	Sociedade Emissora
Conselho de Administração	5	Companhia
	1	Tração S.A.
	17.136	Concretus, BV
	2.000.000	Confiança Participações S.A.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que não houve nos últimos 3 exercícios sociais e nem há para o exercício social corrente previsão de remuneração baseada em ações.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que não havia, ao final do último exercício social, plano de remuneração baseado em ações.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que não houve nos últimos 3 exercícios sociais plano de remuneração baseado em ações.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a

13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não há informações necessárias para a compreensão dos itens 13.6 a 13.8, visto que não são aplicáveis à Companhia.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia proporciona aos seus funcionários e Diretores o acesso a um dos dois planos de previdência complementar em regime de contribuição definida, sendo que a contribuição da Companhia é discricionária, variável, sendo decidida anualmente pelo Conselho de Administração. Para o exercício de 2011, a Companhia decidiu por contribuir com um valor equivalente ao da contribuição do Diretor que se vincular ao plano, até um máximo de 6% de sua remuneração fixa a título de pró-labore.

A seguir é apresentada uma tabela contendo as principais informações sobre os planos de previdência em vigor conferidos aos Diretores. Os planos de previdência atualmente em vigor não são conferidos aos membros do Conselho de Administração.

Diretoria Estatutária	
Nº de Membros	3
Nome do Plano	Sul América Seguros de Vida e Previdência S.A.
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	Não há
Condições para se aposentar antecipadamente	Aposentadoria normal por idade: 60 anos de idade.
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 283.960,00
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 115.763,00
Possibilidade de resgate antecipado e condições	<ul style="list-style-type: none"> - Aposentadoria por idade: 60 anos; - Demissão ou exoneração do cargo por iniciativa da patrocinadora; - Calamidade Pública; - Doença grave mediante apresentação de laudo médico <p>Pedido de demissão ou exoneração por iniciativa do participante.</p>

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Informações não divulgadas, conforme decisão liminar proferida pelo MM. Juízo da 5^a. Vara Federal/RJ, nos autos do processo 2010.5101002888-5, em favor do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF- Rio de Janeiro.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há.

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

	Conselho Geral e de Supervisão*			Diretoria Estatutária		
	2010	2009		2010	2009	
Percentual da remuneração total referente a membros que são partes relacionadas aos controladores da Companhia	100%	100%		76,6%	74,2%	

* Nos exercícios sociais encerrados em 2010 e 2009, a Companhia não possuía Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão exercia funções típicas de Conselho de Administração.

**13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por
órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

Não há.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Sociedade	Natureza da remuneração	Conselho Geral e de Supervisão*		Diretoria Estatutária	
		2010	2009	2010	2009
Controladores diretos ou indiretos (Sétimos Participações, SGPS, S.A. e Tração S.A.)	Remuneração pela ocupação de cargo de Conselheiro Geral e de Supervisão e Diretor Estatutário	R\$1.137 mil	R\$1.080 mil	R\$283 mil	R\$287 mil

* Nos exercícios sociais encerrados em 2010 e 2009, a Companhia não possuía Conselho de Administração, porém possuía um Conselho Geral e de Supervisão com funções similares ao Conselho de Administração.

13.16 - Outras informações relevantes

Até o exercício social de 2011 o Conselho Consultivo e o Conselho Geral e de Supervisão da Companhia exerciam funções típicas de Conselho de Administração, que não existia até então.

Desta forma, os membros do Conselho Consultivo e do Conselho Geral e de Supervisão da Companhia recebiam uma remuneração calculada com base nas responsabilidades e nos deveres inerentes ao cargo exercido, em valores sempre compatíveis com a remuneração média praticada no mercado.

Os valores pagos a título de remuneração dos membros do Geral e de Supervisão da Companhia, referentes aos três últimos exercícios sociais, seguem abaixo relacionados:

Remuneração total do exercício social encerrado em 31/12/2010 – Valores Anuais

Ano 2010	Conselho Geral e de Supervisão
Nº membros	3,00
Remuneração fixa anual	
Salário ou pró-labore	R\$906.000,00
Benefícios diretos e indiretos	R\$44.000,00
Remuneração variável	
Bônus	-
Outros	-
Total da remuneração	R\$950.000,00

Remuneração total do exercício social encerrado em 31/12/2009 – Valores Anuais

Ano 2009	Conselho Geral e de Supervisão
Nº membros	3,00
Remuneração fixa anual	
Salário ou pró-labore	R\$863.000,00
Benefícios direto e indireto	R\$46.000,00
Remuneração variável	
Bônus	-
Outros	-
Total da remuneração	R\$909.000,00

Remuneração total do exercício social encerrado em 31/12/2008 – Valores Anuais

Ano 2008	Conselho Geral e de Supervisão
Nº membros	3,0
Remuneração fixa anual	
Salário ou pró-labore	R\$722.000,00
Benefícios direto e indireto	R\$45.000,00
Remuneração variável	
Bônus	-
Outros	-
Total da remuneração	R\$767.000,00

Observação: o número de membros do Conselho Geral e de Supervisão e da Diretoria Estatutária mencionados nas tabelas acima foi apurado com base na média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

13.16 - Outras informações relevantes

Ademais, o valor pago a título de remuneração aos membros do Conselho Consultivo, nos últimos três exercícios sociais, foi de R\$ 396 mil.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

a) Número de empregados:

2010 – Total: 558

LOCALIZAÇÃO	SETOR	TOTAL
MG	ADMINISTRATIVO	162
	COMERCIAL	82
	INDUSTRIAL	297
SP	INDUSTRIAL	14
RJ	INDUSTRIAL	5

2009 – Total: 539

LOCALIZAÇÃO	SETOR	TOTAL
MG	ADMINISTRATIVO	162
	COMERCIAL	82
	INDUSTRIAL	278
SP	INDUSTRIAL	14
RJ	INDUSTRIAL	9

2008 – Total: 538

LOCALIZAÇÃO	SETOR	TOTAL
MG	ADMINISTRATIVO	169
	COMERCIAL	92
	INDUSTRIAL	235
SP	INDUSTRIAL	14
RJ	INDUSTRIAL	14

b) Número de terceirizados

2010 – Total: 780

LOCALIZAÇÃO	SETOR	TOTAL
MG	Fábrica	314
SP	Terminal	16
RJ	Terminal	9
Expondo da fábrica (obras e projetos)		441

14.1 - Descrição dos recursos humanos

2009 – Total: 429

LOCALIZAÇÃO	SETOR	TOTAL
MG	Fábrica	319
SP	Terminal	10
RJ	Terminal	0

2008 – Total: 485

LOCALIZAÇÃO	SETOR	TOTAL
MG	Fábrica	455
SP	Terminal	16
RJ	Terminal	14

c) Índice de rotatividade

O índice de rotatividade médio (desligamentos voluntários) dos empregados da Companhia para os anos de 2010, 2009 e 2008 foi, respectivamente, de 10,83%, 9,58% e 9,25%.

d) Exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia figurava como ré em 100 processos judiciais de natureza trabalhista. Os valores envolvidos nas reclamações trabalhistas em curso contra a Companhia nessa data somavam, aproximadamente, R\$ 6 milhões, sendo que a Companhia mantinha uma provisão para questões relativas às suas pendências judiciais trabalhistas no montante aproximado de R\$ 3,8 milhões.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia figurava como ré em 72 processos judiciais de natureza trabalhista. Os valores envolvidos nas reclamações trabalhistas em curso contra a Companhia somavam, em 31 de dezembro de 2009, aproximadamente, R\$ 4,2 milhões e o valor da provisão para as pendências judiciais trabalhistas era de R\$ 1,5 milhão.

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia figurava como ré em 20 processos judiciais de natureza trabalhista. Os valores envolvidos nas reclamações trabalhistas em curso contra a Companhia somavam, em 31 de dezembro de 2008, aproximadamente, R\$ 2,8 milhões e o valor da provisão para as pendências judiciais trabalhistas era de R\$ 1,4 milhão.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida no número de empregados ou de trabalhadores terceirizados mantidos pela Companhia entre 2009 e 2008. No exercício de 2010, comparativamente aos dois exercícios anteriores, o número de terceirizados apresentou aumento de 441 trabalhadores, em razão da atual expansão da fábrica da Companhia, todos contratados pela empreiteira responsável pela execução do projeto.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a) Política de salários e remuneração variável; e (b) Política de benefícios

A Companhia possui uma política de remuneração em linha com o mercado e procura estar atualizada sempre em relação aos benefícios.

A Companhia efetua reajustes salariais de acordo com a legislação trabalhista e a data-base dos acordos coletivos das categorias dos empregados. Além disso, concede aumentos salariais de acordo com o desempenho e nível de engajamento dos empregados.

Com relação aos benefícios, a Companhia oferece:

Plano de Saúde para o empregado e seus familiares.

A Companhia oferece a todos os seus empregados e familiares um plano de saúde considerado um dos melhores no mercado.

Transporte de Pessoal.

A Companhia oferece aos seus empregados transporte privado, mediante a contratação de prestadoras de serviços locais, as quais disponibilizam ônibus e micro-ônibus, com a regularidade necessária para o cumprimento do horário de trabalho, segurança e qualidade.

Previdência Privada.

A Companhia dá acesso aos seus funcionários e Diretores a dois planos de previdência complementar em regime de contribuição definida para cada exercício social e que pode variar de exercício social para exercício social. A contribuição da Companhia é decidida anualmente pelo Conselho de Administração. Para o exercício de 2011, a Companhia decidiu contribuir com um valor equivalente ao da contribuição do Diretor que se vincular ao plano, até um máximo de 6% de sua remuneração fixa a título de pró-labore.

Incentivo à Educação.

A Companhia apoia e incentiva o empregado que queira estudar em cursos relacionados com as atividades realizadas na Companhia. São incentivados cursos de níveis técnicos, superiores e de pós-graduação. Atualmente estão inscritas neste programa 25 pessoas, em cursos específicos, com periodicidade média entre 12 meses e 48 meses, e a Companhia contribui com 80% dos custos, correspondendo a um orçamento de R\$ 158 mil para 2011.

Adicionalmente, a Companhia fornece Kit escolar com material básico para os filhos dos colaboradores, cursando o ensino fundamental.

Bônus.

A Companhia oferece aos seus empregados o benefício de recebimento de bônus anual variável, o qual pode corresponder a um ou mais salários do empregado bonificado, podendo, eventualmente, ser inferior a um salário. O valor a ser pago a título de bônus é definido de acordo com a avaliação de desempenho individual do empregado, realizada pela Diretoria e gerência da Companhia. O pagamento do bônus em geral ocorre no mês de dezembro de cada ano.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Prêmio de Mérito e Fidelidade do Empregado e Fundo de Fidelização.

A Companhia mantém um Prêmio de Mérito e Fidelidade do Empregado, para estímulo e retenção de talentos, através de complementação não obrigatória do bônus que o empregado vier a receber, conforme mencionado acima. Essa complementação poderá atingir um máximo de 100% do bônus, de acordo com a avaliação realizada pelo superior imediato de cada empregado.

Uma vez definido o percentual do bônus que será atribuído ao empregado a título de Prêmio de Mérito e Fidelidade do Empregado, a Companhia provisionará, pelo período de 4 anos, o valor equivalente a tal percentual, corrigido pelo CDI. Ao final do período, o valor total acumulado será pago ao empregado, caso ele atinja todas as metas de desempenho estabelecidas para o período e não receba advertências.

PPR - Plano de Participação nos Resultados.

A Companhia possui com os empregados, exceto gerentes, um acordo para participação nos resultados, atrelado ao cumprimento de metas e ao desempenho individual. Atingindo-se as metas de desempenho, o valor do PPR pode chegar a 2,10 salários nominais.

O PPR possui 4 metas globais, definidas entre a Companhia e o sindicato, que totalizam 80% do total de metas, e 2 metas por departamento, definidas em conjunto pela Diretoria, por representantes dos empregados e pelo sindicato, as quais representam 20% do total de metas.

Seguro de Vida.

A Companhia oferece, gratuitamente, a todos os seus empregados e estagiários seguro de vida em grupo, que abrange as seguintes coberturas: morte natural, morte por acidente, invalidez permanente total ou parcial por acidente, invalidez funcional permanente total por doença e assistência funeral familiar. O capital segurado individual é limitado a R\$ 151.668,60. O custo anual para a Companhia é de R\$ 78.876,00, representando um valor por colaborador de R\$ 138,00 por ano.

Trailler Odontológico.

A Companhia mantém convênio com o SESI, por meio de uma unidade móvel, que presta serviços de odontologia básica aos colaboradores por um período de 3 meses por ano dentro da Companhia (sem ônus para os colaboradores). Em média, 140 colaboradores são tratados por ano.

Ticket Refeição.

A Companhia oferece vale refeição aos seus empregados mensalmente. Os tickets podem ser utilizados na rede de restaurantes e/ou supermercados credenciados.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A maioria dos empregados da Companhia e de seus profissionais terceirizados em Minas Gerais é representada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e Mobiliário de Vespasiano e São José da Lapa - SINTICOM. A convenção de trabalho mais recente foi celebrada em janeiro 2010, vigente no período de setembro de 2009 a outubro de 2010, com a reposição da inflação do período e ganho real, totalizando 4,95%.

A Companhia está, atualmente, negociando novo acordo em substituição ao que se encontra em vigor.

Em relação aos terminais de São Paulo, os empregados da Companhia são representados pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Cimento, Cal, Gesso e Argamassa de São Paulo. A Companhia tem por hábito concluir as negociações na fábrica e posteriormente seguir o mesmo acordo para os terminais, assim sendo, a convenção de trabalho mais recente foi celebrada em janeiro 2010, vigente no período de setembro de 2009 a outubro de 2010, com a reposição da inflação do período e ganho real, totalizando 4,95%. A Companhia está, atualmente, negociando novo acordo em substituição ao que se encontra em vigor.

Ao longo do tempo, a Companhia tem mantido um bom relacionamento com os empregados e os respectivos sindicatos das categorias. Por tal razão, não possui registros de greves e paralisações por parte dos empregados.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Ações preferenciais %	Última alteração	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CPF/CNPJ acionista		Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)				
Qtde. ações ordinárias (Unidades)							
Detalhamento por classes de ações (Unidades)							
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
Tração S.A.							
19.159.201/0001-64	Brasileira-MG	Não	Sim	0,000000%	31/12/2010	127.999,995	99,999999%
	127.999,995	99,999999%	0	0,000000%			
OUTROS							
	5	0,000001%	0	0,000000%	5		0,000001%
AÇÕES EM TESOURARIA							
	0	0,000000%	0	0,000000%	0		0,000000%
TOTAL	128.000,000	100,000000%	0	0,000000%	128.000,000		100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLDORA / INVESTIDORA		ACIONISTA		Nacionalidade-UF		Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador		Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)		Qtde. ações ordinárias (Unidades)		Ações ordinárias %		Qtde. ações preferenciais (Unidades)		Ações preferenciais %		Qtde. total de ações (Unidades)	
CONTROLDORA / INVESTIDORA		Ações ordinárias (Unidades)		Ações ordinárias %		Ações preferenciais (Unidades)		Ações preferenciais %		Qtde. total de ações (Unidades)	
Ação		Qtde. de ações (Unidades)		Ações %		Qtde. de ações (Unidades)		Ações %		Qtde. total de ações (Unidades)	
Luis de Mello Champalmaud		Brasileira-XX		Não		Sim		0,000000		1	
402.457.307-10		1		0,000001		0		0,000000		1	
Classe ação		Qtde. de ações (Unidades)		Ações %		Qtde. de ações (Unidades)		Ações %		Qtde. total de ações (Unidades)	
TOTAL		0		0,000000		0		0,000000		0	
OUTROS		0		0,000000		0		0,000000		0	
TOTAL		500.000		100.000000		0		0,000000		500.000	
Zimba, B.V.		Holandesa		Não		Sim		0,000000		499.999	
11.427.477/0001-74		499.999		99,999999		0		0,000000		499.999	
Classe ação		Qtde. de ações (Unidades)		Ações %		Qtde. de ações (Unidades)		Ações %		Qtde. total de ações (Unidades)	
TOTAL		0		0,000000		0		0,000000		0	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA	CPF/CNPJ	Nacionalidade-JF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA					
Zimba, B.V.					
Concretus, B.V.					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS	0	0,000000	0	0	0,000000
TOTAL	180.000	100,000000	180.000	0	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLOADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Total ações %	Última alteração
Detailhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
CONTROLOADORA / INVESTIDORA						
Concretus, B.V.						
Luis de Mello Champalimaud						
402.457.307-10	Brasileira:XX					
17.136	9,520000	0	0,000000	17.136	9,520000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS	0	0,000000	0	0	0,000000	
Sátimos Participações, SGPS, S.A.						
162.864	90,480000	0	0,000000	162.864	90,480000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
TOTAL	180.000	0,000000			180.000	
						100,000000
						180.000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLDORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração
Detalhamento de ações (Unidades)	Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)
CONTROLDORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social			
Sétimos Participações, SGPS, S.A.					
Cimentus, B.V.					
	Holandesa			Sim	31/12/2010
	100.000000	0		0,000000	1.489.080
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
	0	0,000000	0	0,000000	0,000000
TOTAL	1.489.080	100.000000	0	0,000000	1.489.080

15.1 / 15.2 - Posição acionária

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA		ACIONISTA		Última alteração	
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	CPF/CNPJ acionista
CONTROLADORA / INVESTIDORA					Composição capital social
Confiança Participações, SGPS, S.A.					
Luis de Mello Champalmaud					
402.457.307-10	Brasileira-XX	Não	Sim		
2.000.000	100.000000	0	0.000000	2.000.000	100.000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0.000000	0	0	0	0.000000
TOTAL	2.000.000	100.000000	0	2.000.000	100.000000

15.3 - Distribuição de capital

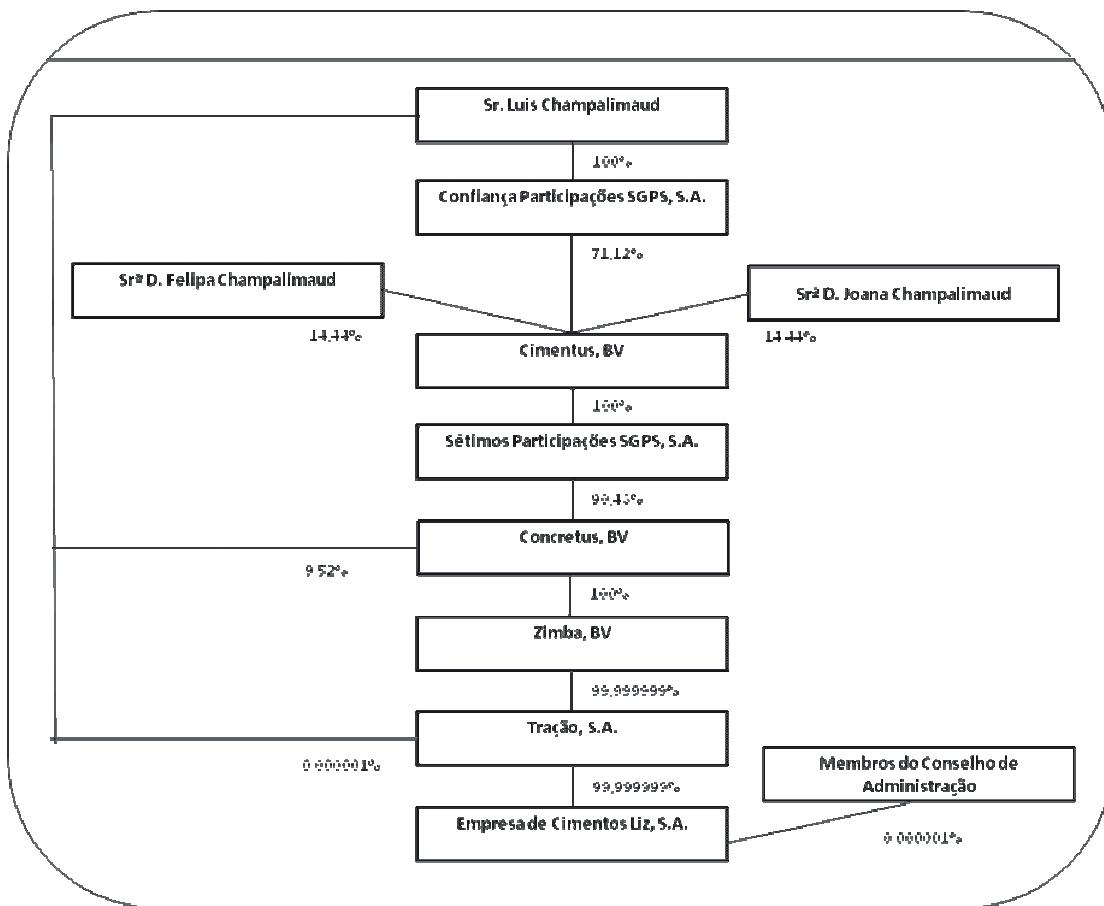
Data da última assembléia	03/03/2011
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	5
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000000%
Quantidade preferênciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	0	0,000000%

15.4 - Organograma dos acionistas



A Companhia é controlada diretamente pela Tração S.A. com sede no Brasil. Todos os controladores indiretos da Companhia estão sediados no exterior.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não há acordos de acionista arquivado na sede da Companhia.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não houve, nos últimos 3 exercícios sociais ou no exercício social corrente, alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle da Companhia

15.7 - Outras informações relevantes

Não há nenhuma outra informação relevante.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Lei 6.404/76 proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

A Companhia possui empréstimos e financiamentos junto às suas Controladoras (direta ou indiretas) sediadas no Brasil ou no exterior no valor total de R\$147.193 mil estando esses financiamentos sujeitos a oscilações cambiais.

Os financiamentos em moeda nacional estão indexados à TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e os financiamentos em moeda estrangeira estão indexados à Euribor acrescida de um *Spread* de até 2,5% a.a., mais correspondente imposto de renda retido.

Ademais, o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros determina: “A Companhia deve enviar à BOVESPA e divulgar informações de todo e qualquer contrato celebrado entre a Companhia e suas Controlada(s) e Coligada(s), seus Administradores, seu Acionista Controlador, e, ainda, entre a Companhia e sociedade(s) Controlada(s) e Coligada(s) dos Administradores e do Acionista Controlador, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou de direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) ou valor igual ou superior a 1% (um por cento) sobre o patrimônio líquido da Companhia, considerando-se aquele que for maior”.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de divida	Taxa de juros cobrados
Zimba, BV	01/10/2010	23.300.000,00	R\$10.278.596,00 em 31/12/2010	N/A	01/06/2017	SIM	3,697000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Empréstimo	N/A	Controladora indireta				
Garantia e seguros			Inadimplência, venda de ativos permanentes				
Rescisão ou extinção			Financiamento das atividades da Companhia.				
Natureza e razão para a operação			A taxa de juros é calculada conforme a variação do índice Eunibor 6M.				
Zimba, BV	22/10/2010	23.970.000,00	R\$22.298.808,00 em 31/12/2010.	N/A	22/06/2017	SIM	3,753000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Empréstimo	N/A	Controladora indireta				
Garantia e seguros			Inadimplência, venda de ativos permanentes				
Rescisão ou extinção			Financiamento das atividades da Companhia.				
Natureza e razão para a operação			A taxa de juros é calculada conforme a variação do índice Eunibor 6M.				
Zimba, BV	27/10/2010	11.140.000,00	R\$11.145.374,00 em 31/12/2010.	N/A	27/06/2017	SIM	3,767000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Empréstimo	N/A	Controladora indireta				
Garantia e seguros			Inadimplência, venda de ativos permanentes				
Rescisão ou extinção			Financiamento das atividades da Companhia.				
Natureza e razão para a operação			A taxa de juros é calculada conforme a variação do índice Eunibor 6M.				
Zimba, BV	04/11/2010	40.171.000,00	R\$38.080.898,00 em 31/12/2010.	N/A	04/06/2017	SIM	3,173200

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de divida	Taxa de cobrados
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Emprestimo	N/A					
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Inadimplência, venda de ativos permanentes						
Natureza e razão para a operação	Financiamento das atividades da Companhia. A taxa de juros é calculada conforme a variação do índice Euribor 6M.						
Zimba, BV	R\$47.027.351,00 em 09/11/2010	49.308.000,00	N/A 31/12/2010.		09/03/2014	SIM	3,174200
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Emprestimo	N/A					
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Inadimplência, venda de ativos permanentes						
Natureza e razão para a operação	Financiamento das atividades da Companhia. A taxa de juros é calculada conforme a variação do índice Euribor 6M.						
Zimba, BV	R\$14.547.136,00 em 12/11/2010	15.213.250,00	N/A 31/12/2010.		12/03/2014	SIM	3,171200
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Emprestimo	N/A					
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Inadimplência, venda de ativos permanentes						
Natureza e razão para a operação	Financiamento das atividades da Companhia. A taxa de juros é calculada conforme a variação do índice Euribor 6M.						
Zimba, BV	R\$22.318.497,00 em 10/12/2010	22.690.000,00	N/A 31/12/2010.		10/12/2012	SIM	3,754000
Relação com o emissor							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida	Taxa de cobrados
Objeto contrato	Empréstimo						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Zimba, LLC	16/12/2005	9.362.800,00	R\$11.604.834,57 em 31/12/2008. Atualmente o empréstimo encontra-se quitado pela Companhia.	N/A	21/05/2009	SIM	4,570000
Relação com o emissor	Controladora indireta						
Objeto contrato	Empréstimo						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Zimba, LLC	17/06/2006	12.617.000,00	R\$9.758.009,81 em 31/12/2009. Atualmente o empréstimo encontra-se quitado pela Companhia.	N/A	26/04/2010	SIM	2,893000
Relação com o emissor	Controladora indireta						
Objeto contrato	Empréstimo						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Zimba, LLC							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de divida	Taxa de juros cobrados
Zimba, LLC	15/03/2006	51.070.000,00	R\$31.634.485,68 em 31/12/2009. Atualmente o empréstimo encontra-se quitado pela Companhia.	N/A	25/10/2010	SIM	3,456000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Contratadora indireta	Empréstimo	N/A				
Garantia e seguros	Inadimplência, venda de ativos permanentes						
Rescisão ou extinção	Financiamento das atividades da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	A taxa de juros é calculada conforme a variação do índice Euribor 6M.						
Zimba, LLC	01/03/2007	25.668.000,00	R\$23.389.510,04 em 31/12/2009. Atualmente o empréstimo encontra-se quitado pela Companhia.	N/A	05/10/2010	SIM	3,459000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Contratadora indireta	Empréstimo	N/A				
Garantia e seguros	Inadimplência, venda de ativos permanentes						
Rescisão ou extinção	Financiamento das atividades da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	A taxa de juros é calculada conforme a variação do índice Euribor 6M.						
Zimba, LLC	28/06/2007	54.390.000,00	R\$52.671.709,28 em 31/12/2009. Atualmente o empréstimo encontra-se quitado pela Companhia.	N/A	11/11/2010	SIM	3,535000
Relação com o emissor							
	Contratadora indireta						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida	Taxa de cobrados
Objeto contrato	Empréstimo						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Cimentus, BV	19/12/2008	16.910.000,00	R\$12.547.047,20 em 31/12/2009. Atualmente o empréstimo encontra-se quitado pela Companhia.	N/A	08/11/2010	SIM	2,168200
Relação com o emissor	Controladora indireta						
Objeto contrato	Empréstimo						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Cimentus, BV	13/01/2009	12.044.000,00	R\$10.136.437,27 em 31/12/2009. Atualmente o empréstimo encontra-se quitado pela Companhia.	N/A	27/10/2010	SIM	2,956000
Relação com o emissor	Controladora indireta						
Objeto contrato	Empréstimo						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Cimentus, BV							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Rеais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de divida	Taxa de juros cobrados
Cimentus, BV	04/02/2009	35.593.200,00	R\$30.345.095,79 em 31/12/2009. Atualmente o empréstimo encontra-se quitado pela Companhia.	N/A	08/11/2010	SIM	2,949000
Relação com o emissor							
Objeto contrato		Contratadora indireta					
Garantia e seguros		Empréstimo					
Rescisão ou extinção		N/A					
Natureza e razão para a operação		Inadimplência, venda de ativos permanentes					
Zimba, LLC	01/07/2010	Financiamento das atividades da Companhia. A taxa de juros é calculada conforme a variação do índice Euribor 6M.	8.000.000,00	N/A	31/12/2025	SIM	1,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato		Contratadora indireta					
Garantia e seguros		Fiança					
Rescisão ou extinção		N/A					
Natureza e razão para a operação		Inadimplência da comissão a ser paga					
Tração S.A.	30/06/2010	Afiangular a Companhia no contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica realizado junto à CEMIG Geração e Transmissão S.A.	2.608.000,00	R\$ 2.687.688,00	N/A	2021	SIM
							4,500000
Relação com o emissor							
Objeto contrato		Contratadora					
Garantia e seguros		Fiança					
Rescisão ou extinção		N/A					
Natureza e razão para a operação		Afiangular a Companhia no contrato de FINAME PSI realizado junto ao BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais					
Tração S.A.	30/06/2010	R\$ 3.760.926,00	N/A		15/07/2018	SIM	7,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de divida	Taxa de cobrados
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.	07/08/1989	0,00	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,0000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.	01/10/2007	0,00	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,0000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.	20/09/2004	3.300.000,00	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,0000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de divida	Taxa de cobrados
Garantia e seguros	Um terreno Fazenda Pombal – área de 1.737.600,00 (50%) — matrícula 22.564 de 01.07.1999 – Livro nº 2-DJ – fls. 196 – Cartório L.Santa. R\$ 3.300.000,00	N/A					
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.	20/09/2004	440.000,00	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada						
Garantia e seguros	terreno Fazenda Pombal – área de 1.737.600,00 (7%) — matrícula 22.564 de 01.07.1999 – Livro nº 2-DJ – fls. 196 – Cartório L.Santa. R\$ 440.000,00	N/A					
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.	17/08/2004	481.905,00	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada						
Garantia e seguros	Máquina Trituradora Marca TPA – Mod. SP/H 10.000 nº Série 329 – completa – NF 0000005 de 14.07.04. R\$ 481.905,00.	N/A					
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.	20/04/2004	141.237,32	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada						
Garantia e seguros	2 microcomputadores COMPAC: R\$ 113.279,20; 4 unidades de disco rígido com um só conjunto cabeça 9 disco e 2 monitores: R\$ 6.891,12; 1 RACK Solution 2 e 01 RAC Server Preto 4 bandejas: R\$ 14.768,00; 1 RAYM X6 Pirômetro Taytec: R\$ 6.299,00						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de divida	Taxa de cobrados
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.	20/12/2004	1.023.286,71	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.	21/11/2005	151.145,65	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.	31/07/2006	224.082.566,00	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de divida	Taxa de cobrados
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.	19/07/2006	280.000,00	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controladora	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada					
Garantia e seguros		01 triturador SP/E 1000-B da TPA Trituradora do Brasil Ltda – NF 000073 – 08.07.05.					
Rescisão ou extinção		N/A					
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.	08/05/2006	52.545.214,32	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controladora	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada					
Garantia e seguros		Jazida de Calcario – área 91.37.87 – Proc. DNPM 831.584/90.					
Rescisão ou extinção		N/A					
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.	06/06/2006	0,00	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controladora	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada					
Garantia e seguros		Imóvel denominado Fazenda Pombal – matrícula 22.564.					
Rescisão ou extinção		N/A					
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.	17/08/2001	42.500,00	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
	Controladora						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R ^{reais})	Saldo existente	Montante (R ^{eais})	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida	Taxa de cobrados
Objeto contrato			Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada				
Garantia e seguros			Semi Reboque silo Tanque em V. Marca Randon, SR SL TV 1997 – Chassis 9ADH09130VM126405 – Renavam 669939340 – Placa GTP 1186 – NF 000174, de 29.05.00.				
Rescisão ou extinção			N/A				
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.	11/08/2000	42.500,00	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor			Controladora				
Objeto contrato			Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada				
Garantia e seguros			1 Semi Reboque silo tanque - Mod. SR SL TV 1997 – NF 000161 – GTP 1187.				
Rescisão ou extinção			N/A				
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.	19/10/2001	2.036.110,20	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor			Controladora				
Objeto contrato			Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada				
Garantia e seguros			2 locomotivas Mod. 4150TM – Séries LGN 971781298 e LN 971941298 – NF 004951; R\$ 1.128.409,73;				
			1 motor WEG 3600 KM, 1200 rpm – NF 018837 de 03/11/98; R\$ 305.159,00;				
			1 Transportador de Clinquer 1000 x 83.000 mm, NF 00812 de 22.07.98; R\$ 478.541,47;				
			1 Partes de peças do transportador – NF 000814 de 22.07.98; R\$ 124.000,00;				
Rescisão ou extinção			N/A				
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.		0,00	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor			Controladora				
Objeto contrato			Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada				

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Rеais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de divida cobrados
Garantia e seguros	GPT 1185 e GTP 1157					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação						
Tração S.A.						
 Relação com o emissor						
Objeto contrato	Controladora					
Garantia e seguros	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada					
	2 locomotivas Mod. 4150TM – Série LGN 971781298 e LN 971941298 – NF 004951; R\$ 1.128.409,73;					
	1 motor WEG 3600 KM, 1200 rpm – NF 018837 de 03/11/98; R\$ 305.159,00;					
	1 Transportador de Clínquer 1000 x 83.000 mm, NF 00812 de 22/07/98; R\$ 478.541,47;					
	1 Partes de peças do transportador – NF 000814 de 22/07/98; R\$ 124.000,00;					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação						
Tração S.A.						
 Relação com o emissor						
Objeto contrato	Controladora					
Garantia e seguros	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada					
	1 semi reboque – Chassi 9ADH09130VM126242 – Placa GTP 1170 – NF 000159; R\$ 42.500,00;					
	1 semi reboque – chassi 9ADH09130VM126316 – Placa GTP 1178 – NF 000160; R\$ 42.500,00;					
	1 semi reboque – chassi 9ADH09130VM26406 – Placa GTP 1187 – NF 000161; R\$ 42.500,00					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação						
Tração S.A.						
 Relação com o emissor						
Objeto contrato	Controladora					
Garantia e seguros	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada					
	131.500,00					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação						
Tração S.A.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R ^{reais})	Saldo existente	Montante (R ^{eais})	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de divida	Taxa de cobrados
Garantia e seguros							
	1 semi reboque – Chassi 9ADH09130VM26315 – Placa GTP 1175 – NF 000113: R\$ 42.500,00;						
	1 semi reboque – chassi 9ADH0913WWM138521 – Placa GVK 9635 – NF 000171: R\$ 46.500,00;						
	1 semi reboque – 1997 – GTP 1186 – chassi 9ADH09130VM126405 – NF 000174: R\$42.500,00;						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.	05/12/2001	403.953,80	N/A	N/A	N/A	0,000000	
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Garantia e seguros							
	1 Paletizador automático para sacos – Mod. 28W3600 – Série 01.772, 2001 – Marca KL GMBH – NF 001126 de 17.10.2001: R\$ 282.185,30;						
	1 Soprador SRV 2780 eo foto com acessórios e motor, Série 165.901 – NF 066982, de 21.09.01 da OMEI: R\$ 53.518,50;						
	1 Queimador para forno rotativo – NF 000585 de 03.08.01: R\$ 68.250,00						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.	05/12/2001	403.953,80	N/A	N/A	N/A	0,000000	
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Garantia e seguros							
	1 Paletizador automático p/sacos com capacidade 3.600 sacos/hora – Mod. 28W3600 – Série 01.772, 2001 – Marca KL GMBH – NF 001126 de 17.10.2001: R\$ 282.185,30;						
	1 Soprador SRV-2780 em foto c/ acessórios e motor, Série 165.901 – NF 066982, de 21/09/2001: R\$ 53.518,50;						
	1 Queimador para forno rotativo – Projeto P4807 – NF 000585 de 03.08.2001: R\$ 68.250,00						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.	27/05/2003	85.000,00	N/A	N/A	N/A	0,000000	
Relação com o emissor							
Objeto contrato							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R ^{reais})	Saldo existente	Montante (R ^{reais})	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de divida	Taxa de cobrados
Garantia e seguros	1 semi reboque – Placa GTP 1156 – Chassi 9ADH09130VM125528 – NF 000165 – 25/05/00: R\$ 42.500,00; 1 semi reboque – Placa GTP 1158 – Chassi 9ADH09130VM125529 – NF 000178 – 05.06.00: R\$ 42.500,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0,000000
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.	27/05/2003	46.500,00	N/A	N/A	N/A	N/A	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada						
Garantia e seguros	semi REBOQUE Chassi 9ADH913WWM138518 – Placa GVK 9626 – NF 000169 de 25/05/2000 –						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.	08/09/2006	2.319.345,88	N/A	N/A	N/A	N/A	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada						
Garantia e seguros	Central de Dosagem e Estocagem de Cimento – NF 000604 – R\$ 785.618,00;						
Rescisão ou extinção	istema de Enchimento para Big Bag – ME – CIII – NF 037.199: R\$ 1.533.727,88						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Tração S.A.	21/07/2003	0,00	N/A	N/A	N/A	N/A	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada						
Garantia e seguros	2 ações ordinárias nominativas da Soelcom						
Rescisão ou extinção	N/A						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de divida	Taxa de cobrados
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.	06/09/2006	346.130,00	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controladora	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada					
Garantia e seguros		Medidor de Material Particulado Mod. Laserdus – Nf 0000010					
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.	09/11/2004	18.501,60	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controladora	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada					
Garantia e seguros		186 sacos de cimento CP III E 4					
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.	22/05/2005	19.513,00	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controladora	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada					
Garantia e seguros		1.235 SACOS DE CIMENTO CP III E 40.					
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.	06/06/2005	42.533,60	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
	Controladora						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Rеais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida	Taxa de cobrados
Objeto contrato		Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada					
Garantia e seguros		692 sacos de cimento CPI III E 40					
Rescisão ou extinção		N/A					
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.	08/11/2004	28.507,50	N/A	N/A	N/A	0,000000	
Relação com o emissor							
Objeto contrato		Controladora					
Garantia e seguros		Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada					
Rescisão ou extinção		715 sacos de Cimento CP II E 32					
Natureza e razão para a operação		N/A					
Tração S.A.	22/05/2006	0,00	N/A	N/A	N/A	0,000000	
Relação com o emissor							
Objeto contrato		Controladora					
Garantia e seguros		Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada					
Rescisão ou extinção		380 sacos de cimento CP III/32					
Natureza e razão para a operação		N/A					
Tração S.A.	13/12/2004	66.473,60	N/A	N/A	N/A	0,000000	
Relação com o emissor							
Objeto contrato		Controladora					
Garantia e seguros		Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada					
Rescisão ou extinção		01 Impressora Multifuncional Ricoh Aficio 2035 – NF 00004, - Série K2845100212: R\$ 52.131,60; Impressora Multifuncional Ricoh Aficio 2015 – NF 00006: R\$ 14.342,00					
		N/A					

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de divida	Taxa de cobrados
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.	13/12/2004	208.526,40	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controladora	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada					
Garantia e seguros		4 Impressoras Multifuncional Ricoh Aficio 2035 – NF 00007 – Séries J7946101144, K28415100190, J7946101194 e K2845100180.					
Rescisão ou extinção		N/A					
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.	10/11/2005	481.905,00	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controladora	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada					
Garantia e seguros		1 máquina trituradora marca TPA – Modelo SP/H 100p00 – Série 329 – Completa					
Rescisão ou extinção		N/A					
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.	11/05/2006	1.125.500,00	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controladora	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada					
Garantia e seguros		8 Carretas Mercedes Bens – ModeloL 1620					
Rescisão ou extinção		N/A					
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.	16/08/2004	8.000.000,00	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
	Controladora						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Rеais)	Saldo existente	Montante (Rеais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de divida	Taxa de cobrados
Objeto contrato							
	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada						
Garantia e seguros							
	Terreno rural Faz. Lapa Vermelha, área 91.37,87,matrícula 23.5560, de 20/12/2000, Livro 2-DF – fls. 154 – Cartório L. Santa.						
Rescisão ou extinção							
	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.	20/09/2004	2.420.000,00	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
	Controladora						
	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada						
Garantia e seguros							
	Terreno Fazenda Pombal – área de 1.737.600,00 (40%) , matrícula 22.564 de 01/07/1999 – Livro nº 2-DJ – fls. 196 – Cartório L. Santa						
Rescisão ou extinção							
	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.	15/12/2005	0,00	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
	Controladora						
	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada						
Garantia e seguros							
	Terreno rural situado Fazenda Lapa vermelha –área 91.37,87 – matrícula 23850 – Livro 2 – DP fls. 154						
Rescisão ou extinção							
	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.		3.733.220,93	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
	Controladora						
	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada						
Garantia e seguros							
	Terreno Rural Fazenda Pombal – Matrícula 22.564						
Rescisão ou extinção							
	N/A						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de divida	Taxa de cobrados
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.	17/05/2005	0,00	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controladora	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada					
Garantia e seguros		1.180 sacos de cimento CP II E 32					
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.	05/07/2005	0,00	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controladora	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada					
Garantia e seguros		788 sacos de cimento					
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.		931.745,29	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controladora	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada					
Garantia e seguros		Produto de lava jazida Ribeirão da Mata – área 342, 09 – Fazenda Lapa Vermelha					
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.		0,00	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
	Controladora						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Rеais)	Saldo existente	Montante (Rеais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida cobrados
Objeto contrato						
	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada					
Garantia e seguros						
	657 toneladas de cimento a granel CP E-40.					
Rescisão ou extinção						
	N/A					
Natureza e razão para a operação						
Tração S.A.		0,00	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor						
	Controladora					
Objeto contrato						
	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada					
Garantia e seguros						
	339 toneladas de cimento a granel CP E-40.					
Rescisão ou extinção						
	N/A					
Natureza e razão para a operação						
Tração S.A.		252.460,52	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor						
	Controladora					
Objeto contrato						
	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada					
Garantia e seguros						
	Terreno Fazenda Pombal – matrícula 22.564 – área 173,76.					
Rescisão ou extinção						
	N/A					
Natureza e razão para a operação						
Tração S.A.		21.587,04	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor						
	Controladora					
Objeto contrato						
	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada					
Garantia e seguros						
	Terreno Fazenda Pombal – matrícula 22.564 – área 173,76					
Rescisão ou extinção						
	N/A					

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de divida	Taxa de cobrados
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.	22.909.713,44	N/A	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controladora	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada					
Garantia e seguros		43,60% do produto de lavra da Jazida de área 91.37,87, matrícula 23.560.					
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.	1.181.079,03	N/A	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controladora	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada					
Garantia e seguros		2,25% do produto de lavra da Jazida de área 91.37.87 = matrícula 23.560.					
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.	917.182,94	N/A	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controladora	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada					
Garantia e seguros		22,29% do produto de lavra da Jazida de área 91.37,87, matrícula 23.560.					
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.	208.372,28	N/A	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
	Controladora						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Rеais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de divida	Taxa de cobrados
Objeto contrato							
	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada						
Garantia e seguros	2.54 do produto de lavra da Jazida de área 91.37.87, Matrícula 23.560						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.		3.283.140,18	N/A	N/A	N/A	0,000000	
Relação com o emissor							
	Controladora						
Objeto contrato							
	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada						
Garantia e seguros	Um terreno rural denominado Fazenda Januária - Matrícula 27.379;						
	Uma área de terras 03 alqueires – matrícula 24.291						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.		247.845,28	N/A	N/A	N/A	0,000000	
Relação com o emissor							
	Controladora						
Objeto contrato							
	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada						
Garantia e seguros	Fazenda Pombal – área 173,76 – Matrícula 22.564						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.		1.015.307,40	N/A	N/A	N/A	0,000000	
Relação com o emissor							
	Controladora						
Objeto contrato							
	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada						
Garantia e seguros	9% do imóvel Fazenda do Pombal – Matrícula 22.564.						
Rescisão ou extinção	N/A						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de divida	Taxa de cobrados
Natureza e razão para a operação							
Tração S.A.		1.578.281,76	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controladora						
Garantia e seguros	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada						
Rescisão ou extinção	36,00 hectares das terras de cultura – Fazenda Olhos D'água – matrícula 24.290; 20% da Fazenda Pombal – matrícula 22.564.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Tração S.A.		6.401,70	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controladora						
Garantia e seguros	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada						
Rescisão ou extinção	0,06 do imóvel Fazenda Pombal – Matrícula 22.564						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Tração S.A.		1.495.031,94	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controladora						
Garantia e seguros	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada						
Rescisão ou extinção	12% - imóvel Fazenda Pomba – matrícula 22.564.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Tração S.A.		27.146,84	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida	Taxa de cobrados
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controladora						
Garantia e seguros	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada						
Rescisão ou extinção	Um ventilador Centrífugo adquirido da ENGEMPAQ – NF 001739 – de 19.10.07 – VR> 32.500,00						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Tração S.A.		163.325,52	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controladora						
Garantia e seguros	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada						
Rescisão ou extinção	Locomotiva Mod. 4150TM – Motor CUMMINS, Mod. B5-9-C série LGN 971941298 – adquirida em 02.03.99 – Valor: R\$ 564.204,86						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Tração S.A.		46.080,74	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controladora						
Garantia e seguros	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada						
Rescisão ou extinção	Caminhão Mercedes Benz – Diesel – 2005 – cor vermelha chassis 9BM95807468456349 – Placa GXM 4222 – NF 113145 de 12.12.2005 – R\$ 131.000,00						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Tração S.A.		145.440,00	N/A	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controladora						
Garantia e seguros	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada						
	Terra Nua – Jazida Lapa Vermelha matrícula 23560						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida cobrados
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação		193.429,08	N/A	N/A		NÃO 0,000000
Tração S.A.						
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada					
Garantia e seguros	Terra Nua – Jazida Lapa Vermelha – matrícula 23.560					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação		130.105,10	N/A	N/A		NÃO 0,000000
Tração S.A.						
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada					
Garantia e seguros	10.000 sacos de cimento CP V – Liz Premium					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação		0,00	N/A	N/A		NÃO 0,000000
Tração S.A.						
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada					
Garantia e seguros	Terra Nua – Jazida Lapa Vermelha – Matrícula 23560.					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação		57.400,00	N/A	N/A		NÃO 0,000000
Tração S.A.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida cobrados
Relação com o emissor						
Objeto contrato	Controladora					
Garantia e seguros	Bens dados em garantia em execução fiscal contra a parte relacionada					
Rescisão ou extinção	3.500 sacos de cimento CP II 32 E					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Cimentus, BV	25/06/2010	13.994.100,00	R\$0. O empréstimo foi celebrado e quitado pela Companhia no decorrer do exercício social de 2010.	N/A	17/11/2010	SIM
Relação com o emissor						
Objeto contrato	Controladora indireta					
Garantia e seguros	Empréstimo					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Inadimplência, venda de ativos permanentes					
Zimba, BV	Financiamentos das atividades da Companhia	05/01/2011	10.935.000,00	R\$11.532.252,42	N/A	05/07/2011
Relação com o emissor						
Objeto contrato	Controladora indireta					
Garantia e seguros	Empréstimo					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Inadimplência, venda de ativos permanentes					
Sr. Luis de Mello Champalimaud e Tração S.A.	Financiamento das atividades da Companhia. A taxa de juros é calculada conforme a variação do índice Euribor 6M.	11/03/2011	12.156.221,85	R\$12.156.221,85	N/A	11/03/2021
Relação com o emissor						
	Controlador indireto e Controladora					

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida	Taxa de cobrados
Objeto contrato				Prestação de aval pelas partes relacionadas à Companhia em razão do contrato FINAME-PSI celebrado pela Companhia em 11/03/2011.			
Garantia e seguros				N/A			
Rescisão ou extinção				N/A			
Natureza e razão para a operação							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses.**

As operações celebradas entre a Companhia e partes relacionadas são feitas em condições de mercado e estão amparadas pela legislação aplicável, especialmente o artigo 245 da Lei 6.404/76 e a Política de Conduta e Ética da Companhia que expressamente veda qualquer situação em que o interesse pessoal é conflitante com os interesses da Companhia.

Ademais, a Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo as previstas no Regulamento do Novo Mercado.

b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

A Companhia, ao celebrar acordos, o faz sempre observando as condições praticadas em mercado àquela época, sempre pautada pelos objetivos da Companhia e a função social que desempenha nas regiões onde atua.

Nos casos em que contratou com partes relacionadas, a Companhia o fez guiada pelas vantagens proporcionadas em relação às condições apresentadas pelo mercado, sempre observados os princípios éticos que norteiam as suas atividades.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Autorizado				
29/01/2011	0,00		128.000.000	0	128.000.000
Tipo de capital	Capital Emitido				
15/12/2010	121.964.453,59		128.000.000	0	128.000.000
Tipo de capital	Capital Subscrito				
15/12/2010	121.964.453,59		128.000.000	0	128.000.000
Tipo de capital	Capital Integralizado				
15/12/2010	121.964.453,59		128.000.000	0	128.000.000

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
15/12/2010	Assembleia Geral Extraordinária	15/12/2010	12.316.048,98	Subscrição particular	132.830.554	0	132.830.554	10.64638826	0,53	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Valor patrimonial por ação, das ações existentes.

Forma de integralização Conversão de dívida

17.3. Desdobramentos, grupamentos e bonificações:

Data da deliberação do Grupamento	Quantidade de ações antes da aprovação, separadas por classe e espécie	Quantidade de ações depois da aprovação, separadas por classe e espécie
15/12/2010	1.380.488.921	128.000.000 ações ordinárias

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
15/12/2010	15/12/2010	6.035.546,41	0	0	0	0	0,00

Forma de restituição

Razão para redução

Cisão parcial seguida de incorporação da parcela cindida pela Tração S.A.

Não aplicável.

17.5 - Outras informações relevantes

Mais detalhes sobre a operação societária descrita no item 17.4 acima podem ser encontrados no item 6.5 deste Formulário de Referência.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100.000000
Direito a dividendos	De acordo com a Lei 6.404/76 e com o Estatuto Social da Companhia, é conferido aos titulares de ações de emissão da Companhia direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições relativamente às ações na proporção de suas participações no capital social.
	Nos termos do art. 29, inciso III, do Estatuto Social da Companhia, do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após as deduções previstas no estatuto social e ajustado na forma do art. 202, da Lei 6.404/76, destinar-se-á 25% para pagamento do dividendo obrigatório a todos os acionistas da Companhia.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de liquidação da Companhia, os acionistas receberão os pagamentos relativos a reembolso do capital na proporção de suas participações no capital social, após o pagamento de todas as obrigações da Companhia.
	Os acionistas que dissidentem de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderão retirar-se da Companhia, nos termos previstos na Lei 6.404/76. Para fins de reembolso, o valor da ação será determinado com base no valor econômico da Companhia, apurado em avaliação procedida por empresa especializada indicada e escolhida em conformidade com o disposto no artigo 45 da Lei 6.404/76.
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	No que diz respeito à preferência para a subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, o Estatuto Social da Companhia dispõe que a Companhia poderá reduzir ou excluir o prazo para o exercício do direito de preferência nos casos em que a colocação destes valores mobiliários seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública. Também não haverá direito de preferência na outorga e no exercício de opção de compra de ações, na forma do disposto no §3º do artigo 171 da Lei 6.404/76.
Outras características relevantes	De acordo com a Lei 6.404/76, nem o Estatuto Social da Companhia nem as deliberações tomadas em assembleia geral podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei 6.404/76; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei 6.404/76; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei 6.404/76.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não aplicável, uma vez que não existem regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social da Companhia não estabelece exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia tornar-se-á aberta em 2011, portanto, até a presente oferta pública de ações não negociava valores mobiliários em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não emitiu nenhum outro valor mobiliário.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia emitiu apenas ações ordinárias que serão negociadas no Novo Mercado, uma vez cumpridas as seguintes condições: (i) obtenção do registro como companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários; (ii) obtenção de registro da oferta pública inicial de ações da Companhia; e (iii) autorização da BM&FBOVESPA para negociação das ações de emissão da Companhia.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não detinha valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Até a data deste Formulário de Referência não foi efetuada nenhuma oferta pública de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia, pela Companhia ou por terceiros.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou nenhuma oferta pública de aquisição de ações de emissão de terceiros.

18.10 - Outras informações relevantes

Não há.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui plano de recompra de ações.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários mantidos em tesouraria.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possuia valores mobiliários mantidos em tesouraria em 31 de dezembro de 2009.

19.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	29/01/2011
Cargo e/ou função	Acionistas controladores Diretores Membros do conselho de administração Membros do conselho fiscal Membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária Funcionários e executivos com acesso a informação privilegiada Quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição nos acionistas controladores, ou em sociedades controladas ou sociedades coligadas, se houver, tenha conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante

Principais características

Todas as negociações por parte da própria Companhia e das pessoas vinculadas somente serão realizadas com a intermediação das corretoras credenciadas, conforme relação encaminhada à CVM, a quem serão comunicadas as devidas atualizações. A Companhia, as sociedades controladas (se houver) e as pessoas vinculadas deverão abster-se de negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia, em todos os períodos em que, por força de comunicação do Diretor de Relações com Investidores, haja determinação de não-negociação (Black-out Period). O Diretor de Relações com Investidores não está obrigado a motivar a decisão de determinar o Black-out Period, que será tratada confidencialmente pelos seus destinatários. As vedações da política abrangem as negociações feitas direta e indiretamente por pessoas vinculadas (i) antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante, (ii) no período de 15 dias anterior à divulgação das informações anuais da Companhia, (iii) no período compreendido entre a decisão de aumentar ou reduzir o capital social, de distribuir dividendos ou bonificação em ações ou emitir outros valores mobiliários e a publicação dos respectivos editais e anúncios, (iv) até a publicação de "Anúncio de Encerramento de Distribuição", nos casos em que a Companhia e/ou seus acionistas estejam envolvidos em oferta pública de distribuição de valores mobiliários (ressalvadas as exceções previstas na Instrução CVM 400. Sempre que (i) estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, sociedades controladas, sociedades coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou houver sido outorgada opção ou mandato para este fim; ou (ii) existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia, será vedada a negociação com valores mobiliários pelas pessoas vinculadas. Essas vedações devem ser observadas até a divulgação da informação relevante ao público. A vedação de negociação com valores mobiliários antes da divulgação de ato ou fato relevante não se aplica à aquisição de ações que se encontrem em tesouraria, através de negociação privada, em razão do exercício de opção de compra de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações da Companhia. No entanto, tais vedações serão mantidas, mesmo após a divulgação da informação relevante, no caso em que eventuais negociações com valores mobiliários pelas pessoas vinculadas possam interferir, em prejuízo da Companhia ou de seus acionistas, com o ato ou fato associado à informação relevante, devendo tal restrição adicional ser informada pelo Diretor de Relações com Investidores. É vedado aos órgãos competentes da Companhia deliberar sobre a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia: (i) caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato relativo à transferência do controle acionário da Companhia, ou se houver sido outorgado opção ou mandato para o mesmo fim; ou (ii) se existir a intenção de promover incorporação, cisão, fusão, transformação ou reorganização societária envolvendo a Companhia. Por fim, nos 6 (seis) meses subsequentes à primeira distribuição pública de ações da Companhia após a assinatura do Contrato de Participação no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, o acionista controlador e os administradores da Companhia não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das ações de que eram titulares imediatamente após a efetivação da distribuição anteriormente mencionada. Após esse período inicial de 6 (seis) meses, o acionista controlador e os administradores não poderão, por mais 6 (seis) meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% (quarenta por cento) das ações de que eram titulares imediatamente após a efetivação da distribuição anteriormente mencionada.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	As pessoas vinculadas deverão abster-se de realizar quaisquer negociações com valores mobiliários ou a eles referenciados: (a) antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante; (b) no período de 15 (quinze) dias anterior à divulgação das Informações Trimestrais, Demonstrações Financeiras e Informações Anuais da Companhia exigidas pela CVM; (c) no período compreendido entre a decisão tomada pelo órgão social competente de aumentar ou reduzir o capital social, de distribuir dividendos ou bonificação em ações ou emitir outros valores mobiliários, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios; (d) até a publicação de "anúncio de encerramento de distribuição", nos casos em que a Companhia e/ou seus acionistas estejam envolvidos em oferta pública de distribuição de Valores Mobiliários, decidida ou projetada, ressalvadas as exceções previstas da Instrução CVM 400. Os conselheiros e diretores que se afastarem da administração da Companhia antes da divulgação pública de ato ou fato relevante relacionado a negócio ou fato surgido durante seu período de gestão, estendendo-se a vedação, neste caso, pelo prazo de 6 (seis) meses após o seu afastamento.
--	--

20.2 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes pertinentes ao assunto foram divulgadas nos itens anteriores.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Companhia tem a prática de firmar um termo de confidencialidade com seus colaboradores expressamente mencionando a responsabilidade destes por qualquer ato ou omissão que implique inobservância ao dever de manutenção do sigilo técnico, comercial, industrial e/ou administrativo, de forma a evitar que as informações a respeito da Companhia sejam divulgadas inapropriadamente.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação e Uso de Informações adotada pela Companhia vincula *(i)* administradores, acionistas controladores, membros do Conselho Fiscal e integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia; *(ii)* empregados e executivos com acesso a informação relevante; e *(iii)* quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia ou em sociedades controladas e coligadas da Companhia, tenha acesso a informação relativa a ato ou fato relevante sobre a Companhia.

Nos termos da referida Política de Divulgação e Uso de Informações, aqueles que tiverem conhecimento pessoal de ato ou fato relevante, deverão comunicá-lo ao Diretor de Relações com Investidores, que é a pessoa responsável por sua comunicação aos devidos órgãos e sua divulgação à imprensa. Cumpre, ainda, às pessoas vinculadas à Política de Divulgação e Uso de Informações, o dever de guardar sigilo acerca das informações relevantes a que tenham acesso privilegiado, até a sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros também o façam.

A Política de Divulgação e Uso de Informações prevê ainda, como regra geral, a imediata comunicação e divulgação simultânea à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), às bolsas de valores e entidades de balcão organizado em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O Diretor de Relações com Investidores será responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia.

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia. As reorganizações societárias envolvendo a Companhia e seus controladores diretos e indiretos estão detalhadas nos itens 6.5 e 8.3 acima

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.
nos itens 6.5 e 8.3 acima

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

A Companhia não possui controladas.

22.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

-
- Estatuto Social da Companhia

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL

EMPRESA DE CIMENTOS LIZ S.A.

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE, DURAÇÃO E OBJETO

Artigo 1º - A EMPRESA DE CIMENTOS LIZ S.A. ("Companhia") é uma companhia aberta, que se rege pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis e ainda pelos usos do comércio.

Artigo 2º - A Companhia tem foro na cidade de Vespasiano, Estado de Minas Gerais, e sede na Avenida Portugal, nº 700, desta cidade, podendo, por decisão da Diretoria, abrir, manter ou extinguir filiais, escritórios, agências, representações, estabelecimentos fabris ou outras dependências em qualquer parte do país.

§ único - A Companhia pode ainda, por decisão do Conselho de Administração, abrir, manter ou extinguir filiais, escritórios, agências, representações, estabelecimentos fabris ou outras dependências no exterior.

Artigo 3º - A duração da Companhia é por prazo indeterminado.

Artigo 4º - A Companhia tem por objeto a exploração e o aproveitamento de jazidas minerais, o exercício da indústria e comércio de materiais de construção, importação, exportação, transporte de cargas em geral, co-processamento e/ou queima de resíduos industriais, participação em outras sociedades no Brasil ou no exterior, bem como a prática de todos os atos e o exercício de todas as atividades vinculadas àqueles objetos e quaisquer outras atividades cuja exploração seja resolvida pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 121.964.453,59 (cento e vinte e um milhões novecentos e sessenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e três Reais e cinquenta e nove centavos), dividido em 128.000.000 (cento e vinte e oito milhões) ações ordinárias, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

§ 1º - O Capital Social divide-se exclusivamente em ações ordinárias, sendo vedada a emissão de ações preferenciais.

§ 2º - As ações são indivisíveis perante a Companhia e a cada ação corresponderá 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.



§ 3º - Salvo quanto ao disposto no parágrafo 3º, do artigo 6º, deste estatuto, os Acionistas terão preferência para subscrição de ações nos aumentos do Capital Social na proporção das respectivas participações.

§ 4º - As novas ações resultantes de qualquer aumento do Capital Social serão lançadas e creditadas nas contas de depósito mantidas em nome dos Acionistas junto à Instituição Depositária, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da data da publicação da ata da respectiva Assembleia Geral.

§ 5º - O Acionista que faltar ao pagamento de qualquer prestação correspondente a ações subscritas ou adquiridas, nas condições previstas no boletim de subscrição ou que não o fizer no prazo de trinta dias da publicação da chamada da Diretoria, incorrerá em mora sujeitando-se ao pagamento de juros, correção monetária e multa correspondente a 20% (vinte por cento) do valor da prestação.

§ 6º - As ações da Companhia serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM ("CVM") e indicada pelo Conselho de Administração, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da Lei nº 6.404/76.

§ 7º - É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia.

Artigo 6º - O capital social poderá ser aumentado, na forma do artigo 168 da Lei nº 6.404/76, mediante a emissão de até 127.000.000 (cento e vinte e sete milhões) de novas ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária.

§ 1º - Compete ao Conselho de Administração fixar o preço e a quantidade de ações a serem emitidas, bem como o prazo e as condições de integralização, mas a subscrição em bens dependerá da aprovação do Laudo de Avaliação pela Assembleia Geral, na forma da lei.

§ 2º - Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração pode:

a) Deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição; e

b) Aprovar aumento do Capital Social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações.

§ 3º - Na emissão de ações e de debêntures conversíveis em ações, ou de bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, o direito de preferência para os Antigos Acionistas poderá ser excluído ou ser reduzido o prazo para seu exercício.

§ 4º - A exclusão do direito de preferência para os Antigos Acionistas ou a redução do prazo para seu exercício não se aplicará na emissão de bônus de

26/8

subscrição quando este for atribuído, como vantagem adicional, aos subscritores de ações ou debêntures conversíveis em ações.

CAPÍTULO III - ADMINISTRAÇÃO

Artigo 7º - A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, com os poderes e atribuições conferidos por lei e por este Estatuto.

§ único - Sem prejuízo dos demais deveres previstos neste Estatuto e na legislação, os novos administradores que forem eleitos pela Companhia (Diretores e Membros do Conselho de Administração) deverão, previamente à sua posse, subscrever o Termo de Anuência dos Administradores, pelo qual se comprometerão a cumprir as regras constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

SEÇÃO I - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 8º - O Conselho de Administração será composto por 5 (cinco) Membros, todos Acionistas, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, que se iniciará mediante assinatura do termo de posse lavrado no livro próprio.

§ 1º - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 20% (vinte por cento) deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei 6.404/76..

§ 2º - Quando, em decorrência da observância do percentual referido no caput, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 9º - Ressalvada a adoção do processo de voto múltiplo, nos termos do disposto no artigo 141 da Lei nº 6.404/76, a eleição dos membros do Conselho de Administração dar-se-á pelo sistema de voto simples.

§ 1º - Na eleição dos membros do Conselho de Administração é facultado aos Acionistas que preencherem os requisitos estabelecidos na legislação vigente, requerer a adoção do processo de voto múltiplo até 48 horas antes da data para a qual estiver convocada a Assembleia.

§ 2º - Requerida a adoção do processo de voto múltiplo, cada Acionista terá o direito de cumular os votos em um só candidato ou distribuí-los entre vários.



Serão declarados eleitos os membros que receberem a maior quantidade de votos.

Artigo 10 - Os Membros do Conselho de Administração poderão ser reeleitos, devendo, em caso contrário, permanecer em seus cargos até a posse de seus substitutos.

Artigo 11 - O Conselho de Administração terá um Presidente eleito pela Assembleia Geral e poderá ter até dois Vice-Presidentes, assim designados e indicados pela mesma Assembleia Geral que eleger os Membros do Conselho de Administração. Caso a Assembleia Geral deixe de indicar os Vice-Presidentes, eles poderão ser indicados em reunião do próprio Conselho de Administração.

Artigo 12 - Os Membros do Conselho de Administração serão eleitos por maioria simples de votos dos Acionistas presentes à Assembleia.

Artigo 13 - Nos casos de vaga ou impedimento definitivo do Presidente do Conselho de Administração, o substituto será eleito pela Assembleia Geral. Até à realização desta, a Presidência do Conselho será assumida temporariamente, segundo o método de substituição do Presidente, em ausência ou impedimento temporário, conforme artigo 14 abaixo.

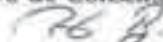
Artigo 14 - Nas ausências e impedimentos temporários do Presidente, se tiverem sido indicado(s) o(s) Vice-Presidente(s), assumirá as funções de Presidente o 1º Vice-Presidente, e na ausência dos dois, assumirá o 2º Vice Presidente, quando tiver sido indicado, sendo que, em qualquer caso, o substituto temporário do Presidente do Conselho de Administração exercerá todas as atribuições que são deferidas ao Presidente, inclusive, entre outros, quanto ao voto de qualidade nas reuniões do referido Órgão de Administração da Companhia, bem como ao direito de convocar reuniões do Conselho de Administração extraordinárias.

§ 1º - Se não tiverem sido indicados os Vice-Presidentes, o Conselho de Administração poderá designar aquele Conselheiro que, nas ausências e impedimentos temporários do Presidente, o substituirá.

§ 2º - Se não tiverem sido indicados os Vice-Presidentes, e o Conselho de Administração não tiver designado quem será o substituto do Presidente em suas ausências e impedimentos temporários, assumirá a Presidência quem o Conselho de Administração escolher para presidir aquela reunião.

Artigo 15 - Nos casos de vaga ou impedimento definitivo do Conselheiro que não o Presidente, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes, e este servirá até à primeira Assembleia Geral, quando será eleito novo Conselheiro, que cumprirá o restante do mandato do Conselheiro vacante ou impedido.

§ único - No caso de vacância ou impedimento definitivo de Conselheiro



Independente, esta somente poderá ser suprida por outro Conselheiro Independente, que cumprirá o restante do mandato do Conselheiro Independente vacante ou impedido.

Artigo 16 - O Conselho de Administração, por convocação do seu Presidente ou por quem o estiver substituindo, reunir-se-á ordinariamente, 6 (seis) vezes por ano, e extraordinariamente, a qualquer tempo, de acordo com as necessidades estatutárias ou quando necessário aos interesses sociais. No início do exercício social será estabelecido o calendário das reuniões ordinárias do Conselho de Administração devendo estas se realizarem no local e horário onde as convocações referidas nos parágrafos 1º e 2º abaixo indicarem.

§ 1º - Não obstante a fixação do calendário das reuniões ordinárias do Conselho de Administração no início de cada exercício social, tais reuniões serão convocadas por escrito, através de meio eletrônico ou não, observada uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias, quando serão indicados o dia, horário e local em que a reunião será realizada, devendo o material objeto de deliberação ser encaminhado aos membros do Conselho junto com a convocação.

§ 2º - A convocação de reuniões extraordinárias do Conselho de Administração será feita por escrito, através de meio eletrônico ou não, observada uma antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, com indicação do dia, horário e local em que a reunião será realizada, podendo o material objeto de deliberação ser apresentado aos membros do Conselho quando da abertura dos trabalhos da reunião extraordinária.

§ 3º - Nas reuniões do Conselho de Administração, a participação de qualquer dos membros poderá ocorrer por intermédio de conferência telefônica, video-conferência ou outro meio de comunicação que permita a identificação do referido membro e a comunicação simultânea com as demais pessoas participantes da reunião. Em tal caso, os Membros do Conselho de Administração serão considerados presentes à reunião e deverão assinar a correspondente ata.

Artigo 17 - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo seu Presidente, ou por aquele que o estiver substituindo conforme o disposto neste estatuto.

Artigo 18 - As reuniões do Conselho de Administração instalam-se com metade mais um dos seus Membros, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos dos Conselheiros presentes, cabendo, a quem presidir a reunião, além de seu próprio voto, também o voto de qualidade, em caso de empate.

§ único - Podem participar da reunião do Conselho de Administração, por convite de quem estiver presidindo tal reunião: (a) Terceiros e Membros da Diretoria que o Presidente entenda útil estar presente, (b) um Secretário para elaboração da ata da reunião; sem que os referidos convidados possam votar.

26/2.

Artigo 19 – Além das demais atribuições previstas neste Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração:

- I - Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- II - Eleger, destituir a qualquer tempo e substituir os Membros da Diretoria, fixando-lhes as atribuições;
- III - Estabelecer os critérios de distribuição individual da verba de remuneração aprovada pela Assembleia Geral, entre os seus próprios Membros e os da Diretoria;
- IV - Fiscalizar a gestão da Diretoria e de cada um dos Diretores;
- V - Convocar as Assembleias Gerais nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;
- VI - Aprovar (a) o Orçamento Anual e o Plano de Investimentos Anual e Plurianual, bem como o Plano de Atividades Anual e o Plano Diretor Plurianual, propostos pela Diretoria e (b) as Demonstrações Contábeis Trimestrais;
- VII - Autorizar a distribuição de Dividendos Intermediários e / Intercalares, a título de antecipação do Dividendo Anual;
- VIII - Aprovar o pagamento ou crédito de Juros sobre o Capital Próprio aos Acionistas;
- IX - Escolher e destituir os Auditores Independentes;
- X - Fixar o preço de emissão das ações nos aumentos de capital por subscrição pública ou particular, fixando, ainda, as demais condições a que se submete a emissão;
- XI - Elaborar e apresentar à Assembleia Geral Ordinária o Relatório Anual das Atividades Sociais, instruindo-o com as Demonstrações Financeiras legalmente exigidas em cada exercício;
- XII - Deliberar sobre a emissão de ações e bônus de subscrição dentro do limite autorizado estabelecido no artigo 6º;
- XIII - Submeter à Assembleia Geral Proposta de Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações aos Administradores ou aos Empregados da Companhia;
- XIV – Autorizar (a) a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, (b) a alienação das ações mantidas em tesouraria e (c) aquisição/ alienação de outros instrumentos financeiros emitidos pela Companhia;

XV - Aprovar as operações previstas no Artigo 22, inciso VI, alínea (c) deste Estatuto, nas condições nele previstas, inclusive no que se refere à constituição de Mandatário da Companhia com poderes específicos para representá-la nas aludidas operações;

XVI - Deliberar sobre a emissão de notas promissórias (*commercial papers*), para colocação pública, dispondo sobre: (i) valor da emissão e sua divisão em séries; (ii) quantidade e valor nominal; (iii) condições de remuneração e atualização monetária; (iv) prazo de vencimento dos títulos; (v) garantias; (vi) demonstrativo para comprovação da observância dos limites legais; (vii) local de pagamento; (viii) contratação de prestação de serviços correlatos à emissão;

XVII - Com vista à observância de boas práticas de Governança Corporativa, aprovar a criação de Comitês Especializados, bem como os respectivos regulamentos, que conterão, além de outras matérias de interesse da Companhia, as regras específicas relativas aos trabalhos, competência, remuneração e procedimentos;

XVIII - Definir a lista tríplice de Instituições ou Empresas Especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação de Laudo de Avaliação para os fins da Oferta Pública prevista no Capítulo VIII deste Estatuto Social.

SEÇÃO II - DIRETORIA

Artigo 20 - A Diretoria será composta de no mínimo 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) Membros, Acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos, sendo, um Diretor-Presidente, podendo ainda ser um deles designado Vice-Presidente; sendo que, independentemente, do número de Diretores, um deles será designado pelo Conselho de Administração Diretor de Relações com Investidores, podendo exercer, cumulativamente, outras atribuições executivas.

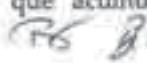
§ 1º - Os Diretores são desobrigados de penhor ou caução de ações.

§ 2º - A investidura no cargo de Diretor dar-se-á mediante assinatura do termo de posse, lavrado no livro de Atas das Reuniões da Diretoria.

§ 3º - Findo o período para o qual foram eleitos, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a eleição e posse dos Substitutos eleitos.

§ 4º - No caso de vacância ou de impedimento definitivo de Diretor, o Conselho de Administração elegerá o Substituto, que completará o prazo de gestão do substituído.

§ 5º - Na ausência ou impedimento temporário de Diretor, o Diretor-Presidente designará aquele, dentre os Diretores, que acumulará, provisoriamente, as funções do ausente ou impedido.



§ 6º - No caso de vacância do cargo de Diretor Presidente e caso tenha sido nomeado um Diretor Vice-Presidente, assumirá este o cargo de Diretor Presidente que servirá até a primeira Assembleia Geral. Não havendo um Diretor Vice-Presidente nomeado, o Conselho de Administração ao eleger a diretoria, indicará o diretor que substituirá o Presidente no caso de vacância.

§ 7º - O Diretor Presidente será substituído em suas ausências ou impedimentos temporários, pelo Diretor Vice-Presidente, caso este tenha sido indicado; não havendo Diretor Vice-Presidente indicado assumirá o Diretor que eventualmente o Conselho de Administração ao eleger a Diretoria tenha indicado como substituto do Presidente em caso de vacância. Caso não tenha havido as duas últimas alternativas anteriores o Diretor Presidente será substituído por outro Diretor por ele designado, por escrito ou verbalmente, podendo o Substituto exercer todas as atribuições próprias do Diretor-Presidente nos termos deste Estatuto Social.

§ 8º - Caberá aos Membros da Diretoria alocar, aos seus membros, funções e atribuições específicas, complementares aquelas que tiverem sido fixadas pelo Conselho de Administração, desde que tais funções e atribuições não conflitem com os Estatutos, nem com o que tiver sido estabelecido pelo Conselho de Administração.

§ 9º - Cada um dos Diretores receberá a remuneração que lhe for fixada pelo Conselho de Administração.

§10º - Compete ao "Diretor de Relações com Investidores", prestar as informações necessárias aos Investidores, BM&FBOVFS e à CVM.

Artigo 21 - A Diretoria reunir-se-á quando necessário deliberar sobre os assuntos de sua competência, fixados na lei ou neste Estatuto.

§ 1º - As reuniões de Diretoria poderão ser convocadas pelo seu Diretor Presidente ou por dois Diretores.

§ 2º - A reunião será realizada, quando convocada pelo Diretor Presidente, através de qualquer meio de comunicação, com uma antecedência de no mínimo 12 (doze) horas, podendo o material objeto de deliberação ser apresentado aos Diretores quando da abertura dos trabalhos da reunião.

§ 3º - A reunião será realizada, quando convocada por dois Diretores, por escrito através de meio eletrônico ou não, observada uma antecedência mínima de 07 (sete) dias, devendo, nesta hipótese, o material objeto de deliberação ser encaminhado aos Diretores junto com a convocação.

§ 5º - Nas reuniões da Diretoria, a participação de qualquer dos membros poderá ocorrer por intermédio de conferência telefônica, vídeo-conferência ou outro meio de comunicação que permita a identificação do referido membro e a comunicação simultânea com as demais pessoas participantes da reunião. Em tal



caso, os Diretores serão considerados presentes à reunião e deverão assinar a correspondente ata.

§ 6º - As reuniões de Diretoria em que estejam presentes todos os Diretores, inclusive o seu Presidente, estão dispensadas de qualquer formalismo quer quanto à convocação quer quanto à antecedência desta.

§ 7º - As reuniões da Diretoria serão presididas pelo Diretor-Presidente e, no caso de sua ausência, por quem o estiver substituindo na forma do disposto neste estatuto.

§ 8º - Podem participar da reunião da Diretoria, por convite de quem estiver presidindo tal reunião: (a) terceiros que o Diretor Presidente entenda útil estar presente, (b) um Secretário para elaboração da ata da reunião; sem que os referidos convidados possam votar.

§ 9º - As resoluções da Diretoria serão lavradas em ata, transcrita no livro próprio.

§ 10 - As reuniões da Diretoria serão instaladas com a presença, no mínimo, da maioria dos seus membros. Os integrantes da Diretoria poderão se fazer representar, nas reuniões do referido órgão, por outros diretores, desde que tenham outorgado, por escrito, mandato específico, sendo certo que cada diretor apenas pode receber, em tais casos, um mandato. Este limite não se aplica ao Diretor Presidente, e ao Vice-Presidente caso haja, que poderão receber mais de uma procuração de representação.

§ 11 - As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo a quem a estiver presidindo, em caso de empate, o voto de qualidade.

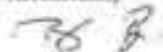
§ 12 - As deliberações da Diretoria relativas às matérias elencadas no artigo 22, inciso VI, alínea (c) abaixo, deverão ter, necessariamente, a aprovação expressa e prévia do Conselho de Administração.

Artigo 22 – Compete à Diretoria, tendo em atenção os objetivos sociais e as orientações emanadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral:

I - Exercer, em geral, os mais amplos poderes de administração englobando as funções deliberativas, executivas e de representação da Companhia, devendo praticar todos os atos tendentes à realização do objeto social;

II - Observar a orientação geral dos negócios, política e diretrizes da Companhia, estabelecida pelo Conselho de Administração;

III - Apresentar e submeter à aprovação do Conselho de Administração, o Orçamento Anual da Companhia, bem como os Pianos Anual e Plurianual de Investimento, o Plano de Atividades Anual e o Plano Diretor Plurianual;



IV – Apresentar contas trimestrais e as submeter à aprovação do Conselho de Administração;

V – Apresentar ao Conselho de Administração o Relatório e Contas Anual para que este com o seu parecer favorável o submeta à Assembleia Geral;

VI - Adquirir, alienar, constituir penhores, hipotecas ou por outra forma onerar bens móveis e imóveis, prestar fianças, avais ou cauções, desde que seja para garantia de empréstimos ou de outras responsabilidades contraídas pela Companhia, sociedades vinculadas ou em que participe e efetuar sobre aqueles bens quaisquer operações, podendo ainda adquirir, subscrever, alienar ou onerar participações societárias em outras entidades ou Companhias, nacionais ou estrangeiras, existentes ou que venham a ser constituídas por ela ou por terceiros, quotista ou acionista, ou por outros meios legalmente permitidos, sempre no interesse da Companhia, observado o seguinte:

(a) Quando as operações elencadas no inciso VI não excederem globalmente o valor equivalente a 1% (um por cento) do patrimônio líquido, segundo o último Balanço Anual Consolidado aprovado em Assembleia Geral, a Companhia ficará obrigada apenas pelo Diretor Presidente, ou ainda por dois Diretores.

(b) Quando o valor global das operações elencadas no inciso VI ficar compreendido entre 1% (um por cento) e 2% (dois por cento) do patrimônio líquido segundo o último Balanço Anual Consolidado aprovado em Assembleia Geral, será necessária, cumulativamente, a aprovação da operação através de deliberação da Diretoria e ainda a aprovação do Diretor Presidente através do voto favorável; e

(c) Para as operações, elencadas no inciso VI, cujo valor global seja superior a 2% (dois por cento) do patrimônio líquido segundo o último Balanço Anual Consolidado aprovado em Assembleia Geral, será necessária a aprovação do Conselho de Administração, conforme Artigo 19º, inciso XV, deste estatuto;

VII - A Diretoria poderá, no interesse da Companhia, e obedecidos os limites estabelecidos no inciso VI deste artigo 22, constituir mandatários para representar a Companhia, inclusive para assinatura de contratos, abrir e encerrar contas bancárias, emissão de cheques, saques e aceites de duplicatas, notas promissórias, borderôs e contratos de operações bancárias, movimentações financeiras por meios eletrônicos, adquirir, alienar, constituir penhores, hipotecas ou por outra forma onerar bens móveis e imóveis, prestar fianças, avais ou cauções, desde que seja para garantia de empréstimos ou de outras responsabilidades contraídas pela Companhia, sociedades vinculadas ou em que participe e efetuar sobre aqueles bens quaisquer operações, podendo ainda adquirir, subscrever, alienar ou onerar participações societárias em outras entidades ou sociedades, nacionais ou estrangeiras, existentes ou que venham a ser constituídas por ela ou por terceiros, quotista ou acionista, ou por outros meios legalmente permitidos, devendo do respectivo instrumento, público ou



particular, constar explicitação dos poderes conferidos e a validade do mandato, ressalvado o disposto na alínea "a" abaixo:

a) Quanto às procurações outorgadas com a cláusula *ad iudicis* são desnecessárias as exigências quanto ao número de mandatários, explicitação de poderes e validade.

VIII - A correspondência comum será assinada por qualquer Diretor, ou ainda por qualquer mandatário, dentro dos limites do mandato, devendo todavia sê-lo por quem possa obrigar a Companhia nos termos do parágrafo anterior, quando a vincule em qualquer ato gerador de obrigações.

IX - Solucionar casos omissos.

Artigo 23 - Ao Diretor Presidente compete:

a) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

b) Cumprir e zelar para que seja cumprido este Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral e as resoluções do Conselho de Administração e da Diretoria;

c) Coordenar e supervisionar as atividades da Diretoria e de cada um dos seus membros, objetivando compatibilizar a atuação de todos, individual ou conjuntamente, no interesse da Companhia.

Artigo 24 - Compete a cada um dos Diretores a responsabilidade individual pela supervisão e controle das atividades inerentes às suas respectivas áreas de atuação, além de outras atribuições que lhes sejam outorgadas pelo Conselho de Administração e pelo Diretor Presidente. Inobstante tal obrigação de caráter individual, cada um dos integrantes da Diretoria é responsável pelo acompanhamento da atividade da Companhia e ainda por zelar pela observância das normas legais e estatutárias aplicáveis.

Artigo 25 - Compete ao Diretor de Relações com Investidores:

a) Representar a Companhia perante os Órgãos de Supervisão e entidades nacionais ou internacionais do mercado em que seus valores mobiliários estejam admitidos à negociação, em especial a CVM e a BM&FBOVESPA;

b) Representar a Companhia perante o público investidor e prestar as informações necessárias;

c) Tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM; e

d) Acumular estas responsabilidades elencadas em a) e b) acima, com outras funções e outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração e pelo Diretor-Presidente.



CAPÍTULO IV – CONSELHO FISCAL

Artigo 26 - O Conselho Fiscal funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto, observado o disposto no artigo 161 da Lei das Sociedades por Ações, de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, e reger-se-á pelas leis e normas regulamentares aplicáveis, pelo presente Estatuto Social e por seu Regimento Interno.

§ 1º - Os Membros do Conselho Fiscal, quando eleitos, serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse, lavrado no Livro de Atas das reuniões do Conselho Fiscal, bem como de Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, conforme previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

§ 2º - Os Membros efetivos do Conselho Fiscal terão direito à remuneração fixada pela Assembleia Geral, respeitado o limite mínimo legal, e não poderão receber qualquer remuneração adicional da Companhia, de sociedade por ela controlada ou com ela coligada, exceto se essa remuneração adicional decorrer de, ou relacionar-se com, serviços prestados à Companhia anteriormente à eleição, ou não comprometer o exercício da função de Conselheiro Fiscal.

§ 3º - Somente poderão compor o Conselho Fiscal pessoas que atendam aos requisitos previstos em lei e normas regulamentares.

§ 4º - Durante a vacância do cargo de qualquer Membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente exercerá a função.

§ 5º - Os Membros do Conselho Fiscal deverão exercer sua função com base nos deveres de lealdade, diligência e informação previstos em lei e normas regulamentares.

§ 6º - Compete ao Conselho Fiscal, quando instalado, além das atribuições legais:

- (a) Recomendar ao Conselho de Administração a eleição e a destituição dos Auditores Independentes da Companhia;
- (b) Avaliar os Auditores Independentes e a auditoria interna da Companhia;
- (c) Opinar sobre os Relatórios Financeiros divulgados pela Companhia;
- (d) Opinar sobre a política de Administração e controle de riscos da Companhia;
- (e) Opinar sobre as controvérsias entre a Administração da Companhia e seus Auditores Independentes com relação às demonstrações e aos relatórios financeiros da Companhia;



(f) opinar sobre a adequação da Companhia às obrigações legais e/ou regulatórias, relacionadas às matérias financeiras e contábeis; e

(g) emitir parecer sobre reclamações e denúncias feitas à Companhia, sugerindo as providências cabíveis.

§ 7º - Poderá o Conselho Fiscal, para o exercício de suas funções, reunir-se com a Administração, a Auditoria Interna e os Auditores Independentes da Companhia, bem como contratar consultores externos e fixar-lhes os honorários, dentro de níveis razoáveis, a serem pagos pela Companhia, mediante sua prévia aprovação.

§ 8º - O funcionamento do Conselho Fiscal será regulado por Regimento Interno aprovado em reunião própria e será arquivado na sede da Companhia, sendo certo que, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da posse dos integrantes do Conselho Fiscal, seu Regimento Interno deve ser disponibilizado no endereço eletrônico da Companhia.

CAPÍTULO V - ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 27 - A Assembleia Geral dos Acionistas, convocada e instalada na forma da lei e deste Estatuto, é o órgão supremo para decidir sobre todos os negócios sociais e tomar as resoluções que julgar convenientes, sendo de 15 (quinze) dias o prazo mínimo de antecedência da primeira convocação e mínimo de 8 (oito) dias o da segunda convocação. Em se tratando de matéria complexa, a Assembleia Geral deverá ser convocada com 30 (trinta) dias de antecedência, nos termos da regulamentação em vigor.

§ 1º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias enumeradas no artigo 132 da Lei 6.404/76.

§ 2º - A Assembleia Geral poderá reunir-se, extraordinariamente, a qualquer tempo, mediante convocação do Conselho de Administração e, também, nas hipóteses previstas em lei, por convocação de acionistas ou do Conselho Fiscal, sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem.

§ 3º - A Assembleia Geral será presidida por um Presidente e secretariada por um Secretário, acionistas ou não, ambos escolhidos pelos acionistas presentes na ocasião de sua realização.

§ 4º - Os Procuradores e os Representantes de Acionistas poderão participar da Assembleia Geral quando houverem depositado, na sede social, até cinco dias antes da data marcada para realização da Assembleia Geral, os respectivos instrumentos de mandato e de representação. Caso o Acionista não tenha depositado os instrumentos de mandato e de representação no prazo estabelecido neste Estatuto Social, poderá participar da Assembleia Geral desde



que apresente, até à data da realização da Assembleia, os originais dos documentos comprobatórios de seus poderes.

§ 5º - Além das matérias previstas em lei e no presente Estatuto Social, caberá à Assembleia Geral aprovar:

- a) O cancelamento do registro de Companhia aberta perante a CVM;
- b) A saída do Novo Mercado;
- c) A escolha da Empresa Especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia e preparação do respectivo Laudo de Avaliação das ações da Companhia para os fins da Oferta Pública prevista no Capítulo VIII deste Estatuto Social, dentro da lista tríplice de Empresas e ou instituições apontadas pelo Conselho de Administração;
- d) Planos de Outorga de Opção de Compra de Ações a administradores e empregados da Companhia e de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, dentro do limite do capital autorizado, sem direito de preferência dos Acionistas.

CAPÍTULO VI - EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

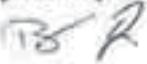
Artigo 28 - O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano, data em que serão levantadas as Demonstrações Financeiras correspondentes, de acordo com as determinações legais.

§ 1º - A Companhia poderá levantar Balanços Intermediários ou intercalares em qualquer época do Exercício Social, com base nos quais o Conselho de Administração poderá deliberar pagar Dividendos intermediários ou intercalares, assim como deliberar o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, até ao limite permitido nos termos da lei.

§ 2º - Os Dividendos intermediários e / ou intercalares, bem como os Juros sobre o Capital Próprio, poderão ser pagos à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes no último Balanço Anual ou Semestral.

§ 3º - Os Dividendos intermediários e/ou intercalares e/ou os Juros sobre o Capital Próprio distribuídos nos termos legais serão imputados ao Dividendo Obrigatório.

Artigo 29 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda.



§1º - Sobre o valor apurado na forma do caput deste Artigo será calculada a eventual participação dos membros do Conselho de Administração da Companhia até o limite máximo legal, a ser distribuída de acordo com parâmetros a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração.

§2º - Os Administradores proporão à Assembleia Geral Ordinária a destinação a ser dada ao Lucro Líquido do exercício obtido, após a dedução de que trata o parágrafo anterior, destinando-se:

I - 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal que não excederá de 20% (vinte por cento) do Capital Social integralizado ou o limite previsto no §1º do artigo 193 da lei nº 6404/76;

II - A parcela correspondente à eventual constituição de Reservas de lucros a realizar ou Reserva de Contingências;

III - 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, para pagamento do Dividendo anual obrigatório aos Acionistas, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

IV - importância não superior a 75% do lucro líquido para a constituição de Reserva de Investimentos, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e de empresas controladas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos projetos, produtos e empreendimentos, participação em consórcios ou outras formas de associação para a realização do objeto social.

§3º - A reserva prevista no item IV, do § 2º, deste Artigo não poderá ultrapassar 100% do capital social. Atingido esse limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo.

§4º - Atendida a distribuição prevista nos parágrafos anteriores, o saldo terá a destinação aprovada pela Assembleia Geral, depois de ouvido o Conselho de Administração, observado o disposto em lei.

Artigo 30 - O pagamento de Dividendos e / ou Juros sobre Capital Próprio dar-se-á no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da Assembleia Geral ou da reunião do Conselho de Administração que o aprovar.

CAPÍTULO VII -ALIENAÇÃO DE CONTROLE

Artigo 31 - A Alienação do Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente do Controle se obrigue a efetivar Oferta Pública de Aquisição das Ações de que os demais Acionistas sejam titulares, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, de forma a



lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

§ 1º - Para fins deste Estatuto Social, "Alienação do Controle da Companhia" significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle.

§ 2º - Para fins deste Estatuto Social, "Ações de Controle" significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia.

§ 3º - Para fins deste Estatuto Social, "Poder de Controle" significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, observado o disposto no Regulamento do Novo Mercado.

§ 4º - Para fins deste Estatuto Social, "Acionista Controlador" significa o acionista ou o grupo de acionistas vinculados por acordo de acionistas ou sob controle comum que exerça o Poder de Controle da Companhia, observado o disposto no Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 32 - A Oferta Pública referida no artigo anterior também deverá ser realizada:

I - nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; e

II - em caso de Alienação do Controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o alienante do controle da referida Sociedade ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar a documentação que comprove tal valor.

§ Único - A obrigação de Oferta Pública prevista neste Artigo não se aplicará quando, implementada qualquer forma de reestruturação societária dos atuais Acionistas da Companhia, qualquer deles deixe de ser Acionista direto, mas o Poder de Controle da Companhia permaneça na titularidade do Grupo Econômico do qual tal Acionista faça parte. Para os fins do disposto neste Artigo, entende-se por Grupo Econômico as sociedades que controlam ou que estejam, direta ou indiretamente, sob o mesmo controle acionário do Acionista antes mencionado.

Artigo 33 - Aquele que já detiver ações de emissão da Companhia e venha, por meio de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador da Companhia, envolvendo qualquer quantidade de ações, a adquirir o Poder de Controle da Companhia estará obrigado a: 

I – Efetivar a oferta pública referida no Artigo 31 do presente Estatuto Social; e

II – Ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações de emissão da Companhia em bolsa de valores nos 6 (seis) meses anteriores à data da Alienação do Controle da Companhia, devendo pagar a estes a eventual diferença entre o preço pago ao Acionista Controlador alienante e o valor pago em bolsa de valores por ações de emissão da Companhia nesse mesmo período, devidamente atualizado, pelo Índice de Preços ao Consumidor – IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, desde a data de compra das ações em bolsa de valores até o momento do pagamento das ações; e

III – se for o caso, tomar as medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) de Ações em Circulação, do total do Capital Social da Companhia, dentro dos 6 (seis) meses subsequentes à aquisição do Poder de Controle da Companhia.

Art. 34 - A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o comprador do Poder de Controle, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores, conforme previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado. A Companhia tampouco registrará acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle enquanto seus signatários não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores.

CAPÍTULO VIII - CANCELAMENTO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 35 - Na Oferta Pública de Aquisição de Ações a ser realizada pelo Acionista ou grupo de Acionistas que detiver o Poder de Controle ou pela Companhia para o cancelamento do seu registro de Companhia Aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em Laudo de Avaliação, nos termos do Artigo 37 abaixo.

Artigo 36 - Caso os Acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem a saída da Companhia do Novo Mercado ou caso essa saída venha a ocorrer em virtude de operação de reorganização societária, na qual as ações de emissão da Companhia resultante de tal reorganização não sejam admitidas à negociação no Novo Mercado, o Acionista ou grupo de Acionistas que detiver o Poder de Controle da Companhia deverá efetivar Oferta Pública de Aquisição de Ações, cujo preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em Laudo de Avaliação.

§ Único – a saída do Novo Mercado deverá ser comunicada à BM&FBOVESPA por escrito, com antecedência prévia de 30 (trinta) dias.

PG J-

Artigo 37 - O Laudo de Avaliação de que tratam os artigos 35 e 36 deste Estatuto Social deverá ser elaborado por Instituição ou Empresa Especializada, com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus Administradores e Controladores, devendo o Laudo também satisfazer os requisitos dos §§ 1º e 6º do artigo 8º da Lei n.º 6.404/76.

§ 1º - A escolha da Instituição ou Empresa Especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos Acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela assembleia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de Acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total das Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer quantidade de Acionistas titulares de Ações em Circulação.

§ 2º - Os custos de elaboração do Laudo de Avaliação deverão ser suportados integralmente a quem couber a apresentação da Oferta Pública (ofertante).

§ 3º - Para fins deste Estatuto Social, "Ações em Circulação" significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.

Artigo 38 - Em caso de Controle Difuso da Companhia: (i) sempre que for aprovado, em Assembleia Geral, o cancelamento de registro de Companhia Aberta, a farta Pública de Aquisição de Ações deverá ser efetivada pela própria Companhia, sendo que, neste caso, a Companhia somente poderá adquirir as ações de titularidade dos Acionistas que tenham votado a favor do cancelamento do registro após ter adquirido as ações dos demais Acionistas que tenham votado contrariamente ao cancelamento de registro e que tenham aceitado a referida oferta; e (ii) sempre que for aprovada, em Assembleia Geral, a saída da Companhia do Novo Mercado, seja para registro de negociação das ações fora do Novo Mercado, seja por reorganização societária conforme previsto no Artigo 36 deste Estatuto Social, a Oferta Pública de Aquisição de Ações deverá ser efetivada pelos Acionistas que tenham votado a favor da respectiva deliberação em Assembleia Geral.

§ Único - Para fins deste Estatuto Social, a Companhia será considerada como tendo "Controle Difuso" quando o Poder de Controle dela for exercido por Acionista titular de menos de 50% (cinquenta por cento) do Capital Social da Companhia, ou quando for exercido por grupo de Acionistas que não estejam sob controle comum, que não atuem representando um interesse comum e não sejam signatários de acordo de voto.

13 2

Artigo 39 – Em caso de Controle Difuso, se a BM&FBOVESPA determinar que as cotações dos valores mobiliários de emissão da Companhia sejam divulgadas em separado ou que os valores mobiliários emitidos pela Companhia tenham a sua negociação suspensa no Novo Mercado em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar, em até 2 (dois) dias da determinação, computados apenas os dias em que houver circulação dos jornais habitualmente utilizados pela Companhia, uma Assembleia Geral Extraordinária para substituição de todo o Conselho de Administração.

§ 1º - Caso a Assembleia Geral Extraordinária referida no *caput* deste artigo não seja convocada pelo Presidente do Conselho de Administração no prazo estabelecido, tal Assembleia poderá ser convocada por qualquer Acionista da Companhia.

§ 2º - O novo Conselho de Administração eleito na Assembleia Geral Extraordinária referida no *caput* e no parágrafo 1º deste Artigo deverá sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado no menor prazo possível ou no prazo concedido pela BM&FBOVESPA para esse fim.

CAPÍTULO IX - ACORDO DE ACIONISTAS

Artigo 40 - Os Acordos de Acionistas, versando sobre as matérias a que alude o artigo 118, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, bem como quaisquer outras matérias, serão observados pela Companhia, uma vez arquivados na sede social.

§ Único - As obrigações ou ônus decorrentes desses acordos serão oponíveis a terceiros, depois de averbados nos registros competentes da instituição depositária das ações de emissão da Companhia.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

Artigo 41 - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia deliberar sobre o seu processamento, elegendo os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal, que deverá funcionar, obrigatoriamente, durante a liquidação.

CAPÍTULO XI – JUÍZO ARBITRAL

Artigo 42 – A Companhia, seus Acionistas, Administradores e os Membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em

P6 J.

especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e todas as suas subsequentes alterações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

CAPÍTULO XII – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 43 - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e todas as suas subsequentes alterações.



-
- Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 11 de março de 2011, aprovando a Oferta

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

EMPRESA DE CIMENTOS LIZ S.A.

CNPJ nº 33.920.299/0001-51
NIRE 31.3.000.4475-1

REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2011

Aos onze dias do mês de Março de dois mil e onze, às doze horas, reuniu-se o Conselho de Administração da Empresa de Cimentos Liz S.A., estando presentes o Sr. Luis de Melo Champalimaud (Presidente) e o Dr. Bruno Pinto, que secretariou a reunião, na Rua Brigadeiro Faria Lima, 3400, em S. Paulo, encontrando-se ao telefone com os restantes membros deste Conselho, o Sr. Dr. Alcides Lopes Tápias a partir do seu escritório em S. Paulo, o Dr. Raul Baginski a partir de Assuncion, no Paraguai e o Dr. Luis Avillez a partir do Rio de Janeiro, nos termos do artigo 16, §3º, do Estatuto Social da Companhia. Tendo sido ainda convidados pelo Presidente para estarem presentes o Dr. Paulo Vasconcelos (Diretor-Presidente) e o Dr. Cicero Dungas (Diretor Administrativo e Financeiro).

O Sr. Luis Champalimaud declarou que estavam reunidas as condições de validamente reunir e deliberar. A Ordem de Trabalhos tinha como ponto único aprovar a realização de distribuição pública primária pela Companhia ("Distribuição Primária"), em análise na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Entrando-se na discussão do ponto em agenda o Sr. Luis Champalimaud deu a palavra ao Dr. Paulo Vasconcelos, Diretor-Presidente da Companhia, expos do interesse da iniciativa, justificando quer a oportunidade de mercado, quer a oportunidade do grande investimento a fazer. Após intenso debate dos Senhores Conselheiros, foi aprovada a realização de Distribuição Primária, em análise na CVM, nos seguintes termos e condições:



- (i) Serão distribuídas até 47.700.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia ("Ações objeto da Distribuição Primária"), representativas de 27,15% do capital social da Companhia, a ser realizada no Brasil, em conformidade com a Instrução CVM nº 400/03, em mercado de balcão não organizado e em regime de garantia firme de liquidação, sob coordenação do BANCO ITAÚ BBA S.A. e de outra(s) instituição(ões) financeira(s) contratada(s) para este fim, e com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição e instituições intermediárias da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") (em conjunto, "Instituições Participantes da Oferta"), e, ainda, com esforços de colocação das ações no exterior por instituições financeiras estrangeiras ("Agentes de Colocação Internacional"), exclusivamente junto a investidores institucionais qualificados residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Rule 144A, do Securities Act of 1993 dos Estados Unidos da América ("Securities Act") em operações isentas de registro previstas no Securities Act, e a investidores nos demais países, exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América, em conformidade com os procedimentos previstos na Regulation S do Securities Act, observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor;
-
- (ii) A quantidade total de Ações objeto da Distribuição Primária poderá ser acrescida de um lote suplementar de até 15% (quinze por cento), nos termos do artigo 24, caput, da Instrução CVM nº 400/03, nas mesmas condições e no mesmo preço das ações inicialmente ofertadas ("Ações Suplementares"), conforme opção a ser outorgada pela Companhia à(s) instituição(ões) intermediária(s), destinada a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta ("Opção de Ações Suplementares"). A Opção de Ações Suplementares poderá ser exercida no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do anúncio de início da Distribuição Primária ("Anúncio de Início"), no todo ou em parte, em uma ou mais vezes;
-



(iii) Sem prejuízo do exercício da Opção de Ações Suplementares, a quantidade de Ações objeto da Distribuição Primária, poderá, a critério da Companhia e da(s) instituição(ões) intermediária(s), ser aumentada em até 20% (vinte por cento), nas mesmas condições e no mesmo preço das ações inicialmente ofertadas, conforme dispõe o artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº 400/03 ("Ações Adicionais");-----

(iv) O preço das Ações objeto da Distribuição Primária será determinado após (a) a efetivação dos pedidos de reserva e (b) a apuração do resultado da coleta de intenções ("Procedimento de Bookbuilding") a ser realizado pelas instituições intermediárias, de acordo com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404/76 e no artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03; e -----

(v) As Ações objeto da Distribuição Primária, as Ações Suplementares e as Ações Adicionais serão emitidas com exclusão do direito de preferência para subscrição pelos atuais acionistas da Companhia, nos termos do art. 172 da Lei nº 6.404/76, bem como terão as características e conferirão aos seus titulares os mesmos direitos conferidos pelo Estatuto Social da Companhia e pela legislação aplicável às ações ordinárias de emissão da Companhia já existentes, as quais terão direito ao recebimento de dividendos integrais e demais distribuições relativas às ações de emissão da Companhia que vierem a ser declarados a partir da data de publicação do Anúncio de Início.-----

Foi aprovada a adesão da Companhia ao segmento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA e a adoção das regras de listagem diferenciadas e autorizar a Diretoria da Companhia a celebrar os instrumentos necessários a sua adesão, bem como ratificar a assinatura, pela Companhia, de quaisquer instrumentos já celebrados para tanto até a presente data. -----

Os Senhores Conselheiros deliberaram, ainda, autorizar a administração da Companhia a praticar todos e quaisquer atos e a celebrar todos e quaisquer documentos necessários à execução das deliberações ora aprovadas.-----

O Senhor Luis Champalimaud, após ter perguntado se algum Conselheiro desejava usar da palavra, declarou esgotada a Ordem de Trabalhos e encerrou a sessão, dela se



tendo elaborado a presente ata, que, após ter sido aprovada por todos os Senhores Conselheiros presentes, foi assinada pelos presentes, nos termos do Estatuto Social da Companhia.

São Paulo, 11 de março de 2011



Sr. Luis de Mello Champalmaud

Presidente



Sr. Dr. Bruno Miguel Fernandes Pinto

Secretário

-
- Minuta da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada para aprovar o preço de emissão das Ações e o aumento de capital social da Companhia

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

EMPRESA DE CIMENTOS LIZ S.A.
CNPJ nº 33.920.299/0001-51
NIRE 31.3.000.4475-1

REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM [●] DE MARÇO DE 2011

Aos [●] dias do mês de Março de dois mil e onze, às [●] horas, reuniu o Conselho de Administração da Empresa de Cimentos Liz, S.A., estando presentes o Sr. Luis de Melo Champalimaud (Presidente), o qual convidou o [●] para secretariá-lo, o Dr. Bruno Pinto, o Sr. Dr. Alcides Lopes Tápias, o Dr. Raul Baginski, e o Dr. Luis Avillez, nos termos do artigo 16, §3º, do Estatuto Social da Companhia. Tendo sido ainda convidados pelo Presidente para estarem presentes o Dr. Paulo Vasconcelos (Diretor-Presidente) e [●].--

O Sr. Luis Champalimaud declarou que estavam reunidas as condições de validamente reunir e deliberar. A Ordem de Trabalhos tinha como ponto único aprovar o aumento de Capital da Companhia através de distribuição pública primária pela Companhia (“Distribuição Primária”), aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e fixação do preço de emissão por ação;-----

Entrando-se na discussão do ponto em agenda o Sr. Luis Champalimaud deu a palavra ao Dr. Paulo Vasconcelos, Diretor-Presidente da Companhia, que expos do interesse da iniciativa, justificando quer a oportunidade de mercado, quer a oportunidade do grande investimento a fazer. Após intenso debate dos Senhores Conselheiros, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia e a fixação do preço de emissão por ação, nos termos e condições dispostos a seguir:-----

- (i) Fica aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$[●] ([●]), mediante a emissão para subscrição pública de [●] ([●]) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal (em conjunto “Ações”, ou individualmente “Ação”), dentro do limite do capital autorizado previsto no Estatuto Social da Companhia, passando o capital social da Companhia para R\$ [●] ([●]), representado por [●] ([●]) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. As Ações terão as características e conferirão aos seus titulares os mesmos direitos conferidos pelo Estatuto Social da Companhia e pela legislação aplicável às ações ordinárias de emissão da Companhia já existentes, as quais terão direito ao recebimento de dividendos integrais e demais distribuições relativas às ações de emissão da Companhia que vierem a ser declarados a partir da data de publicação do anúncio de início da distribuição pública primária das Ações;-----
- (ii) Com base no já realizado Procedimento de *Bookbuilding*, fica fixado o preço de emissão em R\$[●] ([●]) por cada Ação, em consonância com o disposto no art. 170, III, da Lei nº 6.404/76 e no artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03, totalizando o aporte o montante total de R\$[●] ([●]), sendo R\$[●] ([●]) destinados à conta de capital social e R\$[●] ([●]) destinados à conta de reserva de capital; -
- (iii) Fica ratificada a exclusão do direito de preferência para a subscrição das Ações pelos acionistas da Companhia, nos termos do art. 172 da Lei nº 6.404/76 e do Estatuto Social da Companhia;-----
- (iv) Fica consignado que após a efetiva integralização pelos subscritores do aumento de capital ora aprovado, nova Reunião deste Conselho de Administração deverá ser convocada para homologar o aumento do capital social da Companhia; e -----
- (v) Fica autorizada a Administração da Companhia a praticar todos e quaisquer atos e a celebrar todos e quaisquer documentos necessários à execução das deliberações ora aprovadas. -----

O Senhor Luís Champalimaud após ter perguntado se algum Conselheiro desejava usar da palavra, declarou esgotada a Ordem de Trabalhos e encerrou a sessão, dela se tendo elaborado a presente ata, que, após ter sido aprovada por todos os Senhores Conselheiros, foi assinada nos termos do Estatuto Social da Companhia -

A documentação suporte desta reunião fica arquivada junto desta ata em formato digital.-----

Vespasiano, [●] de março de 2011

Sr. [●]

Secretário

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Declarações da Companhia e do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N° 400/03

EMPRESA DE CIMENTOS LIZ S.A., sociedade por ações com sede na Avenida Portugal, 700, na cidade de Vespasiano, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.920.299/0001-51, ("Companhia"), neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, por seu Diretor de Relações com Investidores, Sr. Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos, português, solteiro, economista, portador da cédula de identidade RNE nº V434373H, inscrito no CPF/MF sob o nº 017.010.506-76, registrado como Estrangeiro Permanente junto à Polícia Federal – DELEMAF/MG sob o nº 08354.002502/2008-32, no âmbito da distribuição pública primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de sua emissão ("Oferta"), cujo pedido de análise e registro foi feito à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 e em atendimento ao item 2.4 do Anexo III, ambos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM nº 400/03"), declarar que:

- (a) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (b) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas suas respectivas datas de publicação, informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (c) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, em suas respectivas datas de publicação, informações relevantes e necessárias ao conhecimento pelos investidores, da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, de suas atividades, de sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes, bem como que foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM nº 400/03.

Vespasiano, 03 de Março de 2011.



EMPRESA DE CIMENTOS LIZ S.A.

Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos
Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.298.092/0001-30, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social, na qualidade de instituição líder ("Coordenador Líder") da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Empresa de Cimentos Liz S.A. ("Companhia" e "Ações") a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução n.º 400 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400"), que será coordenada pelo Coordenador Líder em conjunto com Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan") e, em conjunto com o Coordenador Líder, os "Coordenadores da Oferta", com a participação de determinadas instituições financeiras e instituições consorciadas ("Coordenadores Contratados" e "Instituições Consorciadas", respectivamente, e em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "Instituições Participantes da Oferta"), incluindo esforços de colocação das Ações no exterior que serão realizados em conformidade com o Placement Facilitation Agreement ("Contrato de Colocação Internacional"), a ser celebrado entre a Companhia, Itau BBA USA Securities Inc. e J.P. Morgan Securities, LLC. (em conjunto, os "Agentes de Colocação Internacional"), vem, respeitosamente, apresentar sua declaração nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400:

Considerando que:

- (i) a Companhia e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (ii) em razão da realização da Oferta, está sendo efetuada diligência jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em dezembro de 2010, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Empresa de Cimentos Liz S.A. ("Prospecto Definitivo");
- (iii) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos nos termos do Pronunciamento IBRACON NPA N° 12, com relação ao Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Empresa de Cimentos Liz S.A. ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo;
- (iv) foram disponibilizados pela Companhia os documentos que a Companhia considerou relevantes para a Oferta;
- (v) além dos documentos a que se refere o item (iv) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia, os quais a Companhia confirmou ter disponibilizado; e

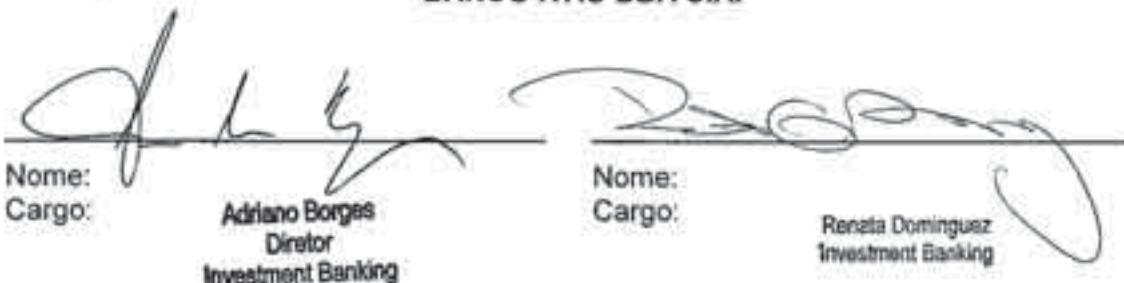
(vi) a Companhia confirmou ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta.

O Coordenador Líder declara que:

- (a) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (i) as informações prestadas pela Companhia são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia, que integram o Prospecto Preliminar e que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (b) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, de suas atividades, de sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (c) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

São Paulo, 11 de março de 2011.

BANCO ITAÚ BBA S.A.



Nome: Adriano Borges
Cargo: Diretor
Investment Banking

Nome: Renata Dominguez
Cargo: Investment Banking

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS DA COMPANHIA

- Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010 e respectivos pareceres dos auditores independentes
- Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2009 e respectivos pareceres dos auditores independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010 e respectivos pareceres dos auditores independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Empresa de Cimentos Liz S.A.

Relatório da Diretoria e
Demonstrações Contábeis
Referentes aos Exercícios
Findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

1. Introdução

O ano de 2010 ficou marcado pela robustez com que o Brasil se comportou na crise internacional.

Fruto do aumento expressivo da classe média, a par com o crescimento significativo do poder de compra das classes D e E, a economia nacional registou um forte crescimento da Demanda Interna e do PIB, com crescimento deste último estimado em cerca de 7,50%.

2. A Economia

Em ano de eleições, assistimos a um forte crescimento do consumo, acompanhado de um fortalecimento do real em constante valorização, registrando um nível ainda baixo de inflação, porém, maior do que no exercício anterior.

A economia atingiu o seu nível de pleno emprego, com um crescimento econômico muito forte sendo ainda mais expressivo nas regiões norte e nordeste do país.

Os resultados das eleições para a Presidência da República, Congresso Nacional e para os Governos e Assembleias Estaduais, não trouxeram novidades nem alterações significativas ao quadro político existente, sendo esperável a manutenção das políticas de distribuição de renda, com aumento do investimento em infraestruturas, ligeira alta dos juros e maior acesso ao crédito hipotecário.

Se risco visível existe para a economia brasileira, será o sobreaquecimento da atividade econômica, que pode impulsionar a taxa de inflação para perto dos 2 dígitos.

3. O Mercado Cimenteiro

O mercado nacional de cimento bateu novo recorde, ao passar o patamar de consumo de 60 milhões de toneladas no ano, sendo cerca de 15% maior que o apresentado em 2009. No entanto, para uma população que ronda 190 milhões de habitantes, segundo IBGE - Censo 2010, isto representa pouco mais de 315 kgs por habitante por ano, volume muito aquém da maioria dos países e que surpreende, por ser tão baixo numa economia em forte crescimento.

Para tal, certamente contribui o exiguo volume de investimento público, que tarda em dotar o país de infraestruturas adequadas para as necessidades da população e para sustentar o crescimento econômico futuro.



4. A Empresa

No exercício foram continuados os projetos de investimento, dos quais se destacam a construção e montagem de uma nova paletizadora, visando melhorar a qualidade de expedição e o respectivo volume; e a montagem da nova moagem de cimento, cujo término está previsto para o segundo trimestre de 2011. Simultaneamente, iniciamos a execução do projeto de expansão do forno de clínquer, projeto esse que nos trará aumento de produção, mas acima de tudo ganhos em eficiência (térmica, elétrica e produtiva).

No exercício mantivemos o volume de produção do ano anterior, mantendo a fábrica no seu pleno de capacidade, continuando na quase totalidade do exercício (primeiros 8 meses) com produção reduzida, por não termos acesso a energia no horário de ponta (3 horas por dia útil), devido à falta de capacidade da infraestrutura de distribuição. Este problema foi finalmente ultrapassado pelo que desde Setembro, retomamos a produção para 24 horas por dia ininterruptas.

5. Vendas e Produção

As vendas brutas em 2010 registraram um montante de R\$495,11 milhões, superior em 7,75% ao ano anterior.

Ao longo do exercício, tivemos uma evolução favorável dos preços do cimento, mas inferior ao aumento dos custos com combustíveis, mantendo-se os preços no mercado Brasileiro significativamente abaixo dos preços internacionais.

5.1 Matérias primas e energia

O preço das matérias primas manteve-se estável em 2010, registrando um crescimento próximo à inflação. Contudo, ao nível dos combustíveis, tivemos um aumento significativo dos preços, a par da recuperação dos preços de frete internacionais, compensados parcialmente pela valorização do Real. Quando comparamos os gastos com combustíveis no final do ano, com os do final do ano anterior, registramos um aumento de cerca de 19,15%.

Em relação ao coque de petróleo importado, a falta de infraestruturas portuárias agrava significativamente o seu custo, pelo tempo de espera que os navios têm de aguardar, para atracar nos portos altamente congestionados. Em 2010 este custo ultrapassou os R\$ 3 milhões.

5.2 Investimentos

O valor investido em 2010 foi de 72 milhões de reais, sendo 179,6% maior que em 2009, destacando-se os investimentos em equipamentos de mineração, na nova moagem de cimento em construção e na nova paletizadora. Este último investimento veio permitir uma melhoria substancial nos tempos de carregamento, melhorando o serviço ao cliente e



deixando a fábrica dotada de capacidade de expedição, para os novos volumes de venda que se aproximam.

Quanto à nova moagem de cimento, este é de ultima geração e tem uma capacidade nominal de 220 t/h, trazendo economia significativa de energia elétrica específica à moagem de cimento e consequentemente, maior produtividade e sustentabilidade.

5.3 Demonstrações Financeiras e Resultados

No exercício de 2010 os ativos da empresa totalizaram cerca de 1,15 bilhões de reais em termos absolutos, decorrentes sobretudo dos investimentos em bens de capital realizados no período via recursos próprios e dos acionistas. O resultado líquido do período foi de 28,6 milhões de reais, cerca de 8 vezes o apurado em 2009. Este resultado líquido incorpora uma flutuação cambial favorável, no exercício de 16,7 milhões de reais, 51,8 milhões de reais em 2009.

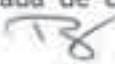
Concomitantemente, no primeiro trimestre do ano, após a adesão em 2009 ao plano de regularização de contencioso fiscal - REFIS, desistimos dos respectivos processos judiciais, tendo registrado o correspondente valor a pagar (36,3 milhões de reais), o qual foi compensado com a utilização de provisões existentes para esse efeito e impostos diferidos (33,7 milhões de reais). Assim, excluído o efeito de contabilização do REFIS, o EBITDA de 2010 foi de 79,8 milhões de reais, 77% superior ao apresentado em 2009, sendo de 45,0 milhões de reais após REFIS.

Para dotar a Empresa de uma estrutura de capital mais robusta, os Senhores acionistas realizaram um aumento de capital no exercício, no valor de cerca de 70 milhões de reais, mediante a conversão de dívida em capital, realizando posteriormente a cisão de ativos da empresa no valor de 61 milhões de reais, cuja origem e natureza ou remontam à década de 90 e anteriores, referentes a questionamentos judiciais decorrentes de medidas heterodoxas na época implantadas, ou decorre de outros ativos cuja origem nada tinha a ver com a industria, dando origem à correspondente redução do patrimônio líquido.

5.4. Sustentabilidade

Com o objetivo de continuar buscando desenvolvimento sustentável, prosseguimos com significativo investimento em equipamentos de ultima geração, bem como avançamos no projeto de modernização do atual forno de clíquer, na busca de reduzir o consumo de combustíveis, bem como visando o aumento do consumo de resíduos e de combustíveis não fósseis.

Continuamos também mantendo a estratégia de maximizar o uso de materiais cuja adição ao clíquer nos permite ter uma das mais baixas emissões de co2 por tonelada de cimento produzido.



Demos continuidade ao projeto de ampliação e melhoria contínua do cinturão verde e cortina arbórea do conjunto fabril e da jazida.

Nas áreas de Saúde Ocupacional e de Segurança do Trabalho, várias ações foram tomadas para que a situação permaneça em melhoria contínua para os colaboradores da ECL e para que se reduzam drasticamente os acidentes entre os prestadores de serviços. Além disso, após cerca de 24 meses de preparação, em Janeiro de 2011 conquistamos a certificação na Norma OSHAS 18001.

6. Aplicação dos resultados

Conforme determina a Lei 10.303/2001, o resultado líquido apurado do exercício, no valor de R\$28.567.378,15 (vinte e oito milhões quinhentos e sessenta e sete mil trezentos e setenta e oito reais e quinze centavos), foi transferido para: Reserva Legal R\$1.428.368,90 (um milhão quatrocentos e vinte e oito mil trezentos e sessenta e oito reais e noventa centavos), para a rubrica Reserva de Lucros R\$20.354.256,93 (vinte milhões trezentos e cinquenta e quatro mil duzentos e cinquenta e seis reais e noventa e três centavos) e para dividendos a pagar 6.784.752,32 (seis milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e dois reais e trinta e dois centavos), ficando ao critério dos senhores acionistas, deliberar de forma diferente.

7. Relacionamento com os auditores externos

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos nossos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Durante o exercício de 2010, nossos auditores externos, BDO Auditores Independentes, foram contratados para prestação de serviços relacionados à auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e análise das demonstrações financeiras no formato do International Accounting Reporting Standards (IFRS).

Os honorários de auditoria de 2010 totalizaram a R\$111 mil.

No âmbito do processo de abertura do capital da Companhia, em curso, em Janeiro de 2011, estes auditores nos assessoraram na revisão do documentos de oferta, formulário de referência e conforto de valores relacionados ao formulário de referência com honorários de serviços de R\$320 mil.

8. Agradecimentos

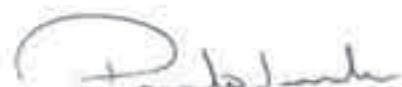
Agradecemos àqueles colaboradores, que de forma responsável e empenhada, contribuíram para o nosso desenvolvimento e sustentabilidade.

Deixamos ainda um agradecimento aos Auditores Externos e aos nossos acionistas, por todo o apoio dado na implementação da estratégia e filosofia de gestão definidas.

Destacamos ainda um agradecimento especial a todas as entidades oficiais que temos contatado, pela confiança demonstrada para com a Empresa, a nossa Equipe e o nosso projeto, nomeadamente: Governo de Minas Gerais, Órgãos Ambientais, BDMG, BNDES, Prefeitura de Lagoa Santa, Prefeitura de Vespasiano e demais entidades envolvidas.

A Diretoria

Vespasiano - Lagoa Santa, 28 de Janeiro de 2011.



Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos
Diretor Presidente

ATIVO	Notas		1º de janeiro		Notas		1º de janeiro	
	2010	2009 (Respostas)	2009	2009 (Respostas)	2010	2009 (Respostas)	2009	2009 (Respostas)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO								
CIRCULANTE:								
Caixa e equivalentes de Caixa	3.b) e 4	20.816	26.495	20.695	31.104	19.000	13.436	
Caixa a receber de clientes	3.c) e 5	30.794	24.533	22.941	24.664	74.504	56.546	
Finanças	3.d) e 6	106.869	90.687	83.658	30.123 e 25	-	-	
Adiantamentos a fornecedores	7	105	2.921	20.620	30.0 e 23	298	-	
Impostos e contribuições a recuperar	8	21.413	20.534	3.128	3.0 e 14	9.166	6.293	
Outros ativos circulantes	2.1.c)	(99)	10.767	-	15	15.530	10.200	6.609
Despesas antecipadas e outras		8.156	6.585	2.795	19.1	6.785	-	-
Total do ativo circulante		186.034	182.522	153.837	16	3.242	4.053	3.546
					90.779	115.947	86.490	
NÃO CIRCULANTE:								
Financiamentos de Empresas do Grupo								
Financiamentos de instituições financeiras	3.b) e 13	-	-	-	3.0, 13 e 23	141.032	159.113	209.612
Impostos e contribuições a recolher		-	-	-	15	0.161	-	-
Titulos diferentes		-	-	-	3.b) e 17	50.208	16.272	-
Provisão para outros riscos e encargos		-	-	-	3.b) e 18	183.530	88.082	99.484
Outros passivos não circulantes		-	-	-	15.075	141.150	90.678	-
Total do passivo não circulante		-	-	-	32	33	32	
		-	-	-	396.038	404.650	399.800	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:								
Capital Social								
Investimento	3.b) e 9	19	2.518	4.414	19	121.964	115.684	115.684
Imobilizado	3.0 e 10	951.809	895.462	884.010	2.1.b), 2.1.c) e 19	2.556	-	-
Intangível	3.b) e 11	6.546	9.215	11.892	19.1	4.098	2.669	2.499
Total do ativo não circulante		962.359	974.011	964.950	10	430.028	453.694	477.613
		-	-	-	19.1	107.910	63.809	36.735
		-	-	-	666.556	835.926	832.511	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
TOTAL DO ATIVO		1.153.271	1.156.533	1.118.787		1.153.271	1.156.533	1.118.787

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.


Paulo Alexandre Ramos Vancençoso
Diretor Presidente

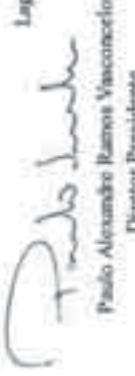
Lagoa Santa - Vespasiano, 278 de janeiro de 2011


Marco Túlio Feliciano
Contador CRC MG-0600460-2

Demonstrativo dos resultados dos exercícios por função
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil)

	Nota	2010	2009
OPERAÇÕES CONTINUADAS			
Receita Líquida de Vendas	3.1 e 20	363.116	335.830
Costo dos Produtos Vendidos	21	(283.478)	(268.412)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO			
Despesa administrativa e comercial	21	(66.562)	(70.435)
Outras receitas / (despesas) operacionais, líquidas	21	(49.751)	(92.192)
		(116.315)	(162.628)
RESULTADO OPERACIONAL			
Receitas financeiras	3.n) e 22	76.748	21.880
Despesa financeira	3.n) e 22	(14.112)	(13.670)
Variações cambiais, líquidas	3.n) e 22	16.679	51.801
		79.315	62.011
RESULTADO FINANCEIRO			
		42.638	(13.200)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE A RENDA			
IRPJ e CSLL correntes	2.m) e 26	864	7.054
IRPJ e CSLL diferidas		(14.931)	29.551
		28.569	3.405
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS			
Outros resultados abrangentes	3.4	+	+
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO			
Resultado líquido por lotes de mil reais - R\$	27	223.1953	2.7291
Quantidade de ações ordinárias		128.000.000	1.247.658.316,7

As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações contábeis.


Paulo Alexandre Ramon Vasconcelos
Diretor Presidente

Lages Santa - Vespúcio, 28 de junho de 2011


Mário Túlio Felicissimo
Contador CRC MG-2600046-0-2

Demonstração das mutações no patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

	Capital social	Reserva de Capital	Reserva legal	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2009	115.684	-	2.499	477.613	36.735	-	632.531
Amortização das reservas de reavaliação	-	-	-	(36.241)	-	36.241	-
Impostos diferidos referentes a reserva de reavaliação	-	-	-	12.322	-	(12.322)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.405	3.405
Aplicação dos resultados	-	-	170	-	27.154	(27.324)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	115.684	-	2.669	453.694	63.889	-	635.936
Aumento de Capital	21.b) e 19	12.316	57.729	-	-	-	70.045
Amortização das reservas de reavaliação	-	-	-	(35.858)	-	35.858	-
Impostos diferidos referentes a reserva de reavaliação	-	-	-	12.192	-	(12.192)	-
Custo patrimonial	2.1 c)	(6.036)	(55.173)	-	-	-	(61.209)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	28.569	28.569
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	(6.785)	(6.785)
Aplicação dos resultados	19.1	-	1.429	-	44.021	(45.430)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	121.964	2.556	4.098	430.028	107.910	-	666.556

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

Lagoa Santa - Vespasiano, 28 de janeiro de 2011


Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos
Diretor Presidente


Marco Thilo Felicissimo
Contador CRC MG-060046/O-2

	Nota	2010	2009
Das atividades operacionais			
Resultado líquido		28.569	3.405
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido gerado nas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		51.459	49.805
Resultado na alienação do imobilizado		224	-
Provisão para outros riscos e encargos		(126.075)	73.595
Provisão para devedores duvidosos		43	159
Provisão para impostos diferidos		14.935	(29.551)
Variação cambial		(10.679)	(51.801)
Encargos financeiros		9.322	13.233
		<hr style="border-top: 1px solid black;"/>	<hr style="border-top: 1px solid black;"/>
		(38.202)	58.845
Decréscimo / (acréscimo) em ativos:			
Clientes		(6.274)	(1.753)
Estoques		(13.982)	(7.029)
Adiantamentos a fornecedores		2.816	17.699
Impostos e contribuições a recuperar		(2.884)	(18.475)
Despesas antecipadas e outras		(1.571)	(3.790)
Depósitos e cauções		(278)	336
(Decréscimo) / acréscimo em passivos:			
Fornecedores		12.093	5.553
Salários e encargos a recolher		983	1.888
Impostos e contribuições a recolher		39.266	(3.261)
Provisão para impostos diferidos		80.313	18.149
Depósitos e cauções		-	2
Provisões e contas a pagar		(831)	507
		<hr style="border-top: 1px solid black;"/>	<hr style="border-top: 1px solid black;"/>
Caixa líquido gerado / (consumido) na atividade operacional		71.673	68.673
Das atividades de investimento			
Acréscimo de imobilizado, líquido de vendas		(105.483)	(58.580)
Devedores diversos		62.567	(5.319)
Decréscimo de investimentos		2.519	1.876
		<hr style="border-top: 1px solid black;"/>	<hr style="border-top: 1px solid black;"/>
Caixa líquido gerado / (consumido) nas ativ. de investimento		(40.397)	(62.023)
Das atividades de financiamento			
Integrilização de capital		70.045	-
Incorporação de financiamento em capital		(70.045)	-
Caixa de ativos da ECL		(61.209)	-
Amortização de financiamentos - Empresas do Grupo		(190.654)	(35.610)
Amortização de financiamentos bancários		(8)	-
Devedores - Empresas do Grupo		8.003	(6.877)
Financiamentos obtidos - Empresas do Grupo		200.504	61.637
Financiamentos bancários obtidos		6.409	-
		<hr style="border-top: 1px solid black;"/>	<hr style="border-top: 1px solid black;"/>
Caixa líquido gerado (consumido) nas ativ. de financiamento		(16.955)	(820)
Aumento (redução) dos caixas e equivalentes de caixa		<hr style="border-top: 1px solid black;"/>	<hr style="border-top: 1px solid black;"/>
Caixa e equivalente de Caixa			
No início do exercício	4	26.415	20.693
No fim do exercício	4	20.816	26.495
Aumento (redução) dos caixas e equivalentes de caixa		<hr style="border-top: 1px solid black;"/>	<hr style="border-top: 1px solid black;"/>
		15.679	5.800

As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações contábeis.

Lagoa Santa - Vespasiano, 28 de janeiro de 2011

Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos
Diretor Presidente

Marco Túlio Felicissimo
Contador CRC MG-060046/O-2

Demonstração dos fluxos de caixa pelo método direto
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

	2010	2009
Caixa líquido (consumido)/gerado pelas atividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	511.596	474.165
Pagamentos a fornecedores	(325.691)	(288.050)
Pagamentos ao pessoal	(50.758)	(46.549)
Pagamento de impostos	(91.004)	(89.333)
Outros recebimentos relativos a atividade operacional	13.022	5.551
Outros pagamentos relativos a atividade operacional	(139)	(1.524)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	57.026	54.260
Caixa líquido (consumido)/gerado pelas atividades de investimentos:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	3.476	2.458
Juros e proveitos similares	385	656
Pagamentos respeitantes a:		
Aquisição de imobilizado	(79.531)	(49.922)
Outros	(1.471)	(738)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(77.141)	(47.546)
Caixa líquido (consumido)/gerado pelas atividades de financiamentos:		
Recebimentos provenientes de:		
Aumento de Capital	(70.045)	-
Utilização de empréstimos obtidos	214.866	54.822
Pagamentos respeitantes a:		
Incorporação de financiamento em capital	70.045	-
Amortização de empréstimos obtidos	(188.391)	(29.830)
Juros e custos similares	(12.039)	(25.906)
Caixa líquido (consumido)/gerado pelas atividades de financiamentos	14.436	(914)
Variação líquida de caixa e seus equivalentes	(5.679)	5.800
Caixa e seus equivalentes no início do período	26.495	20.695
Caixa e seus equivalentes no fim do período	20.816	26.495

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

Lagoa Santa - Vespasiano, 28 de janeiro de 2011



Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos
 Diretor Presidente



Marco Túlio Felicíssimo
 Comendador CRC MG-060046/O-2

Demonstração do valor adicionado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

	2010	2009
Receitas		
Vendas de produtos, líquidas de devoluções	493.591	458.465
Provisões diversas	(43)	(159)
Outras vendas operacionais	3.637	938
	<hr/> 497.185	<hr/> 459.244
 Insumos adquiridos de terceiros		
Matérias-primas consumidas	(45.100)	(41.714)
Custo das mercadorias	(72.810)	(112.425)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(119.039)	(85.268)
	<hr/> (236.949)	<hr/> (239.407)
 Valor adicionado bruto	260.236	219.837
 Depreciação e amortização	(51.566)	(49.805)
 Valor adicionado líquido	<hr/> 208.670	<hr/> 170.032
 Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	93.427	75.681
	<hr/> 93.427	<hr/> 75.681
 Valor adicionado total a distribuir	<hr/> 302.097	<hr/> 245.713
 Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	48.458	46.281
Impostos, taxas e contribuições	210.958	182.356
Remuneração do capital de terceiros	14.112	13.671
Remuneração do capital próprio	28.569	3.405
	<hr/> 302.097	<hr/> 245.713

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

Lagoa Santa - Vespasiano, 28 de janeiro de 2011



Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos
Diretor Presidente



Marco Túlio Felicissimo
Contador CRC MG-060046/O-2

EMPRESA DE CIMENTOS LIZ S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando expressamente indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Cimentos Liz S.A. ("ECL" ou "Companhia" ou "Empresa") foi constituída em 1969, com sede à Av. Portugal, 700 - Centro, em Vespasiano-MG, Brasil, tendo por objeto a exploração e o aproveitamento de jazidas minerais, o exercício da indústria e comércio de materiais de construção, importação, exportação, transporte de cargas em geral, processamento e/ou queima de resíduos industriais, bem como a prática de todos os atos e o exercício de todas as atividades vinculadas àqueles objetos e quaisquer outras atividades cuja exploração seja resolvida pela Assembleia Geral.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Em todos os períodos anteriores, incluindo o ano fiscal findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia preparou suas demonstrações contábeis de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). As presentes demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras preparadas de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Dessa forma, a Companhia preparou suas demonstrações contábeis cumprindo as normas previstas nos CPCs para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as presentes demonstrações contábeis, o saldo de abertura considerado foi 1º de janeiro de 2009, data de transição para os CPCs. Não houve ajustes no balanço patrimonial de abertura no BRGAAP em 1º de janeiro de 2009 e também para o balanço patrimonial publicado preparado de acordo com o BRGAAP para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

2.1. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração das informações financeiras em conformidade com as políticas contábeis adotadas no Brasil exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Além disso, exige que a administração exerça julgamento no processo de aplicação dos princípios contábeis da Companhia. Assim, os valores apresentados podem envolver um maior grau de julgamento ou complexidade, afetando áreas em que premissas e estimativas sejam significativas às demonstrações contábeis da Companhia.

TS

AA

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, quando aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para créditos de cobrança duvidosa e provisão para outros riscos e encargos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes, devido a imprecisões inerentes aos processos de elaboração e revisão dessas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade ou em que premissas e estimativas sejam significativas às demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas nas notas nº 3.c), nº 3.f) e nº 3.k). A Companhia revisa as suas estimativas, no mínimo, anualmente.

Os efeitos das mudanças de estimativas são refletidos prospectivamente nas demonstrações contábeis a partir de sua atualização.

Adicionalmente, no decorrer dos exercícios de 2010 e 2009, ocorreram alguns fatos relevantes que merecem ser destacados:

- A Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, veio permitir o encerramento do contencioso fiscal, instituindo diversas reduções, para a conclusão de ações que tramitavam na esfera administrativa ou contenciosa, na Receita Federal. A Empresa, apesar de entender que nas ações em curso com uma antiguidade média superior a 10 anos a probabilidade de sucesso apontava para um passivo inferior ao que resultaria da adesão a este plano, considerou vantajoso aderir a este, eliminando incertezas várias sobre eventuais responsabilidades vincendas que poderiam ainda permanecer por longos anos, tornando mais seguro o planejamento de tesouraria e o negócio, passando a ter claramente definidos o valor e o momento de pagamento das referidas responsabilidades. Os impactos no balanço patrimonial, demonstrações do resultado de exercício e demonstração de fluxo de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 estão demonstrados no quadro abaixo e também estão evidenciados nas notas explicativas nº 17 e nº 18:

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil)

		Saldo inicial de R\$773	R\$116 Nota 17 e 18	2010	Saldo inicial de R\$773	R\$116 Nota 17 e 18	2009 (apresentado)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUÍDO							
CIRCULANTE:							
Impostos e contribuições a recolher	17	12.009	3.221	15.538	9.037	1.163	10.208
Total do passivo circulante		<u>87.738</u>	<u>3.221</u>	<u>96.779</u>	<u>114.794</u>	<u>1.163</u>	<u>115.347</u>
NÃO CIRCULANTE:							
Impostos e contribuições a recolher	17	56.298	56.298	56.298	56.298	16.272	16.272
Tributos diferidos	3.39 e 17	183.539	-	183.539	171.810	183.539	88.862
Provisão para impostos sobre o lucro	3.30 e 18	15.073	-	15.073	26.988	114.363	143.130
Total do passivo não circulante		<u>341.810</u>	<u>56.298</u>	<u>340.038</u>	<u>151.750</u>	<u>46.811</u>	<u>404.413</u>
PATRIMÔNIO LIQUÍDO:							
Reserv. de Ativo		101.679	03.729	105.918	111.913	108.064	83.385
Total do patrimônio líquido		<u>720.289</u>	<u>03.729</u>	<u>866.556</u>	<u>881.890</u>	<u>106.064</u>	<u>637.736</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUÍDO		1.133.273	-	1.133.373	1.116.513	-	1.154.333

Empresa de Cimentos Liz S.A.

Documentação das variações das estruturas por linhas
para os exercícios finais em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil)

		Saldo Ativo do REVIS	Nome 17 e 18	Saldo Ativo do REVIS	Nome 17 e 18	2009
OPERAÇÕES CONTINUADORAS						
Bens e Utilidade de Venda	31	363.136	-	345.108	335.850	-
Costo dos Produtos Vendidos	31	(283.470)	-	(283.470)	(284.415)	-
DEURO OPERACIONAL, BEMTO		79.636	-	78.636	67.417	-
DESPESAS NECESSITAS OPERACIONAIS	31	15.140	184.313	186.713	187.417	185.211
Despesas administrativas, comércio e outras despesas / (despesas) operacionais, liquidação	31	(71.403)	184.313	(114.313)	187.417	(182.629)
RESULTADO OPERACIONAL		28.236	-	(18.477)	-	(85.211)
Rendimentos (despesas) financeiros líquidos e Variação cambial líquida	31 e 22	14.231	40.213	16.746	13.368	6.943
RESULTADO FINANCEIRO		(11.342)	(2.590)	16.746	13.368	6.943
RESULTADO ANTES DOS TERRITÓRIOS SOBRE A JORNADA		43.236	(2.590)	43.839	33.368	(84.769)
IRPF + CIDE, consumo e divisões		(34.068)	-	114.369	118.816	12.634
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADORAS		11.168	(2.590)	18.839	21.354	14.605
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	44	31.269	(2.590)	18.839	21.354	14.605
Resultado líquido por tipo de resultado - R\$	31	244.289	(21.946)	223.143	20.096	(27.294)
Quantidade de ações emitidas				150.000.000		1347.656.567

Documentação do fluxo de caixa pelo método indireto
para os exercícios finais em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil)

	Saldo ativo do REVIS	REVIS Nome 17 e 18	2010	Saldo ativo do REVIS	REVIS Nome 17 e 18	2009
Das atividades operacionais:						
Rendimento líquido	31.269	(1.706)	28.563	31.354	(34.149)	3.405
Ajustes para reconciliar o lucro líquido no caixa líquido gerado nas atividades operacionais:						
Provisão para outros riscos e encargos	(11.913)	(14.162)	(126.079)	(23.616)	95.211	73.595
Provisão para imposto diferido	(4.035)	-	18.935	23.068	(32.619)	(28.551)
Encargos financeiros	8.322	-	8.322	21.876	(8.440)	13.223
	28.640	(116.882)	(88.203)	38.845	-	58.845
Descontos / (sacrifícios) em ativos:						
Impostos e contribuições a recolher	2.917	(36.349)	39.266	(3.261)	-	(3.261)
Provisão para imposto diferido	-	(80.517)	80.313	18.149	-	18.149
Caixa líquido gerado / (consumido) nas atvs. de operações	21.673	-	71.673	68.673	-	68.673
Das atividades de investimento:						
Caixa líquido gerado / (consumido) nas atvs. de investimento	(40.397)	-	(40.397)	(62.027)	-	(62.027)
Das atividades de financiamento:						
Caixa líquido gerado / (consumido) nas atvs. de financiamento	(16.933)	-	(16.933)	(875)	-	(875)
Aumento (redução) das caixas e equivalentes de caixa	(5.679)	-	(5.679)	9.800	-	5.800
Caixa e equivalentes de Caixa	(5.679)	-	(5.679)	9.800	-	5.800

- b. Em 15 de dezembro de 2010, o acionista controlador Tração S.A. assumiu a dívida da Empresa de Cimentos Liz S.A. junto à empresa Zimba Associates LLC no valor de R\$66.412.255,67, a qual foi utilizada como parte de aumento de capital de R\$70.045.167,95 na ECL (nota nº 19). Posteriormente e ainda nesta data, foram cindidos ativos cuja origem e naturezas remontam à década de 90 e eram relativos a questionamentos judiciais, ou aos ativos cuja natureza nada tinha a ver com a indústria de cimento, no valor de R\$6.035.546,41 com a correspondente redução do capital social nesse montante. Esses ativos foram transferidos a valor de mercado, dando origem a um ganho no valor de R\$3.335.519,15, o qual o líquido de imposto ascende a R\$2.201.442,64.
- c. Em 21 de dezembro de 2010 foi realizada uma cisão parcial de outros ativos não imprescindíveis à atividade cimenteira da Companhia, representado por contas a receber decorrentes da venda de ações da Sagres S.A., celebrado em 10 de março de 2008, no montante de R\$55.172.908,75, com consequente redução das Reservas de capital no Patrimônio Líquido neste mesmo valor.
- d. Ajuste a valor presente - O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

3. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a. A Empresa adota o regime de competência para fins de registro de suas transações e considera o período de um ano para a segregação de ativos e passivos entre circulante e não circulante.
- b. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos proporcionais até a data do balanço, não ultrapassando o valor de mercado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas, e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Os instrumentos financeiros da empresa encontram-se registrados em contas patrimoniais. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.
- c. As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor presente de realização desses créditos. A carteira de clientes da empresa é diversificada sendo a política de vendas diretamente relacionada com o nível de risco de crédito que a Empresa está disposta a correr. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela empresa para cobrir prováveis perdas de realização.

- d. Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, os quais são inferiores aos valores de reposição ou de realização. As importações em andamento e adiantamentos a fornecedores são registradas ao custo neste grupo.
- e. Os investimentos estão registrados ao custo de aquisição e deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas potenciais para se adequar ao seu valor de realização.
- f. O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, sendo os bens adquiridos até a data de 31 de dezembro de 2007, acrescidos do valor de reavaliação. Relativamente às jazidas, a amortização é calculada de acordo com o método de unidades extraídas. Para os demais ativos, a depreciação é registrada pelo método linear, levando em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e as taxas de depreciação referidas na nota nº 10. A Companhia não adotou o novo valor atribuído (*deemed cost*) de acordo com o ICPC 10 por entender que os saldos foram reavaliados em 31 de dezembro de 2007 e que não há distorções relevantes entre o valor da reavaliação e o valor residual ora registrado e que as taxas de depreciação, amortização e exaustão adotadas representam adequadamente o desgaste e utilização ou obsolescência dos bens.
- g. O intangível é registrado ao custo histórico de formação, sendo amortizado linearmente, levando em consideração o tempo de vida útil e as taxas de amortização demonstradas na nota nº 11.
- h. Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados, base negativa de IRPJ e de Contribuição Social, bem como outras diferenças temporárias de tributação, são registrados pelo seu valor estimado de realização, levando em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis, que estão sendo calculados com base nas alíquotas esperadas que tais impostos sejam recuperados. Os impostos diferidos passivos decorrentes da reavaliação de bens do ativo imobilizado e do regime tributário de caixa para a variação cambial dos financiamentos em moeda estrangeira são demonstrados pelo valor que se espera realizar. Os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais acumulados foram registrados no Balanço Patrimonial com base em projeções de lucro efetuadas, havendo expectativa de compensação destes créditos no prazo de até dois anos.
- i. Os Empréstimos e Financiamentos são registrados pelo valor nominal acrescidos de juros e variação cambial incorridos até as datas de encerramento dos exercícios. As transações denominadas em moedas estrangeiras são convertidas pelas respectivas taxas de câmbio vigentes nas datas em que são efetivadas e os saldos em aberto são ajustados à taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento.
- j. Os salários, incluindo provisões para férias, e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

O programa de participação nos resultados para os funcionários da Companhia é baseado em objetivos gerais da Empresa como um todo e no desempenho de cada departamento. A provisão para participação nos lucros é registrada no regime de competência como despesas e custos operacionais.

- k. São constituídas provisões para fazer face a contingências e obrigações legais potenciais, sendo estas calculadas, tendo por base a correspondente probabilidade de perda.

Adicionalmente, é calculada uma provisão para fazer ao custo futuro, com o encerramento da jazida em exploração, sendo a respectiva provisão registrada pelo valor presente do custo futuro de encerramento final da jazida (encerramento previsto para ocorrer no ano de 2131).

- l. As receitas de vendas são reconhecidas a valor justo quando da entrega dos produtos e/ou na efetiva prestação de serviços com transferência dos riscos ao comprador. O custo das vendas é registrado no mesmo período em que estas são reconhecidas. As despesas são registradas no período no qual são originadas.
- m. Os impostos sobre a renda no Brasil incluem o imposto de renda federal (25%) e a contribuição social (9%), em um total de 34%. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado dado a exclusões de receitas não tributáveis e adições de despesas indedutíveis.
- n. As receitas e despesas financeiras são substancialmente representadas por juros, ajustes inflacionários e variações cambiais, decorrentes de empréstimos e financiamentos, correção monetária e ajustes inflacionários sobre provisões para contingências e contas a receber, sendo calculadas pelo regime de competência contábil.
- o. A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades, bem como reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e taxas de juros, conforme comentado na nota nº 23. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de controle e determinação de limites de exposição.
- p. Os ativos e passivos financeiros representados por caixa e equivalentes de caixa, clientes, fornecedores e financiamentos estão avaliados ao valor de realização e/ou liquidação de acordo com as condições usuais e normais de mercado e seus saldos se aproximam substancialmente do valor justo destes instrumentos. Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

- q. A Companhia analisa a existência de evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução do valor recuperável de um ativo - impairment). O valor recuperável é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos o custo de venda. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não foram identificadas evidências de que os valores contábeis dos ativos imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes não serão recuperados no curso normal das operações.
- r. Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como custos no resultado do exercício, à medida de sua ocorrência. Os programas contínuos são elaborados para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.
- s. A Demonstração do Resultado Abrangente não foi elaborada para os exercícios findos em 2010 e 2009, pois a Companhia não registrou outros eventos abrangentes que modificassem seu patrimônio líquido alheios ao resultado e participação dos proprietários, que exigissem a sua elaboração.
- t. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2010	2009	01/01/2009
Caixa e bancos	4	38	539
Investimentos temporários:	4	38	539
Certificados de Depósito Bancário	20.812	26.457	20.156
	20.816	26.495	20.695

Os investimentos temporários estão representados por Certificados de Depósito Bancário, emitidos por bancos de primeira linha, possuem rentabilidade indexada à taxa do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), tendo liquidez diária. Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de mercado.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2010	2009	01/01/2009
Clientes	32.299	26.025	24.274
(-) Provisão para devedores duvidosos	(1.535)	(1.492)	(1.333)
	<u>30.764</u>	<u>24.533</u>	<u>22.941</u>

A exposição da Companhia a riscos de crédito e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas nas notas explicativas nº 3.p) e nº 23.

As políticas de concessão de crédito a clientes são determinadas por critérios estabelecidos pela Administração e comitê de crédito instituído para minimizar os riscos de inadimplência. Os montantes provisionados alcançaram R\$43 mil em 2010 e R\$159 mil em 2009, representando 0,13% do total de clientes em 2010 e 0,61% em 2009, respectivamente. Como garantia dos créditos a receber, a Companhia possui bens e direitos demonstrados como segue:

	2010
Hipotecas	9.188
Penhor de equipamentos	7.664
Avalis e notas promissórias	3.674
Total	<u>20.526</u>

6. ESTOQUES

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao valor de mercado, e podem ser assim demonstrados por ordem decrescente de liquidez:

	2010	2009	01/01/2009
Produtos acabados	3.928	6.788	6.399
Produção em andamento	12.883	7.045	6.972
Matérias-primas, combustíveis e consumo	77.205	63.602	57.614
Material de manutenção geral	10.653	13.252	12.673
	<u>104.669</u>	<u>90.687</u>	<u>83.658</u>

7. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Os adiantamentos efetuados estão, em regra, garantidos por fianças bancárias emitidas por bancos de primeira linha.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	2010	2009	01/01/2009
Circulante			
Antecipação de IR e CS	13.819	18.000	591
ICMS a recuperar	3.226	1.448	1.107
IRRF sobre aplicações financeiras	1.393	554	1.366
IPI a recuperar	2.947	496	-
Outros	30	36	64
	21.415	20.534	3.128
Não circulante			
ICMS a recuperar	4.234	2.231	1.162
	25.649	22.765	4.290

A antecipação de Imposto de renda e contribuição social ocorrida no exercício de 2009 é oriunda de retificações de DIPJ (Declarações de Imposto de Renda Pessoa Jurídica) de anos anteriores, em decorrência dos efeitos da adesão ao plano Refis (nota nº 2.1.a), sendo parte deste imposto compensado em 2010. O acréscimo de IRRF se deveu às retenções sobre aplicações financeiras do ano.

O saldo de IPI sofreu um acréscimo e acumulação de créditos decorrentes de maiores aquisições de insumos e materiais auxiliares de produção com esse imposto e também devido à redução a alíquota zero de tributação do IPI nas vendas de cimento que está mantida até 31 de dezembro de 2011, conforme disposto na nova redação dada ao anexo VIII do Decreto nº 6.890/2009, pelo Decreto nº 7.393, de 15/12/2010.

O saldo de ICMS a recuperar refere-se, principalmente, aos créditos decorrentes das aquisições de ativo imobilizado a serem compensados através das operações normais da Empresa.

Siglas utilizadas	ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
	IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte
	IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados
	IR - Imposto de Renda
	CS - Contribuição Social

9. INVESTIMENTOS

Os investimentos podem ser assim demonstrados:

	2010	2009	01/01/2009
Empréstimos compulsórios	-	2.519	4.395
Incentivos fiscais e outros	19	19	19
	19	2.538	4.414

Em 31 de julho de 2009, foi realizada uma cobrança parcial do empréstimo compulsório Eletrobrás, no valor de R\$1.264 mil. Adicionalmente, em 15 de dezembro de 2010, foi realizada uma cisão parcial em que foi vertido para o acionista Tração S.A. o montante de R\$2.519 mil de empréstimos compulsórios.

10. IMOBILIZADO

	2010		2009	01 de Janeiro de 2009	Taxa anual de depreciação e exaustão %
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Terrenos	65.475	-	65.475	65.475	-
Edifícios e bens fixos	199.170	(79.944)	119.226	120.891	10 a 49
Máquinas, equip. e instalações	681.260	(432.872)	248.388	273.045	4 a 21
Móveis e utensílios	7.470	(4.917)	2.553	2.854	3 a 14
Veículos	12.157	(10.433)	1.724	2.955	4 a 5
Hardware	2.877	(1.940)	937	950	4 a 10
Jazidas	417.760	(35.601)	382.159	388.725	1,58
Ferramentas	932	(571)	361	447	4 a 14
Outros	3	(2)	1	2	-
	1.387.104	(366.280)	820.824	855.344	871.565
Adiantamento a fornecedores (a)	18.810	-	18.810	-	-
	112.175	-	112.175	40.118	12.445
Imobilizado em andamento (b)	1.518.089	(366.280)	951.809	891.462	884.010

- (a) Registram-se nesta conta todos os adiantamentos aos fornecedores por conta de fornecimentos sob encomenda de bens do ativo imobilizado, que representam pagamentos por conta de valor previamente contratado. Todos os adiantamentos significativos estão garantidos por seguros de crédito ou fianças bancárias "first demand" emitidos por instituições de primeira linha.
- (b) Registram-se nesta conta todos os gastos com construções e montagens industriais incorridos relativos a equipamentos, máquinas cuja entrada em operação não tenha ainda ocorrido.

A Empresa registrou em dezembro de 2007, a reavaliação resultante de avaliação do imobilizado efetuada por empresa independente e credenciada para o efeito, visando a refletir com maior propriedade o seu patrimônio. Nos exercícios de 2010 e 2009, a depreciação, amortização e exaustão de bens, com base na vida útil do ativo, geraram a diminuição desta reserva no valor de R\$35.858 mil e R\$36.241 mil, respectivamente, as quais, líquidas de impostos diferidos, representam R\$23.666 mil e R\$23.919 mil, respectivamente.

Resumos da movimentação de imobilizados para os exercícios de 2010 e 2009:

	01 de Janeiro de 2009	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	2009
Terrenos	65.475	-	-	-	-	65.475
Edifícios e benfeitorias	120.891	735	-	94	(5.220)	120.891
Máquinas, equip. e instalações	273.045	22.916	(18)	7.887	(33.236)	273.045
Móveis e utensílios	3.854	468	(3)	(2)	(707)	3.854
Veículos	5.955	473	(2.631)	-	(231)	2.955
Hardware	1.117	134	(20)	-	(281)	930
Juntas	388.725	-	-	-	(6.489)	388.725
Ferramentas	447	10	-	-	(101)	447
Outros	2	1	-	-	-	2
Imobilizado em andamento	40.118	36.600	(820)	(8.107)	-	40.118
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	-	-	-
	884.010	61.337	(3.492)	(128)	(46.265)	895.462

	2009	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	2010
Terrenos	65.475	-	-	-	-	65.475
Edifícios e benfeitorias	119.226	2.487	-	1.188	(3.340)	119.226
Máquinas, equip. e instalações	248.388	7.000	(61)	3.955	(35.551)	248.388
Móveis e utensílios	2.553	47	-	-	(348)	2.553
Veículos	1.724	-	(855)	-	(376)	1.724
Hardware	937	28	-	-	(41)	937
Juntas	382.159	-	-	-	(6.566)	382.159
Ferramentas	361	21	-	-	(107)	361
Outros	1	-	-	-	(1)	1
Imobilizado em andamento	112.175	77.344	-	(5.287)	-	112.175
Adiantamento a fornecedores	18.810	-	-	-	-	18.810
	951.809	105.737	(916)	(146)	(48.330)	951.809

	2010		2009		01 de Janeiro de 2009	
	Caixa	Depreciação acumulada	Caixa	Depreciação acumulada	Caixa	Depreciação acumulada
Terrenos	65.475	-	65.475	-	65.475	-
Edifícios e benfeitorias	125.262	(79.946)	114.236	(109.894)	130.000	(94.000)
Máquinas, equip. e instalações	273.496	(42.873)	246.388	(370.239)	270.947	(348.014)
Móveis e utensílios	3.098	(6.817)	2.223	(3.742)	2.208	(4.188)
Veículos	5.544	(10.453)	1.724	(13.812)	2.955	(10.287)
Hardware	1.117	(1.346)	937	(2.386)	930	(2.701)
Juntas	388.725	(22.547)	360.139	(417.764)	386.722	(417.260)
Ferramentas	361	(371)	360	(463)	447	(501)
Outros	1	(12)	1	(2)	2	(2)
	895.462	(366.285)	871.809	(1.011.427)	1.011.796	(1.011.796)
Adiantamento a fornecedores (b)	-	-	-	-	-	-
Imobilizado em andamento (b)	-	-	-	-	-	-
	894.010	(366.285)	871.809	(1.011.427)	1.011.796	(1.011.796)

11. INTANGÍVEL

Os saldos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 podem ser assim resumidos:

	2010			2009			31 de Janeiro de 2009		
	Crédito	Depreciação acumulada	Saldo	Crédito	Depreciação acumulada	Saldo	Crédito	Depreciação acumulada	Saldo
Bens intangíveis	855	(2)	853	4.476	(2.018)	2.458	13.288	(1.396)	11.892
Software	11.423	(8.137)	5.286	11.349	(4.587)	6.753	992	(962)	-
Marcas e Patentes	2.523	(1.296)	227	3.495	(1.491)	4	2.545	(2.545)	-
	16.801	(13.455)	6.586	18.312	(8.096)	9.215	16.828	(4.934)	11.892

Movimentação do intangível:

INTANGÍVEL

	01 de Janeiro de 2009		Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	2009	
	Crédito	Depreciação acumulada					Crédito	Depreciação acumulada
Bens intangíveis	11.892		106	(126)	(7.827)	(1.587)	2.458	
Software	-		364	-	7.951	(1.562)	6.753	
Marcas e Patentes	-		-	-	4	-	-	4
	11.892		470	(126)	128	(3.149)	9.215	

INTANGÍVEL

	2009		Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	2010	
	Crédito	Depreciação acumulada					Crédito	Depreciação acumulada
Bens intangíveis	2.458		107	-	77	(1.789)	853	
Software	6.753		83	-	-	(1.570)	5.266	
Marcas e Patentes	4		160	-	67	(4)	227	
	9.215		350	-	144	(3.363)	6.346	

12. FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores e empreiteiros são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Nos exercícios findos em 2010 e 2009, não há contas a pagar no longo prazo a fornecedores. Conforme divulgado na nota nº 3.p), os saldos de fornecedores estão registrados a valor presente.

18

M

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Indexador	2010	2009	01/01/2009
Circulante					
Empresas do Grupo	USD	Libor	-	224	27.494
	EUR	Euribor	24.664	74.280	29.052
Instituições financeiras	BRL	TJLP	288	-	-
Subtotal circulante			24.952	74.504	56.546
Não circulante					
Empresas do Grupo (nota nº 25)	BRL	TJLP	-	63.135	45.695
	USD	Libor	-	9.534	-
	EUR	Euribor	141.032	86.444	163.917
Instituições financeiras	BRL	TJLP	6.161	-	-
Subtotal não circulante			147.193	159.113	209.612
TOTAL			172.145	233.617	266.158

Os financiamentos de empresas do Grupo em moeda nacional são indexados à TJLP, os financiamentos em moeda estrangeira são indexados à Euribor ou Libor acrescidos de um *spread* de até 2,5% a.a.

As taxas de câmbio utilizadas para conversão dos financiamentos para a moeda nacional em 31 de dezembro de 2010 foram de R\$1,6662 para cada dólar estadunidense e R\$2,2280 para cada euro devido (R\$1,7412 para cada dólar estadunidense e R\$2,50733 para cada euro em 31 de dezembro de 2009).

Os financiamentos em moeda nacional se referem, principalmente, a linhas de crédito obtidas junto ao Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (BDMG) com garantia das próprias máquinas e equipamentos referentes a operações de Finame com juros de 4,5% a 7% a.a. Os vencimentos se estendem até o ano de 2020, sendo ainda garantidos por aval do acionista Tração S.A. (nota nº 28).

A Companhia não possui custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável e como tal formariam parte do custo de tal ativo.

Os financiamentos de empresas do Grupo não possuem previsão em contrato para data efetiva de pagamento, sendo que estes ocorrem de acordo com a disponibilidade de caixa da devedora e acordo entre as administrações das Companhias, sendo este o parâmetro para definição de curto e longo prazo. Dessa forma, também entendemos que os financiamentos estão registrados a valor presente não sendo necessário o registro de ajustes.

14. SALÁRIOS E ENCARGOS A RECOLHER

	2010	2009	01/01/2009
Férias e encargos	3.685	3.478	2.747
Obrigações com participação nos resultados	1.141	1.176	1.157
Outras obrigações	3.927	2.996	1.835
IRRF s/ folha de pagamento	413	531	554
	9.166	8.181	6.293

A Companhia não concede benefícios pós-emprego para seus empregados.

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2010	2009	01/01/2009
Circulante			
ICMS a recolher	4.907	4.519	3.582
Cofins a recolher	5.067	3.366	1.033
Impostos a pagar - Refis (notas nº 17 e nº 18)	3.521	1.163	-
Impostos retidos de terceiros a recolher	599	251	557
Pis a recolher	1.101	732	225
Outros	335	169	1.212
	15.530	10.200	6.609
Não circulante			
Impostos a pagar - Refis (notas nº 17 e nº 18)	50.208	16.272	-
	50.208	16.272	-
	65.738	26.472	6.609

Os "Impostos a pagar - Refis" serão pagos em 180 prestações mensais de capital igual, acrescidas de juros calculados à taxa legal aplicável (Selic), calculadas pelo prazo que decorre até o momento do seu pagamento. A primeira prestação poderá ser exigível no primeiro trimestre de 2011, dependendo da lei que vier a ser aprovada, e a última vencer-se-á 15 anos depois.

16. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	2010	2009	01/01/2009
Energia elétrica	2.659	2.502	2.114
Serviços prestados	326	784	903
Fretes a pagar	204	688	259
Adiantamento de clientes e outros	53	79	270
	3.242	4.053	3.546

17. TRIBUTOS DIFERIDOS

			Ativo / (Passivo)
	2010	2009	01/01/2009
Ativos fiscais diferidos decorrentes de:			
Prejuízos fiscais de exercícios anteriores	-	-	2.984
			2.984
Passivos fiscais diferidos decorrentes de:			
Reavaliação de ativos	(203.939)	(215.958)	(228.280)
Variações cambiais	(2.893)	(6.874)	(11.449)
Provisões diversas	5.434	9.192	-
Prejuízos fiscais	17.868	125.558	137.261
	(183.530)	(88.082)	(102.468)
Passivos fiscais diferidos líquidos	(183.530)	(88.082)	(99.484)

A Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, proporcionou, dentre outras medidas, um plano de recuperação fiscal (Refis), que veio permitir a conclusão de diversos processos administrativos ou judiciais em curso, referentes a contencioso fiscal. Em seu parágrafo 7º do artigo 1º, a Lei prevê o pagamento de parte dos valores em dívida através da utilização de prejuízos fiscais reportáveis.

A Empresa procedeu ao registro definitivo das desistências de ações no decurso do 1º trimestre de 2010 com utilização de prejuízos fiscais reportáveis correspondentes a R\$80.513 mil, registrados no balanço na rubrica de "Provisões para Impostos diferidos", com a correspondente redução de provisões para outros riscos e encargos (nota nº 18), no mesmo montante.

O Imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos sobre os saldos de reserva de reavaliação, prejuízos fiscais e diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas entre os livros fiscais e societários até o limite passível de realização pela Companhia. As variações cambiais são tributadas no momento da sua efetiva liquidação (base de caixa).

Considerados o histórico de lucratividade, as projeções de resultados tributáveis futuros e o prazo esperados para realização de diferenças temporárias, a Administração estima que o crédito de R\$17.868 mil seja realizado no decorrer de dois anos, sendo que esta realização deverá ocorrer 50% em 2011 e o restante em 2012.

18. PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

A Empresa registra provisões para fazer face aos seus passivos potenciais. Com base nas informações de assessores jurídicos, na análise destas questões, e atendendo à probabilidade de perda de cada uma, foi constituída uma provisão considerada suficiente para fazer face a eventuais responsabilidades futuramente exigíveis, conforme quadros a seguir:

	Perda possível	Perda provável	Perda remota	Total
Tributárias	7.508	-	-	7.508
Cíveis e outros	2.990	55	689	3.734
Trabalhistas	1.189	2.601	43	3.833
Total	11.687	2.656	732	15.075

Movimentação de provisões para riscos e encargos durante o ano de 2010:

	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Cíveis e outras	Total
Saldo em 31/12/2009	2.580	120.680	17.890	141.150
Constituição	1.542	992	459	2.993
Utilização	(289)	(114.164)	(14.615)	(129.068)
Saldo em 31/12/2010	3.833	7.508	3.734	15.075

Adicionalmente, durante o exercício de 2009, decorrente do Refis instituído pela Lei nº 11.941, de 2009, conhecido como Novo Refis (notas nº 2.1.a e nº 17), a Empresa avaliou o seu contencioso fiscal, tendo optado por aderir a este plano, com pagamento parcelado dos correspondentes tributos e encargos em cento e oitenta parcelas mensais. Nessa avaliação, a Administração optou por aderir ao plano, uma vez que elimina incertezas para o futuro, permitindo realizar os pagamentos em horizonte temporal predefinido.

Decorrente dessa opção, nos exercícios de 2010 e 2009, foram registrados os seguintes impactos nas demonstrações financeiras:

Balanço	2010	2009
Passivo		
Impostos e contribuições a recolher - circulante	2.418	1.163
Impostos diferidos	80.513	(34.470)
Provisões para outros riscos e encargos	(114.163)	51.184
Impostos e contribuições a recolher - não circulante	33.932	16.272
Total passivo	2.700	34.149
Resultado		
Receitas financeiras	62.213	8.443
Despesas diversas	(64.913)	(95.211)
Provisão para impostos diferidos	-	52.619
Total no resultado	(2.700)	(34.149)

19. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

Em 15 de dezembro de 2010, foi realizado um aumento de capital no valor de R\$70.045.167,95 sendo R\$12.316.048,98 para capital social e R\$57.729.118,97 para reservas de capital, mediante a emissão de 132.830.554 novas ações. Nesta mesma data, foram agrupadas as ações da empresa, por conversão de 10.785.069,69 ações em uma nova ação. Foi efetuada ainda uma cisão (nota nº 2.1-b) da qual resultou uma diminuição do capital social no valor de R\$6.035.546,41.

O capital social no valor de R\$121.964.453,59 e R\$115.683.951,02, em 31 de dezembro de 2010 e 2009, respectivamente, totalmente integralizado, está representado em 31 de dezembro de 2010 e 2009 por 128.000.000 e 1.247.658.367 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Empresa não possuía nem transacionou ações próprias durante esses exercícios.

O valor patrimonial por ação é assim de R\$5,1999 e R\$0,510 em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

19.1. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Conforme determina a Lei nº 10.303/2001 e atendendo ao plano de investimentos para 2011, o resultado líquido do exercício, no valor de R\$28.567.378,15, foi transferido da seguinte forma: para reserva legal, o valor de R\$1.428.368,90, para a rubrica reserva de lucros, o valor de R\$20.354.256,93 e, para dividendos a pagar, o valor de R\$6.784.752,32, ficando ao critério dos senhores acionistas deliberar de forma diferente.

20. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 a receita líquida de vendas pode ser demonstrada a como segue:

	2010	2009
Receita bruta:		
Minas Gerais	259.827	231.866
São Paulo	196.468	176.576
Outros Estados	36.887	50.045
Receita bruta de serviços	1.924	1.378
Subtotal	495.106	459.865
Devoluções de vendas	(1.516)	(1.400)
Impostos sobre vendas	(130.474)	(122.635)
Receita líquida	363.116	335.830

21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a composição de custos e despesas operacionais pode ser demonstrada como segue:

Custos	2010	2009
Combustíveis	(50.167)	(42.104)
Depreciação	(45.543)	(43.966)
Materia prima	(45.100)	(41.714)
Energia	(36.864)	(32.190)
Manutenção	(35.584)	(38.638)
Salários, encargos e benefícios	(21.150)	(19.482)
Material de consumo	(15.810)	(14.425)
Aluguéis	(9.735)	(9.856)
Comunicação	(115)	(121)
Outros custos	(12.916)	(8.111)
Outros serviços	(10.494)	(17.806)
Total de custos dos produtos vendidos	(283.478)	(268.413)
Despesas administrativas e comerciais	2010	2009
Salários, encargos e benefícios	(27.308)	(26.799)
Fretes s/ vendas	(24.128)	(24.699)
Serviços	(7.150)	(11.557)
Depreciação	(6.023)	(5.840)
Materials e energia	(1.365)	(1.305)
Impostos e taxas	(588)	(235)
Total de despesas administrativas e comerciais	(66.562)	(70.435)
Outras despesas operacionais	2010	2009
Outras receitas operacionais	12.745	2.334
Reversão de provisões - Refis	114.162	25.821
Outras despesas operacionais	(1.223)	(767)
Despesas operacionais - Refis	(179.076)	(120.520)
Ganho (perda) na venda de ativos	3.033	491
Receita na venda de sucatas	414	219
Rendas de aluguéis	192	229
(49.753)	(92.193)	

22. RECEITAS / (DESPESAS) FINANCEIRAS

O resultado financeiro da Companhia pode ser assim demonstrado:

	2010	2009
Receitas financeiras:		
Atualização de impostos	637	6.369
Juros s/ operações de médio/longo prazos	3.370	5.276
Rendimento de aplicações financeiras	5.922	2.459
Juros, descontos obtidos e outros	645	1.334
Descontos obtidos no Refis	66.174	8.442
	<hr/> 76.748	<hr/> 23.880
Despesas financeiras:		
Juros sobre financiamentos (nota nº 25)	(9.354)	(13.233)
Descontos concedidos	(8)	(26)
Despesas financeiras Refis	(3.961)	(411)
Outras	(789)	-
Despesas financeiras	<hr/> (14.112)	<hr/> (13.670)
Subtotal	<hr/> 62.636	<hr/> 10.210
Variações cambiais	16.679	51.801
Receitas / (Despesas) financeiras, líquidas	<hr/> 79.315	<hr/> 62.011

A rubrica juros sobre financiamentos inclui juros devidos a Empresas do Grupo (notas nº 13 e nº 23) nos valores de R\$9.277 mil e R\$13.174 mil, respectivamente nos exercícios de 2010 e 2009.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Empresa participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A administração destes riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente entre as taxas contratadas e as vigentes no mercado.

Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa. Os instrumentos financeiros estão registrados em contas patrimoniais e são representados por aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, cujos valores estimados de mercado são substancialmente similares aos seus respectivos valores contábeis. A origem dos empréstimos é, basicamente, de Empresas do Grupo sediadas no exterior e estão sujeitos às oscilações cambiais referentes à flutuação da moeda estrangeira.

Adicionalmente, a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a. Risco de taxa de câmbio e taxas de juros

Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, a Companhia possui financiamentos com Empresas do Grupo, principalmente em euros, e seus resultados podem ser significativamente afetados pela variação da taxa de câmbio. Adicionalmente, a Empresa está exposta a riscos nas oscilações da Taxa de Juros de Longo Prazo (TLJP), em razão de os financiamentos obtidos no mercado interno estarem vinculados a esse indexador e risco de oscilações da taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que é o Indexador de aplicações financeiras. A Companhia está sujeita, ainda, a riscos de oscilações da taxa Selic, o indexador dos tributos parcelados no âmbito do Refis (nota nº 15).

b. Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a risco de crédito consistem em aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia, visando à redução desses riscos, mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras em instituições bancárias de primeira linha. As políticas de concessão de crédito a clientes são determinadas por critérios estabelecidos pela Administração e comitê de crédito instituído para minimizar os riscos de inadimplência (nota nº 5).

c. Risco de mercado

Conforme mencionado na nota nº 4, os valores de mercado das aplicações financeiras mantidas em instituições bancárias de primeira linha aproximam-se dos valores registrados na data de encerramento do exercício devido à natureza de curto prazo e variação atrelada ao CDI. Os empréstimos e financiamentos aproximam-se dos valores de mercado, ainda que em sua maioria estejam contabilizados no grupo de passivos não circulantes.

d. Risco operacional

A Administração da Companhia entende que possui riscos operacionais inerentes à sua atividade cimenteira, tais como riscos ambientais, os quais são monitorados e controlados para que não afetem a continuidade normal dos negócios.

e. Análise de sensibilidade (risco cambial e de taxa de juro)

Risco cambial: Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia está sujeita ao risco de flutuação cambial, o qual assume expressão relevante nos financiamentos obtidos junto de empresas controladoras (nota 13). Tendencialmente o câmbio terá uma evolução similar ao diferencial de juros entre as duas moedas, no caso o Real e o Euro. Caso o Real desvalorize mais do que este diferencial, a Companhia suportará encargos financeiros acima daqueles que suportaria, se efetuasse cobertura cambial ou se se financiasse em Reais. A

Administração da Companhia entende que o Real em 2011 não se desvalorizará para além desse diferencial, i.e, R\$ 2,4259/EUR contudo, considerando a instrução CVM 475/08, se a variação cambial flutuar mais 25% (para R\$2,4780/EUR), ou mais 50% (para R\$2,53/EUR) para além desse diferencial, a Companhia registraria perdas adicionais no exercício de R\$ 4,1 e R\$ 8,2 milhões de reais, respectivamente.

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário(II)	Cenário (III)
Financiamentos de empresas do grupo	Alta do Euro		R\$ 4.100	R\$ 8.200

Risco taxa de juros: Os financiamentos da Companhia são na sua maioria indexados a juro variável. Isso significa que para cada 1% de variação na taxa TJLP, o juro do ano varia R\$64 mil e para cada variação de 1% na taxa Euribor o juro do ano varia R\$1,66 milhões de reais. A companhia entende como provável a manutenção em 2011, destas taxas no seu patamar atual.

24. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Empresa mantinha apólices de seguros para riscos, incluindo veículos, máquinas, equipamentos e instalações, com cobertura contra roubo, incêndio e riscos diversos, além de seguro de saúde e seguro de vida em grupo para os colaboradores.

De acordo com a política de seguros da Empresa, periodicamente são reavaliados os riscos mais significativos, assim como os valores de reposição dos respectivos equipamentos, sendo efetuado eventual ajuste de cobertura de seguro para eles.

25. PARTES RELACIONADAS

25.1. TRANSAÇÕES OCORRIDAS E POTENCIAIS

A Companhia possui operações de financiamentos com partes relacionadas e não há previsão de incorrer em operações diferentes das atuais.

25.2. FIANÇAS E GARANTIAS

Em 18 de agosto de 2010, a Companhia assinou com a empresa Zimba Associates LLC ("Zimba") contrato de prestação de fiança no valor afiançado de 8,0 milhões de reais, em que a Zimba garante junto à empresa Cemig Geração e Transmissão S.A. o contrato de fornecimento de energia elétrica até o ano de 2025. Pelo contrato de fiança, a Companhia paga anualmente à Zimba comissão de 1% do valor afiançado, tendo sido registrado no exercício de 2010 o valor de R\$80 mil na rubrica despesas antecipadas e R\$78 mil em despesas financeiras referente à comissão do exercício de 2009.

As garantias prestadas pela ECL a caucionar responsabilidades existentes ou potenciais da Tração S.A., algumas das quais em discussão judicial, montam a R\$84.514 mil referente a jazidas, terrenos e bens móveis.

As garantias prestadas pela Tração S.A. em favor de dívidas da ECL alcançam R\$1.366 mil representado por vagões tanques graneleiros. Adicionalmente, a Tração S.A. é avalista da ECL nos financiamentos obtidos na modalidade Finame e têm compromisso de avalizar o financiamento referido na nota nº 28, no valor de 130 milhões de reais.

25.3. SALDOS E EFEITOS COM PARTES RELACIONADAS

Até 31 de dezembro de 2009, a Companhia apresentava saldo a receber no montante de R\$8.003 mil em Devedores - Empresas do Grupo.

Conforme demonstrado na nota nº 13, em 31 de dezembro de 2010, os saldos com partes relacionadas são substancialmente representados por financiamentos com empresas do grupo, nos valores de R\$165.696 mil (R\$ 170.482 mil - 2009), indexados à Euribor ou Libor acrescidos de um spread de até 2,5% a.a.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, foram debitados na rubrica de despesas financeiras os valores de R\$9.277 mil e R\$13.174 mil, respectivamente, referentes a juros corridos sobre os financiamentos de Empresas do Grupo.

25.4. PESSOAS-CHAVE

A Companhia não possui políticas de remuneração variável sobre o lucro para pessoas-chave.

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes registrados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 nos montantes de R\$864 mil e R\$7.054 mil, respectivamente, são decorrentes de acertos na DIPJ de anos anteriores. Os tributos diferidos estão demonstrados na nota nº 17.

27. RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO

O resultado líquido por lote de mil ações é de R\$223,1953 em 2010 e R\$2,7291 em 2009. Foi calculado com base no resultado do período atribuído aos acionistas controladores e não controladores da Companhia dividido pela quantidade de ações.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Encontra-se em fase final de contratação uma linha de financiamento junto ao BDMG no valor de 130 milhões de reais - Finame. Esse financiamento é destinado à expansão da empresa e terá vencimento em 2020.

29. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria em 28 de janeiro de 2011, estando sujeitas à apreciação final pelos Senhores acionistas em Assembleia Geral.

Lagoa Santa - Vespasiano, 28 de janeiro de 2011



Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos
Diretor Presidente



Marco Túlio Felicíssimo
Contador
CRC - MG 060.046/0-2



Tel.: +55 (11) 3138-5000
Fax: +55 (11) 3138-5011
www.bdobrazil.com.br

BDO Auditores Independentes
Rua Bella Cintra, 756
3º andar - Conjunto 32
São Paulo - SP - Brasil
01415-000

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Sr. Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos
Empresa de Cimentos Liz S.A.
Lagoa Santa/Vespasiano - MG

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Cimentos Liz S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

OUTROS ASSUNTOS

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação está sendo realizada de forma voluntária pela Companhia. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2011



Antônio de Pádua Soares Pelicarpo
Sócio-contador
CRC 1MG027739/O-3
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5

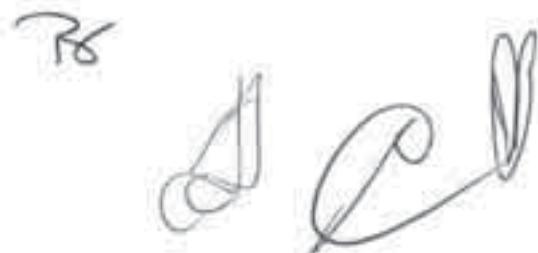
(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2009 e respectivos pareceres dos auditores independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Empresa de Cimentos Liz S.A.

Relatório da Diretoria e
Demonstrações Contábeis
Referentes aos Exercícios
Findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Ricardo' or 'Ricardo C. Liz', is positioned at the bottom right of the page.

Relatório da Diretoria referente ao exercício de 2009

1. Introdução

O ano de 2009 foi ainda severamente afetado pela crise financeira internacional iniciada em setembro de 2008 nos Estados Unidos e que se alastrou para a economia mundial. O Brasil foi atingido pela contração do crédito, queda significativa das exportações, bem como da demanda interna, agravando o desemprego e a expectativa de desaceleração do crescimento econômico do país.

Por falta de financiamentos, o setor imobiliário, juntamente com o setor automotivo e o de bens de capital, foram os mais afetados pelo colapso dos mercados financeiros nacional e internacionais ocorridos a partir do 4º trimestre de 2008.

2. A Economia

Iniciamos o ano de 2009 com uma séria perspectiva de recessão profunda para a economia mundial, que foi amenizada graças às intervenções dos poderes públicos, continuando porém a ser a pior crise financeira desde os anos 30. O Real, que iniciou o ano desvalorizado, registrando 2,337 face ao U.S.D., acumulou uma valorização de 25,49% no ano. Em 2008 o Real havia desvalorizado - 31,94%.

Com os planos de reativação dos governos de todo o mundo, a retomada do crescimento surgiu a partir do terceiro trimestre do ano, sendo no entanto insuficiente para fecharmos o ano com crescimento. O PIB (Produto Interno Bruto) mundial deve ter registrado uma contração de 1,1%, frente ao crescimento de 1,9% ocorrido em 2008, já a projeção para o PIB brasileiro está entre uma retração de -0,5% e alta de 0,8%, ante 5,1% de crescimento em 2008.

Os mercados mundiais de matérias-primas, divisas e ações, tiveram um crescimento significativo em 2009, depois de uma grande queda até o primeiro trimestre do ano, mas 2010 será um ano de dúvidas quanto ao ritmo e o vigor da recuperação.

3. O Mercado Cimenteiro

Em 2009, sob o efeito da crise internacional, o mercado cimenteiro brasileiro permaneceu praticamente estável, com um pequeno aumento de 0,1%, com cerca de 51,3 milhões de toneladas consumidas, quando em 2008 tínhamos assistido a um aumento significativo no consumo de cimento na ordem de 14,3% face a 2007, com cerca de 51,1 milhões de toneladas consumidas.

Apesar da quase estagnação ocorrida no ano de 2009, o crescimento que assistimos até ao ano de 2008, permitiu recuperar, embora de forma ainda insuficiente, a quebra de preços havida no setor nos anos anteriores. Ao longo destes anos (2004-2009) tivemos uma inflação acumulada de 25%, a energia elétrica aumentou no mercado 129%, os combustíveis aumentaram 78%, os salários 35% e o cimento caiu 8%, mantendo-se também ainda longe dos patamares internacionais, que permitiriam remunerar adequadamente o capital investido.



4. A Empresa

O ano de 2009 foi caracterizado por um pequeno aumento de vendas/produção, na ordem de 2%, apesar da estagnação do mercado e da falta de capacidade do sector energético, para atender o nosso consumo de energia eléctrica no horário de ponta, perdendo cerca de 9% de produção.

No final do exercício de 2008 realizamos uma revisão significativa do nosso plano de investimentos, adequando-o às incertezas trazidas pela crise financeira mundial, tendo, no 1º semestre do ano, somente continuado com os projectos que já não podíamos parar.

No segundo semestre, face à reactivação da economia brasileira, retomamos os projectos que estavam parados.

4.1 Vendas e Produção

As vendas atingiram o valor de 459,9 milhões de R\$ em 2009 evidenciando um crescimento de 5,7% face ao ano anterior, tendo 2% de aumento de volume e 3,9% de crescimento do preço médio. O preço de venda, quando comparamos 31.12.2008 com 31.12.2009 cresceu 8%.

4.2 Matérias primas e energia

Em 2009, mantivemos um volume de produção inferior ao desejado, fruto da falta de energia no horário de ponta.

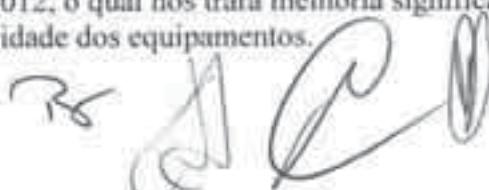
Ao nível dos combustíveis, a recuperação dos preços do frete marítimo no mercado internacional associada à variação dos preços do coque, originou um aumento no preço médio dos combustíveis utilizados de 78%.

4.3 Investimentos

Em 2009 foram efetuados investimentos no valor de 57.007 mR\$, onde se destaca a conclusão do novo sistema de despoeiramento, que entrou em operação logo após a parada de manutenção no forno, realizada em agosto. Os nossos níveis de emissão de particulados que se encontravam no último quartil permitido pela lei em vigor, estão hoje em níveis significativamente mais baixos e ao nível das emissões das fábricas mais eficientes, com um reflexo positivo muito significativo nas relações com as comunidades locais e as autoridades ambientais.

Quanto aos investimentos para expansão, os mesmos sofreram atrasos significativos, fruto da decisão tomada no fim de 2008 de parar os investimentos, face à conjuntura severa internacional.

No segundo semestre todos os projectos foram retomados, prevendo-se a conclusão dos mesmos no 1º semestre de 2011, com excepção do projeto de modernização do sistema de automação da fábrica, que deverá terminar em 2012, o qual nos trará melhoria significativa na disponibilidade e consequentemente na produtividade dos equipamentos.



4.4 Financiamentos

Em 2009, a exemplo de anos anteriores, todos os investimentos foram financiados por recursos próprios.

4.5 Demonstrações Financeiras e Resultados

A Lei 11.941, de 27 de maio de 2009 (REFIS) veio permitir concluir contencioso fiscal diverso, com pagamento reduzido e parcelado. A nossa estimativa de impostos a pagar, decorrente das ações que mantermos em fase administrativa ou contenciosa, devidamente ponderado pela probabilidade que estimarmos de sucesso em cada ação, aponta para um passivo inferior ao que resulta, caso façamos a adesão a este plano REFIS. No entanto, ponderados os riscos de sucesso / insucesso destas ações, ponderada a incerteza que as mesmas acarretaram sobre o nosso fluxo de caixa e ponderado o plano financeiro de pagamento e respectivo custo, optou a Empresa por aderir a este plano, com pagamento parcelado em cento e oitenta parcelas, sobre as quais incidirá juro simples calculado à taxa legal em vigor (SELIC).

Assim, o resultado líquido do exercício de 2009 ascendeu a 3.405 mR\$. Este resultado se expurgado do efeito da adesão ao plano REFIS (notas 2.a), 17 e 18) é de 37.554 mR\$, tendo o EBITDA do exercício sido de 41.362 mR\$.

4.6 Sustentabilidade

Mantivemos a operação em condições de sustentabilidade sócio-ambiental.

Nas áreas de saúde ocupacional e segurança do trabalho, tivemos em 2009 e 2008 uma redução significativa nos acidentes com perda de tempo. Várias ações foram tomadas para que a situação continue em melhoria contínua e para que se reduzam drasticamente os acidentes de prestadores de serviços. Foram desenvolvidos novos programas de conscientização das pessoas, quer para os nossos colaboradores, quer para terceiros.

Já no decorrer do primeiro trimestre de 2009, vimos renovadas, sem qualquer "não conformidade" as Certificações ISO 9001 "Sistema de Gestão de Qualidade" e ISO 14001 "Sistema de Gestão Ambiental", bem como a "Marca de Conformidade" atribuída pela ABNT, para todos os produtos produzidos e comercializados pela Empresa, nomeadamente para o novo produto criado – CP IV, desenvolvido pioneiramente pela ECL, que teve grande aceitação do mercado consumidor.

Além disso, vale ressaltar os investimentos em ações mitigadoras para, no mínimo, mantermos nossos resultados em emissões específicas de CO₂ por tonelada de cimento produzido, que são Bench Marking do sector.



5. Aplicação dos resultados

Conforme determina a Lei 10.303/2001, o resultado líquido do exercício, no valor de R\$3.404.690,06, foi transferido para: Reserva Legal R\$170.234,50 e para a rubrica de Reserva de Lucros R\$3.234.455,56, ficando ao critério dos senhores accionistas, deliberar de forma diferente.

6. Agradecimentos

Agradecemos a todos aqueles colaboradores, que de forma responsável e empenhada, contribuíram para o nosso desenvolvimento sustentado da Empresa.

Deixamos ainda um agradecimento aos auditores externos e aos accionistas, por todo o apoio dado na implementação da estratégia e filosofia de gestão definidas.

Destacamos ainda um agradecimento especial às entidades oficiais com quem temos contactado, pela confiança demonstrada para com a Empresa, a Equipe e o projeto Liz, nomeadamente o Governo de Minas Gerais, Órgãos Ambientais, as Prefeituras de Lagoa Santa e de Vespasiano, e demais entidades locais, e ainda às instituições financeiras com quem trabalhamos.

Vespasiano – Lagoa Santa, 27 de janeiro de 2010.

A Diretoria:



Paulo Vasconcelos



Zeno Del Carlo Junior



Arnaldo Andrade



Bruno Borer



EMPRESA DE CIMENTOS LIZ S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de Reais - milR\$)

Ativo	Consolidado é individual (nota 2, b)		Consolidado é individual (nota 2, b)		Total 2009	Total 2008	Comitado é individual (nota 2, b)			
	Notas	2009	Notas	2008						
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
CIRCULANTE										
Caixa e bancos	3.b) e 5	38	539				19.099			
Investimentos temporários	3.b) e 5	26.457	20.156				74.504			
Clientes	3.d) e 6	24.513	22.941				8.181			
Estoques	3.e) e 7	90.687	83.638				10.200			
Ajustamentos a fornecedores	8	2.921	20.620				6.659			
Impostos e contribuições a recuperar	9	20.534	3.128				3.546			
Província e contas a pagar	3.b) e 17						115.947			
Devedores diversos	2.b)	10.707	2.984				86.450			
Despesas antecipadas e outras		6.585	3.795							
Total do ativo circulante		182.522	156.921							
NAO CIRCULANTE										
Financiamentos de Empresas do Grupo			13.e 21	199.113			209.412			
Província para impostos diferidos			3.i) e 17	122.532	(04.470)		88.082			
Impostos e contribuições a recolher			15		16.272		102.468			
Província para outras riscas e encargos			18	30.966	51.184		70.272			
Depósitos e títulos				31			90.674			
Total do passivo não circulante			371.664		32.986		33.722			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
Realizável a longo prazo							402.790			
Devedores diversos	2.b)	31.973	37.421							
Depósitos e títulos		4.580	4.925							
Impostos e contribuições a recuperar	9	2.231	1.162							
Devedores - Empresas do Grupo		8.002	1.126							
Total do realizável a longo prazo		66.796	68.634							
Permanente										
Investimentos	3.e 10	2.538	4.414				115.684			
Imobilizado	3.e 11	895.462	88.010				2.669			
Intangível	3.b) e 12	9.215	11.992				433.694			
Total do patrimônio		907.215	900.316				477.613			
TOTAL DO ATIVO		1.126.522	1.121.771	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.156.533	1.121.771				

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.



Paulo Alexandre Ramon Vasconcelos
Diretor Presidente



Zeze D'Ávila
Diretor Vice-Presidente



Antônio Corrêa
Superintendente Administrativo e Financeiro



Bruno Borer
Diretor



Francisco Góes
Controler, CRC/CT 075232-0/4



IMPRESA DE CIMENTOS LIZ S.A.

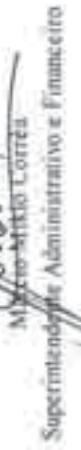
Demonstrativo de resultados por fases
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

(Valores expressos em milhares de Reais - mR\$; exceto quando expressamente indicado)

Nota	Resultado antes de REIFS	REIFS	Total	2008	
				2009	Consolidado Individual
RECEITA BRUTA DE VENDAS					
Vendas	459.864	-	459.864	443.041	434.776
Impostos e contribuições sobre vendas	(124.034)	-	(124.034)	(128.632)	(127.707)
Receita líquida de vendas	335.830	-	335.830	314.409	307.069
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(268.413)	-	(268.413)	(275.341)	(268.252)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	67.417	-	67.417	39.068	38.817
(DESPESAS) / RECEITAS OPERACIONAIS					
20	(70.435)	-	(70.435)	(68.049)	(68.021)
20	1.767	6.443	10.210	(4.090)	(4.016)
20	51.801	-	51.801	(41.625)	(41.624)
20	3.018	(95.211)	(92.193)	(5.796)	(5.719)
	(13.849)	(86.768)	(100.617)	(119.560)	(119.380)
LUCRO / (PREJUIZO) OPERACIONAL	51.568	(86.768)	(33.200)	(80.492)	(80.563)
Provisão para imposto de renda e contribuição social					
	7.054	-	7.054	(71)	-
	(23.068)	52.619	29.551	33.803	33.805
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	23	37.554	(34.149)	3.405	(46.758)
Resultado líquido por lote de mil ações - R\$					
	10.0996	(27.3705)	2.7291	(37.4766)	(37.4766)

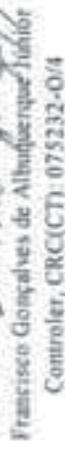
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.


Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos
Diretor Presidente


Francisco Gonçalves de Almeida
Superintendente Administrativo e Financeiro

Lagoa Santa - Vespertino, 27 de janeiro de 2010


Renato Boer
Diretor


Francisco Gonçalves de Almeida
Controler, CRC/CT 075232-0/4



EMPRESA DE CIMENTOS LIZ S.A.

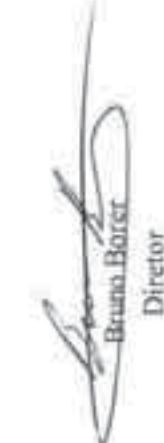
Demonstração consolidada e individual das mutações no patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de Reais - mR\$)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	Resultado do exercício	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	115.684	2.499	500.957	63.029	(2.880)	679.289
Amortização de reservas de reavaliação	-	-	(34.576)	34.576	-	-
Impostos diferidos referentes a reserva de reavaliação	-	-	11.232	(11.232)	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	(46.758)	(46.758)
Aplicação dos resultados	-	-	-	(49.638)	49.638	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	115.684	2.499	477.613	36.735	-	632.531
Amortização de reservas de reavaliação	-	-	(36.241)	36.241	-	-
Impostos diferidos referentes a reserva de reavaliação	-	-	12.322	(12.322)	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	3.405	3.405
Aplicação dos resultados	-	170	-	3.235	(3.405)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	115.684	2.669	453.694	63.889	-	635.936

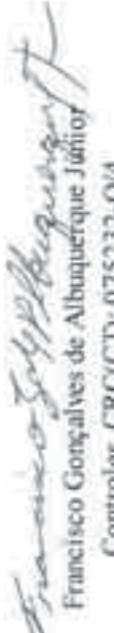
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.


Paulo Alexandre Ramos Visconcelos
Diretor Presidente


Zenon Octavio Dias Andrade
Diretor Vice-Presidente


Bruno Borer
Diretor


Francisco Gonçalves de Albuquerque Júnior
Superintendente Administrativo e Financeiro


Francisco Gonçalves de Albuquerque Júnior
Controlor, CRC(CT): 075232-0/4

Nota	Resultado antes de REFIS	REFIS Notas 17 e 18	Total 2009	2008	
				Consolidado	Individual
Das atividades operacionais:					
Resultado líquido	37.554	(34.149)	3.405	(46.758)	(46.758)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido no caixa líquido gerado nas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	49.805	-	49.805	48.093	47.030
Provisão para outros riscos e encargos	(21.616)	95.211	73.595	4.899	4.899
Provisão para devedores duvidosos	159	-	159	503	511
Participação de minoritários	-	-	-	(697)	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	(673)	(673)
Provisão para impostos diferidos	23.068	(52.619)	(29.551)	(33.806)	(33.806)
Variação cambial	(51.801)	-	(51.801)	41.625	41.625
Encargos financeiros	21.676	(8.443)	13.233	15.369	15.369
	58.845	-	58.845	28.555	28.197
Decréscimo / (acréscimo) em ativos:					
Clientes	(1.751)	-	(1.751)	3.567	2.223
Estoques	(7.029)	-	(7.029)	8.719	3.840
Adiantamentos a fornecedores	17.699	-	17.699	(18.844)	(18.989)
Impostos e contribuições a recuperar	(18.475)	-	(18.475)	2.735	639
Despesas antecipadas e outras	(3.790)	-	(3.790)	(1.193)	(1.254)
Depósitos e cauções	336	-	336	(210)	(227)
(Decréscimo) / acréscimo em passivos:					
Fornecedores	5.553	-	5.553	533	643
Salários e encargos a recolher	1.888	-	1.888	1.951	1.962
Impostos e contribuições a recolher	(3.261)	-	(3.261)	1.911	1.956
Provisão para impostos diferidos	18.149	-	18.149	-	-
Depósitos e cauções	2	-	2	-	-
Provisões e contas a pagar	507	-	507	(5.139)	(4.905)
Caixa líquido gerado / (consumido) na atividade operacional	68.673	-	68.673	22.585	14.085
Das atividades de investimento:					
Acréscimo de imobilizado, líquido de vendas	(58.580)	-	(58.580)	(10.918)	(20.685)
Devedores diversos	(2.619)	-	(2.619)	(57.421)	(57.421)
Decréscimo de investimentos	1.876	-	1.876	45.375	56.650
Caixa líquido gerado / (consumido) nas ativ. de investimento	(62.023)	-	(62.023)	(22.964)	(21.456)
Das atividades de financiamento:					
Amortização de financiamentos - Empresas do Grupo	(55.610)	-	(55.610)	(38.082)	(30.883)
Devedores - Empresas do Grupo	(6.877)	-	(6.877)	-	-
Financiamentos obtidos - Empresas do Grupo	61.637	-	61.637	16.910	16.910
Caixa líquido gerado (consumido) nas ativ. de financiamento	(850)	-	(850)	(21.172)	(13.973)
Aumento (redução) das disponibilidades	5.800	-	5.800	(21.551)	(21.344)
Disponibilidades:					
No início do exercício	20.695	-	20.695	42.246	42.039
No fim do exercício	26.495	-	26.495	20.695	20.695
Aumento (redução) das disponibilidades	5.800	-	5.800	(21.551)	(21.344)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

Laguna Santa - Vespasiano, 27 de janeiro de 2010.

Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos
Diretor Presidente

Augusto Dias Andrade
Diretor Vice-Presidente

Zélio Del Carlo Junior
Diretor

Bruno Borer
Diretor

Márcia Milão Cottura
Superintendente Administrativo e Financeiro

Francisco Gonçalves de Albuquerque Júnior
Controlador, CRC(CT) 079232-0/4

Demonstração do fluxo de caixa (método direto)
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
 (Valores expressos em milhares de Reais - mR\$)

Créditos / (Débitos)

	2009	2008
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	474.165	451.239
Pagamentos a fornecedores	(288.050)	(306.010)
Pagamentos ao pessoal	(46.549)	(42.422)
Pagamento de impostos	(89.333)	(88.401)
Outros recebimentos relativos a atividade operacional	5.551	5.389
Outros pagamentos relativos a atividade operacional	(1.524)	(1.683)
Fluxo de caixa das atividades operacionais:	54.260	18.112
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	2.458	3.103
Juros e proveitos similares	656	321
Pagamentos respeitantes a:		
Imobilizações corpóreas	(49.922)	(29.786)
Outros	(738)	(409)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:	(47.546)	(26.771)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:		
Recebimentos provenientes de:		
Utilização de empréstimos obtidos	54.822	16.910
Pagamentos respeitantes a:		
Amortização de empréstimos obtidos	(29.830)	(18.196)
Juros e custos similares	(25.906)	(11.967)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:	(914)	(13.253)
Variação líquida de caixa e seus equivalentes		
Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo	5.800	(21.912)
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo	20.695	42.607
	26.495	20.695

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

Lagoa Santa - Vespasiano, 27 de janeiro de 2010

Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos

Diretor Presidente

Arnaldo Dias Andrade

Diretor Vice-Presidente

Zeno De Carli Junior

Diretor

Bruno Borer

Diretor

Mário Miklo Corrêa

Superintendente Administrativo e Financeiro

Francisco Gonçalves de Albuquerque Júnior

Controler, CRC(CT): 075232-0/4



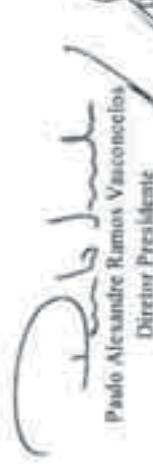
EMPRESA DE CIMENTOS LIZ S.A.

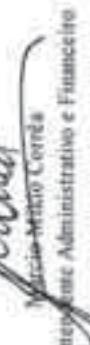
Demonstração do valor agregado consolidado e individual
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Valores expressos em milhares de Reais - mR\$)

Créditos e Débitos

Resultado náutico de R\$/tS	R\$/tS Notas 17 e 18	Total 2009	2008	
			Consolidado	Individual
Receitas				
Vendas de produtos, líquidas de desvalores	458.465	455.465	453.041	434.776
Província para devedores dividendo	(159)	(159)	(503)	(511)
Não operacionais	938	938	680	604
	459.244	459.244	443.218	434.869
Desembolsos adquiridos de terceiros				
Materiais-primas consumidas	(41.714)	(41.714)	(44.543)	(44.543)
Costo das mercadorias	(112.363)	(112.363)	(102.274)	(95.981)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(85.268)	(85.268)	(117.539)	(117.539)
	(239.845)	(239.845)	(264.359)	(258.065)
	219.399	219.399	178.860	176.804
Depreciação e amortização	(49.803)	(49.803)	(48.093)	(47.019)
Valor adicionado líquido	169.594	169.594	120.767	129.774
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	15.437	8.443	23.880	673
Receitas financeiras	15.437	8.443	23.880	11.298
	185.031	8.443	193.474	11.971
	185.031	8.443	182.738	11.937
Valor adicionado total a distribuir				
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	46.281	46.281	36.195	36.167
Impostos, taxas e contribuições	116.695	95.211	121.906	129.719
Impostos diferidos	23.069	(52.619)	(29.550)	(33.806)
Juros e variações cambiais	(38.568)	-	(38.568)	(56.389)
Reajustado do exercício	37.554	(34.149)	3.405	(46.738)
	185.031	8.443	193.474	141.711

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.


Paulo Alexandre Ramus Vaconcelos
Diretor Presidente


Francisco Gonçalves de Albaqueque
Controler, CRC (CT): 075223-04
Superintendente Administrativo e Financeiro


Bruno Boier
Censo 03/2010
Doutor


Francisco Gonçalves de Albaqueque
Controler, CRC (CT): 075223-04

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008**
(Valores expressos em milhares de Reais - mR\$, exceto quando expressamente indicado)

1. A EMPRESA

A Empresa foi constituída em 1969, com sede à Avenida Portugal, 700 – Centro, em Vespasiano-MG – Brasil, tendo por objeto a exploração e aproveitamento de jazidas minerais, o exercício da indústria e comércio de materiais de construção, importação, exportação, transporte de cargas em geral, processamento e/ou queima de resíduos industriais, bem como a prática de todos os atos e o exercício de todas as atividades vinculadas àqueles objetos e quaisquer outras atividades cuja exploração seja resolvida pela Assembléia Geral.

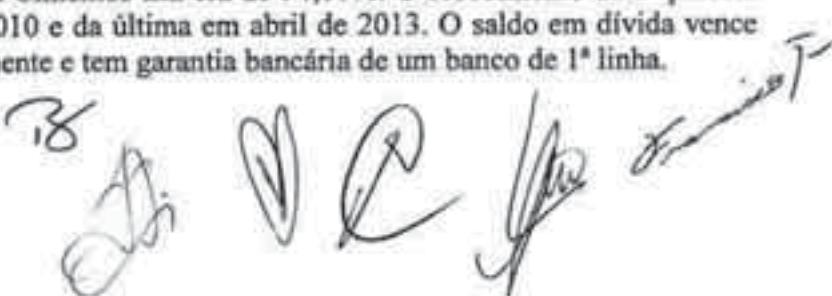
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram preparadas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07, nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelos órgãos reguladores.

As demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 estão apresentadas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, o que possibilita a comparabilidade dos valores patrimoniais entre os exercícios.

No decorrer dos exercícios de 2009 e 2008, ocorreram alguns fatos relevantes que merecem ser destacados:

- a) A lei 11.941 de 27 de maio de 2009 veio permitir o encerramento do contencioso fiscal, instituindo diversas reduções, para a conclusão de ações que tramitam na esfera administrativa ou contenciosa, na Receita Federal. A Empresa, apesar de entender que nas ações em curso, com uma antiguidade média superior a 10 anos, a probabilidade de sucesso das mesmas apontar para um passivo inferior ao que resulta da adesão a este plano, considerou vantajoso aderir ao mesmo, eliminando incertezas várias sobre eventuais responsabilidades vincendas que poderiam ainda permanecer por longos anos, tornando mais seguro o planejamento de tesouraria e o negócio, passando a ter claramente definido o valor e o momento de pagamento das referidas responsabilidades. Os impactos nas demonstrações contábeis estão evidenciados em coluna separada de informação, bem como nas notas 17 e 18.
- b) Em maio de 2008, concretizou-se a venda das ações da Sagres S.A., pelo valor total de 60.661 mR\$, sendo que a participação da Cimentos Liz era de 94,17%. O recebimento da 1ª parcela trimestral ocorrerá em julho de 2010 e da última em abril de 2013. O saldo em dívida vence juros, sendo capitalizado mensalmente e tem garantia bancária de um banco de 1ª linha.



As demonstrações contábeis consolidadas de 2008, refletem até 30 de abril de 2008 a atividade da Sagres S.A..

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) A Empresa adota o regime de competência para fins de registro de suas transações e considera o período de um ano para a segregação de ativos e passivos entre circulante e não circulante.
- b) As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos proporcionais até à data do Balanço, não ultrapassando o valor de mercado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas, e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Os instrumentos financeiros da empresa encontram-se registrados em contas patrimoniais. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança.
- c) A preparação de demonstrações contábeis requer que a empresa efetue estimativas para o registro de certas transações, que afetam seus ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre as suas demonstrações contábeis. O resultado final dessas transações, quando da sua efetiva realização em períodos subsequentes, pode diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas com as demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisões diversas, depreciações e amortizações de ativos permanentes, outros ativos e outras exigibilidades estimadas.
- d) As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A carteira de clientes da empresa é diversificada sendo a política de vendas diretamente relacionada com o nível de risco de crédito que a Empresa está disposta a correr. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela empresa para cobrir prováveis perdas de realização.
- e) Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, os quais são inferiores aos valores de reposição ou de realização. As importações em andamento são registradas ao custo.
- f) Os investimentos estão registrados ao custo de aquisição e deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas potenciais para se adequar ao seu valor de realização.
- g) O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, sendo os bens adquiridos até a data de 31 de dezembro de 2007, acrescidos do valor de reavaliação. Relativamente às Jazidas, a depreciação é calculada de acordo com a taxa de exaustão das mesmas. Para os demais ativos a depreciação é registrada pelo método linear, levando em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e às taxas de depreciação referidas na nota 11.

- h) O intangível é registrado ao custo histórico de formação, sendo amortizado linearmente levando em consideração o tempo de vida útil e as taxas de amortização demonstradas na nota 12.
- i) Os créditos tributários deferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados, base negativa de IRPJ e de Contribuição Social, bem como outras diferenças temporárias de tributação, são registrados pelo seu valor estimado de realização, levando em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis, que estão sendo calculados com base nas alíquotas esperadas que tais impostos sejam recuperados. Os impostos deferidos passivos decorrentes da reavaliação e do regime tributário de caixa para a variação cambial dos financiamentos em moeda estrangeira, são demonstrados pelo valor que se espera realizar.

Os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais acumulados foram registrados no Balanço Patrimonial com base em projeções de lucro efetuadas, havendo expectativa de compensação destes créditos no prazo de até seis anos, sendo os mesmos registrados pelo seu valor atualizado, a taxa de juros de mercado.

- j) As vendas são reconhecidas quando da entrega dos produtos e/ou na efetiva prestação de serviços. O custo das vendas é registrado no mesmo período em que as mesmas são reconhecidas. As despesas são registradas no período no qual são originadas.
- k) As empresas controladas são consolidadas pelo método de consolidação integral, incluindo as rubricas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza de cada uma, complementada com as eliminações de: (a) saldos de investimentos e do patrimônio líquido; e (b) saldos de contas correntes e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo mantidos entre empresas do grupo.

4. COMPOSIÇÃO DO GRUPO

Até abril de 2008 a Empresa detinha participação na controlada Sagres S.A. de 94,2%. Esta participação foi vendida no dia 1º de maio de 2008 (nota 2.b).

5. CAIXA, BANCOS E INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	2009	2008
Caixa	14	18
Bancos	24	521
	38	539
Investimentos temporários:		
Certificados de Depósito Bancário	26.457	20.156
	26.495	20.695

Os Certificados de Depósito Bancário, emitidos por bancos de 1ª linha, possuem rentabilidade indexada à taxa do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, tendo liquidez diária.

6. CLIENTES

	2009	2008
Clientes	26.025	23.900
Outras contas a receber	-	374
Provisão para devedores duvidosos	(1.492)	(1.333)
	<u>24.533</u>	<u>22.941</u>

7. ESTOQUES

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao valor de mercado, e podem ser assim demonstrados:

	2009	2008
Matérias-primas e combustíveis	63.602	57.614
Material de manutenção geral	13.252	12.673
Produção em andamento	7.045	6.972
Produtos acabados	6.788	6.399
	<u>90.687</u>	<u>83.658</u>

8. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Os adiantamentos efetuados estão em regra, garantidos por fianças bancárias emitidas por bancos de 1^a linha.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Circulante	2009	2008
Antecipação de IR e CS	18.000	591
ICMS a recuperar	1.448	1.107
IRRF sobre aplicações financeiras	554	1.366
IPI a recuperar	496	-
Outros	36	64
	<u>20.534</u>	<u>3.128</u>
Não circulante		
ICMS a recuperar	2.231	1.162
	<u>2.231</u>	<u>1.162</u>
	<u>22.765</u>	<u>4.290</u>

A antecipação de imposto de renda e contribuição social ocorrida no exercício de 2009 é oriunda de retificações de DIRPJ - Declarações de Imposto de Renda Pessoa Jurídica de anos anteriores.

em decorrência dos efeitos da adesão ao plano REFIS (Nota 2.a)), sendo este imposto compensado em 2010.

O saldo de ICMS a recuperar refere-se, principalmente, aos créditos decorrentes das aquisições de ativo imobilizado a ser compensados através das operações normais da Empresa.

Siglas utilizadas: ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços;
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte;
IR – Imposto de Renda, e
CS – Contribuição Social.

10. INVESTIMENTOS

Os investimentos podem ser assim demonstrados:

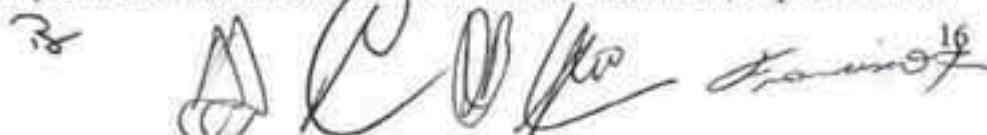
	2009	2008
Empréstimos compulsórios - Eletrobrás	2.519	4.395
Outros	19	19
	<u>2.538</u>	<u>4.414</u>

Em 31 de julho de 2009 foi realizado uma cobrança parcial do empréstimo compulsório Eletrobrás, no valor de R\$ 1.264.

11. IMOBILIZADO

	2009		2008	
	Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Jazidas	417.761	(29.036)	388.725	395.214
Terras rurais	48.323	-	48.323	48.323
Terrenos urbanos	17.152	-	17.152	17.152
Prédios e construções	195.494	(74.603)	120.891	125.282
Máquinas, equip. e instalações	670.378	(397.333)	273.045	275.496
Veículos e aeronaves	13.012	(10.057)	2.955	5.344
Móveis e utensílios	7.424	(4.569)	2.855	3.099
Hardware	2.849	(1.899)	950	1.117
Ferramentas	909	(462)	447	538
Outros	3	(1)	2	1
	<u>1.373.305</u>	<u>(517.960)</u>	<u>855.345</u>	<u>871.566</u>
Imobilizações em andamento	40.117	-	40.117	12.444
	<u>1.413.422</u>	<u>(517.960)</u>	<u>895.462</u>	<u>884.010</u>

A Empresa registrou em dezembro de 2007, a reavaliação resultante de avaliação do imobilizado efetuada por empresa independente e credenciada para o efeito, visando refletir com maior propriedade o seu patrimônio. No exercício de 2009 e 2008, a depreciação/amortização de bens do ativo gerou a diminuição desta reserva no valor de 36.240 mR\$ e 35.876 mR\$, respectivamente, as quais, líquidas de impostos diferidos ascendem a 23.918 mR\$ e 22.820 mR\$, respectivamente.



12. INTANGÍVEL

	2009		2008		Taxas anuais de amortização %
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Software	10.272	(4.587)	5.685	7.146	20
Pesquisa mineral	5.406	(3.491)	1.915	2.860	10
Projetos e consultoria	3.427	(2.016)	1.411	1.616	10 a 20
Outros bens intangíveis	206	(2)	204	270	0 a 10
	<u>19.311</u>	<u>(10.096)</u>	<u>9.215</u>	<u>11.892</u>	

13. FINANCIAMENTOS

	Circulante	Moeda	Indexante	2009	2008
Empresas do Grupo		USD	Libor	224	27.494
		EUR	Euribor	74.280	29.052
				<u>74.504</u>	<u>56.546</u>
Não circulante					
Empresas do Grupo		BRL	TJLP	63.135	45.695
		USD	Libor	9.534	-
		EUR	Euribor	86.444	163.917
				<u>159.113</u>	<u>209.612</u>
				<u>233.617</u>	<u>266.158</u>

Os financiamentos em moeda nacional são indexados à TJLP, os financiamentos em moeda estrangeira são indexados à Euribor ou Libor acrescidas de um Spread de até 2,5% a.a..

14. SALÁRIOS E ENCARGOS A RECOLHER

	2009	2008
Férias e encargos	3.478	2.747
Provisão para participação nos resultados	1.176	1.157
Outros encargos	2.699	1.706
IRRF s/ folha de pagamentos	531	554
Outros	297	129
	<u>8.181</u>	<u>6.293</u>



15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Circulante	2009	2008
ICMS a recolher	4.519	3.582
IPI a recolher	-	1.025
COFINS a recolher	3.366	1.033
Impostos a Pagar – REFIS (notas 17 e 18)	1.163	-
Impostos retidos de terceiros a recolher	251	557
PIS a recolher	732	225
Outros	169	187
	10.200	6.609
 Não circulante		
Impostos a Pagar – REFIS (notas 17 e 18)	16.272	-
	16.272	-
	26.472	6.609

O valor de 1.163 mR\$ no curto prazo e 16.272 mR\$ no longo prazo serão pagos em prestações mensais de capital igual, acrescidas de juros calculados à taxa legal aplicável (TJLP) calculados pelo prazo que decorre até ao momento do seu pagamento. A última prestação vencer-se-á em 2025.

16. PROVISÕES E CONTAS A PAGAR

	2009	2008
Energia elétrica	2.502	2.114
Serviços prestados	784	903
Fretes a pagar	688	259
Adiantamento de clientes	79	67
Outros	-	203
	4.053	3.546

17. IMPOSTOS DIFERIDOS

	Ativo / (Passivo)	
	2009	2008
Circulante, decorrente de:		
Prejuízos fiscais de exercícios anteriores	-	2.984
 Não circulante, decorrente de:		
Reavaliação de ativos	(215.958)	(228.280)
Variações cambiais	(6.874)	(11.449)
Provisões diversas	9.192	20.308
Prejuízos fiscais de exercícios anteriores	125.558	116.953
	(88.082)	(102.468)
	(88.082)	(99.484)

RS *PCO* *JO* *Francisco T.*

A Lei 11.941 de 27 de maio de 2009, proporcionou, dentre outras medidas, um plano de recuperação fiscal - REFIS, que veio permitir a conclusão de diversos processos administrativos ou judiciais em curso, referentes a contencioso fiscal. No parágrafo 7º do artigo 1º, a Lei prevê o pagamento de parte dos valores em dívida através da utilização de prejuízos fiscais reportáveis. Porque a dedutibilidade fiscal dos valores em dívida só ocorrerá no momento em que a Empresa desistir das respectivas ações de natureza administrativa ou judicial, em curso, e porque a Receita Federal ainda não disponibilizou os meios eletrônicos necessários, para esse efeito, a Empresa ainda não procedeu ao registro definitivo das ações que prevê desistir no decurso do 1º trimestre de 2010. Quando tal vier a ocorrer, iremos utilizar prejuízos fiscais reportáveis correspondentes a 84.725 mR\$ registrados no balanço na rubrica de "Provisões para impostos diferidos" com a correspondente redução de provisões para outros riscos e encargos (nota 18), no mesmo montante.

As variações cambiais são tributadas no momento da sua liquidação (base de caixa).

18. PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

A Empresa registra provisões para fazer face aos seus passivos potenciais. Com base nas informações de assessores jurídicos, na análise destas questões, e atendendo à probabilidade de êxito de cada uma, foi constituída uma provisão considerada suficiente para fazer face a eventuais responsabilidades futuramente exigíveis.

Seguindo as melhores práticas contábeis internacionais, não foram reconhecidas as contingências ativas, cujo valor estimado de realização excede o valor das contingências passivas registradas em 2008.

Durante o exercício de 2009, decorrente do REFIS instituído pela Lei nº 11.941 de 2009, conhecida como REFIS (notas 2.a e 17), a Empresa avaliou o seu contencioso fiscal, tendo optado por aderir a este plano, com pagamento parcelado dos correspondentes impostos e demais encargos, em cento e oitenta parcelas mensais. Na avaliação do contencioso fiscal, entendemos que, face à probabilidade de êxito de cada ação, o valor potencial a pagar seria inferior ao valor que iremos pagar, por aderirmos a este plano, no entanto, a opção tomada foi a de aderir ao plano, uma vez que eliminam incertezas para o futuro, permitindo realizar os pagamentos em horizonte temporal pré-definido.

Decorrentes desta opção, no exercício de 2009, foram registrados os seguintes impactos nas demonstrações financeiras:



2009

Balanço	
Passivo	
Impostos e contribuições a recolher – circulante	1.163
Provisão para impostos diferidos	(34.470)
Provisões para outros riscos e encargos	51.184
Impostos e contribuições a recolher – não circulante	16.272
Total passivo	<u>34.149</u>
Resultado	
Receitas financeiras	8.443
Despesas diversas	(95.211)
Provisão para impostos diferidos	52.619
Total resultado	<u>(34.149)</u>

19. CAPITAL SOCIAL

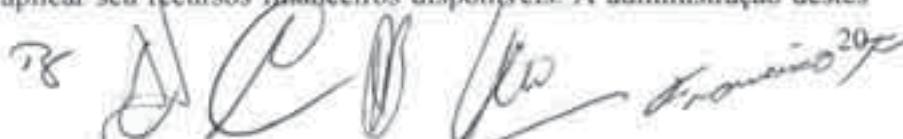
O Capital Social no valor de R\$ 115.683.951,02, totalmente integralizado, está representado por 1.247.658.367 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2009 e 2008 a Empresa não possuía ações próprias, nem transacionou durante os exercícios.

20. RECEITAS / (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2009	2008	
		Consolidado	Individual
Receitas financeiras:			
Atualização de impostos	6.369	-	-
Juros s/ operações de médio / longo prazo	5.276	6.776	6.776
Rendimento de aplicações financeiras	2.459	3.716	3.682
Juros, descontos obtidos e outros	1.334	806	806
Descontos obtidos – REFIS (nota 17 e 18)	8.443	-	-
	<u>23.881</u>	<u>11.298</u>	<u>11.264</u>
Despesas financeiras:			
Juros s/ financiamentos e despesas bancárias	(13.233)	(15.145)	(15.037)
Descontos concedidos	(26)	(106)	(106)
Outros	(412)	(137)	(137)
Despesas financeiras, líquidas	<u>(13.671)</u>	<u>(15.388)</u>	<u>(15.280)</u>
Variações cambiais	51.801	(41.625)	(41.624)
Receitas / (Despesas) financeiras, líquidas	<u>62.011</u>	<u>(45.715)</u>	<u>(45.640)</u>

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Empresa participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seu recursos financeiros disponíveis. A administração destes

 20

riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente entre as taxas contratadas e as vigentes no mercado. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa. Os Instrumentos financeiros estão registrados em contas patrimoniais e são representados por aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, cujos valores estimados de mercado são substancialmente similares a seus respectivos valores contábeis. A origem dos empréstimos é, basicamente, de empresas do Grupo sediadas no exterior e os mesmos estão sujeitos às oscilações cambiais referente a flutuação da moeda estrangeira.

22. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2009, a Empresa mantinha apólices de seguros para riscos, incluindo veículos, máquinas, equipamentos e instalações, com cobertura contra roubo, incêndio e riscos diversos, além de seguro de saúde e seguro de vida grupo para os colaboradores.

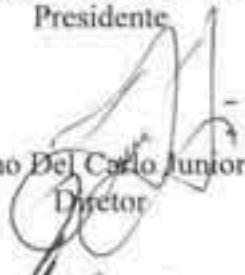
De acordo com a política de seguros da Empresa, periodicamente são reavaliados os riscos mais significativos, assim como os valores de reposição dos respectivos equipamentos, sendo efetuado eventual ajuste de cobertura de seguro para os mesmos.

23. RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Conforme determina a Lei 10.303/2001, o resultado líquido do exercício, no valor de R\$3.404.690,06, foi transferido para Reserva Legal R\$170.234,50 e para a rubrica de Reserva de Lucros R\$3.234.455,56, ficando ao critério dos senhores acionistas, deliberar de forma diferente.

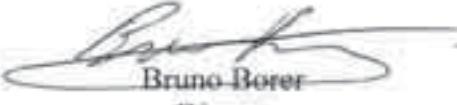
Lagoa Santa – Vespasiano, 27 de janeiro de 2010


Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos
Presidente


Zeno Del Carlo Junior
Diretor


Marcio Mikio Corrêa
Superintendente Administrativo Financeiro


Arnaldo Dias Andrade
Vice-Presidente


Bruno Borer
Diretor


Francisco Gonçalves de Albuquerque Junior
Contador, CRC: 075232-0/4

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
EMPRESA DE CIMENTOS LIZ S.A.
Lagoa Santa / Vespasiano - MG

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Empresa de Cimentos Liz S.A. ("Companhia"), levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa (direto e indireto) correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e a financeira da Empresa de Cimentos Liz S.A., em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e seus fluxos de caixa referentes aos exercícios findos naquelas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
EMPRESA DE CIMENTOS LIZ S.A.
Lagoa Santa / Vespasiano - MG

4. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram por nós reexaminadas no período compreendido entre 03 a 28 janeiro de 2011. Anteriormente as referidas demonstrações haviam sido examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer datado de 13 de março de 2009 continha ressalvas em função de a Companhia ter registrado créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social no montante de R\$140.245 mil. No exercício de 2009, a Companhia aderiu ao parcelamento de tributos federais instituído pela Lei nº 11.941/09 e utilizará os créditos fiscais diferidos para amortização dos saldos de multas e juros relativos aos débitos incluídos neste parcelamento; motivo pelo qual o nosso parecer está sendo emitido sem qualificação.
5. Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos, interpretações e orientações foram emitidos durante o ano de 2009 com aplicação mandatária para os exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e para as demonstrações contábeis de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação. A Administração da Companhia está em processo de avaliação dos potenciais efeitos relativos aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, não estimando qualquer impacto relevante sobre suas demonstrações.
6. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. A demonstração do valor adicionado apresentada para propiciar informações suplementares como parte integrante das demonstrações contábeis foi submetida aos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 12 de fevereiro de 2010.

Exceto quanto ao assunto descrito no parágrafo 4 acima datado de 28 de janeiro de 2011.

Antônio de Pádua Soares Pelicarpo
Sócio-contador
CRC 1MG027739/0-3
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/0-5

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)